

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

ISADORA PRÉVIDE BERNARDO

Política e História em Cícero: do Conhecimento da
Natureza à Ação Política

(versão corrigida)

São Paulo

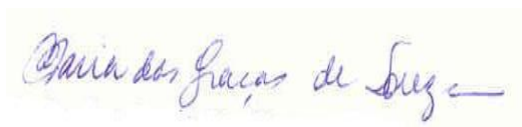
2018

ISADORA PRÉVIDE BERNARDO

Política e História em Cícero: do conhecimento da
natureza à ação política

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Filosofia sob a orientação da Profa. Dra. Maria das Graças de Souza.

(versão corrigida)

A handwritten signature in blue ink that reads "Maria das Graças de Souza" with a horizontal line at the end.

Profa. Dra. Maria das Graças de Souza

03/09/2018

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B482p Bernardo, Isadora Prévide
Política e História em Cícero: do conhecimento da natureza à ação política / Isadora Prévide Bernardo ; orientador Maria das Graças de Souza. - São Paulo, 2018.
199 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

1. Filosofia política. 2. Ética. I. Souza, Maria das Graças de, orient. II. Título.

Nome: BERNARDO, Isadora Prévide

Título: Política e História em Cícero: do conhecimento da natureza à ação política

Tese apresentada ao Departamento de Filosofia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Doutora em Filosofia.

Aprovada em:

Banca examinadora

Prof.Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A vida inventa! A gente principia as coisas, no não saber por que, e desde aí perde o poder de continuação – porque a vida é mutirão de todos, por todos remexida e temperada.
(Guimarães Rosa, Grande Sertão:Veredas)

*Tempora cum causis Latium digesta per annum
lapsaque sub terras orta que signa canam.*

*Cantarei os tempos divididos ao longo do ano no Lácio com suas causas,
o nascer e o ocaso dos astros sobre a terra.*
(Ovídio, Fasti, I)

Ao Bruno, pelo companheirismo, força e amor.

Agradecimentos

À Maria, pela paciência, dedicação, generosidade e carinho. Suas lições foram muito além dos ensinamentos filosóficos. Antes de tudo, ensinou-me sobre as questões da vida, o cuidado e a humanidade nas relações professor-aluno. A senhora é meu grande exemplo de professora!

À Patrícia, pela persistência, dedicação e firmeza. Não apenas por ter aberto as portas do caminho filosófico, mas também pelo acompanhamento durante todo o percurso de modo cuidadoso e firme.

À Maria e Patrícia, por me ensinarem sobre todos os assuntos que Lélío e Cipião trataram, inclusive a amizade.

Ao professor Sérgio Xavier, pela leitura generosa, atenta, cuidadosa e pelas questões que me abriram os olhos no exame de qualificação.

Aos professores do departamento de Filosofia que acompanharam essa jornada e, de modo generoso, muito me ensinaram, especialmente Luís César, Marilena Chaui e Alberto.

Às meninas da secretaria, que sempre prontamente ajudaram e resolveram tudo.

Ao pessoal do grupo de estudos *Res Publica* – onde recebi grande parte de minha formação filosófica – que alegraram as sextas-feiras e tornaram o percurso filosófico mais saboroso: Flávia, André, Alê, Rodrigo, Mari, Chris, Patrício, Caio, Rodison e Giovani; especial agradecimento à Taynam, que me ajudou nas questões estoicas e compartilhou comigo os livros trazidos da França.

Ao amigo Silvinho, pela generosidade e pelas oportunidades abertas.

Aos amigos dos *Cadernos de Ética e Filosofia Política*; especial agradecimento ao Thomaz Kawauche, que me ensinou tudo o que sei sobre os procedimentos editoriais.

Ao pessoal de Poços de Caldas: Jú e Mayara que de alunas se tornaram grandes amigas; às amigas de todas as horas que posso compartilhar tudo, Katita, Lília e Fer; aos amigos Filipe e Fabiano, pela generosidade e pelas discussões; ao meu afilhado Rafa e às suas irmãs Bibi e Bia, que são pura alegria de viver e amor.

Às minhas tias Nair e Nice, pelo exemplo e pelo apoio durante toda a minha vida. Vocês me mostraram a maravilha da docência.

À Maria Pasquina Veronez Prévide (*in memoriam*) e Irineu Melchior (*in memoriam*), avó e tio que foram exemplos e tornaram minha vida mais leve e protegida enquanto estiveram comigo.

À Naíssa, minha irmã, pelo apoio, carinho e cuidado que sempre teve comigo. Não saberia dizer o quanto sua disciplina e força me motivaram e me motivam.

Aos meus pais, Maria e José, que apoiaram incondicionalmente meu sonho. Eu não tenho palavras para agradecer e não saberia expressar o amor que tenho por vocês.

À Capes, pelo apoio à pesquisa.

Resumo

BERNARDO, I. P. Política e História em Cícero: do Conhecimento da Natureza à Ação Política. 2018. 199f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O objetivo da tese é analisar a relação entre política e história na obra ciceroniana. Primeiramente, examinamos a concepção de homem, principalmente do sábio-político, e sua capacidade de ação na república. Analisamos a ação humana retratada nos diálogos filosóficos, nos discursos e nas narrativas históricas; observamos que a ação política é a matéria das narrativas históricas e os exemplos históricos são constitutivos da argumentação político-filosófica. Dessa maneira, as obras políticas são particularizadas pelos exemplos históricos, e as narrativas históricas são universalizadas pela presença do pensamento político-filosófico. Segundo a preceituação da narrativa histórica, o recurso à história tem, em todas as obras, uma função pedagógico-política ao guardar as ações dignas de memória do passado, falar ao tempo presente e poder ser estendido ao futuro. Por meio da análise do recurso à história, observamos uma concepção ciceroniana do curso dos acontecimentos em Roma, que não é nem circular nem linear. Mediante a análise das obras, percebemos que Cícero retrata a República de seu tempo, ou seja, do presente, como decadente, e apenas haveria expectativa de melhora se as ações exemplares do passado fossem recuperadas.

Palavras-chave: Cícero; ação humana; república; política; história.

Abstract

BERNARDO, I. P. Politics and History in Cicero: from knowledge of nature to political action. 2018. 199f. Thesis (Doctoral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The aim of the thesis is to analyze the relation between politics and history in Ciceronian work. Initially, we examine the conception of man, especially the wise-politician, and his capacity for action in the republic. We analyze human action portrayed in philosophical dialogues, discourses and historical narratives; we observe that political action is the subject of historical narratives and historical examples are constitutive of political-philosophical argumentation. Thus, political works are particularized by historical examples and historical narratives are universalized by the presence of political-philosophical thought. According to the precept of historical narrative, resorting to history has in all works a pedagogical-political function, preserving the actions worthy of memory of the past, speaking to the present time and being able to be extended to the future. Through the analysis of the use of history we observe a Ciceronian conception of the course of history in Rome, which is neither circular nor linear. Through the analysis of the works we understand that Cicero describes the Republic of his time, that is, of the present, as decadent, and there would be only expectation of improvement if the exemplary actions of the past were recovered.

Key-words: Cicero; human action; republic; politics; history.

Sumário

Introdução.....	12
I. Filosofia e Ação Política.....	21
II. Diálogos entre os tempos.....	61
II.I. OBRAS CONSTRUÍDAS COM BASE NO PASSADO PARA DIALOGAREM COM O PRESENTE	63
II.II. O FUTURO E O PASSADO: <i>O SONHO DE CÍPIÃO</i>	92
II.III. OBRA CONSTRUÍDA NO PRESENTE PARA FALAR AO FUTURO: <i>DE OFFICIIS</i>	99
III. DISCURSOS: TESTEMUNHOS DA DECADÊNCIA.....	112
III.I. O LUGAR DA HISTÓRIA NOS DISCURSOS.....	114
III.II. <i>CATILINARIAE</i>	122
III.III. <i>PHILIPPICAE</i>	136
IV. O Curso da História: Nem Círculo, Nem Linha	149
IV.I. A EXPOSIÇÃO DAS COISAS REQUER UMA ORDEM TEMPORAL	152
IV.II. <i>DE RE PUBLICA</i> , II	162
IV.III. <i>BRUTUS</i>	179
Considerações Finais.....	190
Referências bibliográficas.....	192

INTRODUÇÃO

É perceptível na obra ciceroniana, mesmo com a prática do método eclético¹ pelo autor, a presença de um legado da filosofia estoica tanto do ponto de vista da concepção de natureza quanto no pensamento ético e político²; porém, há um distanciamento desta escola na concepção de necessidade do destino, o que acarreta numa compreensão da teoria da ação sem filiação estoica e tipicamente ciceroniana, abrindo espaço para a ação voluntária. Não podemos negligenciar a forma como Cícero se apropria de questões fundamentais para a escola e as aplica de modo próprio ao contexto político da Roma Republicana; por isso, nesta tese, observaremos o tratamento propriamente ciceroniano das questões filosóficas ético-políticas e da história de Roma e não nos preocuparemos tanto em comparar os conceitos dos predecessores com os de Cícero.

Se observarmos a totalidade da obra ciceroniana, parece-nos que a grande preocupação do autor era com a formação ético-política dos romanos³ – principalmente dos *optimates* –, a forma como os homens agiam na república e a consolidação das letras latinas⁴, tarefas de alguma maneira interdependentes. Cícero apresenta seu propósito pedagógico incitando os homens a buscarem a virtude, ou seja, a realizarem a sua natureza e, conseqüentemente, a viverem em sociedade; devemos nos lembrar de que se trata de uma sociedade específica, Roma, que se tornava cada vez mais universal, não do ponto de vista cosmológico, mas do ponto de vista territorial e cultural.

De acordo com Sabine e Smith⁵ o pensamento político do período entre a morte de Aristóteles e o tempo da atividade literária de Cícero – ou seja, quase todo o período

¹ Radford, em *Cícero: a Study in the origins of republican philosophy*, aponta a multiplicidade de influências tanto filosóficas quanto historiográficas no pensamento político ciceroniano. RADFORD, R. T. *Cícero: a Study in the origins of republican philosophy*. Amsterdam, Editions Rodopi B.V., 2002.

² Vogt afirma que, segundo Plutarco, Zenão dizia que nós deveríamos zelar por todos os seres humanos como fazemos com nossos concidadãos. Disso, a autora depreende que a preocupação política na escola do pórtico vem desde os seus primeiros tempos. Ainda de acordo com a autora, Zenão concebeu uma cidade de sábios, que Crisipo chamou de “cosmópolis”. Nós, uma vez que conhecemos o legado recebido por Cícero, sabemos que se serviu de uma série de conceitos e ideias estoicas, fundamentadas filosoficamente e historicamente adaptando-as a Roma. VOGT, K. M. *Law, Reason and the Cosmic City: political philosophy in the early Stoa*. New York, Oxford University Press, 2008. p.11

³ Cf. CÍCERO. *De Officiis*.

⁴ Cf. CÍCERO. *Academica Posteriora*.

⁵ CICERO. *On The Commonwealth*. Translated, with an Introduction by George Holland Sabine and Stanley Barney Smith. Indianapolis, A Liberal arts press book. pp.7-8.

helenístico – foi, ao mesmo tempo, importante e obscuro. Obscuro porque não restaram muitos trabalhos da época. Importante porque, neste período, ocorreu uma mudança dos grandes ideais sociais e políticos. A visão política de Platão e Aristóteles está atrelada à *pólis*, e sua filosofia é dedicada a ideias e problemas desse tipo de organização política. As explicações sobre a *pólis* não eram suficientes para pensar os grandes impérios, e os ideais políticos de comunidades urbanas centralizadas tiveram de ser reconstituídos para adequar-se à ideia de uma comunidade universal, ao mesmo tempo humana e ampla. Tornou-se necessário aos romanos pensar em um novo modo de agir que se adequasse a um novo espaço e tempo políticos. Ora, a filosofia estoica em Roma era capaz de refletir sobre as ideias dessa nova configuração política.

Assim, independentemente dos grandiosos sistemas tanto de Platão quanto de Aristóteles, os estoicos encontraram preparado seu território. O “uno” deve ser unificado com os “muitos”; a Natureza deve estar em aliança ofensiva e defensiva com o Homem; os homens, como indivíduos, devem estar alinhados com a Humanidade, o universal. Embora os fatores do estoicismo possam ser encontrados no pensamento grego anterior, os catastróficos eventos seculares exigiram sua reorganização. O Helenismo chegou a ter contrastes e exclusões; a originalidade do estoicismo está na sua corajosa tentativa de fornecer inclusões, clamor imperativo, dadas as circunstâncias da época.⁶

Cícero pensa o homem para a República, um homem diferente do rei-filósofo, do *biós politikós*, pois os tempos eram outros e a forma política na qual vivia também. Mas não podemos negar as múltiplas influências na obra do autor.

Na obra ciceroniana, é a partir das questões voltadas à natureza e à ética que chegamos às questões políticas e às narrativas históricas. Antes de nos questionarmos em que medida se estabelece a relação entre política e história em sua obra, concentrar-nos-emos em sua teoria da ação, em suas concepções de homem virtuoso e vicioso. O sábio, o homem apto a agir na República, é capaz de salvá-la, enquanto um homem vicioso no

⁶ WENLEY, R.M. *Stoicism and its influence*. New York, Cooper Square Publishers, 1963. p.80.

comando pode degenerá-la. Por meio da definição das atribuições da razão humana, observaremos que o homem possui uma sociabilidade e uma percepção da história naturais. Isso nos permitirá pensar na liberdade da ação política na construção da narrativa histórica e até da percepção histórica, que é retratada nas narrativas históricas e nos exemplos históricos citados ao longo das obras políticas. Como indica a preceituação da narrativa histórica, o recurso à história tem, em todas as obras, uma função pedagógico-política, ao guardar as ações dignas de memória do passado, falar para o tempo presente e poder ser estendida ao futuro. Por meio da análise do recurso à história, observaremos a concepção ciceroniana do curso dos acontecimentos em Roma. Ademais, como veremos, a percepção e a organização do tempo são atributos tipicamente humanos e inerentes às relações sociais.

Alain Michel observa que há uma tendência na obra ciceroniana em substituir o fictício pela história:

Isso torna mais significativo o método adotado nos principais diálogos oratórios. Dessa forma, Cícero renuncia completamente às causas fictícias. Pelo contrário, ele desenha todas as justificativas para o seu ensino na tradição romana. Ele dá a palavra aos maiores oradores que o precederam.⁷

O que Michel afirma sobre a exemplaridade nas obras oratórias pode ser também estendido aos diálogos filosóficos, em que questões políticas e morais são exemplificadas historicamente como paradigmas das ações humanas.

Dessa forma, para analisarmos a relação entre política e história, dividimos a tese em quatro capítulos: no primeiro, trata-se de examinar a relação entre natureza e natureza humana, ação e política na obra de Cícero; este capítulo se relaciona com os outros três, pois o que nos interessa é a ação humana e a capacidade do homem de se deslocar no tempo por meio da razão e da linguagem; investigaremos o homem e a sua capacidade de ação; a ação virtuosa e a viciosa e a relação com o destino e a liberdade; o quão livre ou o quão determinada é a ação humana? No segundo, terceiro e quarto capítulos, seguiremos o que é dito em *Orator*, 36, 124, quando Cícero afirma que a narração nos discursos não

⁷ MICHEL, A. *Les rapports de la rhétorique et de la philosophie dans l'oeuvre de Cicéron*. Leuven, Peeters, 2003. pp.423-424.

deve seguir as mesmas leis, a mesma preceituação da narrativa histórica. E como a obra ciceroniana nos traz uma variedade de assuntos escritos em muitos gêneros⁸, seguimos também Hadot, quando afirma que o texto deve ser interpretado segundo seu gênero. Com isso, baseando-nos nas questões de forma e conteúdo, separamos as obras segundo os gêneros em que foram escritas; no segundo capítulo, observamos como se estabelece a relação entre política e história nos diálogos filosóficos; no terceiro, examinamos essa relação nos discursos. Dessa forma, no segundo e terceiro capítulos, observamos como ocorre o uso da exemplificação histórica em obras políticas. No quarto capítulo, por sua vez, analisamos duas narrativas históricas e como se estabelece a relação entre história e política, isto é, como o autor extrai argumentos políticos de narrativas históricas. A história aparece na obra ciceroniana como narrativa e como exemplificação. Podemos afirmar que a principal diferença entre esses dois usos é a extensão – o que talvez permita ao autor elaborar uma concepção do curso dos acontecimentos em uma e não na outra; a maior semelhança é a função pedagógica, a utilidade e a força argumentativa de ambas. Além disso, devemos destacar a dependência existente entre história e política, pois as ações políticas são matéria das narrativas históricas, e os exemplos históricos fornecem paradigmas de ação para as ações políticas. Momigliano afirma em seu artigo “Time in Ancient Historiography” que: “A história é para os gregos e, conseqüentemente, os romanos, uma operação contra o tempo que destrói toda a ordem para salvar a memória de eventos que merecem ser lembrados. A luta contra o esquecimento é travada pela busca da evidência”⁹.

Segundo Aristóteles, a filosofia se refere ao universal, e a história, ao particular¹⁰. Assim, atribui-se a um homem, segundo a definição de universal, “determinada natureza

⁸ Taynam Bueno em sua tese, *Formação moral e ação política em Sêneca: entre o sábio e o princeps*. p. 162, aponta que Pierre Hadot, na obra *Éloge de la philosophie antique*, afirma que se deve seguir o “simples princípio segundo o qual um texto deve se interpretar em função do gênero literário ao qual pertence”.

⁹ MOMIGLIANO. “Time in Ancient Historiography”. In: *History and Theory*, vol. 6, pp. 1-23, 1996. p.15.

¹⁰ Aristóteles cita a oposição entre universal e particular na *Poética*, IX, 50: “Pelas precedentes considerações se manifesta que não é ofício do poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postos em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa) – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e o outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular. Por ‘referir-se ao universal’ entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convém a tal natureza; e ao universal,

de pensamentos e ações”¹¹, enquanto o particular refere-se ao “que fez Alcebiades ou o que lhe aconteceu”¹². Com isso, temos o primeiro problema a ser enfrentado, do ponto de vista da forma, pois, em certa medida, os exemplos particularizam a universalidade da filosofia política e os argumentos filosóficos universalizam a narrativa histórica.

Hartog, ao analisar a obra de Aristóteles em seu artigo “A Fábrica da História: do “Acontecimento” à Escrita da História as Primeiras Escolhas Gregas”, argumenta que:

Se, por um lado, é claro que Aristóteles nunca escreveu história ou mesmo obra teórica sobre história, por outro lado, as passagens da *Poética* em que é estabelecida a superioridade da poesia trágica (tendo acesso ao geral) sobre o relato histórico (limitado ao particular), marcam, no entanto um corte importante. Estava de fato colocada uma questão que, mesmo esquecida, não cessaria de trabalhar¹³ a história tomada como tentativa de conhecimento¹⁴.

Por sua vez, a história não depende de uma poética, ela está ligada à retórica, à figura do exemplo e, por estar circunscrita ao particular, “o que Alcebiades fez ou lhe aconteceu”, ela “não tem condições de ser uma ciência, pois só existe ciência do geral. Ela se move na diversidade e na sucessão aleatórias do particular.”¹⁵

Segundo Hartog, Políbio afirma que a história universal, que ele escreve e a denomina assim, possui as mesmas características do *muthos* trágico¹⁶ de Aristóteles:

ela forma um todo, isso quer dizer em termos aristotélicos que ela tende a um fim único, que ela tem um começo, um meio e um fim,

assim entendido, visa a poesia, ainda que dê nomes às suas personagens; particular, pelo contrário, é o que fez Alcebiades ou o que lhe aconteceu.”

¹¹ ARISTÓTELES. *Poética*, IX, 50.

¹² ARISTÓTELES. *Poética*, IX, 50.

¹³ Há um sentido no texto original de atormentar.

¹⁴ HARTOG, F. “A Fábrica da História: do “Acontecimento” à Escrita da História as Primeiras Escolhas Gregas”. p.16.

¹⁵ HARTOG, F. “A Fábrica da História: do “Acontecimento” à Escrita da História as Primeiras Escolhas Gregas”. p.16.

¹⁶ ARISTÓTELES. *Poética*, 23: “onde necessariamente se opõe não uma só ação, mas um só tempo, tudo que aconteceu durante esse tempo respeitante a um personagem só ou a vários, em que cada elemento relaciona-se um com o outro conforme os caprichos do acaso”.

e que assim lhe pertence a beleza que é própria de um corpo vivo. Em suma, ele transfere para a história, de forma ousada ou selvagem, a definição de *muthos*, mas ignorando muito tranquilamente a questão da *mimêsis* e da *poiêsis*. Ora, isso não é problema, pois o ideal do historiador é, para Políbio, não Demódocos, mas Ulisses, o homem da experiência, aquele que suportou e viu com seus próprios olhos¹⁷.

No século II a.C., Políbio apela ao universal, ao geral¹⁸, para caracterizar a história que propõe, pois o que precedeu Roma foi limitado temporal e espacialmente. Segundo o historiador, os acontecimentos entre Itália, África, Ásia e Grécia se entrelaçaram, então é necessário

que o relato histórico torne visível esse novo curso da história. Adotando, ao menos por um momento, o ponto de vista da Fortuna, o historiador poderá construir essa visão “sinóptica” que evoca a vitória de Roma. Essa é a tarefa que assume para si o exilado Políbio. O historiador vê isso com clareza pela segunda vez: mas com a condição de ver o mundo a partir de Roma. Políbio perdeu a guerra, mas exilado e refém, ganhou um ponto de vista¹⁹.

De acordo com Hartog, Políbio reflete a partir de e em resposta a Aristóteles. A história geral vai se especializar e “a geografia assume o posto. A história ‘universal’ significa o espaço reunido pela conquista romana”²⁰.

¹⁷ HARTOG, F. “A Fábrica da História: do “Acontecimento” à Escrita da História as Primeiras Escolhas Gregas”. p.18.

¹⁸ *katholou*, geral, ou ainda *katholiké*, global, universal.

¹⁹ HARTOG, F. “A Fábrica da História: do “Acontecimento” à Escrita da História as Primeiras Escolhas Gregas”. p.17.

²⁰ HARTOG, F. “A Fábrica da História: do “Acontecimento” à Escrita da História as Primeiras Escolhas Gregas”. p.17.

Cícero, como herdeiro não apenas de Políbio, mas também de Heródoto e Tucídides na historiografia, e não só de Panécio, como também de Aristóteles e Platão, elabora uma obra em que filosofia política e história são indissociáveis. E justamente esta junção garante coesão ao texto, somam suas características uma à outra. E o homem, retratado em ambas, pode ser pensado, do ponto de vista ético, político, republicano e histórico. Fox argumenta que “Cícero explora a história como um discurso que pode proporcionar uma fundação para estabilidade social e para a continuidade”²¹. Isso faz sentido, pois o autor vivia no período do declínio da República, e era preciso buscar paradigmas para recuperar a estabilidade política.

Seja no uso de exemplos históricos, como analisamos nos capítulos dois e três, seja na construção de narrativas, no quarto, Cícero constrói temporalidades que conversam com o presente. Se Políbio fez uma história universal pela espacialidade de Roma, Cícero se serviu dos exemplos e da narrativa histórica para temporalmente criar uma concepção do curso dos acontecimentos em Roma em que o foco fossem as mudanças necessárias que deveriam acontecer no presente.

A relação entre política e história é estabelecida na obra ciceroniana, pois a política é a matéria da história, ou seja, a história narra feitos políticos. Com isso, podemos observar uma anterioridade de uma em relação à outra. Collingwood aponta que a historiografia greco-romana não pode mostrar como surge alguma coisa; ao contrário:

todas as ações que aparecem no palco da história têm de ser consideradas como já feitas antes de começar a história, sendo relacionadas com acontecimentos históricos exatamente como uma máquina está relacionada com os seus movimentos. O âmbito da história limita-se à descrição do que as pessoas e as coisas fazem, permanecendo fora do seu campo visual a natureza dessas pessoas e dessas coisas²².

No campo visual ciceroniano está a “natureza das pessoas”, e essa se reflete em suas ações. É possível relacionar essas duas matérias, pois o autor elabora em sua obra política uma concepção de homem sábio e político que realiza as ações visando ao bem

²¹ FOX. *Cicero's Philosophy of History*. Oxford University Press, 2007. p. 21.

²² COLLINGWOOD. *A Ideia de História*. pp.77-78.

comum da república. É justamente esse homem e seus feitos que são retratados nas obras históricas. Ou seja, o autor une, em sua obra, a “natureza das pessoas” às ações que elas realizaram.

Em relação ao conteúdo da obra ciceroniana, notamos uma questão: apesar de se tratar da política de Roma, há um predomínio da descrição de ações particulares quando Cícero trata de momentos decisivos para a República, seja a fundação, seja em sua construção, seja em momentos de crise. Isto é, as ações coletivas não são exemplificadas ou narradas de modo abundante, predominando os feitos de *singulos*, particulares, que, quando virtuosos, agiam para o bem comum. Ao mesmo tempo, ele argumenta em *De Re Publica*, II, 2, que Roma não foi constituída pelo engenho de um só, mas de muitos e de muitas gerações. E paradoxalmente, por meio da somatória de ações e dessa construção ao longo do tempo, observamos, de alguma forma, a ação coletiva.

Pelo fato de as narrativas históricas retratarem uma série de acontecimentos, um curso dos acontecimentos em Roma, podemos compreender que a visão ciceroniana sobre o tempo não é circular nem linear, mas retrata os acontecimentos sem se preocupar com essas questões. Momigliano assevera: “A história pode ser escrita de inumeráveis formas, mas os gregos escolheram uma forma que foi aceita pelos romanos e que, provavelmente, não se presta a uma visão cíclica da história”²³. Por isso, sustentamos nessa tese que há, na obra ciceroniana, uma forma própria de conceber o tempo em Roma, principalmente porque identificamos a liberdade da vontade nos homens – e, por isso, eles são capazes de construir seu próprio curso na República – e porque, ao refletir sobre o passado, o autor especula, de alguma forma, sobre o futuro.

Fox adverte que “os termos filosofia e história devem ser usados com consciência do perigo de associações anacrônicas”; as obras de Cícero são “textos, em geral, que pertencem a um tipo de escrita com as quais os leitores de hoje têm pouca conexão imediata”²⁴. Isso pode obscurecer mais do que iluminar a sua obra. Da mesma forma em que há a integração entre essas duas matérias, há também entre filosofia e retórica. São três matérias coexistentes em sua obra cuja relação não podemos ignorar, mesmo que a história esteja mais preocupada com a veracidade dos fatos e a filosofia seja uma forma

²³ MOMIGLIANO. *Time in Ancient Historiography*. p.14.

²⁴ FOX. *Cicero's Philosophy of History*. p. 2.

de pensar a vida na república além da história, ao mesmo tempo em que usa a história para recuperar a ação exemplar do passado a ser imitada.

Sabemos que a recuperação do passado é feita pela memória, que deve ser a garantidora da veracidade histórica, mas, na obra de Cícero, o significado simbólico da memória é mais importante do que qualquer base factual, como podemos perceber, no segundo capítulo, nos recursos retóricos utilizados para compor obras com base no passado, mas que falam ao presente, como *De Re Publica*, *De Oratore*, *De Senectute* e *De Amicitia*, e o livro VI da obra *De Re Publica*, em que futuro e passado estão misturados, ou em *De Officiis*, ao falar ao filho e às futuras gerações; no terceiro capítulo, os discursos *Catilinárias* e *Filípicas* são obras escritas para serem testemunhos de um tempo e, por isso, deixar seus feitos na memória dos romanos é tão importante. Ou seja, a memória não representa apenas a fixação dos eventos, mas sua representação nas obras e sua perpetuação pelas obras e pelos próprios romanos. Fox argumenta que a memória está preocupada com o histórico e, de alguma forma, com o futuro²⁵. Dessa maneira, Cícero constrói argumentos buscando determinado efeito, o que pode ser notado principalmente nos discursos, pois os exemplos históricos fornecem um paradigma, valores sobre determinado assunto ou comportamento.

Temporalmente, Cícero está no final da República e vive sua decadência, testemunhada, por exemplo, em *Brutus* e nos discursos; *De Re Publica*, II, entretanto, está voltada para a recuperação do passado glorioso para, de alguma forma, salvar a República. Fox afirma que isso faz com que ele busque uma identidade para Roma²⁶. As questões históricas, de algum modo, estão voltadas para buscar essa identidade, assim como a filosofia. Há uma tentativa do autor de estabelecer uma política e uma moralidade para além do tempo, ou seja, filosóficas, e simultaneamente ele nos mostra que essas chegaram ao seu apogeu no passado. Na narrativa histórica, também podemos encontrar a busca por uma verdade universal – a estabilidade da República pautada na moral dos concidadãos –, apesar da transitoriedade.

²⁵ FOX. *Cicero's Philosophy of History*. p.165.

²⁶ FOX. *Cicero's Philosophy of History*. p.175.

I. FILOSOFIA E AÇÃO POLÍTICA

Cícero recorre a alguns elementos de matriz estoica que incidem no pensamento político e explica que homens e deuses são partícipes da mesma razão, ou seja, da mesma natureza²⁷. O “homem, como animal providente, sagaz, complexo, aguçado, dotado de memória, de razão e de discernimento, recebeu do deus supremo uma condição que o diferencia, pois ele é partícipe da razão e do pensamento”²⁸. A verdade e a Lei²⁹ são outros elementos comuns a deuses e homens, que fazem com que eles vivam em um mundo que seja a mesma casa para ambos. A razão, a mente, a verdade e a prudência apenas chegaram aos homens pelas mãos dos deuses, como observamos em *De natura deorum*, II, 79:

(...) neles [nos deuses] existe o mesmo que existe no gênero humano: a razão e a verdade; dos dois lados existe também uma mesma lei, cujo objetivo é procurar o reto e rejeitar o mal. Disso se compreende que a prudência e a mente chegaram ao homem por meio dos deuses³⁰.

A natureza dotou os homens de uma mente ágil, deu-lhes sentidos e uma forma corpórea bem adaptada³¹. Os homens agem do modo como agem porque os deuses lhes proporcionaram os meios específicos para realizarem as ações, cumprindo sua natureza.

²⁷ Assim, a natureza é uma razão ordenadora que reúne os homens em uma república, é fonte de uma moralidade que permite as ações retas e virtuosas e o afastamento das paixões, assegurando uma coesão das ações humanas.

²⁸ CÍCERO. *De Legibus*, I, 22. *animal hoc providum, sagax, multiplex, acutum, memor, plenum rationis et consilii, quem uocamus hominem, praeclara quadam condicione generatum esse a supremo deo. Solum est enim ex tot animantium generibus atque naturis particeps rationis et cogitationis, quom cetera sint omnia expertia*

²⁹ Em *De Legibus*, 18-19, Cícero afirma: “(...) a lei é a razão suprema da natureza, que ordena o que se deve fazer e proíbe o contrário. Esta mesma razão, uma vez confirmada e desenvolvida pela mente humana, se transforma em lei. 19. Por isso, afirmam que a razão prática é uma lei, cuja missão consiste em exigir as boas ações e vetar as más. (...) e a lei é a força da natureza, é o espírito e a razão do homem dotado de sabedoria prática, é o critério do justo e do injusto.”

³⁰ (...) *ut eadem sit in is quae humano in genere ratio, eadem veritas utrobique sit eademque lex, quae est recti praeceptio pravique depulsio, ex quo intellegitur prudentiam quoque et mentem a deis ad homines prevenisse (...).*

³¹ Cf. CÍCERO. *De Legibus*, 24-25.

E é por meio de um princípio inato chamado *hormê*, um impulso de conservação análogo a um impulso vital, encontrado no homem, que este começa a realizar a sua natureza.

E assim como os membros nos foram dados por certa razão e para certo modo de viver, assim o apetite da alma, ao qual os gregos chamam *hormê*, não nos foi concedido para qualquer espécie de vida, mas para determinada regra e norma dela; e o mesmo se passa com a razão e a reta razão³².

De acordo com Vogt, esse impulso – *hormê* – não é um simples movimento corporal ou ação, mas é um impulso definido como um movimento do pensamento em relação a uma ação em determinada esfera³³. O homem, por meio da razão, tem a *hormê* como um impulso à sua conservação e à prática virtuosa. Desse modo, ele busca o útil e vive de acordo com a sua natureza, e esse impulso manifesta-se, em última análise, na vida política, na constituição da república, pois “a virtude não é senão a natureza realizada e levada à sua mais alta perfeição”³⁴. A tendência natural de se agrupar faz com que o homem crie uma segunda natureza na natureza – algo como parte da natureza, cuja criação é tarefa humana. Essa espécie de impulso do homem para a constituição de uma *ciuitas* é a *hormê*, e não realizá-la significa a rejeição da natureza. Assim, de acordo com Valente, a *hormê* reúne no homem diversas forças para aprimorar e defender o ser constitutivo. O homem vem ao mundo dotado de algo que o especifica enquanto ser e lhe pertence como próprio, devendo adaptar-se a si mesmo para se tornar o que é. Desse modo, a *hormê* é um traço da natureza nos homens, e o seu fim é a tendência natural à auto-conservação³⁵ – a *oikeiôsis*³⁶, que chamaremos de “cuidado”³⁷; ela garante ao homem o conhecimento de sua constituição e da sua própria natureza, assegurando o conhecimento de si mesmo.

³² *Atque ut membra nobis ita data sunt, ut ad quandam rationem vivendi data esse appareant, sic appetitio animi, quae hormê Graece vocatur, non ad quodvis genus vitae, sed ad quandam formam vivendi videtur data, itemque et ratio et perfecta ratio.* CÍCERO. *De Finibus bonorum et malorum*, III, 23.

³³ VOGT. *Law, Reason and the Cosmic City*. p.169.

³⁴ De Legibus, I, 25. Est autem uirtus nihil aliud, nisi perfecta et ad summum perducta natura

³⁵ VALENTE. *A Ética Estoica em Cícero*. p.45.

³⁶ Devemos destacar que Cícero não se serve da palavra *oikeiôsis*, mas utiliza uma série de expressões que transmitem este conceito, por exemplo: *principio generis*, *caritate*, *conseruo* e o verbo *conseruare* e *affectum*.

³⁷ Inwood, em *The Cambridge History of Hellenistic Philosophy*, pp. 677-682, discute a *oikeiôsis* no pensamento estoico e afirma o quão difícil é traduzir esse termo.

A todos os seres animados a natureza deu esse princípio de cuidado³⁸ e em relação ao homem, além disso, dotou-o de razão. Cícero explica a atribuição da razão aos homens e do senso aos animais da seguinte forma em *De natura deorum*, II, 33-34:

Constatamos, pois, que a natureza, primeiramente, sustém tudo aquilo que vem da terra, e que para a natureza nada é mais apropriado do que cuidar da alimentação e do crescimento. 34. Aos animais, porém, deu senso, movimento e um instinto natural para procurar as coisas que lhes são salutares e evitar as que lhes fazem mal. Ao homem, por sua vez, deu-lhe mais: ofertou-lhe a razão, pela qual são moderados todos os instintos do seu ânimo, deixando uns atuar e forçando outros a se conter³⁹.

A natureza não dotou os animais de razão e esta é a primeira diferenciação que podemos fazer entre eles e os homens; mas a primeira⁴⁰ forma de cuidado⁴¹, a mais instintiva, que corresponde aos cuidados consigo, à procriação e aos cuidados com a prole são comuns a ambos. Isso é ilustrado em *De Finibus Bonorum et Malorum*, V, IX, 24:

Todo ser animado tem zelo por si mesmo e, desde o nascimento, faz o possível para conservar-se vivo, pois o primeiro desejo que a natureza lhe dá é este, que o acompanha ao longo da vida, tanto o de conservar-se quanto o de afeiçoar-se⁴²;

Em *De Officiis* I, 11, Cícero trata das coisas necessárias à vida, recuperando o que é comum a homens e animais:

³⁸ Em latim, encontramos o verbo *conservo* para designar esse conceito. Cf. CÍCERO. *De Finibus*, III, 16; V, 24.

³⁹ [33] (...) *Prima enim animadvertimus a natura sustineri ea, quae gignantur e terra, quibus natura nihil tribuit amplius quam, ut ea alendo atque augendo tueretur. [34] bestiis autem sensum et motum dedit et cum quodam adpetitu accessum ad res salutares a pestiferis recessum, hoc homini amplius, quod addidit rationem, qua regerentur animi adpetitus, qui tum remitterentur, tum continerentur.*

⁴⁰ Sobre a divisão da *oikeiós* estoica em quatro formas cf. RADICE. *Oikeiosis: Ricerche sul fondamento del pensiero stoico sulla sua genesi.*

⁴¹ Vogt, assim como Radice, também trata de quatro aspectos da *oikeiós*, porém sem a numeração feita pelo autor italiano. Cf. VOGT. *Law, Reason and the Cosmic City*, p. 181.

⁴² *Omne animal se ipsum diligit ac, simul et ortum est, id agit, se ut conservet, quod hic ei primus ad omnem vitam tuendam appetitus a natura datur, se ut conservet atque ita sit affectum.*

A natureza deu a todos os seres vivos o princípio dos gêneros⁴³, para a vida e para o corpo, de evitar tudo o que é nocivo e de procurar e adquirir as coisas necessárias ao sustento da vida, como a comida, o abrigo e outras coisas do mesmo gênero. Igualmente comum a todos é o instinto de procriar e o cuidado com a prole⁴⁴.

O cuidado é um amor⁴⁵ natural que faz com que homens e animais se cuidem e se preservem em conformidade com a natureza, ou seja, no homem este princípio remete primeiramente à autossuficiência e à conservação; ele deve amar a si mesmo e conhecer-se.

Na obra *De Amicitia*, em que Cícero disserta sobre a amizade, ele usa as definições de amizade, de princípio do vínculo de benevolência e de caridade de modo semelhante à ideia de cuidado, ao afirmar que:

O amor, que dá nome à amizade, é o princípio do vínculo de benevolência. (...) a amizade é tudo aquilo que é verdadeiro e voluntário. (...) essa é uma verdade que podemos constatar até em alguns animais, naqueles que amam os filhotes por algum tempo e por eles são amados, de modo que o sentimento facilmente aparece. E evidencia-se ainda mais nos homens, primeiro pela caridade que une pais e filhos, que só um crime abominável pode destruir;⁴⁶

⁴³ A ideia de cuidado, *oikeiosis*, aqui está definida como *principio generi*.

⁴⁴ CÍCERO. *De Officiis*, I, 11: *Principio generi animantium omni est a natura tributum, ut se, vitam corpusque tueatur, declinet ea, quae nocitura videantur, omniaque, quae sint ad vivendum necessaria anquirat et paret, ut pastum, ut latibula, ut alia generis eiusdem. Commune item animantium omnium est coniunctionis appetitus procreandi causa et cura quaedam eorum, quae procreata sint.*

⁴⁵ Vogt observa que esse conceito de amor não é um *pathos*. Cf. VOGT. *Law, Reason and the Cosmic City*, p. 104.

⁴⁶ CÍCERO. *De Amicitia*, 26-27: *Amor enim, ex quo amicitia nominata est, princeps est ad benevolentiam coniungendam. (...) [amicitiae] est, id est verum et voluntarium. [27] Quod quidem quale sit, etiam in bestiis quibusdam animadverti potest, quae ex se natos ita amant ad quoddam tempus et ab eis ita amantur ut facile earum sensus appareat. Quod in homine multo est evidentius, primum ex ea caritate quae est inter natos et parentes, quae dirimi nisi detestabili scelere non potest;*

Disso depreendemos que não só não temos uma única palavra em latim para designar este conceito, como também é de difícil determinação; ao mesmo tempo em que é um cuidado para com a conservação e a sobrevivência é um amor natural e espontâneo⁴⁷.

A segunda forma de cuidado, apenas observada nos homens, estabelece-se em uma relação deste princípio de conservação com o agir. Cícero diz que as coisas conforme a natureza são apetecíveis em si mesmas e as contrárias devem ser evitadas. Assim, o primeiro dever (*kathekon*) do homem é conservar a sua natureza, e o segundo é obter as coisas que lhe são conformes e rejeitar as contrárias. Trata-se de uma constante conformidade com a natureza, que coincide com o verdadeiro bem; os deveres derivam do honesto e se fundamentam nele, e a sua finalidade é a virtude⁴⁸; as fontes dos deveres são enunciadas nas virtudes⁴⁹ como sabedoria, justiça, magnanimidade e decoro, apresentadas em *De Officiis*, I, 15:

Tudo aquilo que é honesto é oriundo de uma dessas quatro fontes: ou se encontra na diligente procura pela verdade; ou na proteção da sociedade humana, ao dar a cada um o seu e ao preocupar-se com os assuntos acordados; ou na grandeza e força de um ânimo sublime e invencível; ou na ordem e na medida de todas as coisas que se faz e se diz, em que há moderação e temperança. Essas quatro partes são coligadas entre si e implicam umas nas outras⁵⁰.

⁴⁷ LÉVY, na obra *Cicero Academicus*, analisa a origem, a extensão do conceito e as formulações ciceronianas para esse. pp.377-444. LÉVY, C. *Cicero academicus: Recherches sur les Académiques et sur la philosophie cicéronienne*. Paris: Collection de l'Ecole française de Rome, 1992.

⁴⁸ CÍCERO. *De Officiis*, II, 1.

⁴⁹ Ao analisar essa parte da teoria segundo a obra crisipiana, Vogt aponta que um importante aspecto da teoria da *oikeiôsis* é como vemos os outros e afirma que, ao nos tornarmos virtuosos, mudamos nossa disposição em relação aos outros; ademais, essa teoria diz respeito a como nós vemos os outros pertencendo ao mesmo todo que nós. Cf. VOGT. *Law, Reason and the Cosmic City*, p. 100.

⁵⁰ CÍCERO. *De Officiis*, I, 15: *Sed omne, quod est honestum, id quattuor partium oritur ex aliqua. Aut enim in perspicientia veri sollertiaque versatur aut in hominum societate tuenda tribuendoque suum cuique et rerum contractarum fide aut in animi excelsi atque invicti magnitudine ac robore aut in omnium, quae fiunt quaeque dicuntur ordine et modo, in quo inest modestia et temperantia. Quae quattuor quamquam inter se colligata atque implicata sunt, tamen ex singulis certa officiorum genera nascuntur, velut ex ea parte, quae prima discripta est, in qua sapientiam et prudentiam ponimus, inest indagatio atque inventio veri, eiusque virtutis hoc munus est proprium.*

Os ensinamentos acerca dos deveres, deixados nos preceitos, porém de maior aplicação prática, devem ser utilizados em todos os âmbitos da vida, quer pública ou privada. De certa maneira, os deveres se fundamentam nessas virtudes: eles devem ser úteis e o seu cumprimento pode ocorrer por cinco vias, das quais duas dizem respeito à conveniência e à honestidade, duas pertencem ao domínio daquilo que é útil para a vida e a quinta consiste na análise do que será escolhido, principalmente quando as partes estão em conflito⁵¹. A virtude, por sua vez, consiste em três coisas: primeira, conhecer aquilo que em cada coisa há de verdadeiro e autêntico, o que lhe é mais conforme e a consequência disso, a origem e a causa; segunda, frear as paixões da alma e fazer com que os apetites obedeçam à razão; e, terceira, tratar com moderação e sensatez aqueles com os quais convivemos, a fim de que, graças às suas cooperações possamos ter em abundância aquilo que a natureza exige, defendendo-nos daquilo que é oposto, vingando-nos daqueles que ameaçam e infligindo castigos de acordo com o que a equidade e a humanidade permitem⁵². Com isso, Cícero nos permite pensar, no primeiro caso, na virtude da sabedoria, no decoro no segundo e na magnanimidade e justiça no terceiro.

A ação útil conduz o homem ao bem moral; essa pode ser praticada tanto pelo sábio quanto pelo homem médio – adiante trataremos da figura do sábio. E as ações médias podem ser exercidas tanto pelo sábio quanto pelo homem comum. No entanto, as ações médias, para o sábio, serão sempre ações corretas, pois, em princípio, a inclinação do sábio é virtuosa. Não se mede a ação pelo escopo, mas por sua intenção⁵³; é por isso que as ações virtuosas, quando exercidas por homens comuns, serão (apesar de corretas e terem satisfeito os mesmos objetivos das ações retas) sempre ações médias, nunca perfeitas. O sábio, por conhecer justamente a ordem do universo e, com sua firme disposição, age de forma perfeita. Ademais, com a vontade do sábio visando apenas ao bem supremo, ele jamais se afasta da moralidade perfeita. É na vontade (nesta inclinação da alma à virtude) que existe a diferença entre as ações médias (homens comuns de alma imperfeita) e as ações perfeitas, dos sábios. Assim, a investigação sobre os deveres é dupla: pois há o dever absoluto, os *katóρθομα*, que levam à ação correta, e o dever

⁵¹ CÍCERO. *De Officiis*, II, 9.

⁵² CÍCERO. *De Officiis*, II, 18.

⁵³ Adiante veremos que esta questão é mais complexa, e a ação tem grande importância, uma vez que a intenção não é suficiente para o exemplo histórico.

comum, os *kathékon*⁵⁴, *officium*⁵⁵. A ação reta do sábio está, assim, de acordo com o dever absoluto. A ação honesta é encontrada nos sábios e jamais pode ser separada da virtude⁵⁶. Cícero considera o útil e o honesto conjuntamente ao descrever o virtuoso; apenas seria virtuoso, para o filósofo, aquilo que fosse simultaneamente útil e honesto, fundamentos da ação paradigmática do sábio-político.

Outra forma de explicar os deveres é por meio das imagens das *personae*, as personagens, pelos quais os poetas, pelo critério de verossimilhança, estabelecem o que é conveniente a cada um a partir do caráter, ou seja, as ações humanas devem ser decorosas assim como as das personagens, verossímeis⁵⁷. O decoro aparece como virtude que ordena, diz o que é adequado a cada um, dá constância e moderação às palavras e ações. O primeiro dever que decorre disso é agir de acordo com a harmonia da natureza e respeitar as leis; em seguida, o que é mais conveniente para a vida dos homens em comunidade é a fortaleza e a coragem. O resultado deve ser a razão comandar e o apetite obedecer. E “qualquer ação deve, todavia, ser isenta de toda a temeridade e de toda a negligência, nem se deve realmente fazer algo em relação ao qual nenhuma razão provável possa ser aduzida – tal é, com efeito a definição de dever”⁵⁸.

Pelo uso da razão, o homem percebe a ordem e a harmonia dos deveres e os estima mais do que as coisas que amava antes. Cícero afirma que a sabedoria passa a ser mais estimada que os princípios da própria natureza. Esta seria, então, a terceira forma de cuidado, como lemos em *De Finibus*, III, 23:

Como, no entanto, tudo deve ter o seu princípio na natureza, é necessário que dela proceda também a própria sabedoria. E, assim como frequentemente acontece que aquele que foi recomendado a outro estima mais aquele a quem foi recomendado que aquele que o recomendou, assim não é de admirar que, tendo a natureza

⁵⁴ CÍCERO. *De Officiis*, I, 7-8.

⁵⁵ Cf. LÉVY, C. *Cicero Academicus*. pp. 523-535. Aponta como a teoria dos deveres é indissociável do mundo da cidade e examina a teoria em *De Officiis* e sua relação com as obras políticas *De Re Publica* e *De Legibus*.

⁵⁶ CÍCERO. *De Officiis*, III, 13.

⁵⁷ CÍCERO. *De Officiis*, I, 96-110.

⁵⁸ CÍCERO. *De Officiis*, I, 101: *Omnis autem actio vacare debet temeritate et neglegentia nec vero agere quicquam, cuius non possit causam probabilem reddere; haec est enim fere discriptio officii.*

posto nas mãos a sabedoria, venhamos depois a estimar mais a sabedoria que a própria natureza⁵⁹.

A sabedoria, como uma das virtudes em que se fundamentam os deveres, consiste na busca pela verdade, “é o conhecimento não apenas de tudo aquilo que é divino e humano como também das causas que os determinam”⁶⁰. Ela é a primeira fonte do dever e melhor se manifesta na vida humana mostrando aos homens o que deve ser seguido e evitado, de modo prudencial.

Por fim, podemos estabelecer a dimensão social do homem no quarto momento do cuidado; essa etapa se fundamenta na associação dos seres racionais, na pátria comum de homens e deuses⁶¹. Do cuidado consociável depende o comportamento do sábio, suas ações retas e seu caráter socialmente e politicamente engajado⁶². Cícero expõe sua percepção da sociabilidade natural na passagem em que estabelece uma relação direta entre o cuidado dos nascidos e a natureza, e entre a natureza e a sociedade. O cuidado consociável permite-nos pensar que a natureza, ao dotar os homens de um impulso social, faz com que eles o manifestem na união recíproca, como lemos em *De Finibus Bonorum et Malorum* III, XIX, 62-63:

Julgam relacionadas a essas coisas a compreensão de ser uma disposição natural os filhos serem amados pelos pais; e deste princípio nasceu a sociedade e a comunidade do gênero humano. Basta observar a própria forma e os próprios membros do corpo para perceber a motivação para a procriação que, por si, expressam o cuidado que a natureza teve. E não é possível que a natureza tenha querido procriar e que não cuide de zelar e conservar o procriado. (...) Assim, a natureza mesma nos impele a amar o que geramos. 63. Deste modo, provém da natureza a tendência para relacionar os homens entre os homens, o que faz

⁵⁹ CÍCERO. *De Finibus*, III, 23: *Cum autem omnia officia a principiis naturae proficiscantur, ab isdem necesse est proficisci ipsam sapientiam. sed quem ad modum saepe fit, ut is, qui commendatus sit alicui, pluris eum faciat, cui commendatus sit, quam illum, a quo, sic minime mirum est primo nos sapientiae commendari ab initiis naturae, post autem ipsam sapientiam nobis cariorem fieri, quam illa sint, a quibus ad hanc venerimus.*

⁶⁰ CÍCERO. *De Officiis*, II, 5.

⁶¹ CÍCERO. *De Legibus*, I, VII, 23.

⁶² RADICE. *Oikeiosis: Ricerche sul fondamento del pensiero stoico sulla sua genesi*. p.222.

com que nenhum homem possa parecer estranho a outro homem, e isto pelo simples fato de ser homem. (...) Muito maior é a agregação entre os homens, e por natureza somos aptos a nos reunirmos em agrupamentos, conselhos e *ciuitates*⁶³.

Portanto, o cuidado, uma disposição ou estado da alma⁶⁴, faz com que os homens busquem não apenas a conservação de si, mas também dos filhos, dos que são próximos, até alcançar os membros de uma *ciuitas*. Desse modo, todos os homens tendem a conciliar-se, uma vez que o cuidado, primeiramente, é apenas de cada homem para consigo mesmo e, depois, passa ao todo como uma extensão do amor de si⁶⁵, pelos deveres e pela sociabilidade. Logo, reunir-se em uma *ciuitas* é uma manifestação da autoconservação, dos deveres, dos atos de acordo com a natureza e do impulso de sociabilidade, ou seja, dos quatro momentos do cuidado. É ele que determina o sentido do que é ser útil, pois é por meio dele que se estabelecem as relações sociais; logo, agir para ser útil é agir de acordo com a virtude, ou seja, com a natureza, o que, para Cícero, equivale a agir segundo os costumes da *ciuitas*. Além disso, uma vez que os homens buscam sua autoconservação, buscam também o que lhes é apropriado, e buscar o que é apropriado a cada um é um princípio da justiça, já que esta significa dar a cada homem o que lhe convém, e seus fundamentos são: “primeiro, que ninguém seja lesado, depois, que a utilidade comum seja salvaguardada”⁶⁶; ou seja, este último princípio do cuidado relaciona-se com a justiça, pois o homem deve buscar aquilo que é útil a todos e não apenas a si próprio. O que é justo é decoroso, pois consiste “em tudo aquilo que é conforme a excelência dos homens” e “aquilo que é conforme a natureza com vista à moderação e à temperança”⁶⁷. As noções de justiça e ordem moral estão intimamente

⁶³ CÍCERO. *De Finibus*, III, 62-63: [62] *Pertinere autem ad rem arbitrantur intellegi natura fieri ut liberi a parentibus amentur. A quo initio profectam communem humani generis societatem persequimur. Quod primum intellegi debet figura membrisque corporum, quae ipsa declarant procreandi a natura habitam esse rationem. Neque vero haec inter se congruere possent, ut natura et procreari vellet et diligi procreatos non curaret. (...) sic apparet a natura ipsa, ut eos, quos genuerimus, amemus, impelli. [63] ex hoc nascitur ut etiam communis hominum inter homines naturalis sit commendatio, ut oporteat hominem ab homine ob id ipsum, quod homo sit, non alienum videri.*

(...) *multo haec coniunctius homines. Itaque natura sumus apti ad coetus, concilia, civitates.*

⁶⁴ VOGT. *Law, Reason and the Cosmic City*. p.149.

⁶⁵ CÍCERO. *De Finibus*, III, 62-63.

⁶⁶ CÍCERO. *De Officiis*, I, 31.

⁶⁷ CÍCERO. *De Officiis*, I, 96.

ligadas àquela de agenciamento regulador do tempo, das fases e do que é apropriado à vida humana. Segundo Lloyd, “a justiça é concebida em parte como ligada à ordem temporal da vida humana, e, inversamente, o tempo não é simplesmente um fenômeno natural, é um aspecto do ordenamento moral do universo”⁶⁸. Se a cada idade, em cada fase, o homem deve fazer aquilo que lhe é apropriado, então deve fazer aquilo que é justo, ao mesmo tempo, à idade, ou seja, o tempo é um aspecto de ordenação moral.

Do ponto de vista coletivo, de certa forma, o cuidado já aponta para o amor pátrio, uma vez que expõe como naturais os laços entre os homens virtuosos e o que lhes é apropriado. Estão postos na natureza humana o amor e, por extensão, uma concórdia com seus semelhantes. Disso depreendemos que, na obra ciceroniana, há um espaço para um afeto social e o cuidado com o outro – o homem deve desenvolver sua sociabilidade natural. A ação racional que visa à sociabilidade já é uma ação política, uma vez que trata do bem comum. Vogt aponta que, para Cícero:

a teoria da *oikeiôsis* está ligada às ideias-chave da filosofia política estoica. A instrução para considerar todos os outros como concidadãos acrescenta um domínio político às exigências que a teoria da *oikeiôsis* esboça; isso enfatiza o aspecto de estar afiliado com os outros para considerá-los como protegidos pela mesma lei⁶⁹.

A razão possibilita ao homem desenvolver outras habilidades, como a linguagem e a percepção do tempo, fundamentais para a vida em sociedade. O homem é o único que pode perceber o passado, o presente e projetar o futuro, e estabelecer as relações de causa e consequência. Não ignora o que vem antes, ou seja, o passado, e com o conhecimento do presente pode projetar o futuro, pois o presente fornece as causas para o futuro; além disso, os homens, por conhecerem bem o passado e o presente, tornam-se mais preparados para o que tem por vir, sendo prudentes. Em *De Officiis*, I, 11 Cícero diferencia homens e animais por essas características, como lemos:

⁶⁸ LLOYD. *Les Cultures et le temps*, p.140. *La justice est conçue en partie comme liée au bon ordre temporel de la vie humaine et, inversement, le temps n'est pas simplement un phénomène naturel, il est un aspect de l'ordonnement moral de l'univers.*

⁶⁹ VOGT. *Law, Reason and the Cosmic City*, p. 105.

11 (...) Mas a diferença mais marcante entre homens e animais é a seguinte: o animal, porque é comandado pelos sentidos, adapta as suas ações apenas àquilo que é próximo e presente, e é pouco afeito à percepção do passado e do futuro; o homem, porém, porque é partícipe da razão, por meio dela estabelece relações, percebe a causa das coisas, não ignora os pregressos e, por assim dizer, os antecedentes, compara as coisas iguais e associa intimamente as coisas futuras às presentes, pode facilmente perceber todo o curso da vida e preparar as coisas necessárias para a sua conduta⁷⁰.

Nessa passagem, Cícero usa três palavras como sinônimas para amplificar e reforçar o sentido do que quer dizer: “causa”, “pregressos” e “antecedentes” marcam a capacidade natural do homem de perceber o passado por ser racional. É preciso compreender o passado para explicar as ações humanas presentes, e uma das formas de se fazer isso é escrevendo narrativas históricas e usando exemplos históricos. Com isso, o homem naturalmente é capaz de perceber o curso da vida e da pátria. Se vimos até agora que o homem possui uma sociabilidade natural, a partir de então, pela percepção temporal podemos dizer que o homem possui uma historicidade natural.

Da mesma forma que a razão possibilita a percepção temporal, ela também permite ao homem conjecturar, e, dessa forma, ele exerce sua capacidade prudencial. Além disso, a sociabilidade e a historicidade naturais são possíveis, pois, segundo *De Officiis*, I, 12, Cícero relaciona a linguagem dada pela natureza e para a vida social:

12. Essa mesma natureza, pela força da razão, associa homem com homens e cria uma correspondência que se manifesta na linguagem e na vida social, inspira acima de tudo um extraordinário amor pela prole, induz a desejar associações e celebrações; por esses mesmos motivos, [a natureza] comanda os

⁷⁰ CÍCERO. *De Officiis*, I, 11: *Sed inter hominem et beluam hoc maxime interest, quod haec tantum, quantum sensu movetur, ad id solum, quod adest quodque praesens est se accommodat, paulum admodum sentiens praeteritum aut futurum. Homo autem, quod rationis est particeps, per quam consequentia cernit, causas rerum videt earumque praegressus et quasi antecessiones non ignorat, similitudines comparat rebusque praesentibus adiungit atque adnectit futuras, facile totius vitae cursum videt ad eamque degendam praeparat res necessarias.*

esforços dos homens para procurarem aquelas coisas que são necessárias à vida e à sua comodidade e não apenas para si mesmos, mas para a mulher, os filhos, para todos os outros que lhes são caros e devem proteger. Este cuidado estimula os ânimos e os torna maiores, tendo em vista as ações que estão por serem feitas⁷¹.

Ao estabelecer que há ações por serem feitas, Cícero abre espaço para a ação presente e futura. Ao conhecer as causas, o homem, como vimos, tem noção de seu passado, vive no tempo presente, que é o tempo da ação, e deve se preocupar com o que há por fazer, no futuro.

Como é retomado em *De Officiis*, I, 50-51, o vínculo entre os homens é estabelecido por meio da razão e da linguagem, *ratio* e *oratio*. Elas associam os homens uns aos outros, reunindo-os numa espécie de sociedade natural. Este é o aspecto que mais nos afasta da natureza dos animais. Então, o laço que mais une os homens é aquele de uma sociedade na qual todas as coisas foram criadas pela natureza para usufruto comum e são pertença de toda a comunidade, de tal modo que tudo aquilo que é regulado pelas leis civis possa ser encontrado em conformidade com aquilo que é estabelecido pelas leis naturais. Assim, a tendência natural para constituir uma *ciuitas* tem a possibilidade de se realizar, uma vez que a natureza associa, por meio da razão, “homem com homem pelos laços de linguagem e de vida”. No estoicismo, o universo é racional e o homem é parte dele; a reta razão só pode estar em conformidade com a incitação inicial da natureza. O vínculo estabelecido pela razão e pela linguagem permite ao homem ensinar, aprender, comunicar, discutir, raciocinar, e, nessas ações, se manifestam a sua sociabilidade natural e a historicidade natural.

A construção do significado do termo *sermonis* é o correspondente exato do conceito de *oratio*, ou seja, *oratio* em *De Officiis* é semelhante ao uso de *sermonis* em *De*

⁷¹ CÍCERO. *De Officiis*, I,12: *Eademque natura vi rationis hominem conciliat homini et ad orationis et ad vitae societatem ingeneratque imprimis praecipuum quendam amorem in eos, qui procreati sunt impellitque, ut hominum coetus et celebrationes et esse et a se obiri velit ob easque causas studeat parare ea, quae suppeditent ad cultum et ad victum, nec sibi soli, sed coniugi, liberis, ceterisque quos caros habeat tuerique debeat, quae cura exsuscitat etiam animos et maiores ad rem gerendam facit.*

Re Publica, III, II, 3, quando Cícero apresenta sua teoria da escrita e da linguagem, por meio da mente, que é identificada à razão e à natureza. A linguagem permite que os homens se relacionem, comuniquem-se e vivam de modo consensual; além disso, a escrita de cartas aos ausentes e a documentação dos feitos passados permitem à mente humana se deslocar no espaço e no tempo, respectivamente:

(...) como tivesse encontrado os homens proferindo algo incompleto e confuso mediante vozes disformes, [a mente] as separou e as distinguiu em partes e imprimiu palavras às coisas, como uma espécie de signos; e aos homens, dissociados antes, congregou-os entre si com o vínculo de linguagem. Os sons da voz, que pareciam infinitos, também foram todos, pela mesma mente, identificados e expressos com alguns poucos caracteres inventados, com os quais tiveram tanto colóquios com os ausentes como indicações das vontades e documentos dos feitos passados⁷².

Cícero estabelece que linguagem e percepção do tempo conjugadas possibilitam ao homem ordenar o tempo cronologicamente, dividi-lo e organizá-lo. A razão e a linguagem permitem ao homem se deslocar no tempo e voltar ao passado por meio da memória e de narrativas históricas. Assim, por querermos compreender o recurso à história nas obras políticas consideramos tão importante a relação entre linguagem, razão e tempo na matriz ciceroniano-estoica. Na vida política, é estabelecido um elo entre o presente e o passado que dá sentido à ação do presente pela reinterpretação dos *exempla*, e a razão fornecerá a interpretação correta, que guiará a ação para produzir novos feitos memoráveis.

Devemos notar ainda que a percepção do tempo manifesta-se discursivamente, na narrativa. A linguagem permite a agregação dos homens e a documentação dos feitos

⁷² CÍCERO. *De Re Publica*, III, 3: *eademque cum accepisset homines inconditis uocibus inchoatum quiddam et confusum sonantes, incidit has et distinxit in partis et ut signa quaedam sic uerba rebus inpressit hominesque antea dissociatos iucundissimo inter se sermonis uinculo conligauit. A simili etiam mente uocis, qui uidebantur infiniti, soni paucis notis inuentis sunt omnes signati et expressi, quibus et conloquia cum absentibus et indicia uoluntatum et monumenta rerum praeteritarum tenerentur.*

passados, ou seja, a política e a história, e como veremos, nos próximos capítulos, a matéria da história é a ação política.

As ações que estão por serem feitas, os novos feitos memoráveis serão os feitos políticos. Sua realização cabe tanto ao homem médio como, principalmente, ao homem sábio, que possui ânimo forte e constante, conserva o ânimo presente e é capaz de discernir, sem se afastar da razão; conseqüentemente, possui maior capacidade prudencial, como lemos em *De Officiis*, I, 81:

E se isso é privilégio de um ânimo forte, é sinal de um grande engenho prever o pensamento as coisas futuras, e também determinar o quanto possível, antecipadamente, aquilo que de bom e de mau possa acontecer, bem como aquilo que deve ser feito quando isto suceder, sem que tenha de se ver constrangido a dizer que não havia pensado nisso. São estas as ações de um espírito forte e excelente, que confia na prudência e no discernimento⁷³.

Se quem mais conhece e nos fornece o paradigma de ação é o homem sábio⁷⁴, cabe à “filosofia elaborar a noção de virtude, na qual se realiza uma vida autenticamente humana”⁷⁵, pois esta apenas é possível por meio do conhecimento. Quem é o homem sábio? Como Cícero elabora esta figura? Primeiramente, devemos considerar que a sabedoria deve proceder da natureza⁷⁶, e pode ser tanto interpretada como “diligente procura pela verdade”⁷⁷ ou como “ciência não apenas de tudo aquilo que é divino e humano como também das causas que os determinam”⁷⁸; ou seja, se a sabedoria consiste no conhecimento das causas, logo, é o conhecimento do passado. Se a vida se realiza na

⁷³ CÍCERO. *De Officiis*, I, 81: *Quamquam hoc animi, illud etiam ingenii magni est, praecipere cogitatione futura et aliquanto ante constituere, quid accidere possit in utramque partem et quid agendum sit, cum quid evenerit, nec committere, ut aliquando dicendum sit "non putaram". Haec sunt opera magni animi et excelsi et prudentia consilioque fidentis;*

⁷⁴ Vogt analisa que na *República*, de Zenão, apenas os sábios eram cidadãos, amigos, parentes e livres. Cícero parece manter a relação entre ser sábio, amigo e livre, mas não considera de modo tão estrito as questões relativas à sabedoria e aos papéis do sábio. Cf. VOGT. *Law, Reason and the Cosmic City*, p. 76.

⁷⁵ CÍCERO. *Academica Priora*, 31.

⁷⁶ CÍCERO. *De Finibus*, III, 7, 23

⁷⁷ CÍCERO. *De Officiis*, I, 15.

⁷⁸ CÍCERO. *De Officiis*, II, 5: *rerum divinarum et humanarum causarumque, quibus eae res continentur, scientia.*

república, as ações devem visar ao bem comum, e todos os exemplos paradigmáticos de sábios citados são homens políticos, como veremos nos parágrafos seguintes. Então, há uma dimensão política no conceito de sabedoria, na medida em que a vida, segundo a natureza, se realiza na *ciuitas*, pois o homem é sociável por natureza. Devemos notar que o sábio, na obra ciceroniana, não é uma construção hipotética, mas se refere a homens que de fato existiram e realizaram grandes feitos, ou seja, eram também figuras históricas.

Dependendo da obra de Cícero, o sábio possui atribuições distintas⁷⁹, mas o que é comum a todos é a participação na vida política, a condução de uma vida virtuosa, a busca pelo bem comum e a correta interpretação das Leis da natureza, como lemos em *De Re Publica*, I, 52:

Na verdade, o que pode ser mais ilustre do que a virtude como governadora da república? Quando aquele que comanda outros não é, ele próprio, servo de nenhuma paixão, quando ele institui e conclama os concidadãos a todas aquelas obras de que ele próprio participa e não impõe ao povo leis que ele próprio não siga, mas apresenta sua vida a seus concidadãos como lei⁸⁰.

Dizer que a virtude governa a república é o mesmo que dizer: um homem sábio governa a república. O sábio visa o bem comum, a utilidade comum, colocando a república em primeiro lugar, uma vez que o primeiro dever do homem é com a república e, conseqüentemente, com todos os seus concidadãos. Cícero argumenta que o diálogo *De Re Publica* é travado por “varões ilustríssimos e sapientíssimos”⁸¹, que os homens devem praticar as artes úteis à *ciuitas*, pois julga que “é a mais bela função da sabedoria

⁷⁹ Em *De Oratore*, ele é o orador e político que participa da vida pública e é o mais apto a escrever as narrativas históricas. Em *De Legibus*, o sábio é o político legislador. Em *De Amicitia* e *De Senectute*, eles são políticos amigos e velhos. Em *De Officiis*, eles manifestam perfeitamente todas as virtudes e trabalham para a realização dos deveres, sendo que o primeiro deles é para com a pátria. Em *De Re Publica*, há por excelência a manifestação do sábio-político na gestão da república, e se destacam as figuras de Catão e Cipião.

⁸⁰ CÍCERO. *De Re Publica*, I, 52: *Virtute vero gubernante rem publicam, quid potest esse praeclarius? cum is qui inperat aliis servit ipse nulli cupiditati, cum quas ad res civis instituit et vocat, eas omnis complexus est ipse, nec leges inponit populo quibus ipse non pareat, sed suam vitam ut legem praeferat suis civibus.*

⁸¹ CÍCERO. *De Re Publica*, I, 13: *clarissimorum ac sapientissimorum nostrae ciuitatis uirorum*

e, ou o grande exemplo, ou o dever da virtude”⁸². Dessa forma, temos uma obra em que se relaciona sabedoria e política.

Cícero, no exórdio do *De Re Publica*, I⁸³, constrói a figura do homem sábio por meio de dois argumentos centrais: o amor pátrio e o combate aos que julgam que a sabedoria é incompatível com a vida pública. Os varões que lutaram pela salvação da pátria são dignos de admiração, pois colocaram os interesses públicos em primeiro lugar; são os que antepõem o amor à pátria ao seu. O amor à pátria é um sentimento de reconhecimento, na medida em que tudo o que temos devemos a ela; ele deve ser incondicional. Cícero faz objeções àqueles que se opõem à atividade política e mostra a necessidade de os bons concidadãos protegerem os outros concidadãos. Eles precisam estar preparados a qualquer momento quando a república necessitar. Desse modo, o que carregamos na memória é o nome dos homens públicos. O concidadão virtuoso deve dedicar-se ativamente à política, deve ter qualidades morais que o habilitem à ação política. Um político-sábio é aquele que é educado nas artes liberais e nos costumes romanos, como o exemplo de Catão em *De Re Publica*, I, 1, que possui “ação e virtude”.

Nosso autor escreve contra os epicuristas – chamados de “opositores” ou “vulgo” –, e, para sustentar sua argumentação, emprega a doutrina estoica e os exemplos de homens que agem segundo preceitos estoicos e que lutaram pela pátria. Ao mesmo tempo em que combate os epicuristas, elabora a figura do sábio baseando-se na virtude, como aquela que foi dada aos homens pela natureza para a utilidade comum, pública. Ademais, enfatiza a necessidade de praticá-la, ou seja, de usá-la na vida pública em benefício do povo. O que os filósofos dizem de reto e honesto é confirmado pelos que fazem as leis para a *ciuitas*. O sábio para Cícero é o que ensina as virtudes como justiça, confiança, equidade, pudor, continência, honra, honestidade, fortitude, religião e direito das gentes por meio das disciplinas⁸⁴. Algumas destas virtudes serão confirmadas pelos costumes e outras sancionadas pelas leis. Assim, o concidadão sábio é aquele que defende os interesses públicos, é um homem sábio e político. É dever do concidadão sábio e político engrandecer as obras do gênero humano por meio de seu discernimento e trabalho, e isso ocorre por estímulo da própria natureza. É dever dos concidadãos cuidar da pátria, ou seja, servir a pátria para que ela também lhes proporcione um refúgio. Logo, a pátria não

⁸² CÍCERO. *De Re Publica*, I, 33: *id enim esse praeclarissimum sapientiae munus maximumque uirtutis uel documentum uel officium.*

⁸³ Cf. CÍCERO. *De Re Publica*, I, 1-13.

⁸⁴ Cf. CÍCERO. *De Re Publica*, I, 2.

pode ser um simples refúgio sem darmos nada a ela. Aos bons, aos fortes e aos de grande ânimo não haveria causa mais justa do que servir à república⁸⁵.

Cícero, no exórdio, coloca-se como sábio-político, pois ocupou um cargo público quando a República estava em crise. Todos os interlocutores ocuparam cargos públicos, e o principal interlocutor, Cipião, ao explicar como as pessoas devem ouvi-lo e, assim, vê-lo, formula: um togado, “instruído de modo livre e foi abrasado pelo desejo de aprender desde a infância, mas foi muito mais instruído pela experiência e pelos preceitos domésticos do que pelas letras”⁸⁶. Assim, temos uma junção de teoria e prática, e se pensarmos na filosofia estoica paneciana, que o formou, a teoria apenas possui importância se praticada.

Quanto à sua formação, discute-se, especialmente, o espaço dado à filosofia, uma vez que o filósofo não é necessariamente o sábio, mas o sábio possui formação filosófica⁸⁷ e precisa ter um equilíbrio entre sua formação e suas atividades, entre teoria e ação, ou seja, filosofia e ação política; assim, une *negotium* e *otium*⁸⁸, *uita* e *sapientia*⁸⁹.

Cícero, Cipião, Catão, representam a perfeita figuração do exemplo. O sábio político deve dar ao seus concidadãos o exemplo, deve possuir a virtude em si para que a república tenha uma forma justa – conseqüentemente, não degenerada – pois a virtude de quem governa a república ou daqueles que a governa proporciona a estabilidade para a vida política. Dessa maneira, temos homens particulares que devem pensar no bem comum. Em *De Re Publica*, III, 5, Cícero afirma: “(...) Pois o que pode ser mais notável do que a união da prática e da experiência dos grandes feitos com o conhecimento e os esforços naquelas artes? Ou quem pode se imaginar mais realizado que Públio Cipião, que Caio Lélío, que Lucio Filo?”⁹⁰ Ele coloca na figura de três homens públicos a realização, a ideia de dever cívico cumprido. Em outras obras, cita grandes exemplos de

⁸⁵ Cícero, como um homem sábio e político, autoriza-se como escritor de suas obras políticas, porque foi cônsul em um momento de crise; assim, coloca-se como o homem que ocupava o cargo certo na hora certa.

⁸⁶ CÍCERO. *De Re Publica*, I, 36: *non illiberaliter institutum studioque discendi a pueritia incensum, usu tamen et domesticis praeceptis multo magis eruditum quam litteris.*

⁸⁷ Cf. Os três exórdio de *De Officiis*.

⁸⁸ Cf. Exórdio de *De Re Publica*, I.

⁸⁹ Cf. CÍCERO. *De Oratore*, III, 88. Alain Michel afirma que o orador é “um representante da sabedoria em ação”. MICHEL, A. *Les rapports de la rhétorique et de la philosophie dans l’oeuvre de Cicéron*. p.656.

⁹⁰ CÍCERO. *De Re Publica*, III, 5: *Quid enim potest esse praeclarius, quam cum rerum magnarum tractatio atque usus cum illarum artium studiis et cognitione coniungitur? aut quid P. Scipione, quid C. Laelio, quid L. Philo perfectius cogitari potest?*

sábios-políticos⁹¹, como em *De Oratore*⁹², Crasso⁹³ e Antônio⁹⁴; Lélío, Cipião e Catão em *De Senectute*⁹⁵ e *De Amicitia*⁹⁶. Assim, o sábio é o mais apto a viver de acordo com a

⁹¹ O que depreendemos da figura do sábio, não importa se político, historiador, ancião, orador ou filósofo, é que de um modo geral foram homens de formação estoica, conheciam os costumes romanos, agiam de acordo com a razão, eram virtuosos e se dedicaram à vida pública. Sabiam observar a passagem do tempo, conheciam o passado, sabiam como agir no presente e até no futuro, com base nas experiências pregressas.

⁹² Em *De Oratore*, em que temos as posições de Crasso e Antônio sobre o melhor orador e qual a formação ele deveria receber, Antônio critica Crasso, que defende a formação filosófica, dizendo que o orador deve ser dotado de uma inclinação natural para tal tarefa e deve ter experiência, ser hábil para identificar pensamentos, sentimentos, opiniões de seus concidadãos e daqueles que seu discurso quer persuadir. Ele defende que os livros dos filósofos devem ficar restritos para os tempos de férias, para o orador não correr o risco, por exemplo, de no momento em que lhe couber falar da justiça, tomar de empréstimo Platão, que expôs o conceito de justiça de forma distante da realidade da vida cotidiana e dos costumes da comunidade civil (*De Oratore*, III, 88). Com isso, Antônio tenta defender que a filosofia distancia os homens da realidade. Crasso defende a tese de que o orador deve conhecer muitas artes e reatar os laços entre retórica e filosofia. Devemos notar que as considerações sobre a relação do estudo da filosofia atrelado à retórica devem ser ponderadas, uma vez que Cícero combate todos que se afastam da vida pública apenas para filosofar e defende uma interação entre a formação filosófica, os costumes e a prática; ou seja, argumenta que é tarefa do sábio ocupar-se da política, logo, depreendemos que o orador é também um político e um sábio; com isso, o ideal de filósofo e sábio não é mais aquele que se dedica apenas à contemplação, mas às questões da vida prática. Cita como exemplo Catão e Cipião, homens que tiveram uma ampla formação tanto nas artes quanto nos costumes e na vida. Pelo fato de o orador conhecer todos os assuntos e atrelá-los à arte oratória, ele será o mais indicado para tratá-los, pois saberá dizer de modo ornado.

⁹³ Crasso tenta buscar escolas que seriam as mais adequadas para a formação do orador perfeito, ou seja, escolas que não dissociavam a retórica da filosofia e que privilegiavam um tratamento de questões voltadas mais à ética e à política do que às questões da natureza. Pois de nada adianta, para Cícero, um discurso que não seja útil à república. O orador deve operar uma síntese entre retórica e filosofia, técnica de composição e transmissão do discurso atrelada a um conteúdo moral, ou seja, deve ser um orador, um filósofo e um homem de ação ao mesmo tempo, um guia político, um chefe de governo, o principal no senado, nas assembleias populares e nas causas públicas – com isso, estabelece um ideal de sábio. São afastados os epicuristas e os estoicos, e aproximados os peripatéticos e os acadêmicos. Aqui temos um primeiro paradoxo, pois os exemplos de Catão e Cipião o contradizem, uma vez que receberam formação estoica. Além disso, critica Sócrates ao afirmar: “Sócrates depois separou, como expliquei, os eloquentes dos doutos, e assim fizeram todos os socráticos, e a partir daquele momento os filósofos desprezaram a eloquência, e os oradores, a sabedoria” (*De Oratore*, III, 72); assim, não houve mais aquela aliança entre sabedoria e a palavra. Ou seja, Cícero quer demonstrar que a palavra, a retórica, deve estar atrelada à sabedoria, à filosofia. Apesar de criticar a postura dos filósofos estoicos, não seria a filosofia estoica média, defendida por Panécio, estudada por Catão e Cipião, adaptada ao contexto romano a mais apta ao homem imerso na vida da república, ao contrário da acadêmica e da peripatética? Esta resposta não será encontrada no *De Oratore*, mas em *De Re Publica* e *De Officiis*, obras políticas e morais em que predomina o pensamento estoico. Essas visam a formação do cidadão, principalmente o que deve estar apto a governar, que deve ser educado nas artes liberais e nos costumes romanos. Fox em *Cicero's Philosophy of History*, p. 120, aponta que, nos diálogos, são as figuras históricas dos interlocutores que contribuem particularmente com as obras, e Cícero trabalha com a verossimilhança dessas com a argumentação defendida. Fox ainda argumenta que a questão central da obra é, na verdade, “o quanto a retórica é parte essencial da vida política romana”, por isso é preciso discutir quem é o político, quem é o orador e quem foram as figuras históricas romanas que atrelaram essas duas artes.

⁹⁴ Parece-nos que Cícero defendia e acreditava mais nas ideias de Crasso do que de Antônio, porém a argumentação de Antônio é pertinente, na medida em que o exemplo do conceito de justiça de Platão é fortemente combatido por Cícero, que valoriza e defende conceitos politicamente e historicamente fundamentados; por outro lado, a filosofia acadêmica é apontada como uma das melhores a ser estudada pelo orador. Mas os exemplos dos grandes homens citados são de cidadãos romanos que receberam como formação a filosofia estoica. Ao final, o que importa é atrelar a filosofia à palavra. Além disso, a *uita*, a prática e a experiência são elementos fundamentais na formação do orador, pois “o conhecimento das coisas fica fácil se a prática (*usus*) firma a doutrina”. Assim, há complexidade e abrangência na formação do orador; não é algo possível de ser feito isoladamente: “ninguém pode florescer e sobressair-se na eloquência, não apenas sem a doutrina do dizer, mas ainda sem uma total sapiência. [II] Pois as outras artes se sustentam sozinhas, por si mesmas; o bem dizer, porém – isto é, o dizer de maneira sábia, hábil e ornamentada – não tem uma região definida, cujos limites possam ser demarcados” (CÍCERO. *De Oratore*, II, 5). Cícero quer fazer do homem eloquente um sábio e de um sábio um homem eloquente. Pois o sumo orador serão também todos aqueles homens que fazem uso da eloquência como o advogado, o historiador, o político; ele estará apto para sempre socorrer a república.

⁹⁵ Em *De Senectute*, Catão é representado como íntimo do círculo dos Cipiões, mestre de Lélío e de Cipião Emiliano, um cultivador da *humanitas* e da sociabilidade natural. É retratado como o *senex sapiens*, um ancião que conserva intacta sua *auctoritas* e seu prestígio político. A sabedoria, na obra, está no saber envelhecer, no seguir a natureza (*De Senectute*, 5), ou seja, o curso da vida, e no cultivo dos hábitos; com isso, a agricultura entra como metáfora do cultivo e do curso da vida. A fase da velhice é aquela em que a força está no ânimo e na mente (*De Senectute*, 38) e não no corpo, por isso a sabedoria é tão adequada aos anciãos. Notamos como a noção do que é apropriado, ou seja, a justiça e o decoro se unem aqui com a passagem do tempo, a velhice. É fazer na velhice o que é apropriado, decoroso, saber agir e envelhecer.

Cícero argumenta sobre o prazer dos agricultores: “esses não são impedidos de fato da velhice, mas se avizinham, parece-me, maximamente, da vida do sábio” (*De Senectute*, 51), e nos parece que a razão para isso é que ambos sabem observar o curso da vida, que de um grão transforma-se em troncos grossos e ramos (*De Senectute*, 52); com isso, observamos que o sábio ganha mais uma nuance: saber observar a vida, conhecer a passagem do tempo e saber se relacionar com ele. Isso demonstra como a argumentação desenvolvida em *De Oratore*, do orador, um sábio, que deve escrever as narrativas históricas, se relaciona com essa figura do sábio que observa o curso da vida, da natureza, sabe observar a passagem do tempo e as transformações que ocorrem. Ao indicar a leitura da obra *Economico*, de Xenofonte, Cícero afirma que essa obra louva a agricultura e trata da administração do patrimônio. Narducci afirma que, para Xenofonte, o caráter real da agricultura é estreitamente ligado à *sophrosyne* e consiste no saber comandar e no saber obedecer. A agricultura ensina sobre o domínio, o comando, também porque requer *endurance*, confere vigor viril a quem a pratica por levantar-se cedo, enfrentar longas jornadas, defender com as armas e com o trabalho o campo. Cícero deixa subentendida a relação entre a sabedoria do agricultor e a do político; ambos precisam do vigor e do comando. O *imperium* que se exprime no agricultor é uma referência histórica aos tempos em que os heróis de Roma cultivavam o campo, que sabiam trabalhar com o arado e governar. Como fundamenta a sabedoria e a *magnitudo animi*, a relação com a terra fundamenta também a continuidade dos valores políticos. Se a aristocracia ligada à terra mantiver este vínculo ficará ligada aos valores ético-políticos que fundamentaram o seu poder. (NARDUCCI, E. *Della Amicizia*, tradução, introduzida de Emanuelle Narducci, p.67-70).

⁹⁶ A amizade perfeita é aquela estabelecida entre homens sábios, no caso, Cipião e Lélío. Ela nada mais é do que o acordo perfeito de todas as coisas divinas e humanas, dada aos homens pelos deuses, e melhor do que ela, apenas a sabedoria (*De Amicitia*, 20). A amizade é pautada no princípio da troca e na justiça, no “princípio de conceder aos amigos o que quiserem e deles obter o que quisermos; seremos perfeitos sábios se o fizermos sem vício” (*De Amicitia*, 38). Dessa forma, as trocas com os amigos não podem ser desiguais, pois ofereceriam ou requisitariam coisas desiguais e talvez injustas. Assim, a amizade só pode existir entre os bons, e é próprio do sábio manter duas qualidades, a saber: “evitar fingimentos e simulações, pois a franqueza é mais nobre

virtude, o que é equivalente a viver de acordo com a experiência das coisas que vêm naturalmente.

De nada adianta possuir a virtude se não praticá-la; a sua grandeza está posta em seu uso: as virtudes são exercidas necessariamente no plano concreto, da ação de fato, com discernimento e escolha; nelas observamos a relação entre o conhecimento e a ação, a virtude e a ação. Se o sábio⁹⁷ é aquele que age de forma reta, por que ele sabe assentir e agir de forma reta melhor do que os outros homens? Em parte, é porque ele possui mais virtudes, entretanto, ele as pratica mais, visando o bem comum. Como afirmado em *De Finibus*, III, 64 “é digno de louvor aquele que se lança à morte pela república, dando-nos testemunho de que devemos amar mais a pátria do que a nós mesmos”. Em *De Re Publica*, I, 1-2, reitera-se o argumento das virtudes, do amor dado para a salvação comum – que nos parece um aspecto da *oikeiós*, de que já tratamos –, e a importância do sábio como aquele homem que age e não fica proclamando coisas pelos cantos:

Afirmo apenas: tanta foi a necessidade de virtude dada ao gênero humano pela natureza, tanto o amor dado para defender a salvação comum, que esta força venceu todos os afagos da volúpia e do ócio.

[II] 2. Não é suficiente, na verdade, ter a virtude, por assim dizer, como uma arte, a menos que se a pratique. Ainda que uma arte não seja praticada, sua ciência pode ser mantida, porém a virtude está posta inteiramente em seu uso; no entanto, sua prática máxima está em governar a *ciuitas* e não no discurso perfeito nem nas próprias coisas que aqueles proclamam pelos cantos⁹⁸.

que a ocultação dos pensamentos” (*De Amicitia*, 65). A amizade é uma virtude que liga os homens perfeitos, ou seja, os sábios; com isso, a amizade entre sábios é uma experimentação do amor (*De Amicitia*, 100).

⁹⁷ Sobre a teoria da ação e o sábio, Chauí observa: “Os estoicos comparam o sábio ao dançarino e ao ator, cuja ação é seu próprio ser e cuja finalidade se esgota no próprio ato de dançar ou representar, que exprime em cada instante a totalidade da ação, que tem seu fim em si mesma. Essa metáfora é própria de uma filosofia que identifica ser e agir e na qual a causa eficiente é, em última instância, a única causa real. A metáfora do dançarino e a do ator estão em conformidade e em harmonia com a lógica e a física; a primeira, como vimos, concebe a proposição como acontecimento e não como simpatia e harmonia de causas, isto é, como ordem e conexão de acontecimentos. Além disso, tais metáforas indicam a relação entre o ato e o tempo”. CHAUI. *Introdução à história da filosofia: as escolas helenísticas*. p. 167.

⁹⁸ CÍCERO. *De Re Publica*, I, 1-2: *unum hoc definitio, tantam esse necessitatem virtutis generi hominum a natura tantumque amorem ad communem salutem defendendam datum, ut ea vis*

A utilidade posta na definição de república⁹⁹ é recuperada nas exposições sobre as virtudes. O que é útil a um deve ser útil a todos para que possa ser chamado de útil. Se os homens devem socorrer uns aos outros pelo fato de serem homens, assim, pela mesma natureza, a utilidade deve ser comum a todos. Ação útil é virtuosa e, por conseguinte, honesta. A relação útil, honesta e virtuosa entre os cidadãos é permeada de afetividade, pois incita ao amor e à relação concorde entre todos, de modo justo, benevolente, magnânimo e decoroso. O sábio é aquele que mais pratica as ações virtuosas e sabe o que é útil à pátria e aos concidadãos. Em nenhuma das concepções de sábio há a ideia do afastamento da república.

Segundo Goldschmidt, a conformidade da república e do homem com a natureza não supõe a realização de uma adequação entre termos separados: a natureza não é a norma exterior à qual a ação deve se ajustar; na verdade, há um fim ético em viver em conformidade com a natureza¹⁰⁰. Estar em conformidade com a natureza é estar em conformidade com a razão. Vejamos a seguinte passagem de *De Legibus*, I, 56:

(...) sem dúvida é óbvio que o sumo bem consiste em viver conforme a natureza, isto é, uma vida moderada e própria da virtude; e em seguir a natureza, vivendo, por assim dizer, sob suas leis e sem nada poupar (enquanto seja possível) para realizar o que pede a natureza, o que implica numa vida submetida à virtude e às suas leis¹⁰¹.

A inclinação natural, ou seja, a inclinação racional, leva os homens a agirem de acordo com a *uoluntas*, que é regida pela racionalidade. Por sua vez, as paixões se opõem à razão e são obstáculos para o homem atingir a felicidade¹⁰². A paixão, diferentemente

omnia blandimenta voluptatis otique vicerit.(2) Nec vero habere virtutem satis est quasi artem aliquam nisi utare; etsi ars quidem cum ea non utare scientia tamen ipsa teneri potest, virtus in usu sui tota posita est; usus autem eius est maximus civitatis gubernatio, et earum ipsarum rerum quas isti in angulis personant, reapse non oratione perfectio.

⁹⁹ CÍCERO. *De Re Publica*, I, 39.

¹⁰⁰ GOLDSCHMIDT. *Le système stoïcien et l'idée de temps*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1953. p. 59

¹⁰¹ CÍCERO. *De Legibus*, I, 56: *Sed certe ita res se habet, ut ex natura uiuere summum bonum sit, id est uita modica et apta uirtu<ti> perfrui; atqui naturam sequi et eius quasi lege uiuere, id est nihil, quantum in ipso sit praetermittere, quominus ea quae natura postulet consequatur . . . quo <par>iter haec uelit uirtut<is> tamquam lege <nos> uiuere.*

¹⁰² Cf. VALENTE. *A Ética Estoica em Cícero*. p. 225.

da razão, tem raízes na opinião, por isso o sábio não pode estar sujeito a elas; é um movimento irracional da alma e contrário à natureza. Os homens guiados pela razão são os sábios, e os guiados pelas paixões são os não-sábios ou insensatos. Mas o que nos interessa aqui é a ação dos homens sábios, livres, que desempenham suas tarefas, conservam a virtude, enfim, que agem de acordo com a natureza. A sabedoria é viver, pensar e agir em conformidade com a natureza. Aderir à natureza e estar em conformidade a ela faz parte de um exercício consciente da parte que dirige a alma, ou seja, a razão. Dessa maneira, precisamos recorrer à teoria do conhecimento¹⁰³ para compreendermos de que modo o homem age racionalmente, pois apenas agimos retamente se conhecemos; as etapas do conhecimento são explicitadas da seguinte forma em *Academica Priora*, 145:

Estendida a mão com os dedos esticados, dizia: “a representação assemelha-se à minha mão”. Em seguida, encolhia um pouco os dedos: “o assentimento parece-se com esta posição”. Depois, dobrava completamente os dedos e, fechando o punho, dizia que tinha atingido a apreensão; da semelhança nasceu então o nome que ele deu à imagem do resultado desse gesto: *katalépsis*. Por fim, agarrou, com toda a força, no punho fechado com a mão esquerda, e disse que esta imagem correspondia ao conhecimento, mas que ninguém, salvo o sábio, era capaz de atingir¹⁰⁴.

O homem conhece por meio da sua mente, pois a capacidade de assentimento lhe garante a memória, e quando suas faculdades são aperfeiçoadas pela razão, chega-se à sabedoria, como lemos em *Academica Priora*, 30:

(...) A própria mente, que por um lado é a fonte dos sentidos, por outro, é ela mesma um sentido, dispõe de uma força natural que

¹⁰³ Sobre a teoria estoica do conhecimento, vale conferir o capítulo 9, escrito por Michael Frede, intitulado “Stoic Epistemology”, da obra *The Cambridge History of Hellenistic Philosophy*. Frede argumenta longamente sobre como se adquire o conhecimento, segundo os argumentos ciceronianos expostos em *Academica Priora* e *Posteriora*. pp. 295-322.

¹⁰⁴ CÍCERO. *Academica Priora*, 145: *nam cum extensis digitis adversam manum ostenderat, 'visum' inquebat 'huius modi est'; dein cum paulum digitos contraxerat, 'adsensus huius modi'; tum cum plane conpresserat pugnumque fecerat, conpressionem illam esse dicebat, qua ex similitudine etiam nomen ei rei, quod ante non fuerat, κατάλημψιν imposuit; cum autem laevam manum admoverat et ilium pugnum arte vehementerque conpresserat, scientiam talem esse dicebat, cuius compotem nisi sapientem esse neminem.*

se dirige para aquelas coisas que lhe despertam a atenção. Assim, recorre a algumas sensações, por assim dizer, mal as recebe, outras como que as guarda escondidas, e daqui se origina a memória; outras ainda as emprega para construir analogias, destas decorrendo, por sua vez, a formação dos conceitos, os quais os gregos chamam algumas vezes de *ennóia* e outras, de *prolémpseis*. Quando estas faculdades se juntam à razão, aumenta a capacidade argumentativa e a consideração da enorme quantidade das coisas existentes, então, dá-se a percepção gradual de todas elas, e a própria razão vai também, gradualmente, aperfeiçoando-se até atingir a sabedoria¹⁰⁵.

Segundo Lévy, “os estoicos pensam que é impossível separar a representação da atividade da razão, porque é uma qualidade do *hegemonikon*”¹⁰⁶. Pois é a razão humana que irá deliberar o que será assentido e apreendido. De acordo com o comentador francês, “o assentimento, que fundamenta o conhecimento e determina a ação, que diferencia o sábio do tolo de uma mesma representação, é um dos conceitos fundamentais do estoicismo”¹⁰⁷. Cícero nos explica que o homem recebe uma combinação de impulsos externos chamados de representação¹⁰⁸, que são aceitos pelos sentidos de modo voluntário. Os que têm uma forma manifesta são apreendidos – ou compreendidos¹⁰⁹. O objeto que causa uma impressão no homem está presente e produz a representação, age sobre a alma, imprime algo nela e a afeta, e assim ela conhece o objeto. Dar o assentimento dependerá do homem, e a retidão do assentimento depende da fidedignidade da imagem ao que foi impresso na mente; o sábio apenas assente às representações apreensivas, ou seja, as representações que possuem forma manifesta. A percepção dos

¹⁰⁵ CÍCERO. *Academica Priora*, 30:

Mens enim ipsa, quae sensuum fons est atque etiam ipsa sensus est, naturalem vim habet, quam intendit ad ea quibus movetur. itaque alia visa sic arripit ut iis statim utatur, alia quasi recondit, e quibus memoria oritur; cetera autem similitudinibus construit, ex quibus efficiuntur notitiae rerum, quas Graeci tum ἐννοίας tum προλήψεις vocant; eo cum accessit ratio argumentique conclusio rerumque innumerabilium multitudo, tum et perceptio eorum omnium apparet et eadem ratio perfecta is gradibus ad sapientiam pervenit.

¹⁰⁶ LÉVY, C. *Cicero Academicus*, p. 216.

¹⁰⁷ LÉVY, C. *Cicero Academicus*, p. 248.

¹⁰⁸ Cícero traduziu *phantasia*, do grego, por *visum*; em latim, e em português, usou-se “representação”, na medida em que imprime e afeta.

¹⁰⁹ Cícero traduz *katalepton* por *comprehensio*, e em português, usou-se “apreensão”.

objetos é acompanhada de uma co-percepção de nós mesmos que, mais tarde, permitirá não apenas compreender as coisas, mas também colocá-las em relação conosco. Em *Academica Priora*, 31, Cícero explica a aquisição do conhecimento:

31. Uma vez que é a mente humana a faculdade mais adequada para chegar ao saber do mundo e para assegurar um rumo à existência, é ela quem assume sobretudo a aquisição do conhecimento; é ela, pois, quem opera a *katalépsis*, à qual conforme já disse, podemos chamar, em tradução literal, compreensão – apreensão; a esta, a razão ama-a não só por si mesma (pois nada agrada mais à razão do que a luz da verdade), mas também pela sua utilidade¹¹⁰.

O homem, de acordo com o que assentir, determina a sua vontade e a disposição para a ação; o que faz com que o homem realize a sua natureza é assentir verdadeiramente, apreender, conhecer, logo, agir de modo virtuoso. Portanto, observaremos, em *Academica Priora*, 39, como a teoria do conhecimento pressupõe a teoria da ação: “(...) antes de fazermos algo é absolutamente necessário termos alguma representação e assentirmos ao representado. Por conseguinte, eliminar a representação ou o assentimento equivale a roubar de nossa vida toda a capacidade de ação.”¹¹¹ Se o assentimento é voluntário – fruto de uma deliberação –, então, o homem é responsável pelas suas paixões, seus vícios, pois assentiu ao falso.

A capacidade de ação do homem que conhece, o sábio, está em relação com um objeto ou um fato. O conhecimento é, por assim dizer, concebido como prática, como aquilo que apenas se realiza na ação. E a ação de cada homem só faz sentido na sua relação com todos os homens. A teoria do conhecimento e a teoria da ação estão relacionadas, pois conhecimento e ação estão encadeados, quem conhece age retamente, ou seja, ser sábio se realiza no seu agir como sábio; devemos considerar que a ação se inicia já quando

¹¹⁰CÍCERO *Academica Priora*, 31:

ad rerum igitur scientiam vitaeque constantiam aptissima cum sit mens hominis amplectitur maxime cognitionem et istam κατάληψιν, quam ut dixi verbum e verbo exprimentes comprehensionem dicemus, cum ipsam per se amat (nihilenim est ei veritatis luce dulcius) tum etiam propter usum (...).

¹¹¹CÍCERO. *Academica Priora*, 39: (...)

Omninoque ante videri aliquid quam agamus necesse est eique quod visum sit adsentiat. quare qui aut visum aut ad senseum tollit is omnem actionem tollit e vita.

os homens aceitam ou rejeitam as impressões. O homem sábio consegue abraçar *totius uitae cursum*¹¹², isto é, consegue perceber o curso da vida. Ele tem uma capacidade prudencial, consegue perceber o passado e, dessa forma, antever o futuro. Com isso, ele pode agir da melhor forma para a república. Como é argumentado em *De Amicitia*, 40:

Sucede, Fânio e Cévola, que ocupamos uma posição política em que é necessário prever com muita antecedência as futuras vicissitudes da República. Ora, já nos desviamos bastante do caminho que nossos antepassados costumavam seguir¹¹³.

O presente é o tempo da ação; por meio da razão e da percepção das causas, os homens conseguem perceber e agir na vida. Podemos ter a percepção do tempo pela mente e pelo o que é dito; em *De Finibus*, I, 17, 55, Cícero afirma: “por meio do corpo não podemos sentir nada senão o que está presente no tempo e no espaço, ao passo que por meio da mente sentimos também o passado e o futuro”.¹¹⁴ Com isso, retomamos aqui a ideia de tempo para avançarmos na discussão sobre o curso da vida e do destino. Assim, o tempo da ação é o presente, e neste está a liberdade dos agentes para seguir sua razão; em uma escola como a estoica, o que seria a ação livre¹¹⁵, uma vez que o pensamento é marcado pelo destino, no qual se deve viver de acordo com a natureza?¹¹⁶ Como conceber o *fatum*? O que seriam a livre vontade, *uoluntas libera*, e a permissão do arbítrio, *arbitretur licere*? Qual o lugar do destino no pensamento ciceroniano, se este é marcado pelas referências históricas, se o que é histórico é um evento transitório, ou seja, se a

¹¹² “Todo o curso da vida”. CÍCERO. *De Officiis*, I, IV, 11.

¹¹³ CÍCERO. *De Amicitia*, 40: *Etenim eo loco, Fanni et Scaevola, locati sumus ut nos longe prospicere oporteat futuros casus rei publicae. Deflexit iam aliquantum de spatio curriculoque consuetudo maiorum.*

¹¹⁴ CÍCERO. *De Finibus*, I, 55: *nam corpore nihil nisi praesens et quod adest sentire possumus, animo autem et praeterita et futura.*

¹¹⁵ O fatalismo e a liberdade são dois problemas complexos da teoria estoica, e na obra ciceroniana isso se torna ainda mais difícil, considerando o ecletismo e o espaço dados à história. Para tratar esse assunto no pensamento estoico, estudamos: *Les Stoiciens: la liberté et la ordre du monde*, de Muller, e *Los estoicos y el problema de la libertad*, de Salles.

¹¹⁶ “O caráter sistemático do estoicismo torna inseparáveis a física e a ética; a ideia do destino introduz o primeiro problema: pode haver liberdade num mundo regido por uma causalidade necessária e no qual a sabedoria consiste em viver de acordo com as leis necessárias da natureza? Se tudo é necessário, como o homem poderia ser livre e responsável pelos seus atos? O estoicismo não seria um fatalismo? As paixões, os desvarios e a loucura não fazem parte das leis necessárias do universo? Como censurar e condenar o homem passional?” CHAUI. *Introdução à história da filosofia: as escolas helenísticas*. p.152.

história é oposta ao determinismo? Veremos, apenas nos capítulos seguintes, como a noção de uma liberdade racional contribui com a obra ciceroniana, fundamentada em argumentos históricos. Se o estoicismo não julga uma ação pelo seu êxito, mas pela intenção, como afirmado em *De Finibus*, III, 32, devemos observar que essa definição não é possível na obra ciceroniana, pois, se o autor valoriza a exemplaridade histórica e fundamenta suas obras nela, então, o que vale é a ação como um todo, concreta e realizada, da sua intenção até sua realização, que deve visar à utilidade comum. Em outras palavras, se apenas a intenção fosse suficiente, de que valeria o exemplo histórico nas obras? E um exemplo desse rompimento com o estoicismo é que a virtude para Cícero está posta na sua prática e nas ações virtuosas que são retratadas como memoráveis, não na intenção.

Destacamos que, no pensamento ciceroniano, o conceito de liberdade aparece primeiramente nas obras políticas como virtude típica do povo¹¹⁷, mas este conceito ganha outro aspecto quando voltado para a ação deliberada do homem. Além disso, a liberdade é uma capacidade para agir em conformidade com a natureza, ou seja, de acordo com a razão; é agir de modo decoroso, o que quer dizer, de modo livre, como observamos em *De Officiis*, I, 96, quando se define decoro:

96. Porém a definição [de decoro] é dupla: há um decoro geral, que se encontra em todo o honesto, e, um decoro subordinado a esse, que compreende as partes do honesto. O primeiro costuma ser definido assim: o decoro é aquilo que é consentâneo à excelência do homem, enquanto a sua natureza se diferencia da dos outros seres animados. E a parte que se subordina ao gênero é definida da seguinte forma: aquilo que é consentâneo à natureza humana, de modo que apareça a moderação, a temperança e uma espécie de liberdade¹¹⁸.

¹¹⁷ Cf. CÍCERO. *De Re Publica*.

¹¹⁸ CÍCERO. *De Officiis*, I, 96: *Est autem eius descriptio duplex; nam et generale quoddam decorum intellegimus, quod in omni honestate versatur, et aliud huic subiectum, quod pertinet ad singulas partes honestatis. Atque illud superius sic fere definiri solet, decorum id esse, quod consentaneum sit hominis excellentiae in eo, in quo natura eius a reliquis animantibus differat. quae autem pars subiecta generi est, eam sic definiunt, ut id decorum velint esse, quod ita naturae consentaneum sit, ut in eo moderatio et temperantia appareat cum specie quadam liberali.*

Segundo o estoicismo, ser livre é agir ou fazer alguma coisa em conformidade com a natureza, de modo apropriado. Se o homem é livre para realizar suas ações de acordo com a natureza – de modo decoroso –, isso quer dizer que ele não é livre para fazer tudo o que quer de modo aleatório, pois isso pode provocar ações viciosas, e agir de acordo com a paixão não é ser livre. Os limites impostos pela Lei natural são a essência da liberdade, que não é restringida, mas garantida¹¹⁹ por ela. As ações de acordo com a natureza, ou seja, com a Lei, regidas pela *uoluntas* refletem o que é útil ao todo, do qual os homens fazem parte. Cabe à ação racional e regida pela *uoluntas* de cada homem ser livre, ou seja, cumprir a sua própria natureza. A liberdade não contradiz a natureza: ela leva ao seu cumprimento, o que significa que ela é uma ação racional e, conseqüentemente, foi produzida a partir de um conhecimento. Não há incompatibilidade entre a vontade e a liberdade, pois a ação é regida pela *uoluntas*, e uma vez sendo racional, ela é livre. Isso não quer dizer que o homem não delibera, ao contrário, o homem faz uma deliberação tanto para ser virtuoso quanto vicioso, ou seja, tanto para seguir a natureza ou não, ser livre ou não. Outro aspecto da ação livre é a virtude do decoro inerente a ela, pois quando uma ação é empreendida, devem-se observar três princípios:

(...) que o apetite seja subordinado à razão, não existe nada melhor do que isso para conservar os deveres; que se considere a importância da coisa que queremos fazer, de modo que o cuidado e o esforço despendidos não sejam maiores nem menores em relação ao que a causa requer; se deve fazer de modo que aquelas coisas pertinentes às manifestações de liberalidade e dignidade sejam moderadas.¹²⁰

Nesses três princípios observamos a superioridade da razão sobre as paixões. Além disso, a ação decorosa depende da *occasio*, que consiste em uma disposição das coisas em lugares apropriados e convenientes. Atrelada a isso, está a prudência, virtude que ajuda o homem a agir corretamente e no momento oportuno. Dessa forma, deduzimos que a ação livre, ou seja, racional, decorosa, de acordo com a *uoluntas*, são sinônimas. Mas

¹¹⁹ BRUNT. *The Fall of Roman Republic*. p. 317.

¹²⁰ CÍCERO. *De Officiis*, I, 141: *primum ut appetitus rationi pareat, quo nihil est ad officia conservanda accommodatius, deinde ut animadvertatur, quanta illa res sit, quam efficere velimus, ut neve maior neve minor cura et opera suscipiatur, quam causa postulet. Tertium est, ut caveamus, ut ea, quae pertinent ad liberalem speciem et dignitatem, moderata sint.*

como a ação livre é possível na razão universal se, para os estoicos, tudo acontece de acordo com o destino e a necessidade é imposta pela lei da natureza? Como a liberdade é pensada por Cícero? Há liberdade na ação política?

Em *De Fato*, Cícero expõe as visões dos cétricos, epicuristas e estoicos sobre as questões referentes ao destino, sobre as teorias da causalidade e a liberdade reservadas à reta ação humana. Ele parece deixar que seus leitores meçam o peso dos argumentos e tirem suas conclusões. Hoje temos a obra incompleta, mas, ainda assim, notamos uma postura bem particular do autor e um distanciamento do estoicismo, apesar de tê-lo como ponto de partida e do vocabulário ser estoico. Antonini afirma que o destino era um conceito central do pensamento tradicional romano. Havia muita penetração da filosofia estoica, sobretudo nos ambientes republicanos, dos quais Cícero era próximo. E parece que o problema da obra não era tanto achar uma resposta razoável a uma questão filosófica sobre o destino, mas esconder arriscadas implicações para a vida política¹²¹.

A questão do destino é encontrada em duas partes da filosofia estoica, a saber: a ética e a lógica¹²². Na primeira, está posto o problema da liberdade e da capacidade de ação do homem, que é a questão mais cara a Cícero. Na segunda, está exposto o problema do possível, ou seja, o valor das proposições com o verbo no futuro. Lévy demonstra que há uma influência carneadeana na obra: ela ocorre pela presença da dialética carneadeana¹²³ que perpassa a obra, trazendo diversas fontes argumentativas, como os tratados morais *De Finibus* e *Tusculanae Disputationes*. Observaremos como Cícero combate a necessidade, abrindo espaço para a valorização da ação humana virtuosa e rechaçando a viciosa. Com isso, o destino passa a ser entendido mais como uma percepção própria da ação humana.

Para os estoicos, o destino é definido como a conexão eterna e imutável das causas, identificadas com o *lógos* ou com a racionalidade do cosmos, pelo qual nada aconteceu, acontece ou acontecerá de modo diferente de como era fatal que acontecesse. Estoubeu argumentava que Crisipo identificava destino com racionalidade do mundo, uma vez que por racionalidade pode-se entender: verdade, retidão, natureza ou necessidade¹²⁴. Em *Sobre a Providência*, Crisipo afirmava que “o destino é uma certa ordenação natural e

¹²¹ Cf. Introdução de Antonini na obra *Il Fato*, de Cícero. pp.7-10.

¹²² De acordo com Levy, essa questão foi colocada em evidência por Boyancé em *Cicerón et les parties de la philosophie*. Cf. *Cicero Academicus*, p. 589.

¹²³ LEVY. *Cicero Academicus*, p.592.

¹²⁴ LONG; SEDLEY. *The Hellenistic Philosophers*. p. 337.

eterna da totalidade das coisas, em que umas seguem as outras e se substituem em um inviolável entrelaçamento”¹²⁵.

Na obra *De Fato*, 9, Cícero, que primeiramente recupera o pensamento estoico, argumenta que a vontade humana está baseada na natureza e rege a ação de modo autônomo; há questões inerentes à vida humana que dependem dos homens e outras não, mas a ação sempre está posta na vontade e não nas questões pré-determinadas pela natureza:

9 (...) se as diversas inclinações dos homens são produto de causas naturais e antecedentes, não por isso há causas naturais e antecedentes também na origem das nossas vontades e de nossos desejos. Se as coisas fossem assim, nada estaria em nossa potestade. Reconhecemos que ser inteligente ou estúpido, forte ou fraco, não depende de nós. Mas quem pensa que, por isso, se deve aprovar que sentar ou caminhar não dependa da nossa vontade, não compreende quais são as coisas ligadas pelo nexo de causalidade¹²⁶.

Com este excerto nos questionamos: o que estaria em nossa potestade? O agir. E qual ação é livre? A racional, de acordo com a *uoluntas*, ou seja, a virtuosa. Então, como esta ação pode ser livre, se ela é preestabelecida pela natureza? Ela pode ser livre na medida em que o homem delibera entre outras ações também livres, entre outras ações virtuosas. Seria como se todas as ações de acordo com a natureza seguissem o curso do rio: ela não é única, mas é livre, pois está no curso da natureza. Já a ação viciosa estaria fora do curso do rio. Cícero afirma ainda que o clima e os astros podem influenciar alguns fatos humanos, mas nega que podem determinar nossas escolhas e nossas ações; apenas a vontade pode ser causa das ações humanas e é capaz de controlar os desejos e, por assim dizer, os vícios; ou seja, estão postas no homem as disposições necessárias para levar uma vida reta, cabendo a ele se esforçar para seguir a razão; se o homem é autônomo quando

¹²⁵ CRISIPO. *SVF*, II, 1000.

¹²⁶ CÍCERO. *De Fato*, 9: (...) *Non enim, si alii ad alia propensiores sunt propter causas naturalis et antecedentis, idcirco etiam nostrarum voluntatum atque adpetitionum sunt causae naturales et antecedentes. Nam nihil esset in nostra potestate, si ita se res haberet. Nunc vero fatemur, acuti hebetesne, valentes inbecilline simus, non esse id in nobis. Qui autem ex eo cogi putat, ne ut sedeamus quidem aut ambulemus voluntatis esse, is non videt, quae quamque rem res consequatur.*

regido pela razão, justamente por isso tem esta capacidade, como explica em *De Fato*, 11:

11. Esses vícios podem ter sua origem nas causas naturais, mas podem ser eliminados e extirpados pela raiz se o homem, que por si é a eles inclinado, os evita; isso não depende das causas naturais, mas da vontade, do esforço e da disciplina; todas estas possibilidades são negadas se a existência da adivinhação confirmar a força e a natureza do destino¹²⁷.

Aqui, o autor introduz mais um problema presente na sociedade romana, a saber, a adivinhação. Se um homem souber qual será o futuro, o quanto será capaz de mudá-lo? Em *De Diuinatione*, Cícero trata da adivinhação de modo a desmistificá-la. A *diuinatione* é a análise e a interpretação das causas, do passado e do presente, para a projeção do futuro. O homem, justamente por conseguir relacionar os tempos, consegue de certa forma prever os acontecimentos futuros e preparar-se para eles. Esta previsão é também determinante das ações retas. O sábio, prevendo o fim de uma ação, quer, antecipadamente, atingi-la. E quer porque pode prever os resultados de seus atos. Pela capacidade de deslocamento temporal e pela razão, o homem torna-se capaz de compreender as relações causais e alguns sinais que indicam o futuro. Mas prever o futuro por meio de observação de vísceras e dos astros é um processo artificial, e é feito por quem na verdade conhece as narrativas históricas e tem memória. Em *De Diuinatione*¹²⁸, I, LVI, 127, Cícero argumenta:

(...) quem, de fato, conhece as causas dos eventos futuros, necessariamente conhecerá o futuro. (...) é necessário que o homem se contente em prever o futuro com base em alguns sinais que lhes são indicados. **O futuro não surge de improviso** (...). Além disso, com a ajuda da memória, da diligência e de tudo o

¹²⁷ CÍCERO. *De Fato*, 11: *Sed haec ex naturalibus causis vitia nasci possunt, extirpari autem et funditus tolli, ut is ipse, qui ad ea propensus fuerit, a tantis vitiis avocetur, non est id positum in naturalibus causis, sed in voluntate, studio, disciplina. Quae tolluntur omnia, si vis et natura fati ex divinationis ratione firmabitur.*

¹²⁸ Hankinson, em *The Cambridge History of Hellenistic Philosophy*, pp. 535-536, explica a definição de adivinhação estoica exposta em *Diuinatione*, II, 13-15, 26, em que, segundo o universo estoico, não há espaço para mudanças, e mostra como a concepção ciceroniana é diversa.

que foi proferido nos escritos de nossos antepassados, assim se forma aquela adivinhação que é chamada artificial, baseada no exame das vísceras, dos rios, das maravilhas e dos sinais provenientes do céu¹²⁹.

Assim, a adivinhação é explicada por critérios racionais e não se trata, para nosso autor, de uma ciência sobrenatural, mas de uma análise dos tempos e das causas. Ademais, devemos desconfiar quando Cícero fala da religião romana ou da adivinhação de modo crível.

Quanto ao destino, pode-se fazer uma projeção do futuro, principalmente por causa da capacidade prudencial do sábio, mas não é possível afirmar que o futuro está predeterminado. Conhecer a Lei natural é, de certo modo, conhecer também o futuro, uma vez que as ações feitas visando à utilidade comum estão de acordo com a Lei e as viciosas e injustas, não. O homem não é prisioneiro de uma concatenação de causas enunciadas, podendo agir de modo diverso e não fazer o que foi enunciado, como observamos em *De Fato*, 20:

E aqueles que afirmam que o futuro é imutável e não pode ser transformado de verdadeiro em falso, não reforçam a necessidade do destino, mas se referem à força dos enunciados. Ainda mais aqueles que introduzem o conceito de uma série concatenada de causas fixadas à eternidade, privando a mente do homem da livre vontade¹³⁰ e tornando-a prisioneira da necessidade do destino¹³¹.

¹²⁹ CÍCERO. *De Divinatione*, I, 127: (...) *Qui enim teneat causas rerum futurarum, idem necesse est omnia teneat quae futura sint. (...) relinquendum est homini, ut signis quibusdam consequentia declarantibus futura praesentiat. Non enim illa quae futura sunt subito existunt (...). Qui etsi causas ipsas non cernunt, signa tamen causarum et notas cernunt; ad quas adhibita memoria et diligentia et monumentis superiorum efficitur ea divinatio, quae artificiosa dicitur, extorum, fulgorum, ostentorum signorumque caelestium.*

¹³⁰ Talvez Cícero inaugure a expressão “livre vontade”, que depois ficou cristalizada na obra de Agostinho, mas não cabe aqui analisar o desdobramento do conceito na obra agostiniana.

¹³¹ CÍCERO. *De Fato*, 20: *Nec ei qui dicunt inmutabilia esse quae futura sint nec posse verum futurum convertere in falsum, fati necessitatem confirmant, sed verborum vim interpretantur. At qui introducunt causarum seriem sempiternam, ei mentem hominis voluntate libera spoliata necessitate fati devinciunt.*

Na primeira frase, Cícero afirma que não existe destino, mas enunciados que tentam prever o futuro por meio de seu valor. Esta afirmação está no plano das questões lógicas. Em seguida, combate os que se tornam prisioneiros do destino, pois não há necessidade de uma série concatenada de causas fixadas para a eternidade, pois isso privaria os homens da deliberação e da livre vontade. Cícero é contrário à necessidade do destino. O homem tem a livre vontade para deliberar e agir, sendo essa natural, ou seja, racional; com isso, ganha força o argumento carneadeano em que se afirma: “nem tudo o que acontece, acontece por obra do destino”¹³², isto é, pela necessidade, pela concatenação de fatos e de enunciados.

Sobre o uso dos conceitos de *libertas* e *uoluntas* Lévy afirma:

No entanto, nenhum dos textos gregos citados expressa com tanta força quanto o ciceroniano *De Fato* a autonomia do ato voluntário. A explicação parece-nos ser esta: há uma coincidência neste trabalho entre a abordagem filosófica de Carnéades, que torna a autonomia da alma a origem da liberdade, e a genialidade própria da língua latina, que, com seus conceitos de *libertas* e *uoluntas*, imediatamente deu uma realidade psicológica ao livre-arbítrio¹³³.

Assim, na obra ciceroniana, o homem tem autonomia, pois no ato do pensar o homem possui a livre vontade, sempre racional; com isso, o homem já é livre, conseqüentemente autônomo para agir. Então, se a ação livre é racional, a ação viciosa, fruto das paixões, não é livre; isso não quer dizer que a ação racional precise ser predeterminada ou necessária, nem que o destino de algo esteja traçado. Mas a ação racional, virtuosa, sempre conduz os homens, a república, ao êxito.

Cícero, em *De Fato*, não apenas recorre a argumentos carneadeanos como também à obra crisipiana, e parece entender que a diferenciação das causas feitas por Crisipo não nos ajuda a compreender o problema do destino, pois tudo acontece por obra de uma causa antecedente que por si decorre na necessidade. Cícero nos esclarece o conceito de

¹³² CÍCERO. *De Fato*, 40: “*non omnia fato fieri, quaecumque fiant*”.

¹³³ LÉVY. *Cicero Academicus*, p.614.

causa afirmando que é aquilo que é suficiente para realizar um feito de modo necessário, como lemos em *De Fato*, 34:

De fato, se se concedesse que nada pode acontecer sem uma causa antecedente, o que se ganharia dizendo que aquela causa não é ligada às causas externas? Causa, de fato, é propriamente aquela que produz aquilo do que é causa, como a ferida da morte (...). Pois, no que diz respeito ao conceito de causa, não é preciso pensar que a causa de alguma coisa seja aquilo que a precede, mas aquilo que a precede de modo a produzi-la¹³⁴.

De acordo com Cícero, Crisipo¹³⁵ assume uma posição de juiz conciliador entre os fatalistas e os antifatalistas, querendo afirmar o destino e salvar a liberdade, mas encontra dificuldades e termina confirmando a necessidade do destino¹³⁶. Parece-nos que Cícero, servindo-se da argumentação neocadêmica, adere à ideia que ele diz que Crisipo não realizou. Segundo Crisipo, o assentimento vem como resposta a uma representação, mas não é necessário, enquanto a representação constitui apenas uma causa próxima, e não a principal, do assentimento.

A causa verdadeira da ação, que é o assentimento, está sob o domínio do homem, e cada ação precisa ser analisada por si. Por outro lado, se atrelarmos o assentimento ao destino, imediatamente o ligamos à necessidade. Os que liberavam o assentimento do destino argumentavam:

Se¹³⁷ tudo acontece pelo destino, tudo acontece por meio de uma causa antecedente; e se o apetite é também uma coisa que segue o apetite, então, também segue o assentimento; e se a causa do apetite não está em nós, nem o apetite está em nossa potestade; e

¹³⁴ CÍCERO. *De Fato*, 34: *Quodsi concedatur nihil posse evenire nisi causa antecedente, quid proficiatur, si ea causa non ex aeternis causis apta dicatur? Causa autem ea est, quae id efficit, cuius est causa, ut vulnus mortis (...) Itaque non sic causa intellegi debet, ut, quod cuique antecedit, id ei causa sit, sed quod cuique efficienter antecedit.*

¹³⁵ Hankinson em *The Cambridge History of Hellenistic Philosophy*, pp.526-531 analisa os argumentos crisipianos e mostra os paradoxos e a dificuldade de interpretá-los.

¹³⁶ CÍCERO. *De Fato*, 39.

¹³⁷ Cf. BOBZIEN, *Determinism and Freedom in Stoicism*, p. 245; nesse trecho a comentadora faz uma argumentação de modo analítico do parágrafo, mas tal tipo de argumentação não nos interessa aqui.

se estiverem [em nossa potestade], nem tudo que é produzido pelo apetite depende de nós; então nem o assentimento nem as ações estão em nossa potestade. Disso segue que nem louvores, nem punições, nem honras, nem penas são justas. Então, isso é errôneo. Eles acreditam que isso deva ser concluído com cada probabilidade, pois nem tudo que acontece, acontece por obra do destino¹³⁸.

Se atribuirmos tudo o que acontece ao destino, o que caberia ao homem? Nosso autor coloca as ações humanas sob a potestade humana, senão qualquer ação humana seria justificável, até mesmo as viciosas; poder-se-ia afirmar que Catilina, Antônio e César cumpriram o seu destino. Cícero parece querer dar um sentido à ação em um mundo incerto. Negar a concatenação de causas e atribuir um outro significado à deliberação e à ação humana significa, ao mesmo tempo, atribuir ao homem um comprometimento consigo e com sua comunidade política.

Depreendemos dos excertos citados a autonomia do assentimento e do ato voluntário, assim como da *libera uoluntas*, e agir de acordo com a natureza, ser livre não significa realizar uma ação necessária, mas uma ação de acordo com a razão, que não é predeterminada. Em *De Fato*, XVIII, 41, Cícero afirma o seguinte sobre a teoria crisipiana:

Mas Crisipo, porque refuta a necessidade e, todavia, não admite que alguma coisa aconteça sem causas antecedentes, distingue os gêneros das causas, de modo a evitar a necessidade, sem negar o destino. Ele diz: “existem causas perfeitas e principais e causas auxiliares e próximas. Por isso, quando digo que tudo acontece fatalmente por meio do trabalho de causas antecedentes, não

¹³⁸ CÍCERO. *De Fato*, 40: '*Si omnia fato fiunt, omnia fiunt causa antecedente, et, si adpetitus, illa etiam, quae adpetitum sequuntur, ergo etiam adsensiones; at, si causa adpetitus non est sita in nobis, ne ipse quidem adpetitus est in nostra potestate; quod si ita est, ne illa quidem, quae adpetitu efficiuntur, sunt sita in nobis; non sunt igitur neque adsensiones neque actiones in nostra potestate. Ex quo efficitur, ut nec laudationes iustae sint nec vituperationes nec honores nec supplicia*'. *Quod cum vitiosum sit, probabiliter concludi putant non omnia fato fieri, quaecumque fiant.*

entendo por trabalho de causas perfeitas e principais, mas pelo trabalho de causas auxiliares e próximas”¹³⁹.

Desse modo, compreendemos que as causas antecedentes até podem iniciar os movimentos, por exemplo o do cone e o do cilindro, mas elas não têm ingerência sobre o que acontece depois. Assim, as coisas referentes à natureza independem do homem, mas o modo como ele reagirá frente a essas coisas é de comprometimento humano e dependerá da sua racionalidade, pois o assentimento é responsabilidade humana, e a representação, não¹⁴⁰. Ou seja, o homem não pode recusar a representação, mas pode escolher aquilo a que dará assentimento. A distinção entre causas perfeitas e principais e entre causas auxiliares e próximas¹⁴¹ é a seguinte: as primeiras dependem dos homens; as outras dependem do destino. Assim, Cícero, recuperando o exemplo crisipiano do cone e do cilindro, argumenta que se eles deslizam sobre uma superfície igual de formas diferentes, então, cada um age de acordo com a sua natureza, um rola e outro gira; isto é, cada homem age de acordo com a sua natureza e com as impressões às quais dá assentimento. A ação

¹³⁹ CÍCERO. *De Fato*, 41: *Chrysippus autem cum et necessitatem improbaret et nihil vellet sine praepositis causis evenire, causarum genera distinguit, ut et necessitatem effugiat et retineat fatum. 'Causarum enim', inquit, 'aliae sunt perfectae et principales, aliae adiuvantes et proximae. Quam ob rem, cum dicimus omnia fato fieri causis antecedentibus, non hoc intellegi volumus: causis perfectis et principalibus, sed causis adiuvantibus et proximis'.*

¹⁴⁰ CÍCERO. *De Fato*, 44.

¹⁴¹ Sobre esta dupla causalidade, Chaui nos ensina: “As causas perfeitas ou principais são as causas imanentes que dependem de nós; as causas auxiliares ou antecedentes são exteriores a nós, não dependem de nós e sim do destino, são elas que constituem os confatais. Assim, por exemplo, a chuva que cai hoje depende de uma cadeia de causas antecedentes que não estão em nosso poder; todavia, se não podemos fazer com que algo aconteça ou não no mundo, está em nosso poder decidir que comportamento teremos diante desse acontecimento, pois isso depende de nós ou de nossa causalidade imanente. Crisipo se valia do exemplo do cone e do cilindro para explicar essa teoria da dupla causalidade: um cilindro e um cone entram em movimento pela ação de um mesmo impulso externo, que não depende deles; porém, é em decorrência da estrutura própria de cada um deles que se moverão cada qual de uma maneira particular – o cone gira e o cilindro rola. Da mesma maneira, depende da coisa externa imprimir em nós sua imagem e não somos livres para recebê-la nem recusá-la, porém, o assentimento a ela depende de nós apenas e está em nosso poder. (...)”

A dupla causalidade, além de evidenciar a liberdade humana, determina a atitude do sábio, pois este distingue claramente o que está e o que não está em seu poder. O homem passional acredita que a liberdade consiste em desejar que tudo aconteça conforme o seu desejo – é um louco, um temerário. O sábio compreende que a liberdade verdadeira consiste em desejar que as coisas aconteçam não como nos agrada, mas como realmente acontecem e saber como agir quando acontecem, cooperando com o destino”. CHAUI. *Introdução à história da filosofia: as escolas helenísticas*. pp.155-156.

humana deve acontecer de forma autônoma, desde que em um mundo ordenado pela razão universal, mas isso não significa que ela será predeterminada.

Cícero afasta-se do estoicismo antigo ao não aderir ao fatalismo, mas aceita as causas e atribui importância à autonomia humana de dar assentimento¹⁴² e de agir; assim, torna o homem responsável pela sua ação, uma vez que a capacidade de assentir está no homem e não no destino ou na necessidade; ele é livre se assentir ao verdadeiro, agir retamente e apreender.

Portanto, o destino, para Cícero, é a razão segundo a qual o mundo é dirigido, é o curso de um rio, mas não determina a ação humana; o que nos interessa é como o homem se comporta diante das impressões do mundo. A liberdade não consiste na capacidade de agir de qualquer maneira, ao contrário, cabe a cada homem escolher aquilo a que assentirá e, se apreender virtuosamente, agirá de modo livre e realizará a sua natureza. Mas nem todos os homens são virtuosos. Os argumentos morais da obra ciceroniana responsabilizam os homens pelas suas ações, tanto as bem quanto as mal sucedidas.

O homem sabe que as causas passadas o conduziram até seu momento presente e sabe que terá um futuro baseado nas ações do presente, mas sem predeterminação. Se estiver sendo guiado pelas paixões, assentirá ao falso, e disso, por exemplo, decorrerão os mesmos vícios que levaram à queda da República. Outra forma de ir contra a natureza é contrariar os costumes e as instituições da cidade com a permissão do arbítrio, *arbitretur licere*. No exemplo citado por Cícero, em *De Officiis*, isso era permitido a Sócrates e Aristipo, por serem sábios, mas não o era a mais ninguém¹⁴³. Ao contrário, as ações viciosas e as que tiveram permissão do arbítrio eram contra a natureza, essas não são livres, mas possíveis. A liberdade e a liberdade da vontade são pensadas para um cidadão que age de modo decoroso, que trabalha para a pátria. Dessa forma, essas são concebidas para justificarem a ação reta de um cidadão em suas relações sociais segundo os deveres, e não para justificar os desejos de um homem qualquer.

Como interpretar a teoria ciceroniana do destino e da liberdade em uma época em que a República estava em crise? Como interpretar a teoria ciceroniana do destino,

¹⁴² Lévy, em sua obra *Cícero Academicus*, voltada ao ceticismo ciceroniano, ao argumentar sobre o *De Fato*, destaca o comentário de Ley, que trata da originalidade da obra, pois a noção de *libera uoluntas* não existia na filosofia grega e era até impensável. A deliberação está centrada no homem, e este é responsável pela ação. Cf. pp. 614-615.

¹⁴³ CÍCERO. *De Officiis*, I, 148.

conhecendo o espaço que a retórica e a persuasão possuem na obra ciceroniana? E o espaço do direito? Ambas as artes operam considerando o espaço para o convencimento, a comoção dos ânimos e a deliberação. Se todas as decisões estivessem prefixadas, então, de que nos serviria um orador ou um advogado? Por meio da argumentação, abrimos espaço para interferir, mudar uma decisão ou um julgamento. Dessa forma, precisamos do espaço para a ação deliberada e, conseqüentemente, para a liberdade humana. Cícero precisava tratar sobre o assunto de modo a abrir espaço para a liberdade e para a ação, caso contrário apenas poderia aceitar a finitude da República. Para isso, recorre à construção das figuras dos homens sábio-políticos – como vimos, que lhe forneça os paradigmas de ação –, ou seja, recorre à história. Por outro lado, homens como Catilina e Antônio são retratados, nas *Catilinárias* e nas *Filípicas*, como os que deram assentimentos falsos; logo, Cícero lhes atribui vícios, os submete a um forte julgamento moral e reforça a importância da moral para toda a obra política. Em *De Officiis*, III, nos parágrafos 21, 23, há exemplos de homens que agiram contra a natureza, por exemplo, roubando e enriquecendo às custas dos despojos alheios. Nos parágrafos seguintes¹⁴⁴, conclui dizendo que se seguirem o princípio da justiça, ou seja, o que é útil a um deve ser útil a todos, obviamente seguirão a natureza, porém se cobiçarem as coisas apenas para si próprios, conseqüentemente, os laços sociais se dissolverão. Portanto, isso pode explicar o declínio da República romana, uma vez que não houve justiça por conta de certas atitudes humanas, assim, os laços sociais se desfizeram. Então, se as ações fossem livres, racionais, Roma não teria caído. Grimal, ao se questionar sobre a morte das civilizações, refletindo sobre a obra ciceroniana, argumenta:

E não será necessário, afinal, reconhecer que “as civilizações são mortais?” Cícero, que estava plenamente consciente do problema, recusará o desespero. Ele afirma que o determinismo do mundo não é absoluto quando se trata de uma cidade como Roma. Entre as leis inelutáveis, permanece a liberdade. E é possível atuar efetivamente, no âmbito da contingência. Nós faremos isso recorrendo às “boas leis” que, cada vez, serão refletidas e feitas de forma consistente com a razão universal¹⁴⁵.

¹⁴⁴ CÍCERO. *De Officiis*, III, 26-27.

¹⁴⁵ GRIMAL, P. “La philosophie romaine de l'histoire face à l'angoisse de notre temps”. In: *Revue belge de philologie et d'histoire*. p.15.

Como relacionar o mundo, que deveria ser dominado pela razão, com o mundo incerto da política retratado no pensamento ciceroniano? Não podemos seguir o que Bréhier diz sobre a física estoica para pensarmos a obra de Cícero:

(...) tem por objetivo nos levar a representar, pela imaginação, um mundo totalmente dominado pela razão, sem nenhum resíduo irracional; nada dominado pelo acaso ou pela desordem, como em Aristóteles ou Platão, tudo está na ordem universal. O movimento, a mudança, o tempo, nada disso é indício de imperfeição e de ser inacabado, como para o geômetra Platão ou o biólogo Aristóteles¹⁴⁶.

O preocupação ciceroniana é diversa da estoica e da tradição, primeiramente porque não está na ordem cosmológica, mas na política; os homens estão inseridos na política, no campo da ação propriamente dita, e suas ações podem ser imperfeitas, pois não são todos ali que são sábios ou assentem apenas ao verdadeiro. A política é permeada de homens médios, tanto os que cumprem os seus deveres quanto os que não cumprem e são viciosos, fazendo com que as formas políticas se degenerem, regenerem e que haja uma instabilidade no mundo. Ainda segundo Bréhier:

o mundo dos estoicos é um mundo que nasce e se dissolve sem que sua perfeição seja atingida. A racionalidade do mundo não consiste mais na imagem de uma ordem imutável que se reflete na matéria, o quanto esta lhe permite, mas na atividade de uma razão que submete toda e qualquer coisa ao seu poder¹⁴⁷.

Quanto ao nascer e dissolver-se do mundo, na obra ciceroniana temos o degenerar e o regenerar das formas de governo; a perfeição, em Roma foi atingida com a República, no passado, mas tudo pode ser mutável, pois a vida política depende das ações humanas. Além disso, a necessidade da circularidade do ciclo não é uma questão fundamental para

¹⁴⁶ BRÉHIER, E. *Histoire de la Philosophie. Tome I. L'Antiquité et le Moyen Âge*. Paris, Librairie Felix Acan, 1928. pp. 213-214.

¹⁴⁷ BRÉHIER, E. *Histoire de la Philosophie. Tome I. L'Antiquité et le Moyen Âge*. pp. 213-214.

Cícero, tanto porque, como vimos, não há necessidade que se preestabeleçam os movimentos, quanto, como veremos nos capítulos seguintes, a degeneração e a regeneração, os rumos da República e de Roma dependem de quem a governa, se o governo for virtuoso ou vicioso.

Em suas obras políticas Cícero recorre aos fatos históricos para exemplificar e mostrar o vício e a virtude, o assentimento falso e o verdadeiro e as ações que deles decorrem. O conhecimento da história se faz imprescindível para a ação política, uma vez que o passado fornece o exemplo do que deve ser imitado ou evitado.

Assim, para justificar a decadência de Roma e buscar uma alternativa para a recuperação da República por meio do resgate das ações exemplares do passado, Cícero¹⁴⁸ rompe com a necessidade estoica, reelabora um conceito de destino atribuindo espaço para a liberdade, para a capacidade humana de deliberar sobre suas ações, uma vez que o homem é capaz de estabelecer a relação de causa e consequência, e, assim, coloca o homem comprometido com as suas ações políticas, que serão retratadas nas narrativas históricas; dessa forma, elabora uma concepção de narrativa histórica e de percepção do curso dos acontecimentos em Roma, pautando-se sempre na ação humana. Com isso, temos que observar o espaço dado à história, que nos mostra a construção de uma comunidade política por meio de ações humanas, sujeitas a serem viciosas ou virtuosas. Tanto os homens virtuosos quanto os viciosos, por deliberarem sobre suas ações, por seguirem ou não a natureza, criam suas histórias e a história da pátria, de Roma. Ou seja, a história mostra um nexos causal capaz de demonstrar todos os tipos de ações praticadas no mundo da política. A função pedagógica da história está em mostrar os tipos de ações e recuperar nos homens a capacidade de seguir a natureza, ou seja, praticar as ações virtuosas.

¹⁴⁸ Grimal afirma: “O dever do patriota consistirá, portanto, em dobrar o destino e as fatalidades da natureza, por força da prudência, inteligência, fazendo o sacrifício de sua tranquilidade, do seu egoísmo. E sua recompensa será a glória, o reconhecimento dos cidadãos a ele, devido à salvação.” GRIMAL. “La philosophie romaine de l'histoire face à l'angoisse de notre temps”. In: *Revue belge de philologie et d'histoire*. p.15.

Buscamos delinear, neste capítulo, quem é o homem que age, o sábio, como suas ações são guiadas pela natureza, pela racionalidade, e como os viciosos assentem de modo errado; assim, observaremos, nos próximos capítulos, como ambos são exemplificados nas obras políticas e como são descritos juntamente com suas ações nas narrativas históricas. O espaço que Cícero dá, no seu pensamento filosófico, à liberdade da ação do homem e, conseqüentemente, à história, reflete-se nas obras políticas, morais e nos discursos ao retratar as ações, ou seja, os feitos memoráveis, a história, e ao analisá-los. Partindo do conhecimento do homem, de sua ação, de como ele se relaciona politicamente, passamos aos próximos capítulos para entender a relação entre política e história em três gêneros de obras: diálogos filosóficos, discursos¹⁴⁹ e narrativas históricas.

Em todas as obras que serão analisadas, o recurso à história é constante, seja por meio de narrativas históricas ou exemplos históricos, pois esse recurso retrata as ações humanas, mas em cada uma o passado é recuperado à sua maneira. Observaremos o tempo próprio em cada obra e os movimentos do texto.

O tempo da história é o passado, mas o discurso, o texto, é do presente. O filósofo recupera o passado para explicar as causas do momento presente, para ensinar e para deixar conselhos para o futuro. A ação humana do presente e do futuro pode ser modificada ou pode ser refletida se o homem conhecer as suas causas. Então, voltar às gerações passadas, como a de Cipião, está diretamente relacionado à defesa da República e dos princípios republicanos, ao mesmo tempo em que valorizar a ação humana em um determinado tempo significa abrir espaço para que essa ação seja imitada. Assim, o homem que age é retratado em todas as obras políticas, seja por meio de exemplos históricos – em diálogos e discursos –, seja por meio das narrativas históricas.

¹⁴⁹ O que denominamos como obras políticas, o autor chamava de “discurso” e o dividia em dois gêneros, cada um endereçado a um público específico e construído de modo muito diferente. Em *De Officiis*, I, 132, Cícero afirma: “Grande é a eficácia do discurso, que é de dois tipos, o discurso oratório e a conversação: do primeiro se faz uso nos debates processuais, nas reuniões do povo e do senado; o segundo se usa na sociedade, nas discussões, nos colóquios com os familiares e também nos convívios. Temos preceitos dos retores sobre o discurso oratório, mas não temos sobre a conversação, mas eu creio que também nesse campo nem poderiam preceituar.”

II. DIÁLOGOS ENTRE OS TEMPOS

Neste capítulo analisamos alguns diálogos filosóficos ciceronianos nos quais as obras possuem temporalidades muito particulares. O capítulo está organizado segundo o tempo ao qual cada obra está endereçada ou segundo o tempo em que está baseada: na primeira parte, trataremos das obras construídas com base no passado para conversarem com o presente, tais como *De Re Publica*, I, III, V, *De Oratore*, *De Senectute* e *De Amicitia*; na segunda parte, de um livro em que passado e futuro estão misturados, *De Re Publica*, VI, mais conhecido como *Sonho de Cipião*; e, na terceira, de uma obra construída no presente para falar ao futuro, *De Officiis*.

O gênero dialógico ainda não havia sido preceituado no século I a.C. É preciso considerar a *disputatio in utramque partem*¹⁵⁰, inerente à estrutura do diálogo, seu movimento próprio, a construção de conceitos por meio de argumentação e contra argumentação, certa informalidade necessária a uma conversa entre amigos habituados a tratar do tema, porém elevada, já que a matéria é a política. De acordo com Santos:

a arte dialógica, na medida em que é arte, premedita um discurso, na medida em que é dialógica, premedita um gênero de discurso que é o da conversa. Ora, uma conversa é cheia de caminhos e descaminhos, pelo que é mais fácil e espontânea que elaborada ou premeditada. Logo, o que a arte dialógica nos propõe, ao fim e ao cabo, é a elaboração e premeditação de um discurso vizinho ao não elaborado e improvisado¹⁵¹.

No gênero dialógico, forma e conteúdo devem estar harmoniosamente imbricados, assim, deve haver verossimilhança entre data dramática, cenário, interlocutores e o conteúdo por eles proferido e os exemplos históricos usados. Pelo fato de os diálogos serem compostos por discursos de seus interlocutores, o uso dos exemplos históricos não segue a preceituação da narrativa histórica.

¹⁵⁰ Discussão entre as partes.

¹⁵¹ SANTOS, M. M. dos. “Arte dialógica e epistolar segundo as epístolas morais a Lucílio”. In: *Letras Clássicas*, n. 3. São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP, 1999, pp. 45-93.

Cícero se serve, em seus diálogos filosófico-políticos, de exemplos históricos como comprovação dos preceitos éticos e políticos em todas as obras que analisaremos nesse capítulo e como pano de fundo para o seu desenvolvimento. O exemplo histórico como recuperação do passado é um recurso de comprovação dos argumentos, de autoridade e de verossimilhança, uma vez que ele geralmente se serve dos exemplos de grandes homens que lutaram pela República, como Cipião e Lúlio, ou de destruidores da República, como Antônio e Catilina. David argumenta que os exemplos por um lado induzem os homens à imitação, à repetição e, por outro, fortalecem o *mos maiorum* e o organizam em um sistema conceitual e mnemônico. Os exemplos permitem fenômenos de identificação e repulsão, vivificando o que há na memória¹⁵². O exemplo histórico é imprescindível para a estrutura argumentativa, pois comprova os argumentos teóricos, e, ao mesmo tempo, notamos que ele passa a ser “constitutivo”¹⁵³ da argumentação teórica, tanto pela força que carrega quanto pela contextualização histórica efetuada.

¹⁵² David, J-M. “*Maiorum exempla sequi : l'exemplum historique dans les discours judiciaires de Cicéron*”. p.86.

¹⁵³ Esta terminologia é usada por Aranovich ao analisar o uso dos exemplos históricos na obra maquiaveliana. ARANOVICH. *História e Política em Maquiavel*. p. 37.

II.I. OBRAS CONSTRUÍDAS COM BASE NO PASSADO PARA DIALOGAREM COM O PRESENTE

As obras *De Re Publica*, I, III, V, *De Oratore*, *De Amicitia* e *De Senectute* se servem de um recurso retórico, no exórdio, bem específico, em que se afasta temporalmente a data dramática da obra do momento em que ela foi escrita. Ao observarmos que essas obras políticas são escritas na chave do registro histórico e são permeadas de exemplos históricos ainda mais antigos, não podemos separar precisamente o que é a matéria política e o que é história. Parece-nos que a contextualização dessas quatro obras no passado tem a função de mostrar aos contemporâneos como eles viviam em um momento de declínio, e a solução para Roma retomar a sua grandeza seria recuperando as ações virtuosas, portanto, exemplares do passado. De acordo com Aranovich: “Para os antigos, a história testemunha um passado que funda o presente e é mais glorioso que o presente, que está em um processo de decadência; o herói é tomado em si mesmo, o que está em questão é a sua qualidade”¹⁵⁴. O exemplo¹⁵⁵ histórico carrega principalmente duas funções: a ação a ser imitada e um paradigma moral, que não necessariamente deve ser imitado, mas sempre tem uma função pedagógica. Então, o feito político ou moral¹⁵⁶ transformado em exemplo histórico deve ser interpretado pela sua qualidade, sua força na obra; a força do exemplo é investida também daquilo ou daquele que ele representa: no caso da obra ciceroniana, os homens que lutaram pela pátria, que conduziram a república ao apogeu. Ademais, é apenas por meio da recuperação do passado que se torna possível salvar a república do momento presente em decadência. De modo geral, os exemplos na obra ciceroniana são atemporais por se tratarem de exemplos de ações que refletem uma moral universal, o que de certa forma universaliza os exemplos

¹⁵⁴ ARANOVICH. *História e Política em Maquiavel*. p. 54.

¹⁵⁵ Guard argumenta sobre o uso dos *exempla*, em *De Officiis*, mas podemos estender o sentido às obras analisadas nesse capítulo: Marchai confirma a força dos exempla ciceronianos: “Enquanto se preocupa com a exatidão dos *exempla* que ele usa, ele então tem um meio de persuasão: o presente encontra dessa maneira sua base no passado. É fácil entender o significado de tal argumento para uma audiência romana fortemente ligado ao *mos maiorum*.” GUARD. “Morale théorique et morale pratique: nature et signification des exempla dans le *De officiis* de Cicéron”. p.55.

¹⁵⁶ Segundo Guard, quando analisa *De Officiis* e aqui mais uma vez podemos estender o que ele fala a todos os diálogos filosóficos que analisamos nesse capítulo: “A escolha dos *exempla* é dupla, feita de acordo com o critério do que é digno de memória, expressão usada muitas vezes por Cícero, uma vez que define como ‘digno de memória’ o fato histórico autêntico, por um lado, e dotado de valor moral, por outro.” GUARD. “Morale théorique et morale pratique: nature et signification des exempla dans le *De officiis* de Cicéron”. p.57.

históricos, sempre voltados às ações particulares. Os exemplos não são apenas ilustrativos, mas também constitutivos¹⁵⁷ da argumentação e, se excluídos, comprometeriam a obra.

Nessas obras, Cícero se coloca como filósofo e um testemunho¹⁵⁸, um narrador historiador. Fox aponta que “Cícero está explorando a ideia de dar ao diálogo um status histórico confiável e o potencial dinâmico de remover sua própria voz de autor do diálogo”¹⁵⁹. No entanto, ele constrói uma cena em que ouve a discussão – a conversa – e a narra a outrem na obra. As múltiplas figuras de narradores testemunhos trazem um aspecto ainda mais testemunhal: quem viu e ouviu e transmitiu a outrem. O recurso aos exemplos históricos ao longo das obras tem relevância não apenas como instrumento retórico mas também como assunto que passa a ser incorporado ao conteúdo filosófico. Ademais, esses exemplos garantem a coesão da argumentação, a sustentação por meio da comprovação com as provas históricas. Ao colocar as discussões no passado, Cícero faz com que a autoridade dos interlocutores seja trazida à obra.

É importante ressaltar o papel reservado à memória de quem está transmitindo a história e o fato dessas obras serem portadoras da memória. A utilidade dessas obras já se coloca por ser uma rememoração, pois apenas guarda-se na memória para transmitir aquilo que é útil.

O homem guarda na memória porque assente verdadeiramente a uma representação e a apreende, como observamos no primeiro capítulo. Apreende-se apenas aquilo que é verdadeiro, portanto, útil. No caso, o argumento rememorado é um conhecimento verdadeiro e útil, pois consiste em uma reflexão político-filosófica e histórica. Contar uma história consiste no princípio de narrá-la, e assim, preservá-la – o que não deixa de ser uma característica da tradição oral na Roma que já cultivava as letras. Contar histórias sempre foi a arte de recontá-las. A relação narrador e tradição é dominada pela ideia de preservar o que foi contado. A rememoração permite a existência de múltiplas

¹⁵⁷ Esta terminologia é usada por Aranovich ao analisar o uso dos exemplos históricos na obra maquiaveliana. p. 37.

¹⁵⁸ Hartog, ao explicar o significado da palavra *histoiê* analisa: “Palavra abstrata, formada sobre o verbo *historein*, investigar, historia derivou de *histôr*, termo ligado a *idein*, ver, e a (*w*) *oida*, eu sei. O *histôr* seria a ‘testemunha’, ‘aquele que sabe por ter visto ou sido informado’”. Cf. HARTOG, F. “A Fábrica Da História: Do “Acontecimento” À Escrita Da História As Primeiras Escolhas Gregas”. p. 7.

¹⁵⁹ FOX. *Cicero’s Philosophy of History*, p. 89.

temporalidades, geralmente três: seja aquela em que aconteceu o diálogo, seja aquela em que o diálogo foi contado a Cícero, seja a que Cícero narrou.

O recurso retórico que permite as obras *De Oratore*, *De Re Publica*, *De Senectute* e *De Amicitia* serem construídas com base no passado, sem que se tornem inverossímeis, é explicitado no exórdio; esse é de inspiração platônica e usa-se para afastar temporalmente a data dramática das obras, colocando-as necessariamente no passado e no registro histórico. Vejamos como Platão constrói esse recurso em *Teeteto*:

142 [c] (...) Euclides – Estava cheio de pressa em ir para casa. Eu próprio o retive e aconselhei, mas não quis. E, enquanto o acompanhava no regresso, fui-me lembrando de Sócrates e surpreendi-me com o modo profético com que falou acerca dele e de outras coisas. Parece-me que o encontrou pouco antes da sua morte, quando Teeteto era ainda um jovem; e, depois de estarem juntos e terem conversado, espantou-se bastante com a natureza dele. Quando voltei para Atenas, contou-me as conversas que teve e que bem merecem ser ouvidas; disse que, de certeza absoluta, ele viria a ser notável, se chegasse à idade madura. Terpsion – E disse a verdade, pelo que parece. Mas que conversas eram essas? Será que as podes contar? E. – Não, por Zeus, pelo menos assim de cor. Mas, quando cheguei a casa, fui [143a] logo registrar alguns apontamentos, que posteriormente, segundo a minha disponibilidade, escrevi, enquanto me ia recordando; e, sempre que ia a Atenas, perguntava a Sócrates aquilo de que não me lembrava. Depois, quando voltava a casa, corrigia. Assim, passei à escrita praticamente toda a conversa. TER. – Também já te ouvi isso antes e, no entanto, até agora hesitei e estive este tempo sempre com a intenção de te pedir que a mostrasses. Mas há alguma coisa que te impeça agora de o fazer? (...) Vamos então, e enquanto descansamos, o moço lerá para nós¹⁶⁰.

¹⁶⁰ PLATÃO. *Teeteto*. pp186-187.

No texto platônico, Euclides anotou a conversa que lhe foi contada por Sócrates, aquela que este havia tido com Teeteto, e, agora, um moço lerá o que Euclides escreveu para Terpsion. Platão elucida que Euclides relembra o que Sócrates lhe contou e que ele registra por escrito e com fidedignidade, porque perguntava a Sócrates o que não lembrava. Assim, a conversa entre Sócrates e Teeteto se transforma em um documento, um registro escrito, um testemunho.

Cícero, de modo um pouco diverso, serve-se do mesmo recurso retórico platônico, e nossa análise dos diálogos filosóficos tem como ponto de partida este recurso. O registro escrito é feito por Cícero para que seus contemporâneos o lessem¹⁶¹ e para as futuras gerações. Registrar algo por escrito transforma um acontecimento em um *monumentum*¹⁶², um documento, uma prova para a posteridade. Assim, a obra filosófica ganha um estatuto diverso e acumula funções, não apenas instrui e forma moralmente os concidadãos como também registra por meio de testemunhos o diálogo entre homens eminentes.

Analisamos *De Re Publica*¹⁶³, que se serve de um recurso semelhante ao platônico, escrita entre 54 e 51 a.C. e que tem como data dramática o ano de 129 a.C., antes da morte

¹⁶¹ Devemos ressaltar que, no período helenístico, aumentou a circulação de livros em Roma, a quantidade de traduções e também o público leitor. Cf. OLIVA NETO. *O Livro de Catulo*. pp. 7-11

¹⁶² Le Goff afirma: “O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala dos *munumenta huius ordinis (Philippicae, XIV, 41)*, designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do senado. Mas desde a antiguidade romana, o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna troféu, pórtico etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.” (grifo nosso). LE GOFF. *História e Memória*. p.486.

¹⁶³ Observamos as outras obras que se utilizam do mesmo recurso. Em *De Oratore*, a conversa é ambientada em 91 a.C., tendo sido a obra escrita em 55 a.C.; seus três exórdios são feitos na própria voz de Cícero. Em todos é constante a temática da recuperação pela memória do diálogo travado entre os interlocutores, principalmente Crasso e Antônio. Em *De oratore*, III, 16, ele afirma: “eu, que não estive presente naquela conversação e recebi de Caio Cota apenas as informações sobre os temas gerais e as opiniões imersas na discussão, tentei, de fato, reproduzir nos discursos daqueles dois oradores o seu modo de falar, pelo tanto que eu os conhecia”. Cícero recupera na sua memória o que conhecia de ambos para não deixar estas duas figuras de oradores morrerem.

De Amicitia foi escrita logo depois de *De Senectute*, no final de 44 a.C. O diálogo se passa no ano de 129 a.C., mesma data dramática de *De Re Publica*. Essa obra é dedicada ao amigo Ático, e, com isso, Cícero parece querer fazer uma comparação entre a amizade e a velhice de Cipião e Lélcio e a dele e a de seu amigo. A conversa trata da amizade, fundada na virtude, que há entre

de Cipião, principal interlocutor da obra. Vejamos o exórdio do livro I em que temos notícia de que foi uma conversa contada a Cícero da seguinte forma:

E, na verdade, o argumento que vou expor não é novo, nem instituído por nós, mas devo rememorar a discussão de uma única geração de varões ilustríssimos e sapientíssimos de nossa *ciuitas*, que foi a mim e a ti¹⁶⁴ exposta por Públio Rútílio Rufo, que era adolescente quando estivemos com ele, por muitos dias, em Esmirna. Penso que nada foi preterido do que era pertinente sobre a maior das obras, sobre todas essas coisas¹⁶⁵.

Compreendemos, que, de certa forma, Cícero assume a figura do *hístor* como “aquele que sabe por ter sido informado”¹⁶⁶, mesmo não se servindo da expressão e ainda raramente utilizando a palavra “história” nessa obra. Ao afirmar que vai “rememorar a discussão”, que foi exposta a ele e a seu irmão por Rútílio Rufo, elabora uma dupla figura

homens sábios-políticos, cujas opiniões políticas e morais são semelhantes. O discurso é posto na boca de Lélío, que conversa com seus genros, Fânio e Cévola, alguns dias após a morte de Cipião (*De Amicitia*, 3). A conversa foi contada a Cícero pelo seu mestre em direito, Cévola, “que costumava narrar fielmente e com agrado muitas coisas a respeito de seu sogro” (*De Amicitia*, 1). Para retratar a antiguidade da discussão, Cícero faz uso da seguinte expressão: “As sentenças daquela discussão eu guardei na memória e vou expô-las neste livro do meu modo” (*De Amicitia*, 3). A narração com fidelidade e o papel da memória são fundamentais para a composição exordial dessas obras; o aspecto testemunhal garante a antiguidade e, conseqüentemente, a verossimilhança da obra. Ademais, torna todo exemplo histórico constitutivo tanto da argumentação quanto da temporalidade da obra: “4 (...) Assim também, tendo ouvido de nossos antepassados ter sido memorável a familiaridade de Caio Lélío e Públio Cipião, pareceu-me que o primeiro era a personagem idônea para discorrer acerca do que, a propósito da amizade, Cévola dele ouvira e se lembrava. É que esse gênero de dissertação apoiado na autoridade dos antigos, e dos mais ilustres entre eles, parece adquirir, não sei por que, mais peso”.

Em *De Senectute*, escrito em 44 a.C., Cícero dedica a obra a Ático, e a data dramática é o ano de 150 a.C. Os interlocutores Catão o Censor, Cipião e Lélío dissertam sobre a boa velhice, a independência da felicidade em relação à idade e a sua dependência da sabedoria. Os três homens sábios, cada um a seu modo, agem de acordo com a natureza e lutam pela salvação da pátria. Os principais argumentos – contrários às quatro vituperações possíveis relativas à senilidade – são proferidos por Catão.

¹⁶⁴ Cícero refere-se a seu irmão Quinto.

¹⁶⁵ CÍCERO. *De Re Publica*, I, 13: *nec uero nostra quaedam est instituenda noua et a nobis inuenta ratio, sed unius aetatis clarissimorum ac sapientissimorum nostrae ciuitatis uirorum disputatio repetenda memoria est, quae mihi tibi quondam adulescentulo est a P. Rutilio Rufo, Smyrnae cum simul essemus complures dies, exposita, in qua nihil fere quod magno opere ad rationes omnium <harum> rerum pertineret praetermissum puto.*

¹⁶⁶ HARTOG, F. “A Fábrica Da História: Do “Acontecimento” À Escrita Da História As Primeiras Escolhas Gregas”. p. 7.

de narradores – Rutílio e ele –, que busca na memória aquilo que vai transmitir. Se temos dois narradores, logo, temos uma tripla distância em relação ao acontecido e três tempos distintos, a saber: o do acontecimento, o da narração de Rutílio a Cícero e o da narração de Cícero. Dessa forma, há sempre presente três tempos, ou seja, uma tripla distância do presente ao acontecimento: o tempo em que se desenrola o diálogo, o tempo em que o diálogo foi contado a Cícero e o que Cícero está escrevendo; e nós vemos as ações narradas filtradas por dois ângulos, o de Cícero e o de Rutílio; narrar é uma capacidade de transmitir experiências, e a fonte dessa obra é a conversa transmitida de pessoa para pessoa. A figura de Cícero como narrador é de um homem que conhece os costumes romanos, a filosofia, a vida pública, está apto a governar em um momento de crise e conhece as narrativas históricas de Roma. Essa dupla figura de narradores, sendo um deles uma testemunha ocular, fortalece ainda mais o estatuto historiográfico que há na obra, reforçando que, para falar sobre a melhor *ciuitas* e o melhor concidadão, não basta construir uma obra ao mesmo tempo reflexiva e para o agir, trazendo apenas argumentos filosóficos, mas que devemos nos servir da utilidade dos exemplos e argumentos históricos. Ademais, ao longo do diálogo, pode-se observar o posicionamento político de Cícero por meio das falas de Lélcio e Cipião em defesa da república. Ao recordar a conversa de Cipião e seus amigos, o autor elabora conceitos políticos ao longo do curso dos acontecimentos em Roma, assim, o constante resgate da história seja pela ambientação, seja pelos exemplos citados faz com que percebamos uma maior distância temporal de Cícero em relação à data do diálogo. Esse recurso ajuda a dar o efeito de uma conversa que ocorreu com varões de duas gerações anteriores a de Cícero, e isso garante a verossimilhança ao texto ao mesmo tempo em que todos os exemplos históricos constitutivos da obra possuem mais força e qualidade, mostrando a grandiosidade do passado e dos costumes. O narrador figura entre os sábios e sabe aconselhar, pois pode recorrer ao que está guardado em sua memória, e o que está guardado é tanto o que ele próprio viveu e aprendeu quanto o que lhe foi contado – as experiências de outros varões eminentes. Fox argumenta que:

a memória deve ser a garantidora da veracidade histórica, mas, na exploração de Cícero sobre isso, o significado simbólico da memória é mais importante do que qualquer base factual. (...) A

própria memória realmente não expressa apenas a gravação de eventos, mas também a sua representação e perpetuação¹⁶⁷.

Esse argumento demonstra que aquilo que é rememorado é mais importante do que uma prova factual, ou seja, na visão do romano sobre o que é história, a memória torna-se mais importante do que as provas. Fox continua sua análise sobre como a memória opera, afirmando:

a memória está sempre olhando ao mesmo tempo para um referencial histórico e para algum momento indefinido de leitura futura. Assim, torna-se uma ferramenta útil na produção de argumento historicamente modulado destinado a criar um determinado efeito. Esta formulação pode parecer um tanto abstrata; a evidência concreta está, é claro, no uso abundante dos *exempla* nos discursos de Cícero, onde existe uma suposição clara de que a história fornece um sistema de valores compartilhado por meio do qual o orador pode procurar promover um consenso com sua audiência, enquanto, ao mesmo tempo, os *exempla* individuais estão em constante reinterpretação ou mesmo representação de um material familiar¹⁶⁸.

A argumentação de Fox sobre os discursos também pode ser trazida para nossa análise dos diálogos filosóficos. A recuperação das ações passadas são utilizadas para dialogarem com o presente e o futuro. Com isso, a recuperação pela memória dos *exempla* estabelece o diálogo entre os diferentes tempos. Isso, de certa forma, demonstra que Cícero tinha uma visão do curso dos acontecimentos em Roma pelo deslocamento temporal que realizava ao escrever suas obras e por criar obras que dialogavam entre os tempos.

Mas, diferentemente da obra *De Re Publica*, Fox observa que:

¹⁶⁷ FOX. *Cicero's Philosophy of History*. pp. 163-164.

¹⁶⁸ FOX. *Cicero's Philosophy of History*. p. 165.

Os interlocutores de *De Oratore* são diferentes: eles são escolhidos não porque sua visão da história romana pertence ao momento final de uma tradição, mas porque são pioneiros; pioneiros da excelência retórica, que, como Cipião e seus amigos, são criados por Cícero para incorporar ideais que são claramente projeções das próprias ambições de Cícero, mas que contêm um equilíbrio, em seu próprio contexto histórico, entre plausibilidade e uma manifesta idealização. Assim como os personagens em *De Re Publica*, Crasso, Antônio e seu círculo expressam esse equilíbrio na produção de visões concorrentes da história romana. (...) em *De Oratore*, a retórica e seu papel na história de Roma é o tema central¹⁶⁹.

Em *De Oratore*, o exórdio na própria voz de Cícero e o deslocamento temporal dele com os interlocutores corroboram com a argumentação sobre o posicionamento da retórica como instituição central no desenvolvimento da vida política romana. E isso é possível porque Cícero escolhe interlocutores que possuem uma reputação em Roma e usa argumentos verossímeis com essas figuras históricas¹⁷⁰. Fox ainda afirma que tanto em *De Re Publica* quanto em *De Oratore*¹⁷¹ – e podemos acrescentar aqui *De Amicitia* e

¹⁶⁹ FOX. *Cicero's Philosophy of History*. p. 123.

¹⁷⁰ Cf. FOX. *Cicero's Philosophy of History*. p. 120.

¹⁷¹ Em *De Oratore*, I, Cícero está preocupado com a função da retórica como fenômeno político, cultural e histórico e, ao “rememorar uma antiga história, não muito nítida”, recupera “o que os homens eloquentíssimos e ilustríssimos pensavam acerca da doutrina oratória como um todo” (*De Oratore*, I, 4). Um orador deve ter um repertório de todas as coisas, inclusive dominar toda a história e a potestade dos antecessores e o direito civil; a memória é a guardiã de todo o conhecimento e das palavras pensadas, ou seja, dos discursos elaborados, e fundamental a um orador. Assim, a memória é posta não apenas como parte do discurso, mas como faculdade do homem, que o orador, principalmente, deve ter. Cícero compõe a cena histórica do diálogo afirmando que retomará uma discussão dos conterrâneos mais eloquentes e mais dignos. A época é do consulado de Felipe; Crasso foi para sua *villa* em Túsculo juntamente com seus amigos para conversarem “sobre os tempos e a totalidade da república” (*De Oratore*, I, 26). No exórdio do segundo livro, ele reforça a função da história, sua importância e o estatuto histórico de testemunho que a obra possui: “7. Por isso, também tive imensa felicidade em escrever a conversação que eles tiveram acerca de tais temas, tanto para pôr fim àquela opinião, que sempre existiu, de que um não era doutíssimo, o outro totalmente indouto, quanto para preservar por escrito as palavras que eu julgava terem sido proferidas divinamente por sumos oradores acerca da eloquência, se, de algum modo, pudesse compreender e representar; ou pudesse ainda, por Hércules, na medida de minhas possibilidades, louvá-los, pois já estavam quase no esquecimento dos homens e no silêncio”. Dessa maneira, Cícero expõe a função da obra e demonstra que a história - o passado, a memória desses homens - precisa tanto ser registrada quanto recuperada.

*De Senectute*¹⁷² – a história é usada para contextualizar os argumentos, e isto é feito de uma maneira que, em vez de simplesmente usar a história para validar ou verificar, ela é usada para gerar mais complexidade na argumentação¹⁷³. Acrescentaríamos que o uso dos exemplos históricos e da argumentação sempre no tempo passado permite ao autor elaborar a sua visão do curso dos acontecimentos em Roma, e no caso do *De Oratore*¹⁷⁴, dos acontecimentos políticos e do espaço que a retórica ocupava na vida política.

Ao dar o estatuto de um testemunho à obra, recuperando a figura desses oradores, imortaliza não apenas esses varões como a retórica. Ademais, o autor segue a premissa da história de “tomar como testemunho a memória dos que conheceram estes oradores e ainda estão vivos entre nós” (*De Oratore*, II, 9). No exórdio do terceiro livro, Cícero relata tanto a morte de Crasso (ocorrida depois de dez dias que teve a conversa com Antônio) quanto afirma que quem relatou a conversa a ele e a seu irmão foi Cota: “De fato, nós, que não integramos pessoalmente a conversa e a quem Cota relatou tanto os tópicos quanto as ideias dessa discussão, tentamos imitar, em suas falas, o mesmo gênero de discurso em que conhecêramos os dois oradores” (*De Oratore*, III, 16). Em *De Oratore*, Cota foi quem testemunhou a conversa e a contou a Cícero, fazendo o papel de testemunho ocular, que se encontra no tempo intermediário entre a conversa e a redação da obra. Com isso, observamos que, além de toda a obra ter um registro historiográfico, os exemplos históricos utilizados pelos interlocutores são anteriores a 91 a.C., o que garante maior verossimilhança à obra.

¹⁷² Os argumentos e os exemplos que o interlocutor Catão expõe ou estão, de alguma maneira, relacionados com a sua vida e são suas memórias ou são fatos que ele narra por conhecer as histórias e tê-las em sua memória, como podemos observar: “10. Quero muito bem Quinto Máximo – aquele que tomou Taranto, quando já era velho e eu um adolescente – como um igual. Tinha, de fato, naquele homem uma gravidade regada de gentileza, e a velhice não tinha mudado seus costumes; mas é verdade que eu comecei a pensar que não era muito velho, mas já com idade avançada, pois foi cônsul pela primeira vez um ano depois do meu nascimento; e com ele cônsul, pela quarta vez, eu fui ainda adolescente combater como soldado em Cápuia e, cinco anos depois, em Taranto. Como questor, teve essa magistratura no consulado de Tuditano e Cetego, quando ele, muito velho, foi o defensor da lei Cincia.” O diálogo é organizado, a partir do parágrafo quinze, por meio das quatro razões pelas quais a velhice parece infeliz: a primeira, porque distancia os homens das ocupações; a segunda, porque torna o corpo mais frágil; a terceira, porque priva os homens de quase todos os prazeres; a quarta, porque é uma fase da vida próxima da morte. Cícero descontrói cada argumento com exemplos de homens que usufruíram de sua velhice: não se afastaram da vida ativa, como Quinto Máximo, Lúcio Paulo, os Fabrícios, os Cúrios e os Coruncânios (*De Senectute*, 15); a memória diminui se não é exercitada, e o exemplo citado é o de Temístocles, que sabia o nome de todos os concidadãos (*De Senectute*, 21). Já outros homens envelhecem aprendendo coisas novas, como Sólon, que aprendia algo novo todos os dias (*De Senectute*, 26). Toda a argumentação tem figuras exemplares de grandes homens como forma de comprovar o argumento dado. Ademais, conclui-se que, na velhice, é possível preservar com vigor a força do ânimo quando não há mais tanta força no corpo.

¹⁷³ FOX. *Cicero's Philosophy of History*. p. 147.

¹⁷⁴ A retórica, tema central da obra, só faz sentido a um romano pelo espaço que ela tem na vida política, pois ela é um meio para a realização da ação política, uma vez que auxilia nos debates. Questiona-se, inclusive, se foi a retórica que permitiu a agregação dos homens em cidades e se a manutenção e salvação da *ciuitas* foi feita por intermédio da retórica ou da inteligência ou da capacidade prudencial humana, segundo *De Oratore*, I: “36. Pois quem poderia conceder a ti que o gênero humano, no início, espalhado por montes e florestas, encerrou-se em cidadelas e muralhas não pelo discernimento dos prudentes, mas pelo discurso dos eloquentes? Ou, na verdade, que as demais utilidades de estabelecer e preservar as *ciuitates* foram estabelecidas, não pelos homens sábios e fortes, mas pelos eloquentes e de fala ornada?”

Quando Cícero se refere a esse “gênero de dissertação apoiado na autoridade dos antigos” em *De Amicitia*, podemos entender que são todas essas obras em que ele se serve desse recurso retórico de afastamento da data dramática da obra, como *De Re Publica*, *De Oratore* e *De Senectute*¹⁷⁵ e o próprio *De Amicitia*. Esse gênero consiste em trazer a história para o interior do diálogo filosófico. Com isso, não podemos dissociar em suas obras essas duas matérias. Ademais, ao trazer a exemplariedade da história para a filosofia, Cícero particulariza essas ações, demonstrando o tempo e o lugar em que ocorreram. Por outro lado, os argumentos morais, universais, da filosofia que retratam as virtudes dos homens sábios, ao serem exemplificados com homens que fizeram parte da história de Roma, são particularizados, e a história se universaliza por meio desses grandes homens.

Ao mesmo tempo em que as obras são contextualizadas em um passado, elas dialogam com o tempo em que estão sendo escritas. O livro I da obra *De Re Publica* está voltado para questões políticas do presente¹⁷⁶ – tanto de Cícero quanto do de Cipião –, e ainda assim os exemplos históricos são constitutivos da argumentação. Nessa primeira parte do capítulo, recorreremos aos argumentos das quatro obras – *De Re Publica*, *De Oratore*, *De Amicitia* e *De Senectute* – que nos forneçam a exemplaridade da relação entre virtude e ação, as referências ao curso da vida ou dos acontecimentos políticos e as marcações temporais¹⁷⁷. A importância da exemplificação histórica, da prova, é tanta que, ao longo de um dos diálogos, encontramos a seguinte fala de Lélcio: “– Vejo, Cipião, que

¹⁷⁵ *De Senectute* é uma *consolatio* com o intuito de que a velhice seja mais leve tanto para Cícero quanto para seu amigo Ático, a quem dedica a obra. A filosofia é uma matéria, cujo aprendizado permite que se passe qualquer idade da vida sem moléstias (*De Senectute*, 2). Falar sobre a velhice é falar da passagem do tempo, pois é preciso saber envelhecer e saber observar a passagem do tempo, conhecer o curso da vida, por isso ela é tão cara ao agricultor, que conhece o ciclo da natureza, e ao filósofo, que conhece o ciclo da vida humana. Cícero argumenta que o discurso é colocado na voz de Catão, pois não poderia conferir autoridade a Titão, como fez Aristão de Chio, e dar voz a uma fábula (*De Senectute*, 3). A figura de Catão representa uma grande autoridade, assim como seus dois outros interlocutores, Lélcio e Cipião. A obra ganha mais verossimilhança, pois o diálogo é ambientado antes da morte de Catão, representando uma conversa passada. Dessa forma, este recurso retórico garante ainda mais verossimilhança, pois trata de dois momentos da vida muito próximos, a saber, a velhice e a morte. No exórdio dessa obra não há a múltipla figura de narradores como nos outros; o estilo é diferente, mas os exemplos históricos citados são fidedignos, pois não haveria verossimilhança na obra se fosse uma narrativa inventada. A obra é composta por 85 parágrafos, destes há exemplos históricos em 43, nos seguintes: 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 19, 21, 22, 23, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 69, 72, 73, 75, 78, 82. Disso depreendemos que numericamente os exemplos perpassam quase toda a obra.

¹⁷⁶ O mesmo acontece em *De Oratore*, *De Amicitia* e *De Senectute*.

¹⁷⁷ Não seguimos uma ordem das obras, e, muitas vezes, esses três assuntos aparecem entrelaçados.

tu és suficientemente provido de testemunhos, mas, diante de mim, como diante do bom juiz, os argumentos valem mais do que as provas.”¹⁷⁸ Entretanto, a sequência da obra demonstra que o argumento de Cipião será baseado em um testemunho – uma prova – do próprio Lélío. Com isso percebemos que a argumentação é contruída a partir de testemunhos.

O tom memorialístico e consolatório em que são recuperados os exemplos em *De Senectute* trazem ao presente os feitos de um homem, suas ações virtuosas; dessa forma, a grande consolação de um homem na velhice é ver suas ações que ficaram registradas na história:

9. Cipião e Lélío, as artes e o exercício da virtude são em geral as mais oportunas armas da velhice, as quais, cultivadas em cada idade, quando vividas sempre e intensamente, produzem frutos admiráveis, não apenas porque não abandonam mais, nem na idade mais avançada (e esta é, na verdade, a coisa mais importante), mas também porque a consciência de uma vida bem vivida e a memória das muitas ações virtuosas cumpridas são uma coisa agradabilíssima¹⁷⁹.

Relembrar um passado de ações virtuosas é o que resta a um ancião. Mas o autor pondera que não são todos como Cipião: nem todos teriam para recordar o domínio das cidades, batalhas na terra ou no mar, guerras conduzidas por ele e triunfos. E cita o exemplo de outros homens que tiveram uma velhice tranquila, como Platão e Isócrates¹⁸⁰; todos modelos a serem imitados.

Falar da velhice é o mesmo que falar do curso da vida de cada um, da forma como cada um viveu sua vida e como ainda vive; ao mesmo tempo em que se analisa a vida do ponto de vista privado, quando observamos os grandes homens, olhamos o curso da vida

¹⁷⁸ *De Re publica*, I, 59: ‘uideo te, Scipio, testimoniis satis instructum, sed apud me, ut apud bonum iudicem, argumenta plus quam testes ualent.’

¹⁷⁹ CÍCERO. *De Senectute*, 9: *Aptissima omnino sunt, Scipio et Laeli, arma senectutis artes exercitationesque virtutum, quae in omni aetate cultae, cum diu multumque vixeris, mirificos efferunt fructus, non solum quia numquam deserunt, ne extremo quidem tempore aetatis (quamquam id quidem maximum est), verum etiam quia conscientia bene actae vitae multorumque bene factorum recordatio iucundissima est.*

¹⁸⁰ CÍCERO. *De Senectute*, 13.

pelo aspecto público, pelos feitos em prol da pátria; além disso, temos duas perspectivas da passagem do tempo: a primeira, que segue o curso da vida, da natureza, e a segunda, que se refere ao tempo da sociedade, da sua história. Ou seja, temos unido em *De Senectute* o tempo como algo significativo da vida privada e como construção da sociedade por meio da relação dessa com a sua história. Os grandes sábios-políticos unem em si essa manifestação da dupla temporalidade, principalmente quando velhos, pois já viveram muito, conhecem o curso natural da vida e se dedicaram à república. Como lemos: “nos velhos, de fato, há mente, razão e discernimento; e sem esses não poderia haver as *ciuitates*”¹⁸¹; ademais, “a velhice, especialmente a de quem teve cargo público, tem tamanha autoridade, que vale mais do que todos os prazeres da juventude”¹⁸². Quanto ao tempo da natureza:

O curso da vida é certo, e o caminho da natureza é único e simples; e a cada parte da vida é dada uma fisionomia oportuna; a moleza das crianças, a ferocidade dos jovens, a gravidade da idade já consolidada e a maturidade da velhice têm algo de natural, que deve ser colhido no seu tempo¹⁸³.

Temos um curso da vida, de um lado, sobre o qual o homem não possui tanta ingerência, por outro, há o curso da vida que está voltado para as ações políticas. Vejamos como deve ser o curso dos melhores concidadãos, pois são eles, com suas ações, que moderam o curso da república. No primeiro parágrafo do exórdio de *De Re Publica*, feito na própria voz de Cícero, lemos:

1 (...) Na verdade, a Marco Catão, homem desconhecido e novo, por quem – como um modelo para todos nós que nos dedicamos às mesmas coisas – somos, por assim dizer, conduzidos à ação e à virtude, certamente tinha sido permitido deleitar-se no ócio, em Túsculo, lugar salutar e próximo. Mas homem insensato, como

¹⁸¹ CÍCERO. *De Senectute*, 67: (...) *Mens enim et ratio et consilium in senibus est; qui si nulli fuissent, nullae omnino civitates fuissent.*

¹⁸² CÍCERO. *De Senectute*, 61: (...) *Habet senectus, honorata praesertim, tantam auctoritatem, ut ea pluris sit quam omnes adolescentiae voluptates.*

¹⁸³ CÍCERO. *De Senectute*, 33: (...) *Cursus est certus aetatis et una via naturae, eaque simplex, suaque cuique parti aetatis tempestivitas est data, ut et infirmitas puerorum, et ferocitas iuvenum et gravitas iam constantis aetatis et senectutis maturitas naturale quiddam habeat, quod suo tempore percipi debeat.*

aqueles consideram, ainda que nenhuma necessidade o coagisse, preferiu ser sacudido nestas ondas e tempestades até a suma velhice a viver naquela tranquilidade e ócio jocundíssimo. Omito inumeráveis varões que foram, cada um, a salvação dessa *ciuitas*, e, uma vez que não estão afastados da memória dessa época, deixo de mencioná-los, para que ninguém se queixe de que o esqueci ou a algum dos seus. Afirmo apenas: tanta foi a necessidade de virtude dada ao gênero humano pela natureza, tanto o amor dado para defender a salvação comum, que esta força venceu todos os afagos da volúpia e do ócio¹⁸⁴.

Catão é um modelo, um exemplo, tanto para Cícero quanto para outros romanos. Com a exposição breve da escolha de Catão, que preferiu a vida pública ao ócio, temos um exemplo da importância dessa figura para a formação dos romanos, que são conduzidos à ação e à virtude, por meio do exemplo; observamos como a função pedagógica do exemplo é utilizada na obra tanto para tratar dos assuntos políticos quanto morais. Catão, cônsul em 195 a.C., era uma figura dominante tanto na vida política quanto intelectual de Roma e tinha tanto a virtude quanto o amor pátrio, caros à vida republicana. Os que governam as urbes com discernimento devem ser preferíveis a todos os outros, e os que se empenham na vida pública são incitados pelos estímulos da própria natureza e devem manter o curso dos melhores concidadãos, ou seja, seguir os seus exemplos¹⁸⁵. E da mesma forma que a virtude modera as ações desse homem, este, conseqüentemente, modera o curso da República. Dedicar-se à pátria¹⁸⁶ é o mesmo que dedicar-se à natureza,

¹⁸⁴ CÍCERO. *De Re Publica*, I, 1: *M. uero Catoni homini ignoto et nouo, quo omnes qui isdem rebus studemus quasi exemplari ad industriam uirtutemque ducimur, certe licuit Tusculi se in otio delectare, salubri et propinquo loco. sed homo demens ut isti putant, cum cogeret eum necessitas nulla, in his undis et tempestatibus ad summam senectutem maluit iactari, quam in illa tranquillitate atque otio iucundissime uiuere. omitto innumerabiles uiros, quorum singuli saluti huic ciuitatifuerunt, et qui sunt <haud> procul ab aetatis huius memoria; commemorare eos desino, ne quis se aut suorum aliquem praetermissum queratur. unum hoc definio, tantam esse necessitatem uirtutis generi hominum a natura tantumque amorem ad communem salutem defendendam datum, ut ea uis omnia blandimenta uoluptatis otique uicerit.*

¹⁸⁵ CÍCERO. *De Re Publica*, I, 3.

¹⁸⁶ Cícero se autoriza como autor da obra, pois no mesmo exórdio em que argumenta que os romanos devem seguir o exemplo de Catão, adiante, ele se coloca como um romano que serviu a pátria em um momento de crise, ou seja, ele também é um exemplo, mas está no tempo presente e não no passado: “10. Porém, quem pode, afinal, aprovar aquela restrição segundo a qual o sábio não terá nenhuma participação na república, exceto quando os tempos e a necessidade o

pois o homem está se dedicando às coisas humanas e aos seus concidadãos, e, é melhor ao homem dedicar-se à pátria do que ser consumido pela vida por não fazer nada.

Assim como Catão, Cipião é um exemplo de sábio a ser seguido e se autoriza a falar da principal república, pois não

ignora absolutamente as teorias gregas, nem como a quem as antepõe, sobretudo neste gênero, às nossas, mas como a um dentre os togados que (...) foi abrasado pelo desejo de aprender desde a infância, mas foi muito mais instruído pela experiência e pelos preceitos domésticos do que pelas letras¹⁸⁷.

Cipião, ao ser instruído nos preceitos domésticos, conhece o *mos maiorum* e está inserido na vida pública romana, discutia filosofia e história: “costumava discutir com Panécio, na presença de Políbio – dois gregos, talvez os maiores peritos nas coisas civis –, e reuniam muitas para ensinar que o melhor estado da *ciuitas* é, de longe, o que nossos predecessores nos deixaram”¹⁸⁸. Com isso, Cícero, Catão e Cipião são os três grandes exemplos de sábios-políticos a serem imitados, tanto pela formação que receberam quanto por estarem sempre dispostos a salvar a república.

A marcação temporal, em *De Re Publica*, mostra-nos que o apogeu da *ciuitas* foi atingido e deixado pelos predecessores, Catão e Cipião. Isso evidencia como o passado é sempre considerado glorioso e, no momento presente, o de Cícero, os romanos vivem a

obrigarem? Como se a alguém pudesse sobrevir uma necessidade maior, por assim dizer, do que a que se abateu sobre nós; nela, o que eu poderia ter feito, então, que não fosse ser cônsul? Porém como poderia ser cônsul se não tivesse [mantido], desde a infância, esse curso de vida pelo qual, nascido de origem equestre, alcançaria tão grande honra? Portanto não há possibilidade de socorrer a república a qualquer momento ou segundo teu desejo, por mais que ela esteja permeada de perigos, a não ser que estejas em uma posição que te permita fazê-lo.”

¹⁸⁷ CÍCERO. *De Re Publica*, I, 36: *sed neque iis contentus sum quae de ista consultatione scripta nobis summi ex Graecia sapientissimique homines reliquerunt, neque ea quae mihi uidentur anteferre illis audeo. quam ob rem peto a uobis ut me sic audiat: neque ut omnino expertem Graecarum rerum, neque ut eas nostris in hoc praesertim genere anteponentem, sed ut unum e togatis patris diligentia non illiberaliter institutum studioque discendi a pueritia incensum, usu tamen et domesticis praeceptis multo magis eruditum quam litteris.*’

¹⁸⁸ CÍCERO. *De Re Publica*, I, 34: *sed etiam quod memineram persaepe te cum Panaetio disserere solitum coram Polybio, duobus Graecis uel peritissimis rerum ciuilium, multaque colligere ac docere, optimum longe statum ciuitatis esse eum quem maiores nostri nobis reliquissent.*

decadência da República. A única forma da República voltar ao apogeu é por meio da recuperação do passado, ou seja, por meio do resgaste da exemplariedade das ações.

Quanto ao curso da República – no exórdio do livro V, feito na própria voz de Cícero –, Roma, apesar de não se consumir, de não morrer, decai por conta dos vícios; os romanos não conseguiram nem manter a forma do governo misto, nem os costumes que firmaram a república, nem as virtudes. Cícero descreve e lamenta o declínio de Roma em *De Re Publica*, V, 2, da seguinte forma:

2. Na verdade, como nossos tempos receberam a República como se fosse uma pintura notável, mas já de pouco fôlego por sua antiguidade, não apenas negligenciou renová-la com as cores que tivera, como também não procurou conservar sua forma e seus últimos delineamentos. Pois o que permanece dos antigos costumes nos quais Ênio disse que se firmou a coisa [pública] romana? Nós os observamos esquecidos de modo obsoleto, e não apenas não são cultivados como também são ignorados. Com efeito, o que dizer dos varões? Pois os próprios costumes se enterraram na penúria dos varões, mal de que tanto temos que prestar contas, como também explicar a razão, como se fossem réus da pena capital. De fato, não por algum acaso, mantemos uma República nas palavras, [mas], na verdade, já a perdemos há muito tempo por nossos vícios. (*Agostinho, Cidade de Deus*, 2, 21)¹⁸⁹.

Cícero atribui a decadência da República aos vícios humanos. Podemos, inicialmente, pensar que ela estava decadente pela sua velhice, e seria possível renová-la, desde que houvesse homens virtuosos para essa tarefa. Mas os homens corruptos e

¹⁸⁹ CÍCERO. *De Re Publica*, V, 2: *nostra uero aetas cum rem publicam sicut picturam accepisset egregiam, sed iam evanescentem uetustate, non modo eam coloribus isdem quibus fuerat renouare neglexit, sed ne id quidem curauit ut formam saltem eius et extrema tamquam liniamenta seruaret. quid enim manet ex antiquis moribus, quibus ille dixit rem estare Romanam? quos ita obliuione obsoletos uidemos, ut non modo non colantur, sed iam ignorentur. nam de uiris quid dicam? mores enim ipsi interierunt uirorum penuria, cuius tanti mali non modo reddenda ratio nobis, sed etiam tamquam reis capitis quodam modo dicenda causa est. nostris enim uitiiis, non casu aliquo, rem publicam uerbo retinemus, re ipsa uero iam pridem amisimus.* (*Aug. Ciu.* 2, 21).

viciosos, com suas ações, degeneram a República; as instituições não se degeneram sozinhas e nem possuem a capacidade de se regularem, se não for por meio das ações humanas.

Em *De Re Publica*, enquanto os interlocutores deslocados temporalmente, que viviam no ápice do governo da República em Roma representam o ideal que deveria ser seguido, Cícero, quando argumenta em sua própria voz nos exórdios, retrata a realidade do seu tempo, a decadência, a inserção de Roma em um período de degeneração; Fox argumenta que:

Em *De Re Publica*, vemos como os interlocutores do diálogo apresentam uma espécie de pré-história para os problemas políticos dos tempos de Cícero. Cipião e seus amigos podem trazer uma visão otimista do potencial dos grandes homens de Roma para assumir o controle da república de forma benigna, precisamente porque estão situados em um ponto da história em que os horrores completos, sob a forma das guerras civis que caracterizaram as ditaduras de Mário e de Sula ainda não haviam ocorrido, e o equilíbrio entre a ambição individual e o governo coletivo da República não se degenerou inequivocamente em um medo que indivíduos poderosos necessariamente extinguiram o poder de seus pares¹⁹⁰.

Com isso, observamos que Cícero se serve da representatividade e da exemplaridade da ação para mostrar as questões políticas em Roma e, ao mesmo tempo, a sua percepção tanto da política quanto da história.

As marcações temporais ao longo da obra *De Re Publica* são várias, como a seguinte: “58¹⁹¹. *mas se queres, Lélío, dar-te-ei testemunhos, nem demasiado antigos

¹⁹⁰ FOX. *Cicero's Philosophy of History*, p. 122.

¹⁹¹ De acordo com Gorman, *The Socratic Method in the Dialogues of Cicero* (pp. 37-47), em I, 58, Cícero inicia um diálogo tentando emular a obra platônica, servindo-se do método socrático de pergunta e resposta, o que se estende até I, 63. Neste excerto, Cipião e Lélío discutem se a monarquia é a melhor forma de governo ou não. E a parte racional da alma, como chamava Platão, foi denominada neste trecho como *consilium*. Assim, *consilium*, como manifestação da *ratio*, está intimamente ligado à *prudentia*.

nem de algum modo bárbaros.” Com essa frase Cícero marca temporalmente e espacialmente a obra, ou seja, os exemplos não serão muito distantes do tempo de Lélío e não serão estrangeiros, mas romanos. Na continuação, percebemos que eles voltam ao início do período republicano, quando não havia mais reis em Roma, ou seja, deslocam-se quatrocentos anos:

– Quero-os. – disse [Lélío]. – Vês, portanto, que há menos de quatrocentos anos esta urbe está sem reis? – Na verdade, menos. – Quanto, então? Esta idade de quatrocentos anos é, por acaso, muito longa como a idade de uma urbe ou de uma *ciuitas*? – Esta, na verdade – disse –, é apenas adulta. – Logo, há quatrocentos anos havia em Roma um rei? – E soberbo, precisamente. – E antes? – Um justíssimo, e [outros] antes até chegar a Rômulo, que era rei no ano seiscentos, contando desde esse tempo. – Logo, nem sequer este [Rômulo] é muito antigo? – De modo algum, viveu quando a Grécia já estava envelhecendo. – Concordo. Acaso Rômulo foi rei dos bárbaros? – Se, como dizem os gregos, todos são ou gregos ou bárbaros, temo que tenha sido rei dos bárbaros; mas se este nome deve dar-se pelos costumes e não pela língua, não considero os gregos menos bárbaros que os romanos. E Cipião: – Todavia, sobre o [assunto] que tratamos, não investigamos a gente, investigamos os temperamentos. Se, de fato, homens prudentes e não tão antigos quiseram ter reis, valho-me de testemunhas nem muito antigas nem inumanas e ferozes¹⁹².

¹⁹² CÍCERO. *De Re Publica*, I, 58: *‘sed si uis, Laeli, dabo tibi testes nec nimis antiquos nec ullo modo barbaros.’ ‘Istos’ inquit ‘uolo.’ ‘Videsne igitur minus quadringentorum annorum esse hanc urbem ut sine regibus sit?’ ‘Vero minus.’ ‘Quid ergo? haec quadringentorum annorum aetas ut urbis et ciuitatis num ualde longa est?’ ‘Ista uero’ inquit ‘adulta uix.’ ‘Ergo his annis quadringentis Romae rex erat?’ ‘Et superbus quidem.’ ‘Quid supra?’ ‘Iustissimus, et deinceps retro usque ad Romulum, qui ab hoc tempore anno sescentesimo rex erat.’ ‘Ergo ne iste quidem peruetus?’ ‘Minime, ac prope senescente iam Graecia.’ ‘Cedo, num barbarorum Romulus rex fuit?’ ‘Si ut Graeci dicunt omnes aut Graios esse aut barbaros, uereor ne barbarorum rex fuerit; sin id nomen moribus dandum est, non linguis, non Graecos minus barbaros quam Romanos puto.’ Et Scipio: ‘atqui ad hoc de quo agitur non quaerimus gentem, ingenia quaerimus. si enim et prudentes homines et non ueteres reges habere uoluerunt, uitor neque perantiquis neque inhumanis ac feris testibus.’

Temporalmente, Cícero revela a maturidade da República. O diálogo demonstra que Roma não é tão antiga quanto parece ser, ou seja, em pouco tempo ela atingiu uma maturidade política e surgiu quando a Grécia já estava decaindo. Um segundo ponto que merece destaque é a forma como Rômulo começou a reinar. A fala de Cipião já aponta para o que será narrado no segundo livro, quando os romanos se juntam com os sabinos e reinam conjuntamente Rômulo e Tito Tácio. Não importa quais serão os povos aliados, mas o temperamento, o caráter, sua virtude; mais do que isso, ao dizer que investiga os temperamentos, de alguma maneira, singularizam-se essas pessoas, pois o temperamento é de alguém em particular e não da coletividade. De acordo com o caráter do povo será a sua vontade e, conseqüentemente, quem ele colocará para governar – e devemos lembrar que os monarcas em Roma eram eleitos. Notamos que a atribuição do cargo a quem vai governar é definida mais pela questão moral do que puramente política.

Em *De Oratore*, o início de Roma é descrito por meio do seguinte exemplo:

37. Na verdade, parece a ti que Rômulo reuniu os pastores e os estrangeiros ou estabeleceu o matrimônio com as sabinas ou mesmo reprimiu a força dos povos vizinhos pela eloquência e não pelo discernimento e sabedoria singulares? O quê? E o que [dizer] de Numa Pompílio? E de Servio Túlio? E dos demais reis, que tiveram exímio lugar na constituição da república: acaso aparece neles algum vestígio de eloquência? E então? Depois da expulsão dos reis, entretanto, percebemos que a própria expulsão foi realizada pela mente, não pela língua de L. Bruto; não percebemos que havia por toda parte muito discernimento e pouca eloquência?¹⁹³

Observamos o argumento construído por meio de um exemplo histórico. Percebemos que aquilo que conduz os homens em suas grandes decisões não é a

¹⁹³ CÍCERO. *De oratore*, I, 37: *An vero tibi Romulus ille aut pastores et convenas congregasse aut Sabinorum conubia coniunxisse aut finitimorum vim repressisse eloquentia videtur, non consilio et sapientia singulari? Quid? In Numa Pompilio, quid? In Servio Tullio, quid? In ceteris regibus, quorum multa sunt eximia ad constituendam rem publicam, num eloquentiae vestigium apparet? Quid? Exactis regibus, tametsi ipsam exactionem mente, non lingua perfectam L. Bruti esse cernimus, sed deinceps omnia nonne plena consiliorum, inania verborum videmus?*

eloquência, mas o discernimento, e este marca o início de Roma. Percebemos tanto o espaço da retórica quanto do discernimento por meio de uma perspectiva histórica. Devemos ressaltar que o discernimento é a principal virtude atribuída aos *optimates* na obra que Cícero escreve na sequência, *De Re Publica*.

O equilíbrio das virtudes – elemento da longevidade de Roma – e das partes existentes no governo misto romano é o que garante a sua longevidade, pois a conduz à concórdia. O equilíbrio, que permite o tempero de Roma, é que desde sua fundação ela carrega elementos do governo misto: os reis colocaram elementos mistos na sua constituição como os pais e as tribos. Depois, no período republicano, a figura do cônsul foi combinada com o senado¹⁹⁴ e com o tribunado da plebe. Assim, instituições foram criadas e incorporadas, e essa construção ocorreu de acordo com a necessidade de equilíbrio. Para Cícero, o tempero dos elementos limitou a potestade um do outro, regulando-os¹⁹⁵. Desse modo, tenta-se chegar a uma igualdade da potestade e escapa-se dos vícios inerentes das formas simples. Talvez este seja um motivo da longevidade da república: “(...) toda a república, que, como disse, é a coisa do povo, deve ser conduzida pelo discernimento para que seja duradoura. Porém, este discernimento, em primeiro lugar, deve sempre refletir a mesma causa que gerou a *ciuitas*”¹⁹⁶. Sabemos que o discernimento é a virtude típica dos *optimates* e que a República romana tem um forte caráter aristocrático, com a predominância dessas figuras, então, ela nasceu para ser duradoura. Essa quarta forma de governo é a alternativa para se fugir do ciclo de degeneração e regeneração das formas simples de governo. Um governo moderado e misto¹⁹⁷, que se origina de partes, ou melhor, das virtudes, dos três gêneros primários, e apenas se degenera quando há “grandes vícios provenientes dos homens principais”.

¹⁹⁴ Cf. CÍCERO. *De Re Publica*, II, XXVIII, 50 e 56.

¹⁹⁵ Podemos observar que não há motivo para mudança quando cada qual está em seu lugar, ou seja, quando há justiça e cada um tem o que lhe é apropriado. Assim, nota-se aqui uma repercussão da ideia de *oikeiôsis*, uma vez que se deve buscar o que lhe é apropriado, e ter o que lhe é apropriado é ter justiça.

¹⁹⁶ CÍCERO. *De Re Publica*, I, 41: (...) *omnis ergo populus, qui est talis coetus multitudinis qualem exposui, omnis ciuitas, quae est constitutio populi, omnis res publica, quae ut dixi populi res est, consilio quodam regenda est, ut diuturna sit. id autem consilium primum semper ad eam causam referendum est quae causa genuit ciuitatem.*

¹⁹⁷ CÍCERO. *De Re Publica*, I, 45: “Consequentemente, considero que é muito mais aprovável uma espécie de quarto gênero de república, moderado e misto (...)”. *Itaque quartum quoddam genus rei publicae maxime probandum esse sentio, quod est ex his quae prima dixi moderatum et permixtum tribus.*’

Ademais, na forma republicana é como se o progresso moral, a perfeição moral dos sábios, atingisse também a perfeição política, que apesar de não ser eterna é duradoura.

As formas simples estão mais sujeitas à degeneração e à regeneração, pois “cada república é tal e qual a natureza ou a vontade de quem a rege.”¹⁹⁸ Quem governa a república determina de qual tipo ela será, qual a sua forma; o caráter virtuoso ou vicioso de quem a rege determina se sua forma será degenerada ou regenerada. A degeneração é causada pela exagerada licença:

(...) é desta exagerada licença que aqueles consideram a única liberdade, diz ele, que surge como de uma raiz e, por assim dizer, que nasce o tirano. Pois da mesma maneira que da exagerada potência dos principais se origina a sua própria ruína, assim também a própria liberdade põe [em posição] servil este povo exageradamente livre¹⁹⁹.

As formas políticas se modificam de acordo com a ação, os excessos, os vícios e as virtudes dos homens. A falta das virtudes faz com que as formas de governo se degenerem. O vício é fruto das paixões, e toda forma de governo tem uma tendência a um vício. De acordo com Valente, as formas de governo se degeneram

porque o espírito se corrompe também pelas falsas opiniões. A quem apelaremos para corrigi-lo? À natureza. Ela, na verdade, encarrega-se de guiá-lo. Mas a natureza também se corrompe sob a influência dos maus hábitos, que, nascidos das paixões, a impelem a destruir a obra da razão. Nesse momento, a própria natureza apela para a razão, que já não tem culpa, se estiver pervertida. Recorrer-se-á, então, aos bons germes das virtudes e pedir-se-lhe-á que regenerem a natureza. Mas é a natureza que encerra esses germes e, má, ela os sufoca²⁰⁰.

¹⁹⁸ CÍCERO. *De Re Publica*, I, 47.

¹⁹⁹ CÍCERO. *De Re Publica*, I, 68.

²⁰⁰ VALENTE. *A Ética Estoica em Cícero*.p. 342.

A alternância das formas de governo não é mecânica, pois deve-se considerar as deliberações humanas. Deve-se partir do homem e do que lhe é próprio, a política. Apenas o homem tem a capacidade de destruição e de regeneração da república, de acordo com as suas ações. A ideia de que é possível refazer a forma política demonstra que há um constante movimento, nada é estático e nenhuma ação isolada é suficiente para a construção de uma república, nem apenas a sua fundação. São inegáveis as mudanças nas formas de governo, a inconstância, quando não se tem um governo misto, mas um varão sábio, prudente, pode prever e regular sua forma; com isso, notamos que a degeneração e regeneração não se dão por obra do destino, mas pelas deliberações humanas, e, da mesma forma que alguns podem degenerá-la, outros podem regenerá-la, conduzir seu curso, como lemos:

São admiráveis as voltas e, por assim dizer, os ciclos de mudanças e vicissitudes nas repúblicas. Conhecê-los é próprio do sábio, então, prever as ameaças, a regulação do curso²⁰¹ da república e a retenção em sua potestade é próprio de um grande concidadão e varão quase divino, no governo da república, moderando seu curso e mantendo-os sob sua potestade. Consequentemente, considero que é muito mais aprovável uma espécie de quarto gênero de república, moderado e misto, que se origina desses três que citei acima²⁰².

Se o curso pode ser antecipado, de alguma maneira, e moderado pelo homem, ele não é predeterminado; Cícero não segue a teoria da anaciclose polibiana²⁰³, que ilustraria uma teoria perfeita do eterno retorno, como descrita nas *Histórias*, V, IV, 7-12:

Então, a primeira forma que se constitui naturalmente e não por criação artificiosa é a monarquia, a qual se degenera e a [forma]

²⁰¹ Cícero usa *circuitos* e *orbis* para se referir às infinitas variações dos ciclos.

²⁰² CÍCERO. *De Re Publica*, I, 45: *mirique sunt orbis et quasi circuitus in rebus publicis commutationum et uicissitudinum. quos cum cognosse sapientis est, tum uero prospicere impendentes, in gubernanda re publica moderantem cursum atque in sua potestate retinentem, magni cuiusdam ciuis et diuini paene est uiri. itaque quartum quoddam genus rei publicae maxime probandum esse sentio, quod est ex his quae prima dixi moderatum et permixtum tribus.*

²⁰³ Cf. SCHOFIELD. *The Cambridge History of Hellenistic Philosophy*. pp. 744-748. Nessas páginas, o autor analisa a teoria polibiana da anaciclose.

que a segue é uma elaboração, e o melhoramento dessa, a realeza. Esta última modifica-se em sua forma negativa, que é naturalmente conexa, ou seja, a tirania, e da sua queda nasce a aristocracia. Quando ela, segundo a natureza, degenera-se em oligarquia e o povo, tomado pela ira, pune as injustiças dos chefes, nasce a democracia. Com as prevaricações e as ilegalidades desta última, novamente, com o tempo se produz a oclocracia (...). De fato, apenas quem compreendeu como cada [forma] nasce poderá compreender também quando, como e onde cada nova [forma] se desenvolverá, conhecerá o ápice, a mudança e o fim.

Na obra ciceroniana, não observamos uma teoria do eterno retorno – como nos primeiros estoicos²⁰⁴ –, e de modo análogo, não observamos a anaciclose, mas sim a teoria do ciclo de degeneração e regeneração das formas de governo sem uma ordem fixa e sem uma forma fixa, sem circularidade. Pode haver retorno e repetição, mas na obra ciceroniana o mundo não se consome e se recria – isso seria o que a anaciclose representa. Radice aponta, com base em um excerto de Cícero, que Panécio duvidava da teoria da conflagração cósmica, e, a partir disso, podemos depreender que Cícero também:

Em virtude disto, os estoicos sustentam que seja destinado a ocorrer aquilo de que diziam que Panécio duvidava, ou seja, ao fim dos tempos, uma conflagração do Universo inteiro (...). Não sobraria então nada além de fogo, do qual, exatamente como de um ser animado e de um deus, aconteceria uma paligênese do Universo, e este estaria marcado pelas mesmíssimas características²⁰⁵.

²⁰⁴ Vogt analisa que, para os antigos estoicos, cada ciclo do mundo era pensado para ser igual ao anterior, assim, os deuses, que eram eternos, sempre saberiam o que iria acontecer. Cf. VOGT. *Law, Reason and the Cosmic City*. p. 117.

²⁰⁵ CÍCERO. *De Natura Deorum*, II, 46, 118.

Radice aponta, ainda, que o filósofo Panécio “negou a doutrina da conflagração cósmica por assumir o princípio aristotélico da eternidade do cosmos”²⁰⁶. Com isso, Cícero parece ter herdado de Panécio o rompimento com a conflagração cósmica e somou a isso o rompimento com a anaciclose polibiana; assim, houve lugar para a degeneração e a regeneração das formas de governo sem ordem pré-determinada, ou seja, não há anaciclose, mas há mudanças. Disso depreendemos que o curso da história de Roma é construído pelas ações de quem rege a república e não pré-determinado pelo destino. Momigliano em *Time in Ancient Historiography* afirma:

Tudo isso não é muito coerente e dificilmente equivale a uma visão abrangente da história, mas, na medida em que expressa uma visão sobre a tendência dos eventos humanos e sobre as forças que operam por trás deles, não tem nada a ver com os ciclos da existência humana. Políbio provavelmente aprendeu sobre o ciclo das formas de governo com algum filósofo e gostou da ideia, mas não pôde aplicá-la à sua narrativa histórica (como a conhecemos). Políbio, o historiador das guerras púnicas e da macedônica, parece não ter aprendido muito com o Políbio estudante das constituições. Gostaria de levar Políbio como um exemplo do fato de que os filósofos gregos geralmente pensavam em termos de ciclos, mas os historiadores gregos não o fizeram. É inútil argumentar se o seu sucessor Posidônio aplicou a visão estoica dos ciclos cósmicos à narrativa histórica porque não temos uma ideia precisa de como Posidônio escreveu a história como duração²⁰⁷.

Cícero não aceita a anaciclose como filósofo e, no quarto capítulo, veremos que também não aceita a circularidade ao escrever sua narrativa histórica. Sabemos que apenas é possível aos homens prever o futuro da república porque conhecem a história e os valores das ações passadas, mas isso não quer dizer que o futuro seja predeterminado.

²⁰⁶ RADICE. *Estoicismo*. p. 198.

²⁰⁷ MOMIGLIANO. *Time in Ancient Historiography*. p.13.

No futuro está a incerteza, mas é perceptível a ideia de declínio ao mesmo tempo em que o autor possui, por assim dizer, a esperança de que a situação possa melhorar. Em um único parágrafo da obra *De Amicitia*, Cícero expõe dois momentos passados, sendo que um tem aspecto de presente, por ser o momento da data dramática da obra, e o outro, uma insinuação do futuro, como podemos ler:

41. Tibério Graco tentou ser rei ou reinou de fato durante poucos meses. Acaso o povo romano vira ou ouvira semelhante coisa? Mesmo depois de sua morte, amigos e parentes, seguindo-lhe o exemplo, agiram para com Públio Cipião de um modo que não posso evocar sem lágrimas. Suportamos Carvão como pudemos, pois Tibério Graco acabara de ser punido. A respeito de um tribunado de Caio Graco, não me agrada falar sobre a minha expectativa. Mas o mal se espalha e, uma vez começado, desce pela encosta até a catástrofe. Bem vedes, a propósito das eleições, que mal nos causaram a lei Gabínia e, dois anos mais tarde, a Lei Cássia²⁰⁸.

Ou seja, por meio da descrição da ação de homens particulares, observamos a ação de Tibério Graco e o que aconteceu depois de sua morte, no passado, um tribunado de Caio Graco, no presente, e a expectativa sobre esse governo, no futuro. Como os sábios têm a capacidade prudencial, Lélcio já deixa transparecer sua visão de declínio. Dessa maneira, observamos como o tempo (a história) perpassa a obra e constrói a visão política do autor sobre a sociedade.

Em *De Re Publica*, I, 65, podemos analisar possíveis formas de degeneração e regeneração sem a exemplaridade histórica que vimos anteriormente:

Quando eu disser tudo o que penso acerca daquele gênero de república que mais aprovo, terei de falar, mais cuidadosamente,

²⁰⁸ CÍCERO. *De Amicitia*, 41: *Ti. Gracchus regnum occupare conatus est, vel regnavit is quidem paucos menses. Num quid simile populus Romanus audierat aut viderat? Hunc etiam post mortem secuti amici et propinqui quid in P. Scipione effecerint, sine lacrimis non queo dicere. Nam Carbonem, quocumque modo potuimus, propter recentem poenam Ti. Gracchi sustinuimus; de C. Gracchi autem tribunatu quid expectem, non libet augurari. Serpit deinde res; quae proclivis ad perniciem, cum semel coepit, labitur. Videtis in tabella iam ante quanta sit facta labes, primo Gabinia lege, biennio autem post Cassia.*

acerca das mudanças das repúblicas e, mesmo não sendo fácil, considero que hão de acontecer nessa república. Mas, neste [governo] régio, a primeira mudança e a mais provável é esta: assim que o rei começa a ser injusto, imediatamente perece este gênero, e o rei fica idêntico a um tirano – o pior gênero e [ao mesmo tempo] o mais próximo do ótimo. Se os *optimates* o derrubam, como acontece quase sempre, a república tem o segundo estado dos três; com efeito, surge, por assim dizer, um conselho régio, ou seja, paternal²⁰⁹, de principais [concidadãos] que cuidam bem do povo. Mas, se o povo por si mesmo mata ou expulsa o tirano, é bastante moderado enquanto tem percepção e discernimento, e se alegra de seu feito e quer proteger por si mesmo a república constituída. Mas, se, alguma vez, o povo é violento com um rei justo ou o despoja inclusive de seu trono, o que acontece com mais frequência, provou o sangue dos *optimates* e submeteu toda a república aos seus caprichos (...) ²¹⁰.

No excerto citado, observamos uma série de marcas de indeterminação para tratar da degeneração e da regeneração, tais como: “provável”, “se”, “quase sempre”, “alguma vez”. Esses advérbios e os usos da conjunção “se” deixam o espaço aberto para múltiplas possibilidades, o que demonstra uma quantidade de probabilidades do que pode acontecer. Então, temos o espaço para a ação humana deliberar sobre o que vai acontecer

²⁰⁹ Parece que o uso de *patrium* tenta aproximar o governo dos seletos ao régio.

²¹⁰ CÍCERO. *De Re Publica*, I, 65: *Et Scipio: 'est omnino, cum de illo genere rei publicae quod maxime probo quae sentio dixero, accuratius mihi dicendum de commutationibus rerum publicarum, etsi minime facile eas in ea re publica futuras puto. sed huius regiae prima et certissima est illa mutatio: cum rex iniustus esse coepit, perit illud ilico genus, et est idem ille tyrannus, deterrimum genus et finitimum optimo; quem si optimates oppresserunt, quod ferme evenit, habet statum res publica de tribus secundarium; est enim quasi regium, id est patrium consilium populo bene consulentium principum. sin per se populus interfecit aut eiecit tyrannum, est moderatior, quoad sentit et sapit, et sua re gesta laetatur, tuerique vult per se constitutam rem publicam. sin quando aut regi iusto vim populus attulit regnove eum spoliavit, aut etiam, id quod evenit saepius, optimatum sanguinem gustavit ac totam rem publicam substravit libidini suae: cave putes aut[em] mare ullum aut flammam esse tantam, quam non facilius sit sedare quam effrenatam insolentia multitudinem! tum fit illud quod apud Platonem est luculente dictum, si modo id exprimere Latine potuero; difficile factu est, sed conabor tamen.*

com a república quando estamos no campo da política. Outra possibilidade de degeneração e regeneração sem pré-determinação é apontada em *De Re Publica*, I, 68:

Dessa maneira, como se fosse uma bola, os tiranos tomam para si o governo da república dos reis, mas os principais tomam esse dos tiranos ou do povo, e as facções tiram dos principais ou do tirano, e nunca se mantém por muito tempo o mesmo tipo de república²¹¹.

Nessa passagem, Cícero usa a expressão “*pilam*” para dizer que a degeneração e a regeneração podem ser circular, mas não quer dizer que exista uma ordem preestabelecida, e, com isso, essa forma circular não se trata de um círculo, por assim dizer, perfeito. Ademais, um ciclo não significa necessariamente o mesmo que uma perspectiva circular. Com essas passagens, observamos a inexistência de um ciclo predeterminado, a recusa ciceroniana da necessidade do destino, a recusa de um encadeamento de ações predeterminadas e do nexos necessário de causalidade, no plano da história e da política. É justamente porque o homem é capaz de deliberar que não temos aqui a teoria polibiana da anaciclose, pois Cícero rompeu com o determinismo estoico e colocou no homem a responsabilidade por suas ações e pela república. Logo, as formas de governo se degeneram não porque o destino assim determinou, mas porque os homens agiram de modo vicioso. Grimal, em *Du De re publica au Du Clementia: réflexions sur l'évolution de l'idée monarchique à Rome*²¹², defende a necessidade do ciclo, e nós defendemos que Roma estaria imune aos ciclos predeterminados, à circularidade, tanto pela capacidade da deliberação humana quanto pelo governo misto, que instauraria uma estabilidade e tiraria Roma da circularidade da degeneração e regeneração.

Assim, desde já podemos observar filosoficamente o que se confirmará, historicamente na análise do segundo livro da obra *De Re Publica*, no quarto capítulo da tese: que a história de Roma, para Cícero, não é circular. Há a passagem da monarquia para a tirania, em que temos uma curva decrescente, mas da tirania surgiu o governo misto, e, com isso, temos uma reta ascendente, fora de qualquer circularidade.

²¹¹ CÍCERO. *De Re Publica*, I, 68: *sic tanquam pilam rapiunt inter se rei publicae statum tyranni ab regibus, ab iis autem principes aut populi, a quibus aut factiones aut tyranni, nec diutius unquam tenentur idem rei publicae modus.*

²¹² GRIMAL, P. “Du De re publica au Du Clementia: réflexions sur l'évolution de l'idée monarchique à Rome”. In: *Mélanges de l'Ecole française de Rome*. Antiquité, tome 91, no. 2, 1979. pp. 674-675.

O direito civil e o natural são diferenciados no livro III da obra *De Re Publica* pela temporalidade de cada um. O grande exemplo histórico do livro é a rememoração do discurso de Carnéades, que, enviado a Roma como embaixador, fez primeiramente um discurso sobre a injustiça e, no segundo dia, sobre a justiça.

Carnéades demonstra que as leis civis são feitas para determinados tempos e são mutáveis, ou seja, não há constância nem eternidade nelas, e os fatores históricos determinam sua modificação ou não, havendo uma interferência humana muito grande. Os tempos mudam, a sociedade romana mudou e, conseqüentemente, o direito também. Por outro lado, as leis naturais são perenes, imutáveis, como observamos:

18(...) – * [se a natureza] nos tivesse sancionado as leis, todos teriam as mesmas, e não haveria diferentes leis em diferentes tempos. Porém, pergunto: se é próprio do homem justo e se é próprio do varão bom obedecer às leis, [então], a quais? Acaso a todas que existem? Mas nem a virtude admite inconstância nem a natureza tolera a variação; e reconhecemos as leis por causa do castigo, não por nossa justiça; portanto, o direito nada tem de natural; a partir disso demonstra-se que nem sequer há justos por natureza. Dizem que há variedade nas leis, mas que, por natureza, os varões bons seguem aquilo que é a justiça e não aquilo que se considera como justiça? De fato, é próprio do varão bom e justo conceder a cada qual exatamente o que é digno de cada um²¹³.

Se a virtude não “admite inconstância, nem a natureza tolera a variação”, o direito natural, na discussão carneadeana, está fora do tempo e não é influenciado pelos fatos históricos, ou seja, pelas ações humanas e pela forma como o homem entende a urbe em cada momento. A imutabilidade da lei natural não é apenas temporal como também espacial, conforme vemos em III, 33: “nem haverá uma lei em Roma, outra em Atenas,

²¹³ CÍCERO. *De Re Publica*, III, 18: “*sanxisset iura nobis, et omnes isdem et idem non alias aliis uterentur. Quaero autem, si iusti hominis et si boni est uiri parere legibus, quibus? an quaecumque erunt? At nec inconstantiam uirtus recipit, nec uarietatem natura patitur, legesque poena, non iustitia nostra comprobantur; nihil habet igitur naturale ius; ex quo illud efficitur, ne iustos quidem esse natura. An uero in legibus uarietatem esse dicunt, natura autem uiros bonos eam iustitiam sequi, quae sit, non eam, quae putetur? esse enim hoc boni uiri et iusti, tribuere id cuique, quod sit quoque dignum.

outra aqui, outra depois, mas em todas as gentes e em todos os tempos uma lei eterna e imutável.”²¹⁴

A *ciuitas*, quando regida pelas leis da natureza, deve ser eterna. À *ciuitas* não cabe a morte:

34. (...). Porém, para as *ciuitates* a própria morte é a pena, morte esta que parece libertar os privados da própria pena, pois uma *ciuitas* deve ser constituída de tal forma que seja eterna. Além disso, não há morte natural para uma república como há para um homem, para quem a morte não é apenas necessária, mas, em um certo momento, desejável. Porém quando uma *ciuitas* é devastada, destruída, extinta, se compararmos o que é pequeno ao que é grande, é como se todo o mundo findasse e desmoronasse²¹⁵.

Se a *ciuitas* seguir o curso da natureza, ela não perecerá, isso quer dizer que, se os homens que a governam forem virtuosos, ela sempre será virtuosa e não se degenerará. Isso nos mostra duas coisas: a primeira, que na vida política da *ciuitas*, ao seguir a natureza, ela sempre tende à virtude e não ao vício; a segunda, ela tende à eternidade e não à destruição e ressurreição, como a conflagração universal. O curso da *ciuitas* é distinto do da vida humana: enquanto a vida do homem tem um começo e um fim, a *ciuitas*, enquanto for virtuosa, não é necessário que haja um declínio.

Nessas obras dialógicas, por meio do que observamos nos exórdios, há um estatuto histórico, de testemunho, pois o texto reproduz o que foi contado a Cícero, e ele registra essas conversas, de modo dialógico, para que esses exemplos de seus concidadãos não morram. Em todas elas, os assuntos são tratados na chave política e moral; o que interessa é a república e a virtude. Concluimos, então, o quanto uma obra filosófica é histórica, apesar do gênero não ser alterado pela quantidade de exemplos, mas esses são

²¹⁴ CÍCERO. *De Re Publica*, III, 33: (...) *nec erit alia lex Romae, alia Athenis, alia nunc, alia posthac, sed et omnes gentes et omni tempore una lex et sempiterna et immutabilis continebit* (...).

²¹⁵ CÍCERO. *De Re Publica*, III, 34: (...) *ciuitatibus autem mors ipsa poena est, quae uidetur a poena singulos uindicare; debet enim constituta sic esse ciuitas ut aeterna sit. Itaque nullus interitus est rei publicae naturalis ut hominis, in quo mors non modo necessaria est, uerum etiam optanda persaepe. Ciuitas autem cum tollitur, deletur, extinguitur, símile est quodam modo, ut parua magnis conferamus, ac si omnis hic mundus intereat et concidat.*

constitutivos da argumentação e a particularidade dos exemplos se soma à universalidade da filosofia. Com isso, Cícero também manifesta como percebe o passado e o presente, quase que como um curso dos acontecimentos, com relações de causa e consequência.

II.II. O FUTURO E O PASSADO: *O SONHO DE CIPILÃO*

No livro *De Re Publica*, VI, conhecido como *Sonho de Cipião*, devemos observar que o ano dramático é 149 a.C, sendo que a obra *De Re Publica*, escrita entre 54 e 51 a.C., tem como data fictícia o ano de 129 a.C., ano da morte de Cipião, como vimos. Neste livro, Cícero elabora uma visão do futuro em que o avô mostrará em sonho a seu neto Cipião os acontecimentos futuros. Parece que o intuito não é mostrar apenas as glórias, mas também o que será necessário fazer para recuperar a república. A escatologia²¹⁶ é verossímil, pois a obra foi concluída em 51 a.C. e tudo que é narrado como acontecimento futuro já era conhecido dos leitores da época. Os homens públicos, como sábios, que percebiam o curso dos acontecimentos de modo prudencial, já viam a queda da República e queriam resgatá-la. Como narrativa escatológica, o *Sonho* visa à salvação da República e dos que a ajudaram, e traria a glória para o salvador e para a pátria²¹⁷.

Zetzel afirma que o *Sonho* é o trecho da obra em que Cícero mais imita Platão e, como resultado, mostra as diferenças mais claramente:

O mito de Er platônico destina-se a ser uma última prova de que a justiça é melhor do que a injustiça para o indivíduo: trata-se de uma jornada da alma após a morte, descrevendo punição e recompensas para a ação terrena e a escolha de um futuro da

²¹⁶ “A escatologia refere-se, por um lado, ao destino último do indivíduo e, por outro, ao da coletividade – humanidade, universo. Mas, como me parece que esta consideração das enciclopédias contemporâneas ampliam um pouco abusivamente aos indivíduos um termo formado e usado tradicionalmente para falar dos fins últimos coletivos e, como o destino final individual depende em grande parte do destino universal, tratarei essencialmente da escatologia coletiva. A escatologia individual só assume real importância na perspectiva da salvação que adquiriu, inegavelmente, um lugar de primeiro plano nas especulações escatológicas, mas não é certo que ela seja fundamental nem original nas concepções escatológicas (cf. §4). Os problemas ligados à escatologia individual são fundamentalmente os de um julgamento depois da morte, da ressurreição e da vida eterna, da imortalidade”. LE GOFF. *História e Memória*. p.301. E continua: “Mito e escatologia têm duas estruturas, dois discursos diferentes. O mito está voltado para o passado, exprime-se pela narrativa. A escatologia olha para o futuro e revela-se na visão da profecia que ‘realiza a transgressão da narrativa: está iminente uma nova intervenção de Javé, que eclipsará a precedente’ (Ricoeur, 1971, p. 534). Mas mito e escatologia “aliaram-se para dar, por um lado, a ideia de uma criação entendida como primeiro ato de libertação e, por outro, a ideia de libertação como ato criador. A escatologia, sobretudo na literatura tardia do cânon hebraico, projeta uma forma profética que é suscetível de fazer um novo pacto com o mito.” (op. Cit., p. 535) LE GOFF. *História e Memória*, pp. 304-305.

²¹⁷ CÍCERO. *De Re Publica*, VI, 25.

existência terrena (...). A vida após a morte e a natureza da alma estão subordinadas à prova da importância da vida cívica no aqui e agora. O mito de Er, além disso, refere-se metaforicamente apenas à estrutura física do universo descrito por Platão como um conjunto de espirais girando em torno das voltas do eixo da necessidade; para Cícero, no *Sonho*, geografia e astronomia são cruciais, demonstrando ao mesmo tempo a centralidade literal da Terra – e, portanto, do seu governo – na ordem do universo e a trivialidade da glória humana, em comparação com a glória celestial do mundo por vir.²¹⁸

Em *De Senectute*, 81, Cícero argumenta:

E ainda vedes que nada é tão parecido com a morte quanto o sono. E as almas dos sonolentos revelam maximamente a sua adivinhação: preveem, pois, muitas coisas futuras, quando estão relaxadas e livres. Disso se compreende quais serão os futuros, quando estiverem completamente separadas dos vínculos com o corpo²¹⁹.

Por isso o avô aparece enquanto Cipião dormia. O avô representa aquele que conhece o passado, e, como se fosse um deus, seria capaz de prever o futuro. Cipião, com sua glória eterna, era uma prefiguração da plenitude no tempo. O livro trata do futuro de Cipião, e, ao mesmo tempo em que há o caráter profético e quase tudo profetizado já havia acontecido, Cícero também nos oferece um elemento programático, quando diz que Cipião seria ditador. Ele compõe uma trama, segundo sua própria definição de trama em *De Inventione*, isto é, uma narração de um fato inventado, mas que poderia ter acontecido²²⁰. Ele sabe que Cipião não foi ditador. Com isso, ele sai do futuro que realmente aconteceu e descreve um futuro que deveria ter acontecido, sai do ser e passa

²¹⁸ ZETZEL. In: CICERO. *De re publica*. (with an English translation by James E. G. Zetzel). Cambridge, Cambridge University Press, 1999. p.15.

²¹⁹ CÍCERO. *De Senectute*, 81. *Atqui dormientium animi maxime declarant divinitatem suam; multa enim, cum remissi et liberi sunt, futura prospiciunt. Ex quo intellegitur quales futuri sint, cum se plane corporis vinculis relaxaverint.*

²²⁰ Cf. CÍCERO. *De Inventione*, I, XIX, 27.

ao dever ser. Saímos do plano da verdade e passamos ao do verossímil. E o avô de Cipião representa o conhecedor do destino que, ao mesmo tempo, mostra a vida humana como algo que tem começo, meio e fim e lhe atribui também o caráter eterno da alma; ela é concedida de dois modos: pela glória terrena e pela vida após a morte. A imortalidade dada pela glória de Cipião é defendida por Lévy:

As vitórias dos comandantes do fim da República colocaram em questão o destino destes homens excepcionais. Paradoxalmente, foi Cícero, ainda atrelado à forma republicana, o primeiro que deu, no *Somnium Scipionis*, uma forma filosófica e literária ao desejo de imortalidade dos grandes homens, lhes assegurando, por meio da transformação em astros, uma eternidade luminosa no firmamento²²¹.

Mas não podemos nos esquecer que Rômulo, em *De Re Publica*, II, também foi transformado em astro. A eternidade, no *Sonho*, similarmente está manifesta pela memória, que garante a transmissão das ideias: o avô não está morto nem na memória do neto, nem na de Masinissa, nem na memória do povo romano. Masinissa viu no neto o avô e “recordava não somente todos os seus feitos, mas também seus ditos”²²². E o neto, em, sonho, viu o avô que “se mostrou com uma forma que me era mais conhecida por sua estátua do que por sua própria pessoa”²²³. A estátua significa a perenidade da imagem, a imutabilidade daquela figura.

Pela oscilação temporal ocorrida neste livro com a mistura entre passado e futuro, parece-nos que o intuito é estabelecer que apenas haverá avanço no futuro se o passado grandioso for resgatado, se forem recuperados os grandes nomes, feitos e virtudes, pois o presente é o tempo da decadência e ao mesmo tempo da ação. Mas questionamo-nos: por que algumas coisas são postas no plano do dever ser, do que não ocorreu, como a ditadura de Cipião? Por que os planos históricos e do dever ser se confundem na obra? Vejamos:

²²¹ LÉVY, C. *Devenir dieux: désir de puissance et rêve d'éternité chez les Anciens*. p, 113.

²²² CÍCERO. *De Re Publica*, VI, 10: *omniaque eius non facta solum sed etiam dicta meminisset*.

²²³ CÍCERO. *De Re Publica*, VI, 10: *Africanus se ostendit ea forma quae mihi ex imagine eius quam ex ipso erat notior*.

– Ânimo, Cipião, abandone o temor e confie à memória o que vou dizer: [II] 11. Vês aquela urbe forçada por mim a obedecer ao povo romano, onde recomeçam as antigas guerras e não pode estar tranquila? E, em um lugar excelso e repleto de estrelas, resplandecente e claro, mostrava-me Cartago. – Tu vens agora sitiá-la²²⁴, quase como um soldado. Daqui a dois anos, sendo cônsul, virás derrubá-la, e terás esse sobrenome que, até agora tens de nós como herdeiro, construído por ti. Depois que destruíres Cartago, celebrares o triunfo, fores censor e tiveres percorrido o Egito, a Síria, a Ásia, a Grécia, na qualidade de legado²²⁵, serás eleito cônsul pela segunda vez enquanto estiveres ausente e terminarás uma guerra muito grande destruindo a Numância²²⁶. Mas quando fores levado, em carro triunfal, ao Capitólio, encontrarás a República perturbada pelas ideias de meu²²⁷ neto²²⁸.

Até este trecho tudo o que é descrito, de fato, ocorreu²²⁹.

12. Então, Africano, será necessário que tu mostres à pátria a luz de teu ânimo, de teu engenho e de teu discernimento. E nessa época vejo, por assim dizer, [diferentes] caminhos para o destino. Pois quando tua idade tiver cumprido oito vezes sete movimentos

²²⁴ Cipião derrubou Cartago em 146 a.C.

²²⁵ Funcionário que cuida da fiscalização e administração das províncias.

²²⁶ Em 133 a.C.

²²⁷ Aqui se refere a Tibério Graco. Sua mãe, Cornélia, era filha de Cipião Africano Maior. Cícero se refere às ideias de Tibério Graco como tribuno em 133 a.C., e uma de suas principais ideias consistia na divisão do *ager publico* para a população romana.

²²⁸ CÍCERO. *De Re Publica*, VI, 10: (...) “*animo et omitte timorem, Scipio, et quae dicam trade memoriae.*[II] 11. ‘*Videsne illam urbem, quae parere populo Romano coacta per me renouat pristina bella nec potest quiescere?*’ (ostendebat autem Carthaginem de excelso et pleno stellarum, illustri et claro quodam loco.) “*ad quam tu oppugnandam nunc uenis paene miles, hanc hoc biennio consul euertes, eritque cognomen id tibi per te partum quod habes adhuc a nobis hereditarium. cum autem Carthaginem deleueris, triumphum egeris censorque fueris, et obieris legatus Aegyptum, Syriam, Asiam, Graeciam, deligere iterum consul absens bellumque maximum conficies, Numantiam excindes. sed cum eris curru in Capitolium inuectus, offendes rem publicam consiliis perturbatam nepotis mei.*”

²²⁹ Observamos que mesmo Cipião sendo um general, raramente os feitos guerreiro são descritos como ações coletivas.

de idas e vindas do sol, e esses dois números (cada um dos quais é considerado perfeito, por razões diferentes) tiverem completado seu ciclo natural, a soma que o destino estabeleceu a ti, a *ciuitas* voltar-se-á apenas para ti e para o teu nome; a ti o senado, a ti todos os bons, a ti todos os aliados, a ti todos os latinos contemplarão; tu serás o único em quem a salvação da *ciuitas* se apoiará. E, em poucas palavras, será necessário que, como ditador, organizes a República, se escapardes das mãos ímpias de teus parentes²³⁰.

Na última frase do parágrafo, parece que Cícero acredita que a república teria sido salva se Cipião tivesse sido ditador. Ademais, neste parágrafo, além de insinuar que a morte de Cipião pode ter se dado pelos familiares, o exemplo do Cipião como ditador é o único, na obra, que toma uma figura histórica e o coloca no plano do dever ser. É verossímil, poderia ter acontecido, mas não é verdadeiro, e Cícero sabia disso. Apenas é possível trabalhar no plano do dever ser, pois trata-se de uma escatologia, do destino de um homem e de um povo em busca de glória. O tempo da existência humana não é oposto à eternidade, mas essa, quando bem vivida, conduz à glória e à eternidade. Para o homem usufruir da glória celestial é preciso que, no passado, tenha tido a glória na terra, ou seja, o futuro é uma projeção do passado.

25. Se não tiveres esperança de regressar a este lugar, no qual tudo existe para os grandes e ilustres varões, que valor tem, enfim, esta glória dos homens, que apenas pode dizer respeito a uma exígua parte de um ano? Assim, se queres olhar para o alto e contemplar esta sede e casa eterna, não te importes com o que fala o vulgo nem ponhas a esperança de [ser recompensado] por teus feitos nos prêmios humanos. A própria virtude te atrairá com seus encantos

²³⁰ CÍCERO. *De Re Publica*, VI, 12: *hic tu, Africane, ostendas oportebit patriae lumen animi ingeniique tui consiliique. sed eius temporis ancipitem uideo quasi fatorum uiam. nam cum aetas tua septenos octiens solis anfractus reditusque conuerterit, duoque hi numeri, quorum uterque plenus alter altera de causa habetur, circuitu naturali summam tibi fatalem confecerint, in te unum atque in tuum nomen se tota conuertet ciuitas: te senatus, te omnes boni, te socii, te Latini intuebuntur; tu eris unus in quo nitatur ciuitatis salus. ac ne multa: dictator rem publicam constituas oportet, si impias propinquorum manus effugeris.*”

para o verdadeiro decoro. Os mesmos que falaram de ti são os que te observam, e falarão ainda. Mas toda conversa fica limitada à pequenez das regiões que vês; ela nunca foi perene em relação a ninguém, é sepultada com a desapareição dos homens e se extingue com o esquecimento das [gerações] posteriores²³¹.

Apenas os nomes dos grandes varões não são sepultados, ou seja, não caem no esquecimento pelas gerações posteriores, se as narrativas históricas os imortalizarem. É a narrativa histórica que guarda o passado para ser mostrado às gerações futuras. Os feitos vivem nas memórias e nas narrativas. A imortalidade da alma é reforçada pela grande capacidade da mente humana, como lemos :

26 (...) – Na verdade, tu te esforças e tens entendido que não és tu que és mortal, mas este corpo; pois tu não és este que manifesta esta forma, mas cada um é a sua própria mente e não essa figura que se pode mostrar com o dedo. Logo, tens de saber que tu és um deus, posto que é um deus aquilo que tem vida, que sente, que recorda, que prevê, que rege, governa e move este corpo à frente do qual foi posto, assim como o deus principal deste mundo. E, assim como esse mesmo deus eterno faz mover um mundo que é em parte mortal, a alma eterna move um corpo frágil²³².

²³¹CÍCERO. *Quocirca si reditum in hunc locum desperaueris, in quo omnia sunt magnis et praestantibus uiris, quanti tandem est ista hominum gloria, quae pertinere uix ad unius anni partem exiguam potest? igitur alte spectare si uoles atque hanc sedem et aeternam domum contueri neque te sermonibus uulgi dederis nec in praemiis humanis spem posueris rerum tuarum, suis te oportet illecebris ipsa uirtus trahat ad uerum decus. quid de te alii loquantur, ipsi uideant, sed loquentur tamen; sermo autem omnis ille et angustiis cingitur his regionum quas uides nec umquam de ullo perennis fuit et obruitur hominum interitu et obliuione posteritatis exstinguitur.*

²³²CÍCERO. *De Re Publica*, VI, 26: *tu uero enitere et sic habeto, non esse te mortalem sed corpus hoc; nec enim tu is es quem forma ista declarat, sed mens cuiusque is est quisque, non ea figura quae digito demonstrari potest. deum te igitur scito esse, siquidem est deus qui uiget, qui sentit, qui meminit, qui prouidet, qui tam regit et moderatur et mouet id corpus cui praepositus est, quam hunc mundum ille princeps deus; et ut mundum ex quadam parte mortalem ipse deus aeternus, sic fragile corpus animus sempiternus mouet.*

Há um limite nas ações humanas, mas não há na alma humana e, por isso, o homem é capaz de agir segundo sua razão, sonhar e fazer os deslocamentos temporais retratados nesse livro, pensar no passado e no futuro ao mesmo tempo.

II.III. OBRA CONSTRUÍDA NO PRESENTE PARA FALAR AO FUTURO: *DE OFFICIIS*

A obra *De Officiis*, ao contrário das obras que analisamos anteriormente, não está voltado para a recuperação de uma discussão que ocorreu no passado entre homens eminentes, mas sim à retomada dos argumentos panecianos para falar ao filho e às futuras gerações. Isso nos mostra: primeiramente, que Cícero recupera um argumento paneciano de autoridade, já consagrado no passado, para explicar a teoria dos deveres. Em segundo lugar, falar ao filho e aos jovens romanos quer dizer que falará às futuras gerações, aos que agirão no futuro, com os que poderão salvar a República, uma vez que julga nesta obra, assim como em tantas outras, que a República está decadente, como lemos em *De Officiis*, III, 4: “Assim, em pouco tempo, escrevemos mais com a República em ruína do que em muitos anos quando ela estava em pé”²³³. O ócio, por não poder agir na República, apenas pode ser exercido com dignidade quando se escreve sobre e para a República e seus homens.

De Officiis é uma obra com menos argumentos históricos, se comparada às outras que analisamos anteriormente. Os livros, entretanto, não se sustentam se retirarmos seus exemplos históricos, pois perdem a força argumentativa que a exemplificação histórica oferece. Os exemplos históricos, que inicialmente aparentam ser meramente ilustrativos, possuem tanta força argumentativa por meio das ações retratadas que se tornam “constitutivos”²³⁴ da argumentação. Aqui, os exemplos estão relacionados à matéria política exposta, o que significa que o exemplo histórico é dependente do contexto filosófico criado na obra, pois há uma relação de causa e consequência entre o conhecimento e ação virtuosa. Cícero nos traz exemplos históricos de homens que agiram de modo virtuoso e vicioso, ou seja, a favor e contra a natureza. Da mesma forma que há homens que não agem de acordo com a razão, como César, há homens racionais, que praticam ações virtuosas, como Cipião. Cícero demonstra que há uma autonomia no homem, – os exemplos históricos nos provam isso e demonstram a relação causal entre as ações. No primeiro livro, com o principal intuito de explicar a natureza humana e dar conselhos ao filho e aos jovens, a explicação da natureza é feita por meio da recuperação dos argumentos panecianos, que trazem ao presente a autoridade do passado.

²³³ *Itaque plura brevi tempore eversa quam multis annis stante re publica scripsimus.*

²³⁴ Continuamos utilizando o conceito de Aranovich.

Os exemplos históricos²³⁵ da obra nos mostram ações úteis, honestas e justas, que deveriam ser imitadas. Muitas vezes, os exemplos históricos são de um passado próximo, o que traz a história para perto do tempo do leitor; essa é outra diferença que notamos em relação às obras anteriores. Cícero, nos três exórdios da obra, explica que a obra é dedicada e endereçada ao filho que estava na Grécia. Porém o autor também afirma que faz o discurso não apenas por causa do filho, “mas dos jovens em geral”²³⁶. Não apenas recupera a teoria dos deveres paneciana, fundamentada na virtude, mas a adapta para fornecer conselhos políticos e morais para aqueles que viam a República cair²³⁷. Isso nos mostra que a história humana se desenrola em direção a um futuro incerto, mas que pode ser promissor, se os exemplos do passado forem recuperados. Luciani afirma que *De Officiis* consiste em um tratado epistolar de circunstância:

E, no entanto, podemos bem considerar que o *De officiis* é uma obra de circunstância no sentido de que o papel atribuído aos *tempora* em sua elaboração refere-se especificamente aos princípios filosóficos que determinam a conduta do agente moral. Levar em consideração os *tempora* é, de fato, um imperativo que intervém na vida prática e na reflexão teórica. Sublinhando o peso das circunstâncias na avaliação do *honestum*, Cícero esforça-se para atualizar o requisito moral universal dentro da comunidade humana. O consular que envia a seu filho um tratado epistolar sobre os deveres dá, aqui e agora, um exemplo de *officium* perfeitamente apropriado às circunstâncias²³⁸.

Em *De Officiis*, Cícero explica a teoria dos deveres e dá conselhos. Um tom de aconselhamento perpassa toda a obra, visa ao futuro, ao que o filho e os jovens romanos deveriam fazer; se a classificássemos segundo os gêneros do discurso, seria uma obra

²³⁵ Guard argumenta: “O *exemplum* já não é uma simples ilustração, mas oferece uma solução concreta, técnica e precisa para problemas sociais e políticos encontrados pelos próprios romanos”. GUARD. *Morale théorique et morale pratique: nature et signification des exempla dans le De officiis de Cicéron*. p.53.

²³⁶ CÍCERO. *De Officiis*, II, 45.

²³⁷ CÍCERO. *De Officiis*, II, 3: “e, todavia, se a república tivesse permanecido tal como era e não tivesse caído nas mãos de homens ambiciosos e desejosos não só de mudanças mas ainda de destruição de cada coisa.”

²³⁸ LUCIANI. *Tempora et philosophie dans le De officiis de Cicéron*. In: *Vita Latina*. p.56.

predominantemente deliberativa. Ademais, o aconselhamento de um pai a um filho é citado como exemplo histórico, quando Cícero se refere às cartas de Filipe a Alexandre, de Antípatro a Cassandro, de Antígono ao seu filho Filipe²³⁹ e quando Catão escreve ao seu filho Marco²⁴⁰.

Ao dissertar sobre a guerra justa, Cícero recupera como exemplo a relação entre Catão e seu filho, e, ao fazer isso, sua obra ganha autoridade e força por recuperar o exemplo histórico de um pai que faz o mesmo que ele a um filho; há uma permeabilidade entre o público e o privado, ou seja, a guerra e a relação com o filho, quando lemos:

nenhuma guerra pode ser justa se não for declarada depois do pedido oficial respectivo. Popílio era o responsável pelo comando de uma província, em cujo exército o filho de Catão tanto servia como militava. Como tivesse Popílio decidido licenciar uma legião, e o filho de Catão, que se encontrava nessa mesma legião incorporado, permanecera no exército movido pelo desejo de lutar, Catão escreveu a Popílio dizendo que, caso aceitasse a permanência de seu filho no exército, deveria então submetê-lo a um novo juramento militar, em virtude de ele não poder lutar segundo o [juramento] anterior com o inimigo, uma vez que esse havia caducado. 37. Tão grande era a observância das leis de guerra, naqueles dias! Existe, de fato, uma carta de Marco Catão, já idoso, ao seu filho Marco, na qual afirma ter ouvido falar que ele havia sido dispensado pelo cônsul, quando era soldado na Macedônia, durante a guerra com Perseu. Aconselha-o, então, a tomar o devido cuidado para não entrar em combate, pois não é legítimo a alguém poder combater com o inimigo sem ser soldado por direito²⁴¹.

²³⁹ Cf. CÍCERO. *De Officiis*, II, 52,53,54.

²⁴⁰ CÍCERO. *De Officiis*, I, 36-37.

²⁴¹ CÍCERO. *De Officiis*, I, 36-37: *Ex quo intellegi potest nullum bellum esse iustum, nisi quod aut rebus repetitis geratur aut denuntiatum ante sit et indictum. [Popilius imperator tenebat provinciam, in cuius exercitu Catonis filius tiro militabat. Cum autem Popilio videretur unam dimittere legionem, Catonis quoque filium, qui in eadem legione militabat, dimisit. Sed cum amore pugnandi in exercitu remansisset, Cato ad Popilium scripsit, ut, si eum patitur in exercitu remanere, secundo eum obliget militiae sacramento, quia priore amisso iure cum hostibus pugnare non poterat.[37] Adeo summa erat observatio in bello movendo.] M. quidem Catonis senis est epistula ad M. filium, in qua scribit se audisse eum missum factum esse a consule cum*

Aparentemente, é um simples exemplo, mas carrega o conselho que Catão dá ao filho, e o respeito às questões da guerra se tornam um paradigma de ação. Trata-se de um conhecimento de uma questão política, das leis sobre a guerra, que é deduzido por meio de um exemplo histórico. Sobre a exemplaridade nas relações entre pais e filhos, Cícero afirma:

Aqueles, cujos pais ou antepassados alcançaram a glória em algo, frequentemente se esforçam para serem excelentes naquele mesmo gênero de honra, como Quinto Múcio, filho de Públio, no direito civil, ou o Africano, filho de Paulo, na vida militar. Alguns, no entanto, conseguem acrescentar honras ao nome dos pais por alguma honra sua em outro domínio, como aconteceu com este mesmo Africano, por exemplo, que associou a glória militar à eloquência; o mesmo fez Timóteo, filho de Conão, que, no louvor das armas, não foi inferior ao pai, acrescentando-lhe louvor na doutrina e glória no engenho²⁴².

Então, Cícero exorta o filho a seguir o caminho do pai ou a superá-lo por meio desses exemplos. Sem eles, não haveria a construção do argumento de modo tão convincente.

Outro exemplo emblemático na obra, citado mais de uma vez, é o de Régulo, empregado primeiramente em *De Officiis*, I, 39-40 e, depois, em III, 99, 100, 101, 105, 108, 110, 111, 113 e 114. No primeiro livro, é ressaltada a importância da palavra empenhada, uma vez que, na Primeira Guerra Púnica, “como prisioneiro dos cartagineses foi enviado a Roma para tratar da troca de prisioneiros, depois de ter jurado voltar (...)”²⁴³,

in Macedonia bello Persico miles esset. Monet igitur ut caveat, ne proelium ineat; negat enim ius esse, qui miles non sit cum hoste pugnare.

²⁴² CÍCERO. *De Officiis*, I, 116: *quorum vero patres aut maiores aliqua gloria praestiterunt, ii student plerumque eodem in genere laudis excellere, ut Q. Mucius P. f. In iure civili, Pauli filius Africanus in re militari. quidam autem ad eas laudes quas a patribus acceperunt, addunt aliquam suam, ut hic idem Africanus eloquentia cumulavit bellicam gloriam, quod idem fecit Timotheus, Cononis filius, qui cum belli laude non inferior fuisset quam pater, ad eam laudem doctrinae et ingenii gloriam adiecit.*

²⁴³ CÍCERO. *De Officiis*, I, 39: *cum de captivis commutandis Romam missus esset iurassetque se rediturum,*

Régulo preferiu voltar a falar com a palavra dada ao inimigo – trata-se de uma correção moral. Régulo foi fiel ao juramento, e isso comprova sua magnanimidade e sua fortitude²⁴⁴, mostra que uma ação não pode ser útil a ele se for danosa à República²⁴⁵; o que Régulo fez foi útil à República, portanto, honesto. O feito de Régulo não apenas se tornou um paradigma de ação, como também, na obra, seu exemplo constitui um elemento da argumentação. E Cícero continua afirmando que, entre exemplos admiráveis, esse é o mais louvável²⁴⁶. De modo contrário, na Segunda Guerra Púnica, aconteceu um fato em que não se cumpriu, propriamente, o que foi prometido:

Na segunda Guerra Púnica, porém, depois da batalha de Canas, Aníbal enviou a Roma dez prisioneiros que juraram voltar todos se não conseguissem resgatar os prisioneiros [cartagineses]. Todos os censores os mantiveram, enquanto viveram, entre o número dos erários em virtude de serem culpados de perjúrio; inclusive aquele que, no seu juramento, cometera o erro de tê-lo fraudado (esse deixou o acampamento com a permissão de Aníbal, voltando pouco depois, alegando ter se esquecido de não sei que coisa, então, tendo saído outra vez, julgava-se livre do juramento firmado – assim o era pelas palavras, mas não pelos fatos). Devemos sempre ser fiéis ao que no pensamento tem significado e não no que é dito²⁴⁷.

O homem que deixou o campo duas vezes e por isso se sentiu livre do juramento foi desonesto. Guard utiliza outro conceito para explicar o exemplo de Régulo em *De Officiis*:

²⁴⁴ Cf. CÍCERO. *De Officiis*, III, 99.

²⁴⁵ Cf. CÍCERO. *De Officiis*, III, 101.

²⁴⁶ CÍCERO. *De Officiis*, III, 110.

²⁴⁷ CÍCERO. *De Officiis*, I, 40: *Secundo autem Punico bello post Cannensem pugnam quos decem Hannibal Romam misit astrictos iure iurando se redituros esse nisi de redimendis is, qui capti erant, impetrassent, eos omnes censores, quoad quisque eorum vixit, quod peierassent in aerariis reliquerunt, nec minus illum, qui iure iurando fraude culpam invenerat. Cum enim permissu Hannibalis exisset e castris, rediit paulo post, quod se oblitum nescio quid diceret; deinde egressus e castris iure iurando se solutum putabat, et erat verbis, re non erat. Semper autem in fide quid senseris, non quid dixeris, cogitandum est.*

alguns exemplos ocupam todo o seu lugar na argumentação, eles constituem um suporte. Este é o caso com Régulo, um verdadeiro fio condutor de raciocínio ciceroniano que justifica a superioridade do honesto sobre o útil. O exemplo é desenvolvido por um debate dialético dedicado à atitude de Régulo, ela mesma ilustrada por outros *exempla*. Depois de completar a história do exemplo, Cícero imagina as críticas que poderiam ser dirigidas a Régulo (...). O exemplo é citado porque é representativo da discussão filosófica²⁴⁸.

O exemplo histórico pode ser moral, e, diante da narração, o leitor pode formar um juízo sobre o assunto, no caso, observar principalmente se é honesto ou não. Cícero continua:

o louvor não é dos homens, mas dos tempos: pois os nossos antepassados não reconheciam vínculo mais fiel do que o juramento para manter as promessas. Isso é provado pelas Leis das Doze Tábuas, pelas leis sagradas, pelos tratados com os quais nos ligamos pelos laços de fidelidade até com o inimigo, pelas investigações e pelas penas dos censores, os quais nada julgavam com maior diligência do que o juramento²⁴⁹.

Podemos interpretar, então, que não se trata apenas da moralidade de Régulo, mas de um hábito muito difundido em Roma, no passado. Ou seja, o momento histórico, a época em que aconteceu o ocorrido era outra, em que as leis e o costumes eram respeitados. Com isso, é possível inferir que, no tempo de Cícero, as coisas ocorriam de outra forma e dependia-se muito mais da moralidade de cada um, o que reforça a ideia de um passado glorioso, um presente decadente e um futuro que apenas pode ser

²⁴⁸ GUARD. *Morale théorique et morale pratique: nature et signification des exempla dans le De officiis de Cicéron*. pp.52-53

²⁴⁹ CÍCERO. *De Officiis*, III, 111: (...) *Itaque ista laus non est hominis, sed temporum. Nullum enim vinculum ad astringendam fidem iure iurando maiores artius esse voluerunt. Id indicant leges in duodecim tabulis, indicant sacratae, indicant foedera, quibus etiam cum hoste devincitur fides, indicant notiones animadversionesque censorum, qui nulla de re diligentius quam de iure iurando iudicabant.*

promissor se resgatar a grandiosidade do passado. Mas, como não é possível reconstruir um tempo, Cícero tenta mostrar a exemplaridade das ações humanas para que essas sejam imitadas. Em outro momento da obra, afirma que não se trata apenas das características de cada homem, mas do próprio tempo em que se vive; vejamos:

Panécio louva Africano pela sua moderação. Mas, se Africano possui outras virtudes ainda maiores, o que louva? Não é a moderação apenas daquele homem, mas do próprio tempo. Quando Paulo se apoderou de todas as riquezas da Macedônia, aliás vastíssimas, trouxe para o nosso tesouro tanto dinheiro que os despojos de um só general puderam permitir a revogação dos impostos fundiários. Mas, por outro lado, ele nada trouxe para sua casa, a não ser a glória de um nome memorável. Africano imitou seu pai, e nada mais precioso do que a vitória sobre Cartago²⁵⁰.

Dessa forma, Cícero percebe uma diferença entre cada época, não apenas nos homens, mas em toda a sociedade romana. Há uma inconstância nos tempos e uma fragilidade nos homens, que podem ser corrigidas por meio de uma boa formação. Grande é a mudança dos tempos e dos lugares e a diferença entre os homens, mesmo os mais eminentes.

Cícero mostra a singularidade dos homens por meio dos exemplos e, sem eles, dificilmente poderia fazê-lo, como lemos:

Havia em Lúcio Crasso e em Lúcio Filipe muito humor, sendo em Caio César, filho de Lúcio, ainda maior e mais refinado. Na mesma época Marco Escauro e Marco Druso eram adolescentes, conhecidos por uma singular severidade. Grande era a alegria em Caio Lélcio; por outro lado, em Cipião, seu amigo, a ambição era maior, a vida, porém, mais triste. Entre os gregos, Sócrates era doce, fazia festa na conversação e encantador para além de ser um

²⁵⁰ CÍCERO. *De Officiis*, II, 76: *Laudat Africanum Panaetius, quod fuerit abstinentis. Quidni laudet? Sed in illo alia maiora; laus abstinentiae non hominis est solum, sed etiam temporum illorum. Omni Macedonum gaza, quae fuit maxima, potitus [est] Paulus; tantum in aerarium pecuniae invexit, ut unius imperatoris praeda finem attulerit tributorum. At hic nihil domum suam intulit praeter memoriam nominis sempiternam. Imitatus patrem Africanus nihilo locupletior Carthagine eversa.*

fingidor em todo tipo de conversação – aquilo que os gregos denominam *eiron*. Pitágoras e Péricles, pelo contrário, alcançaram a suma autoridade sem nenhum humor. Entre os cartagineses, Aníbal, e, entre os nossos generais, Quinto Máximo eram, conforme ouvimos contar, de uma habilidade exímia em ocultar, calar, dissimular e em armar ciladas bem como em se antecipar com facilidade aos planos do inimigo. Neste gênero os gregos se destacam, e acima de todos os outros, Temístocles e Jasão de Feras, porém, em primeiro lugar, sobressai o astucioso feito do hábil Sólon que, como melhor desejasse proteger a sua vida e mais ainda servir a república, simulou ter enlouquecido²⁵¹.

Ele elabora, por assim dizer, retratos desses homens com características específicas de cada um, pois, “*proprie singulis est tributa*”²⁵², ou seja, certos traços são distribuídos a cada um. Há variedade na alma humana, assim como nos corpos, e Cícero comprova isso por meio dos exemplos. Ao mesmo tempo que cada homem tem suas singularidades, ele deve reconhecer o outro para viver em uma república. Se os homens não vivessem em *ciuitates* não haveria as leis e os costumes. Os homens se tornaram mais humanos, desenvolveram o respeito, e a vida se tornou mais segura, nada faltando, pois passaram a trocar tanto os meios de subsistência como os seus respectivos benefícios²⁵³.

(...) efetivamente ninguém, quer se trate de um general em tempo de guerra, quer seja o principal senhor, poderia ter realizado grandes e salutares feitos sem o esforço dos homens? Recorda Temístocles, Péricles, Ciro, Agesilau, Alexandre, os quais negam

²⁵¹ CÍCERO. *De Officiis*, I, 108: *Erat in L. Crasso, in L. Philippo multus lepos, maior etiam magisque de industria in C. Caesare, L. filio; at isdem temporibus in M. Scauro et in M. Druso adolescente singularis severitas, in C. Laelio multa hilaritas, in eius familiari Scipione ambitio maior, vita tristior. de Graecis autem dulcem et facetum festivique sermonis atque in omni oratione simulatorem, quem eirona Graeci nominarunt, Socratem accepimus, contra Pythagoram et Periclem summam auctoritatem consecutos sine ulla hilaritate. Callidum Hannibalem ex Poenorum, ex nostris ducibus Q. Maximum accepimus, facile celare, tacere, dissimulare, insidiari, praeripere hostium consilia. In quo genere Graeci Themistoclem et Pheraeum Iasonem ceteris anteponunt, in primisque versutum et callidum factum Solonis, qui, quo et tutior eius vita esset et plus aliquanto rei publicae prodesset, furere se simulavit.*

²⁵² CÍCERO. *De Officiis*, I, 107.

²⁵³ CÍCERO. *De Officiis*, II, 15.

terem vez alguma podido realizar tantos feitos sem a assistência dos homens²⁵⁴.

No excerto citado, observamos que Cícero dá importância à ação coletiva. É na relação com o outro, no reconhecimento do outro, que se estabelece o bem comum. Não é possível agir sem a ajuda dos concidadãos, não é possível realizar grandes feitos em prol da república sem eles. Ninguém vence uma guerra nem constrói uma república sozinho. Parece muito óbvio, mas a importância da relação com o outro reafirma o que o autor defende sobre a república: que foi ela construída por muitos, de muitas gerações – como veremos no quarto capítulo. Em *De Officiis*, II, 72, o autor afirma que as ações que beneficiam os particulares devem, de modo ideal, beneficiar a todos os cidadãos ou, pelo menos, não prejudicar a República; em seguida, cita como exemplo a distribuição de grãos feita por Caio Graco:

A grande distribuição de cereais de Caio Graco exauriu completamente o erário [público], enquanto que aquela outra, de responsabilidade de Marco Otávio, foi relativamente tolerável para a República e necessária para a plebe, tendo, portanto, sido salutar não só para os cidadãos como também para a República²⁵⁵.

Ao dissertar sobre o que é mais apropriado para manter a potestade, Cícero argumenta que é preferível ser amado a ser temido²⁵⁶. Ao citar os exemplos dos que preferiram ser temidos a amados, o autor argumenta: “Prefiro, nesse assunto, recordar exemplos estrangeiros a domésticos”²⁵⁷.

Na verdade, não existe força ou comando algum que, durante muito tempo, possa resistir ao temor. Falaris é testemunha disso

²⁵⁴ CÍCERO. *De Officiis*, II, 16: *Longiores hoc loco sumus quam necesse est. Quis est enim, cui non perspicua sint illa, quae pluribus verbis a Panaetio commemorantur, neminem neque ducem bello nec principem domi magnas res et salutare sine hominum studiis gerere potuisse. Commemoratur ab eo Themistocles, Pericles, Cyrus, Agesilaos, Alexander, quos negat sine adiumentis hominum tantas res efficere potuisse..*

²⁵⁵ CÍCERO. *De Officiis*, II, 72: (...) *C. Gracchi frumentaria magna largitio, exhauriebat igitur aerarium; modica M. Octavii et rei publicae tolerabilis et plebi necessaria, ergo et civibus et rei publicae salutaris.*

²⁵⁶ CÍCERO. *De Officiis*, II, 23.

²⁵⁷ CÍCERO. *De Officiis*, II, 26: *Externa libentius in tali re quam domestica recordor.*

– a sua crueldade, mais do que qualquer outro exemplo, ficou famosa. Ele não morreu numa emboscada (como aconteceu a Alexandre, acerca de quem me referi há pouco) nem nas mãos de muitos (como o nosso amigo), mas, antes, teve contra si toda a multidão de Agrigento em fúria. E o que dizer de Demétrio? Os macedônios o abandonaram, passando-se todos para o lado de Pirro? E o que sucedeu aos lacedemônios, o que veio a acontecer ao seu domínio ilegítimo, não é verdade que todos os seus aliados imediatamente deles desertaram, tornando-se impávidos espectadores da sua derrota em Leuctras?²⁵⁸

Assim, poder algum resiste por muito tempo ao ódio da multidão. O medo não é uma garantia da longa duração de um governo, ao passo que a benevolência leva à fidelidade. Se o povo odeia aqueles que temem, os que preferem ser temidos conduzem a república à ruína. Então,

enquanto se assegurava o império do povo romano com ações benéficas, sem se cometer injustiças, ou as guerras eram empreendidas em defesa dos aliados ou do império, sendo o êxito das guerras ou dócil ou necessário, o senado era um refúgio, um porto para reis, povos e nações, e os nossos magistrados e os nossos comandantes, ao defenderem com equidade e fidelidade as províncias e os aliados, alcançavam a máxima honra²⁵⁹.

O sucesso para a grandeza, a manutenção da potestade de Roma e a longa duração da República não se fundavam no temor, mas em um senado que acolhia a todos e tratava

²⁵⁸ CÍCERO. *De Officiis*, II, 25-26: *Nec vero ulla vis imperii tanta est, quae premente metu possit esse diuturna. Testis est Phalaris, cuius est praeter ceteros nobilitata crudelitas, qui non ex insidiis interiit, ut is, quem modo dixi, Alexander, non a paucis, ut hic noster, sed in quem universa Agrigentorum multitudo impetum fecit. Quid? Macedones nonne Demetrium reliquerunt universique se ad Pyrrhum contulerunt? Quid? Lacedaemonios iniuste imperantes nonne repente omnes fere socii deseruerunt spectatoresque se otiosos praebuerunt Leuctricae calamitatis?*

²⁵⁹ CÍCERO. *De Officiis*, II, 26: *Verum tamen quam diu imperium populi Romani beneficiis tenebatur, non iniuriis, bella aut pro sociis aut de imperio gerebantur, exitus erant bellorum aut mites aut necessarii, regum, populorum, nationum portus erat et refugium senatus, nostri autem magistratus imperatoresque ex hac una re maximam laudem capere studebant, si socios aequitate et fide defendissent.*

a todos com equidade e fidelidade, e, com isso, os próprios romanos alcançavam a honra e a glória.

Um dos fins da vida do homem é a busca da verdadeira glória. Para alcançá-la, não basta que as ações pareçam úteis, mas o sejam efetivamente. Cícero expõe o conflito entre ser e parecer, demonstrando que não basta fingir uma ação gloriosa, pois a dissimulação cai por terra, enquanto a verdadeira glória tem raízes. O autor cita como exemplo a glória verdadeira de um pai e a glória aparente dos filhos:

Para sermos breves, contentar-nos-emos com o exemplo de uma única família. Tibério Graco, filho de Públio, será efetivamente um dos mais louvados, enquanto a memória dos feitos de Roma permanecer; mas os seus filhos, enquanto vivos, não foram aprovados pelos homens bons e, depois de mortos, pertenceriam ao número dos justamente derrubados. Portanto, se alguém desejar alcançar a verdadeira glória, que cumpra os deveres da justiça²⁶⁰.

Cícero aqui se refere a Tibério Semprônio Graco, que se casou com Cornélia Africana, e seus filhos são Caio e Tibério Graco. O pai foi cônsul por duas vezes, em 177 e 163 a.C., enquanto seus filhos foram os tribunos da plebe, responsáveis pelas propostas das leis agrárias. Podemos inferir que Cícero, como crítico das reformas dos Gracos, julga que suas ações eram injustas e aparentemente gloriosas; aparentemente úteis, porém não eram honestas com a república.

Ainda sobre o conflito entre ser e parecer, Cícero disserta sobre a relação entre o útil e o honesto, e o exemplo mais emblemático citado é o que aconteceu na queda da monarquia, ou melhor, da tirania em Roma. O autor destacou a ação coletiva dos principais, como lemos:

Quando os principais concidadãos tomaram a decisão de dever extinguir toda a estirpe de Soberbo, assim como o nome dos Tarquínios e ainda a memória da sua monarquia, aquilo se revelou

²⁶⁰ CÍCERO. *De Officiis*, II, 43: (...) *sed brevitatis causa familia contenti erimus una. Tiberius enim Gracchus, P. f., tam diu laudabitur, dum memoria rerum Romanarum manebit, at eius filii nec vivi probabantur bonis et mortui numerum optinent iure caesorum. Qui igitur adipisci veram gloriam volet, iustitiae fungatur officiis.*

útil – considerando os interesses da pátria – e também honesto, a tal ponto que mereceu o apoio do próprio Colatino. Assim, a utilidade valeu pela honestidade, sem a qual aquela nunca poderia vir a ser aquilo que é²⁶¹.

Por outro lado, as atitudes de Rômulo, na fundação de Roma, pareceram úteis, mas não o foram, como lemos:

No caso do rei que fundou a nossa urbe, isso [a honestidade] não houve. Com efeito, a aparência de utilidade alcançou na sua alma a crença de que, naquele momento, parecia ser mais útil governar só do que fazê-lo com outro; ele matou o seu irmão, ignorou a piedade e a humanidade para poder alcançar algo que parecia útil, mas não era; e, no entanto, a fim de apresentar uma aparência de honestidade, alegou como pretexto a muralha, argumento que nem era provável nem idôneo. Portanto, procedeu mal (e falo com todo o respeito a Quirino e Rômulo)²⁶².

E, adiante, o autor continua: “(...) foram muitas as ocasiões em que a aparência de utilidade causou um mal tão grande à nossa república, como se verificou, aliás, com a destruição pelos nossos exércitos da cidade de Corinto”²⁶³.

Por fim, como afirma David, “na verdade, o exemplo não tem outra função do que fixar aos contemporâneos de Cícero a conformidade com o comportamento tradicional.”²⁶⁴ Depois dos exemplos expostos, concluímos que, numa obra que pretende

²⁶¹ CÍCERO. *De Officiis*, III, 40: (...) *Cum autem consilium hoc principes cepissent, cognationem Superbi nomenque Tarquiniolorum et memoriam regni esse tollendam, quod erat utile, patriae consulere, id erat ita honestum, ut etiam ipsi Collatino placere deberet. Itaque utilitas valuit propter honestatem, sine qua ne utilitas quidem esse potuisset.*

²⁶² CÍCERO. *De Officiis*, III, 41: *At in eo rege, qui urbem condidit, non item. Species enim utilitatis animum pepulit eius; cui cum visum esset utilius solum quam cum altero regnare, fratrem interemit. Omisit hic et pietatem et humanitatem, ut id, quod utile videbatur, neque erat, assequi posset, et tamen muri causa opposuit, speciem honestatis nec probabilem nec sane idoneam. Peccavit igitur, pace vel Quirini vel Romuli dixerim.*

²⁶³ CÍCERO. *De Officiis*, III, 46: (...) *Sed utilitatis specie in republica saepissime peccatur, ut in Corinthi disturbance nostris;*

²⁶⁴ DAVID, J-M. “Maiores exempla sequi : l'exemplum historique dans les discours judiciaires de Cicéron”. In: *Mélanges de l'Ecole française de Rome*. p.84.

aconselhar e formar os jovens, os exemplos históricos são constitutivos da argumentação filosófica. A universalidade da filosofia expressa na natureza e na moralidade acaba universalizando os exemplos particulares que incorpora. A temporalidade na obra é marcada pelo passado glorioso, pelo presente decadente e por um futuro que está por vir e que pode ser glorioso, se os deveres e as ações passado forem recuperadas.

III. DISCURSOS: TESTEMUNHOS DA DECADÊNCIA

Os discursos *Philippicae* e *In Catilinam* são significativos do ponto de vista da crise republicana, e neles abundam os argumentos que recuperam a grandeza do passado romano e os exemplos das ações viciosas de alguns cidadãos que usurparam a república. Quando os analisamos, observamos que a constante recuperação do passado é imprescindível para a construção dos discursos, pois eles foram elaborados para serem testemunhos de um tempo²⁶⁵.

Os discursos, ao contrário dos diálogos filosóficos, tinham preceituação vasta, inclusive feita por Cícero. Os que são aqui analisados seguem rigorosamente os preceitos, mas poderemos notar que, por muitas vezes, os gêneros se mesclam e as narrativas não ocupam seu lugar apenas após o exórdio. Estas são evocadas frequentemente para recuperar a força dos argumentos políticos. De acordo com Rambaud²⁶⁶, diversos são os motivos e as razões de Cícero para introduzir os exemplos históricos em seus discursos. Pode ser para servir de argumento secundário em uma refutação, para fazer uma pintura moral, como nas *Philippicae*, ou para explicar a história de um povo, de um cargo ou de uma lei, ou para mostrar o mal que causaram as ações de Catilina e Antônio, nas *Catilinárias* e nas *Filípicas*, respectivamente. Nessas duas obras, a exemplaridade histórica provoca o leitor a buscar em sua memória quem eram esses homens citados para provar, ao analisar os seus vícios, o que não deve ser feito. A função pedagógica do exemplo, nesses casos, cumpre seu papel não ao dizer o que deve ser imitado, mas o que deve ser evitado.

Guard aponta que os exemplos recuperados devem seguir um critério da história, ou seja, deve-se recuperar aquilo que é digno de memória, como observa:

A importância do *exemplum* é conhecida na prática oratória em geral e na de Cícero em particular, que oferece a autoridade e o prestígio de um modelo como referência e que permite ao orador inscrever sua ação na continuidade dos heróis da República

²⁶⁵ Guard afirma que “Gowing viu no discurso do orador seu próprio *monumentum*, que provavelmente ficará para a posteridade, porque é a expressão de sua ação política e faz dele uma figura histórica, *dignus memoria*.”²⁶⁵. A argumentação é pertinente, pois Cícero os considera como testemunhos. GUARD. “La parole historique mise en scène dans les discours de Cicéron. Éloquence et idéologie politique”. In: *Dialogues d'histoire ancienne*. p.81.

²⁶⁶ RAMBAUD. *Cicerón et l'histoire Romaine*. p. 21.

romana. (...). Aparece como um *exemplum* particular a citação de uma palavra histórica, isto é, que deve ser inscrito na memória coletiva e transmitido à posteridade, de acordo com o critério do *dignum memoria* que define a historicidade de um fato na teoria historiográfica ciceroniana²⁶⁷.

Segundo David, “o *exemplum* não é senão um meio de provar por comparação”²⁶⁸.

E o autor continua:

O *exemplum* é, antes de mais nada, uma comparação. Ele organiza duas séries de comportamentos, com o entendimento de que aqueles que são julgados ou procurados para induzir são por vezes implícitos. Mas também opera por meio de uma imagem exemplar que permite a identificação ou repulsão paradigmática e, portanto, se aproxima da metáfora²⁶⁹.

²⁶⁷ GUARD. “La parole historique mise en scène dans les discours de Cicéron. Éloquence et idéologie politique.” In: *Dialogues d'histoire ancienne*. p.82.

²⁶⁸ DAVID. “Maiorum exempla sequi : l'exemplum historique dans les discours judiciaires de Cicéron”. p.71.

²⁶⁹ DAVID. “Maiorum exempla sequi : l'exemplum historique dans les discours judiciaires de Cicéron”. p.81.

III.I. O LUGAR DA HISTÓRIA NOS DISCURSOS

O recurso à história ocorre principalmente em duas partes da *dispositio* no discurso, a saber: na *narratio* e na *confirmatio*, quando o orador narra um acontecimento ou quando demonstra, por meio de provas, a sua argumentação. Aqui reuniremos os argumentos do autor sobre a preceituação do discurso, servindo-nos das obras *De Inuentione*²⁷⁰ e *De Oratore*.

A relação entre história e oratória no pensamento ciceroniano pode ser observada desde o *De Oratore*. Nesta obra, as matérias políticas, retóricas e historiográficas se mesclam da mesma forma que o melhor orador é, ao mesmo tempo, o melhor filósofo, legislador, político e o melhor historiador. A narrativa histórica é constantemente tratada em termos retóricos, pois a retórica estava no início da formação dos cidadãos e, principalmente, dos que estavam inseridos na vida política, que faziam discursos, e escreviam as narrativas.

De acordo com a preceituação retórica, em *De Inuentione*, há três gêneros de discurso: o epidítico, cuja finalidade é louvar ou vituperar e está voltado para o tempo presente; o deliberativo, usado nas causas civis, uma vez que visa aconselhar ou desaconselhar, portanto, voltado ao tempo futuro; e o judiciário, que tem por finalidade acusar ou defender e se reporta ao tempo passado²⁷¹. Os discursos não são necessariamente compostos por apenas um gênero, esses podem estar mesclados.

Para elaborar um discurso, cinco etapas devem ser seguidas, a saber: a *inuentio*, que consiste em encontrar argumentos verdadeiros ou verossímeis para que a causa seja crível; a *dispositio*, que é a ordenação dos argumentos; a *elocutio*, que consiste em colocá-lo em palavras; a *memoria*, a capacidade de guardar as ideias e os argumentos; e, por fim, a *pronuntiatio*, etapa em que se profere um discurso, é a ação em si²⁷².

A *dispositio* é dividida em: *exordium*, *narratio*, *partitio*, *confirmatio*, *reprehensio* e *conclusio*. No *exordium*, o orador inaugura seu discurso, e é o momento ideal para captar a benevolência do auditório. Cícero, em *De Inuentione*, I, XIX, 27-30, afirma que na

²⁷⁰ Obra retórica ciceroniana escrita na juventude. As obras em gênero dialógico dialogam entre si e se tornariam de difícil compreensão se tomarmos os livros de maneira isolada. Do ponto de vista da política, devemos isolar *De Inuentione*, pois traz concepções políticas mais platônico-aristotélicas, diferindo das concepções estoicas que Cícero adotou em 54, quando começou a escrever *De Re Publica* e as seguiu até o *De Officiis*, seu último diálogo filosófico.

²⁷¹ CÍCERO. *De Inuentione*, I, V, 7.

²⁷² CÍCERO. *De Inuentione*, I, VII, 9.

narração – *narratio* – se expõem os fatos que realmente aconteceram ou os que se supõe como tais²⁷³. Além disso, divide a narração em três gêneros, a saber: o que contém a causa e a essência da controvérsia; o segundo insere digressões úteis para ampliar a exposição; o terceiro se usa para exercitar de modo útil. Este terceiro gênero se subdivide em duas partes: uma se refere aos *negotiis*, e a segunda, às *personis*²⁷⁴. A parte referente aos negócios se subdivide em três outras: *fabulam*, *historiam* e *argumentum*. A fábula conta coisas que não são nem verdadeiras nem verossímeis; a história conta um fato que realmente aconteceu, mas distante do nosso tempo; a trama é a narração de um fato inventado, mas que poderia ter acontecido, e disso depreendemos que não é verdadeira, mas verossímil. Nos parágrafos subsequentes, continua sua exposição sobre as outras partes e, ao final, afirma:

E a narração poderá ser clara se expusermos, como primeiro feito, aquilo que é verificado como primeiro, e se respeitarmos a ordem cronológica dos feitos, de modo que estes sejam expostos da mesma forma que aconteceram ou como pareceria ser possível o seu desenvolvimento (...).

A narração será provável se parecer que tenha aqueles elementos que costuma ter na verdade; se forem respeitadas a dignidade das pessoas; se as causas dos fatos forem evidentes; se parecer que foi possível determinar as ações; se demonstrar que o tempo era idôneo, o espaço de tempo suficiente, o lugar oportuno para se narrar o fato; se o fato será acomodado seja à natureza dos agentes, seja aos costumes do vulgo, seja à opinião da audiência²⁷⁵.

²⁷³ A verossimilhança é uma qualidade da *narratio*. Cf. CÍCERO. *De Oratore*, II, 83.

²⁷⁴ CÍCERO. *De Inventione*. I, XIX, 27

²⁷⁵ CÍCERO. *De Inventione*. I, XX, 29-XXI: [29] *Aperta autem narratio poterit esse, si, ut quidque primum gestum erit, ita primum exponetur, et rerum ac temporum ordo servabitur, ut ita narrentur, ut gestae res erunt aut ut potuisse geri videbuntur. (...)*

Probabilis erit narratio, si in ea videbuntur inesse ea, quae solent apparere in veritate; si personarum dignitates servabuntur; si causae factorum exstabunt; si fuisse facultates faciundi videbuntur; si tempus idoneum, si spatii satis, si locus opportunus ad eandem rem, qua de re narrabitur, fuisse ostendetur; si res et ad eorum, qui agent, naturam et ad vulgi morem et ad eorum, qui audient, opinionem accommodabitur.

Observamos que não basta a verdade de um fato, mas a verossimilhança entre ele, o espaço, o tempo e o que ocasionou a ação. Cícero enfatiza a importância da narração²⁷⁶, seus gêneros, suas partes, e desenvolve qual o tipo de matéria deve ser narrada; a narrativa histórica tem um espaço central, pois pode colaborar para o julgamento, uma vez que torna possível formar um juízo.

Em *De Oratore*, a apreciação da narração é exposta de modo diverso²⁷⁷, sem as divisões e subdivisões típicas de um manual, sendo mais descritiva e explicativa sobre o que deve conter, seu estilo e a ordem das palavras. O autor começa afirmando que ela deve ser breve, prazerosa e persuasiva. Deve ser verossímil, expor do modo como as coisas aconteceram, respeitando a sequência cronológica dos fatos. A narração precisa ser muito clara – pois se for obscura tornará todo o discurso confuso –, as palavras devem ser da linguagem cotidiana, não deve ter interrupções e deve ser a fonte de todas as outras partes do discurso.

A *confirmatio*, preceituada longamente em *De Inventione* 34-77 e, brevemente, em *De Oratore*, II, 116, é a parte do discurso que garante credibilidade, autoridade e sustenta a defesa da causa por meio da argumentação, mais precisamente por provas. Em *De Oratore*, Cícero afirma:

Para demonstrar a veracidade de suas teses, o orador tem à disposição elementos de duas matérias: o primeiro não é de sua invenção, mas é constituído por provas postas pelo próprio fato e adotadas segundo um modo preciso: tábuas, testemunhos, acordos, interrogatórios, leis, decretos senatoriais, sentenças proferidas anteriormente, decretos, especialistas e outras provas, se houver, que não sejam produzidas pelo próprio orador, mas

²⁷⁶ Ao se referir à elaboração dos discursos, devemos notar que, do ponto de vista retórico, das partes da *dispositio*, Cícero diverge de Aristóteles quanto à *narratio*. Enquanto Aristóteles afirma que: “(...) é preciso que se componham narrações não de grandes dimensões, tal como não se devem elaborar proêmios nem provas muito extensas. Pois também aqui o melhor não é a rapidez ou a concisão, mas sim a justa medida. (...) É conveniente que a narração incida sobre a componente ética. Isto assim resulta se soubermos o que produz a expressão do caráter moral. Um recurso é mostrar a intenção moral: o caráter corresponde ao tipo de intenção, e a intenção moral, por sua vez, ao tipo de finalidade (...). No gênero deliberativo, a narração é menos importante, porque ninguém elabora uma narração sobre fatos futuros. Mas se por acaso houver narração, que seja sobre acontecimentos passados de forma que, sendo recordados, se delibere melhor sobre os futuros, quer se critique quer se elogie. Porém, o orador nesse caso não perfaz a função de um orador do gênero deliberativo”. ARISTÓTELES. *Retórica*, 1417a-1417b.

²⁷⁷ Cf. CÍCERO. *De Oratore*, II, 326-330.

fornecidas a ele; o segundo é representado inteiramente pelo modo de discutir e argumentar do orador²⁷⁸.

No primeiro caso, são as provas que já existem, no segundo, as que ele deve inventar. Ou seja, as provas devem ser verdadeiras, sempre se referirão ao passado, assim, serão históricas. É o material que o orador terá para usar em seu discurso e que o narrador terá para escrever sua narrativa histórica.

Em *De Inventione*, 34-77, na *confirmatio*, Cícero divide o modo de expor: pelos meios de demonstração – que podem ser segundo atributos das pessoas ou dos fatos –, pelo caráter da demonstração e pelos tipos de argumentação, ou seja, por raciocínio indutivo ou dedutivo.

A argumentação segundo os atributos das pessoas deve tratar do nome, da natureza, dos parentescos, da idade, dos hábitos, das emoções, das tendências, dos projetos, dos discursos e das ações, ou seja, deve-se traçar perfeitamente o perfil moral da pessoa. As ações, os eventos e os discursos devem ser considerados em relação aos três tempos, narrando: as coisas que uma pessoa fez, que lhe aconteceu ou que disse; ou, ainda, as coisas que ela faz, lhe acontece ou que diz; ou as coisas que estão por fazer, por acontecer ou que dirá.

Os atributos dos fatos são, em parte, inerentes a esses, em parte são circunstâncias que os acompanham, em parte são acessórios e consequentes aos fatos. Deve-se explicar por qual razão um homem cometeu a ação, o lugar, o tempo, o modo, a ocasião, as possibilidades. A demonstração segundo o caráter da argumentação deve ser provável ou necessária. Ou seja, a argumentação é um procedimento para esclarecer que uma coisa é provável ou para demonstrar que uma coisa é necessária. Ela deve ser conduzida ou com o método indutivo, *inductio*, ou dedutivo, *ratiocinatio*. A indução²⁷⁹ é o procedimento

²⁷⁸ CÍCERO. *De Oratore*, II, 116: *Ad probandum autem duplex est oratori subiecta materies: una rerum earum, quae non excogitantur ab oratore, sed in re positae ratione tractantur, ut tabulae, testimonia, pacta conventa, quaestiones, leges, senatus consulta, res iudicatae, decreta, responsa, reliqua, si quae sunt, quae non reperiuntur ab oratore, sed ad oratorem a causa [atque a re] deferuntur; altera est, quae tota in disputatione et in argumentatione oratoris conlocata est;*

²⁷⁹ A primeira regra do método indutivo é que o elemento analógico proposto seja tal que necessariamente seja concedido; a segunda, que a consequência tenha uma relação de semelhança com as premissas que foram propostas. Este método possui três partes: a primeira consiste em uma ou mais proposições semelhantes ou análogas; a segunda, na verdade que queremos admitir; a terceira, na conclusão, ou uma confirmação, ou uma mostra da consequência que se possa tirar.

pelo qual do particular chega-se ao universal. Na dedução²⁸⁰, do universal chega-se ao particular. Na narrativa histórica, trabalha-se mais com o método indutivo, pois é pela indução que se observam os fatos, os particulares, para se chegar às conclusões universais. Cícero afirma que o orador deve usar os dois métodos argumentativos, de acordo com o que for mais conveniente²⁸¹. Teoricamente, se levarmos essas ideias para as obras político-filosóficas e para as narrativas históricas, as primeiras deveriam ser dedutivas, e as segundas, indutivas. No entanto, raramente Cícero constrói deduções em suas obras políticas. Ele se serve da exemplaridade histórica e elabora argumentos indutivos.

Cícero não nos fornece, como observamos, nenhuma preceituação retórica sobre a narrativa histórica em *De Inventione*, apenas sobre o exemplo histórico, pois está preocupado com a elaboração do discurso forense. De acordo com Rambaud²⁸², o exemplo é utilizado como maneira de embelezar o discurso e torná-lo mais persuasivo. Cícero cita o passado como se a história romana tivesse uma virtude particular e relaciona *auctor* e *exemplum*. Na *Retórica a Herênio*, IV, 49, 62, *auctor* e *exemplum* são definidos da seguinte maneira: “o exemplo é a proposição de nomes, de fatos ou ditos pretéritos com certa autoridade”. Com isso, Rambaud afirma: “O que ele entende por autor não é uma fonte histórica, mas uma figura histórica determinada que é tanto o autor da ação quanto o da fala”²⁸³. Em *De Inventione* esta ideia aparece de modo mais preciso em I, 49 quando Cícero assevera: “o exemplo é o que confirma ou refuta um fato baseado ou na autoridade ou nos eventos de uma pessoa ou dos fatos”. O exemplo histórico torna os discursos mais persuasivos e lhe confere também mais autoridade.

Nos diálogos filosóficos e nos discursos forenses, os exemplos possuem a mesma forma, pois a fala de um interlocutor em um diálogo é, por assim dizer, um tipo de discurso. Mas, nos diálogos filosóficos, há outros recursos de contextualização do texto que propiciam uma temporalidade que, quando conjugada com os exemplos, que são indispensáveis à argumentação, conferem mais autoridade e força persuasiva à obra; e a história corrobora com as afirmações filosóficas ou a teoria filosófica pode se sustentar por meio do exemplo histórico. Neste caso, poderíamos comparar com o discurso

²⁸⁰ Já a dedução é um raciocínio que traz um elemento crível que, uma vez exposto e conhecido, se impõe com a sua força e se justifica sozinho. Ele pode ser composto por cinco, quatro ou três proposições; a última deve ser a conclusão, e as anteriores, as premissas.

²⁸¹ CÍCERO. *De Inventione*, I, 76.

²⁸² RAMBAUD, M. *Cicéron et l'histoire romaine*. p. 36.

²⁸³ RAMBAUD, M. *Cicéron et l'histoire romaine*. p. 39.

judiciário, que tem como tempo o passado, ou seja, é a narrativa que constitui parte da argumentação que sustenta o discurso.

Ramnaud²⁸⁴ aponta: “se, ao mesmo tempo, tanto nos tratados quanto nos discursos, o fato de citar os exemplos traduz o desejo que o autor tem de se fundar sobre uma autoridade, então as condições em que ele recorreu aos exemplos foram todas diferentes²⁸⁵”. Ainda assim, acrescentaríamos que o objetivo de dar autoridade ao texto pelo uso dos exemplos foi atingido. E por mais que a temporalidade – a forma como os exemplos históricos são retomados – nos discursos seja diferente dos diálogos filosóficos, em ambos há força persuasiva; porém, no diálogo, pela extensão e pelo gênero, é possível uma maior complexidade temporal, colocando a obra no passado, as figuras dos testemunhos e mais de um narrador.

Ademais, é preciso destacar que não há interação entre interlocutores em um discurso (apenas a percepção que o orador tem da plateia); ele é feito de modo unilateral, ou seja, apenas um fala, e isto resulta, no caso, não em uma relação amistosa entre iguais, mas na relação muitas vezes beligerante e entre desiguais ou oponentes. Cícero expõe tanto nas *Catilinárias* quanto nas *Filípicas* os sentimentos, emoções, paixões, vícios e

²⁸⁴ Já os exemplos apresentados como breves citações são abundantes nos dois tipos de obra, como podemos ver o exemplo sobre Mancino no discurso *Pro Caecina*, 98: “O direito de cidadania pode ser levado embora, frequentemente nossos cidadãos têm ido para as colônias latinas. Eles vão ou por sua vontade ou por alguma penalidade imposta pela lei; embora se submetessem à pena, eles poderiam permanecer na *ciuitas*. O que fazer? O que digo sobre um homem a quem o chefe dos feciais entregou, ou a quem o seu próprio pai ou o seu povo vendeu? Por qual lei ele perde a sua cidadania? Com qual finalidade a *ciuitas* pode ser liberada de alguma obrigação religiosa, e um cidadão romano é entregue; e quando ele for aceito, então ele pertence a esses homens a quem tenha sido entregue. Se eles se recusam a recebê-lo, como o povo de Numância recusou-se a receber Mancino, ele então mantém os seus direitos originais de cidadania intacta. Se seu pai o vendeu, ele livrou-o de toda a sujeição ao seu poder; pois desde quando nasceu, o pai tinha poder absoluto sobre.” Em *De Oratore*, I, XL, 181, uma obra dialógica: “Já omitindo numerosos exemplos, que são inumeráveis, de causas muito importantes (...). Tomemos o exemplo de Caio Mancino, homem muito nobre, varão ótimo, ex-cônsul; depois da indignação suscitada pelo tratado feito por ele na Numância, o chefe dos feciais, com base em uma deliberação do senado, o tinha recomendado aos numantinos, mas aqueles não o acolheram, e, em seguida, Mancino retornou à pátria e não hesitou de participar de uma cadeira do senado.” E, em *De Re Publica*, III, XVIII, 28: “O mesmo que [ocorre] com cada um, [ocorre] com os povos: nenhuma *ciuitas* é tão insensata que não prefira mandar injustamente a servir justamente. Na verdade, nem irei muito longe: quando fui cônsul²⁸⁴, consultei o [senado] acerca do tratado de Numância, quando éreis junto a mim no conselho. Quem ignorava que Quinto Pompeu havia feito este tratado e que Mancino estava na mesma situação? Um ótimo varão, inclusive, apoiou o projeto de lei que apresentei sob a forma de um decreto do Senado, e outro se defendeu veementemente. Se se busca a honra, a probidade, a confiança, [então] Mancino apresentou estas qualidades; se [se busca] a razão, o discernimento, a prudência, [então] Pompeu está à frente. Acaso*”

²⁸⁵ RAMBAUD, M. *Cicéron et l'histoire romaine*. p. 41.

virtudes humanas, graças tanto à sua capacidade narrativa quanto à sua percepção das ações humanas. Uma vez que os discursos visam ao convencimento e à comoção por meio das paixões, Cícero aponta em *Catilinárias*, IV, 11, que ele julga e emite suas opiniões segundo seus próprios sentimentos. Segundo Guard:

J.-M. David define *exemplum* como “a história curta que lembra um fato passado da vida de um grande homem”. Vamos relembrar a natureza do *exemplum*: um meio de demonstração e persuasão em discursos, de acordo com os autores da antiguidade. É uma ferramenta demonstrativa que coloca o argumento sob a autoridade de um precedente conhecido por todos, como enfatizou ele próprio no *De Inventione*, I, 49: “Exemplo é o que confirma ou invalida o argumento pela autoridade ou tipo de um homem ou de um negócio.”(...) O *exemplum*, portanto, procede por analogia do presente com o passado. É também um instrumento de persuasão que provoca emoção, prazer no ouvinte-leitor²⁸⁶.

Ao analisarmos os discursos, não nos prenderemos tanto aos exemplos históricos específicos, pois essas obras possuem uma natureza histórica – apesar de não serem narrativas históricas –, uma porque foi escrita três anos depois de proferida, a outra, porque o autor a trata como um testemunho. As questões de gênero e da forma do discurso ficam menores quando, por conta do conteúdo, ultrapassam-se as premissas e as regras de composição. Fox aponta que “nos discursos de Cícero, os exemplos históricos serviram, obviamente ao lado de outras armas retóricas, como um meio para alcançar resultados políticos particulares”²⁸⁷. Ademais, o comentador prossegue:

Trabalhar o uso dos *exempla* na retórica sugere que podemos estar errados ao pensar que a exemplaridade demanda constância de interpretação: os *exempla* desenharam modelos capazes de uma variedade de interpretações. A função exemplar permanece

²⁸⁶ GUARD. “Morale théorique et morale pratique: nature et signification des exempla dans le *De officiis* de Cicéron”. In: *Vita Latina*. p.50.

²⁸⁷ FOX. *Cicero's Philosophy of History*. pp. 152-153.

constante, mas exemplos individuais podem ser encontrados numa variedade de argumentos diferentes²⁸⁸.

Nesses discursos, notamos que a única ação coletiva é a dos conjurados, que agem segundo as ordens de Catilina, e as ações de Cícero são individuais. Dessa forma, observamos uma valorização das ações particulares sobre as ações coletivas.

²⁸⁸ FOX. *Cicero's Philosophy of History*. p.154.

III.II. CATILINARIAE

As *Catilinárias*²⁸⁹ foram quatro discursos elaborados contra Catilina em 63 a.C. e redigidos e publicados apenas em 60 a.C. Dessa maneira, podemos analisar a obra não apenas como um discurso mas também como um registro que Cícero fez de seu discurso, como um testemunho para a posteridade. Isso nos traz um grande problema em relação à temporalidade da obra, pois classificá-la segundo a temporalidade típica de cada gênero não é possível, já que há uma forte presença do futuro – quando Cícero se volta ao que Catilina fará –, do passado, quando descreve as reuniões dos conjurados, e do presente, quando pronuncia os insultos. Durante o estudo desses quatro discursos, não conseguimos definir a presença de apenas um gênero, mas dos três, a saber: epidítico, deliberativo e judiciário. A obra não segue efetivamente a preceituação retórica dos gêneros dos discursos, pois, por exemplo, ao dizer, na primeira Catilinária: “Catilina, até quando abusará de nossa paciência?”, o enunciado está voltado ao futuro. Mas não se trata do gênero deliberativo, então, como conduzir a interpretação desses discursos? Talvez a solução seja interpretá-los como testemunhos do que aconteceu e conferir a eles um caráter histórico. Cícero coloca-se como testemunho de seu próprio discurso, de suas ações e das ações de Catilina e dos conjurados. Nos quatro discursos, a recuperação dos exemplos históricos fornecem paradigmas do que deve ser evitado ou imitado, as ações de Catilina e dos conjurados e as ações de Cícero, respectivamente.

De acordo com Guard,

o status da palavra histórica deve ser colocado em paralelo com a ambição de Cícero de ficar para a posteridade; ao tomar emprestada a palavra dos grandes homens, ele torna-se um deles e, assim, acaba fazendo seu próprio discurso histórico para se tornar um *exemplum* e assumir a continuidade da herança romana²⁹⁰.

²⁸⁹ Alain Michel argumenta que, segundo Lepore, nas *Catilinárias*, como sabemos são discursos políticos, mas o pensamento político do orador se torna mais filosófico. MICHEL. *Les rapports de la rhétorique et de la philosophie dans l'oeuvre de Cicéron*. p.543. Podemos atribuir isso ao pensamento ciceroniano pela forte presença da moralidade nos discursos.

²⁹⁰ GUARD, T. “La parole historique mise en scène dans les discours de Cicéron. Éloquence et idéologie politique”. In: *Dialogues d'histoire ancienne*.p. 92.

Guard cita a frase *Quousque tandem abutere, Catilina, patientia nostra?*, da *Primeira Catilinária*, e afirma: “assim, o status histórico adquirido pela palavra ciceroniana, que é suficiente com a sua citação simples para perpetuar na memória da posteridade a própria memória da ideia romana.”²⁹¹

Lintott, na obra *Cicero as Evidence*, argumenta que não podemos “tratar os textos de Cícero como um autêntico testemunho da história”²⁹². Porém, não podemos aplicar o método contemporâneo de investigação histórica a um autor que viveu em outro período, que possuía outra metodologia para a escrita das narrativas históricas, em que não havia cientificismo e as comprovações da contemporaneidade. O autor continua argumentando que Cícero não é um narrador imparcial²⁹³, e com isto devemos concordar. Ele nos dá a sua versão dos fatos, e isso será notado tanto nas *Catilinárias* quanto nas *Filípicas*. Ainda segundo Lintott, as *Catilinárias* foram cuidadosamente editadas segundo os outros discursos consulares. Nas três primeiras, não há inconsistências entre o momento em que foram redigidas e a ocasião em que foram proferidas. Mas a quarta foi elaborada remetendo às outras obras²⁹⁴. Por outro lado, Guard, que adota uma postura diante do conceito de história próxima à dos antigos, afirma que há uma igualdade entre as palavras e os atos de um cônsul e

ambos são suscetíveis de entrar na memória coletiva romana; as palavras se tornam um *monumentum*, ou seja, um meio de memória deixado por Cícero para a posteridade, e constituem a essência do que chamamos hoje discurso histórico, destinado a ser lembrado pelas gerações futuras por causa de sua importância política²⁹⁵.

Podemos considerar esta afirmação tanto na análise das *Catilinárias* quanto das *Filípicas*.

²⁹¹ GUARD, T. “La parole historique mise en scène dans les discours de Cicéron. Éloquence et idéologie politique”. In: *Dialogues d'histoire ancienne*.p.92.

²⁹² LINTOTT. *Cicero as Evidence*. p. 3.

²⁹³ LINTOTT. *Cicero as Evidence*. p. 3.

²⁹⁴ LINTOTT. *Cicero as Evidence*. p. 17.

²⁹⁵ GUARD, T. “La parole historique mise en scène dans les discours de Cicéron. Éloquence et idéologie politique.” In: *Dialogues d'histoire ancienne*.p.90.

No exórdio da *Primeira Catilinária*²⁹⁶, Cícero chama a atenção de Catilina de modo violento e abrupto, enumera exemplos de castigos a cidadãos menos culpados do que ele e anuncia que deferirá o castigo, e se manterá vigilante. O exemplo de castigo utilizado é o sofrido por Tibério Graco: “Se um homem exímio, Públio Cipião – Pontífice Máximo – sem nenhum mandato, privou da vida Tibério Graco que perturbava ligeiramente a estabilidade da República, nós, cônsules, teríamos que aguentar Catilina, que se esforça para arrasar com sangue e fogo a orbe da terra?²⁹⁷”. O exemplo de Graco representa o que deveria ser feito com Catilina e, ao mesmo tempo, dá autoridade a qualquer ato que feito em relação a ele, ou seja, justifica a expulsão de Catilina da urbe.

Durante a argumentação, Cícero defende que Catilina deve sair da cidade, porque todos os homens o detestam, todos conhecem os seus desejos, e a pátria tem horror de seus planos. Com isso, Catilina condenou-se atraindo o ódio dos concidadãos; então, o melhor a fazer é exilar-se. Cícero justifica sua conduta e já se defende, pois pode ser que, pelo exílio de Catilina, o acusem de cruel. Ao final, o autor invoca Júpiter para que salve a urbe e que saiam dela todos os que querem destruí-la:

Com estes presságios, Catilina, prestes a se cumprirem agora para a suprema salvação da república e para a tua ruína e perdição junto com a dos teus cúmplices nos crimes e dos delitos contra a pátria, partes para uma guerra criminosa e nefasta. E tu, Júpiter, cujo culto foi instituído por Rômulo, que com os mesmos auspícios com os quais fundou a urbe, tu que invocamos com o nome de Estator da urbe e do império, manterás longe este homem e seus aliados do seu templo e dos outros deuses, da urbe, da casa dos romanos, dos muros, da vida, dos bens de todos os seus concidadãos; e punirás com suplícios eternos, na vida e na morte, esses adversários da gente honesta, inimigos da pátria, devastadores da Itália, ligados por um pacto criminoso e uma cumplicidade de morte²⁹⁸.

²⁹⁶ Exórdio: 1-6; narração: 6-8; argumentação: 9-31; peroração:32-33.

²⁹⁷ *Catilinária*, I, 3: *An vero vir amplissimus, P. Scipio, pontifex maximus, Ti. Gracchum mediocriter labefactantem statum rei publicae privatus interfecit; Catilinam orbem terrae caede atque incendiis vastare cupientem nos consules perferemus?*

²⁹⁸ CÍCERO. *Catilinária*, I, 33: *Hisce ominibus, Catilina, cum summa rei publicae salute, cum tua peste ac pernicie cumque eorum exitio, qui se tecum omni scelere parricidioque iunxerunt, proficiscere ad impium bellum ac nefarium. Tu, Iuppiter, qui isdem quibus haec urbs auspiciis a*

Nessa peroração, Cícero não apenas invoca a figura do fundador de Roma como também da divindade, o exemplo histórico e um mítico. Eles ilustram tanto a autoridade quanto a proteção necessária para a República, uma vez que é preciso manter Catilina e seu aliados afastados da urbe, pois eles são a causa da ruína e do mal. Com a primeira Catilinária, Cícero conseguiu expulsar Catilina de Roma, mas ainda ficaram na cidade outros conjuradores.

Na *Segunda Catilinária*²⁹⁹, Cícero comemora de modo enfático, pois Catilina saiu de Roma, e demonstra que ele era a causa da ruína da cidade, como observamos no exórdio:

Por fim, Quirites, L. Catilina, audaz até no delírio, respirava crime, tramava a ruína da pátria e ameaçava destruir com ferro e fogo vós e a urbe; nós o expulsamos da cidade, ou o fizemos sair, ou o acompanhamos, marchando com palavras de despedida. Ele se foi, fugiu da cidade, escapou. Esse monstro nefasto já não provocará nenhuma ruína, estando dentro dos muros, sob esses muros. E vencemos, certamente, sem discussão, o único chefe dessa guerra civil³⁰⁰.

Notamos três versões da saída de Catilina de Roma, o que demonstra, de certa forma, a imparcialidade proposital de Cícero. E, nesse primeiro momento, ele não atribui apenas a si o feito, mas usa os verbos na primeira pessoa do plural, como se ele e os senadores fossem os responsáveis pela expulsão de Catilina. Veremos que, em outros momentos, ele atribui o feito apenas a si; aqui, usa o “nós” muito provavelmente para captar a benevolência dos senadores, como se esse feito fosse uma ação coletiva.

Romulo es constitutus, quem Statorem huius urbis atque imperii vere nominamus, hunc et huius socios a tuis [aris] ceterisque templis, a tectis urbis ac moenibus, a vita fortunisque civium [omnium] arcebis et homines bonorum inimicos, hostis patriae, latrones Italiae scelerum foedere inter se ac nefaria societate coniunctos aeternis suppliciis vivos mortuosque mactabis.

²⁹⁹ Exórdio: 1-2; argumentação: 3-26; peroração: 27-29.

³⁰⁰ CÍCERO. *Catilinária*, II, 1: *Tandem aliquando, Quirites, L. Catilinam furem audacia, scelus anhelantem, pestem patriae nefarie molientem, vobis atque huic urbi ferro flammaque minitantem ex urbe vel eiecimus vel emisimus vel ipsum egredientem verbis prosecuti sumus. Abiit, excessit, evasit, erupit. Nulla iam pernicies a monstro illo atque prodigio moenibus ipsis intra moenia comparabitur. Atque hunc quidem unum huius belli domestici duces sine controversia vicimus.*

Ademais, observamos algo já visto no primeiro capítulo da tese: uma vez que cada homem é responsável por suas ações, também pode ser responsabilizado pela ruína, *pernicies*, da República, e pela guerra civil. Da mesma forma que as ações de Catilina tentaram causar a ruína, as de Cícero e dos senadores foram para salvá-la. Na argumentação, Cícero justifica sua conduta ao deixar Catilina sair de Roma, ou seja, ir para o exílio, deixar de ser um cidadão, pois pretendia descobrir o que tramava, e queria que ele levasse consigo todos os que ameaçavam Roma. Defende-se da acusação de, como cônsul, ter expulsado Catilina, argumentando que não o expulsou, mas apenas o aconselhou a sair de Roma.

Em outro momento, a expulsão de Catilina passa de um feito coletivo a uma ação individual. Observamos que a ação particular de Cícero, nas *Catilinárias*, II, 11, demonstra a preocupação dele com a coletividade:

(...) Se o meu consulado não tem a capacidade de saná-lo, mas tenta ao menos suprimi-lo, terá alongado a vida da República, não por um breve tempo, mas por séculos e séculos; de fato, nenhuma nação lhe dá medo, nenhum povo arrisca a guerrear contra os romanos; tudo, no exterior, está em paz – por terra e por mar –, graças ao valor de um homem [Pompeu]. Uma guerra civil é o que temos, é aqui dentro que encontramos as emboscadas, aqui dentro se encontra o perigo, aqui dentro se encontra o inimigo. Nossa luta é contra a luxúria, contra a loucura, contra o crime³⁰¹.

No momento de crise, a República poderia ser salva pela intervenção de um homem. Quem seria esse governante? Pompeu mantinha a paz fora da urbe, Cícero eliminaria um homem vicioso e evitaria a decadência. Essa ação seria suficiente para manter a República, e Cícero acredita na estabilidade futura causada por seus atos. E continua sua argumentação, traçando um perfil moral tanto de si quanto de Catilina.

³⁰¹ CÍCERO. *Catilinária*, II, 11: (...) *Quos si meus consulatus, quoniam sanare non potest, sustulerit, non breve nescio quod tempus, sed multa saecula propagarit rei publicae. Nulla est enim natio, quam pertimescamus, nullus rex, qui bellum populo Romano facere possit. Omnia sunt externa unius virtute terra marique pacata; domesticum bellum manet, intus insidiae sunt, intus inclusum periculum est, intus est hostis. Cum luxuria nobis, cum amentia, cum scelere certandum est.*

mas, ainda prescindindo daquilo que temos abundantemente e do que a ele carece – o senado, os cavaleiros romanos, a urbe, o tesouro, os tributos, toda a Itália, todas as províncias, as nações estrangeiras –, ainda prescindindo disso, se compararmos as causas enfrentadas, podemos compreender, sem dúvida, o quão grande é seu abatimento. Porque desse lado luta o pudor, daquele a petulância; desse, a pureza, daquele, o vício; desse, a lealdade, daquele, a fraude; desse, a piedade, daquele, o crime; desse, a firmeza, daquele, a loucura; desse, a honestidade, daquele, a torpeza; desse, a moderação, daquele, a libertinagem; desse, a equidade, a temperança, a fortitude, a prudência, todas as virtudes lutam contra a iniquidade, a luxúria, a covardia, a temeridade e contra todos os vícios; por último, a copiosidade conflita com a pobreza, a boa razão, com o desvairio, a mente sã, com a loucura e, enfim, a esperança bem fundada, com o total desespero. Em uma luta deste tipo, até se houvesse menos esforço da parte dos homens, os deuses imortais fariam com que tantos e tão grandes vícios fossem vencidos pelas preclaríssimas virtudes.³⁰²

Cícero opõe as virtudes do *mos maiorum* e as que julga possuir aos vícios de Catilina: ele representa as virtudes da República, e o outro, os vícios. Há um conflito entre a moralidade de Cícero e a de Catilina, e a forma como suas ações são regidas. Por fim, declara que mesmo se eles não vencessem Catilina, os deuses não permitiriam seu triunfo. Como vimos no primeiro capítulo, Cícero não é adepto das questões religiosas, e o recurso

³⁰² CÍCERO. *Catilinária*, II, 25: *Sed si omissis his rebus, quibus nos suppeditamur, eget ille, senatu, equitibus Romanis, urbe, aerario, vectigalibus, cuncta Italia, provinciis omnibus, exteris nationibus, si his rebus omissis causas ipsas, quae inter se confligunt, contendere velimus, ex eo ipso, quam valde illi iaceant, intellegere possumus. Ex hac enim parte pudor pugnat, illinc petulantia; hinc pudicitia, illinc stuprum; hinc fides, illinc fraudatio; hinc pietas, illinc scelus; hinc constantia, illinc furor; hinc honestas, illinc turpitude; hinc continentia, illinc libido; denique aequitas, temperantia, fortitudo, prudentia, virtutes omnes certant cum iniquitate, luxuria, ignavia, temeritate, cum vitiis omnibus; postremo copia cum egestate, bona ratio cum perdita, mens sana cum amentia, bona denique spes cum omnium rerum desperatione confligit. In eius modi certamine ac proelio nonne, si hominum studia deficient, di ipsi immortales cogant ab his praeclarissimis virtutibus tot et tanta vitia superari?*

aos deuses imortais é muito mais um recurso retórico que capta a benevolência do público do que algo em que ele acredita.

Na peroração, Cícero demonstra que as instituições republicanas estão atentas e que não há perigo para a pátria e seus concidadãos.

De agora em diante, já não posso me esquecer que essa é minha pátria, que sou o cônsul dos presentes e que devo ou viver com eles, ou morrer por eles. Não há nenhum guarda nas portas, ninguém obstrui o caminho; se alguém quiser sair, posso simular que não vi; mas aquele que perturbar a urbe, e eu o pegar seja executando ou preparando algo contra a pátria, sentirá que nessa urbe há cônsules vigilantes, magistrados egrégios, um senado forte, armas e um cárcere pronto, por vontade de nossos maiores, para o castigo dos crimes de impiedade manifesta³⁰³.

O maior crime que um cidadão pode cometer é contra a pátria. E esta é uma advertência aos conjurados, pois as instituições romanas estão sólidas e são enérgicas. Observamos que Cícero não se referiu à instituição republicana do tribunado da plebe, o que demonstra o forte caráter aristocrático que atribui a sua concepção de república.

Na *Terceira Catilinária*³⁰⁴, Cícero inicia o exórdio no gênero epidítico fazendo um auto-elogio. Afirma que a cidade foi salva, e o povo deve agradecer a ele e aos deuses imortais.

E se para nós não é menos feliz e radiante o dia em que se salva a vida do que aquele em que nascemos – porque a alegria de nos vermos salvos é certa, as condições em que nascemos são incertas, e nascemos sem ter senso disso, mas nos salvamos sentindo prazer –, é óbvio que sim, amparados na nossa própria

³⁰³ CÍCERO. *Catilinária*, II, 27: *Quod reliquum est, iam non possum oblivisci meam hanc esse patriam, me horum esse consulem, mihi aut cum his vivendum aut pro his esse moriendum. Nullus est portis custos, nullus insidiator viae; si qui exire volunt, conivere possum; qui vero se in urbe commoverit, cuius ego non modo factum, sed inceptum ullum conatumve contra patriam deprehendero, sentiet in hac urbe esse consules vigilantis, esse egregios magistratus, esse fortem senatum, esse arma, esse carcerem, quem vindicem nefariorum ac manifestorum scelerum maiores nostri esse voluerunt.*

³⁰⁴ Exórdio: 1-2; narração e confirmação: 3-26; peroração: 27-29.

benevolência e no que dizia, elevamos ao patamar dos deuses imortais o fundador dessa urbe; vós e vossos descendentes deveriam honrar a memória de quem salvou, uma vez fundada e engrandecida essa mesma urbe. Pois fomos nós que apagamos as chamas que circundavam toda a urbe, os templos, os santuários, os edifícios e as muralhas; nós fizemos cair as espadas que se desembainharam contra a República e tiramos suas pontas de vossas gargantas.³⁰⁵

Cícero se compara ao fundador da urbe, compara a salvação ao nascimento e argumenta que o seu ato foi semelhante ao ato de fundação da cidade, ou seja, salvar é tão importante quanto fundar, ou até mais importante, pois no momento da salvação já possui senso, e quando se nasce, não. Com a República salva e a conjuração destruída, o povo deve agradecer aos deuses, a Júpiter. Cícero se contenta com que se recordem dele na posteridade. Com isso, observamos que realizar um feito para que seja rememorado no futuro é um aspecto histórico do elogio. A recompensa é a imortalidade do nome na história, ou seja, a constante lembrança, no futuro, de sua importância no passado. Ele entra para as narrativas históricas de Roma, torna-se um personagem histórico.

Nessa *Catilinária*, primeiramente, o autor argumenta que Lêntulo havia assegurado ao povo que era o terceiro Cornélio, segundo os livros sibílinos, que Cíneo e Sila o tinham precedido e que “o décimo ano depois da abolição das vestais e o vigésimo desde o incêndio do Capitólio era um ano fatal, no qual se verificaria a destruição da urbe e do império”³⁰⁶. Por outro lado, no parágrafo 18 e seguintes, Cícero argumenta que tudo pareceu um desígnio dos deuses. Retoma-se, aqui, uma questão: o que ele narra é uma fábula, uma narrativa ou uma trama? Vejamos como ele descreve:

³⁰⁵ CÍCERO. *Catilinária*, III, 2: *Et si non minus nobis iucundi atque inlustres sunt ei dies, quibus conservamur, quam illi, quibus nascimur, quod salutis certa laetitia est, nascendi incerta condicio, et quod sine sensu nascimur, cum voluptate servamur, profecto, quoniam illum, qui hanc urbem condidit, ad deos immortales benivolentia famaue sustulimus, esse apud vos posterosque vestros in honore debebit is, qui eandem hanc urbem conditam amplificatamque servavit. Nam toti urbi, templis, delubris, tectis ac moenibus subiectos prope iam ignis circumdatosque restinximus, idemque gladios in rem publicam dstrictos rettudimus mucronesque eorum a iugulis vestris deiecimus.*

³⁰⁶ CÍCERO. *Catilinária*, III, 9: (...) *Eundemque dixisse fatalem hunc annum esse ad interitum huius urbis atque imperii, qui esset annus decimus post virginum absolutionem, post Capitoli autem incensionem vicesimus.*

Mas todas essas coisas, Quirites, administrei de tal forma que pareceram realizadas e previstas pelo conselho e desígnio dos deuses imortais. E a esta conclusão podemos chegar não apenas por uma conjectura – já que apenas parece possível aos homens o discernimento e o governo nessas circunstâncias –, senão também porque nos auxiliaram, nesses tempos, com uma assistência tal que parece que podemos vê-los com nossos olhos³⁰⁷.

O uso do verbo parecer, *uidere*, nos indica a forma como devemos interpretar o texto: não como algo que foi, mas que pareceu obra dos deuses, ou seja, foi uma obra humana. E para tentar convencer de que foi obra humana, Cícero continua sua narrativa, oscilando entre a importância dos deuses e das ações humanas:

Porque, seguramente, recordais que, nos tempos dos cônsules Cota e Torquato, diversos objetos no Capitólio foram atingidos por um raio e, nesse momento, as imagens dos deuses foram removidas de seus lugares, as tábuas de bronze das leis fundidas e até os fundadores da urbe foram atingidos, como Rômulo, que se erguia no Capitólio, feito em ouro, como uma criança lactante mamando nos úberes de uma loba – como lembrais. Naquele tempo, recorrendo aos arúspices de toda a Etrúria, estes vaticinaram que estavam para acontecer mortes, incêndios, ruína das leis, uma guerra civil entre os concidadãos, assim como o fim total da cidade e de seu império, a não ser que todos os deuses imortais, aplacados de alguma forma, curvassem com sua intervenção o destino³⁰⁸.

³⁰⁷ CÍCERO. *Catilinária*, III, 18: *Quamquam haec omnia, Quirites, ita sunt a me administrata, ut deorum immortalium nutu atque consilio et gesta et provisae esse videantur. Idque cum coniectura consequi possumus, quod vix videtur humani consilii tantarum rerum gubernatio esse potuisse, tum vero ita praesentes his temporibus opem et auxilium nobis tulerunt, ut eos paene oculis videre possemus.*

³⁰⁸ CÍCERO. *Catilinária*, III, 19: *Nam profecto memoria tenetis Cotta et Torquato consulibus complures in Capitolio res de caelo esse percussas, cum et simulacra deorum depulsa sunt et statucae veterum hominum deiectae et legum aera liquefacta et tactus etiam ille, qui hanc urbem condidit, Romulus, quem inauratum in Capitolio parvum atque lactantem uberibus lupinis inhiantem fuisse meministis. Quo quidem tempore cum haruspices ex tota Etruria convenissent, caedes atque incendia et legum interitum et bellum civile ac domesticum et totius urbis atque*

Quando terminamos a leitura desse parágrafo, ficamos com a impressão de que o destino de Roma está nas mãos dos deuses. No parágrafo seguinte, Cícero continua descrevendo as ordens dos arúspices: que se construísse uma estátua de Júpiter de grandes proporções e que fosse colocada no alto, voltada para o oriente, ao contrário de sua posição anterior. Argumenta que, quando os conjurados e seus delatores eram conduzidos através do fórum em direção ao templo da Concórdia, levavam a estátua com a face para o senado. E continua afirmando:

Se eu disser que fui eu que lhes fiz frente, seria pretensão excessiva de minha parte que não deveria ser tolerada; foi Júpiter quem os enfrentou; foi ele que quis salvar o Capitólio, esses templos, toda a urbe e a todos vós. Conduzido pelos deuses imortais, fui eu com essa mente e vontade, Quirites, que descobri essas provas tão convincentes.³⁰⁹

E argumenta: “vencestes vestidos de toga tendo um togado como chefe e comandante”³¹⁰. Com isso, observamos que foi ele que venceu, e não Júpiter, como afirmara anteriormente, nem nenhum general, o que quer dizer que não foi preciso fazer guerra. Trata-se de uma narrativa ao mesmo tempo com elementos religiosos, podendo quase se tornar uma fábula. Mas a história aconteceu, e o uso de Júpiter e dos deuses imortais apenas parece ser um recurso retórico para captar a benevolência dos ouvintes. Com o último trecho citado, também observamos a valorização da paz, pois Cícero agiu

imperii occasum appropinquare dixerunt, nisi di immortales omni ratione placati suo numine prope fata ipsa flexissent.

³⁰⁹ CÍCERO. *Catilinárias*, III, 22: (...) *Quibus ego si me restitisse dicam, nimium mihi sumam et non sim ferendus; ille, ille Iuppiter restitit; ille Capitolium, ille haec templa, ille cunctam urbem, ille vos omnes salvos esse voluit. Dis ego immortalibus ducibus hanc mentem, Quirites, voluntatemque suscepi atque ad haec tanta indicia perveni. Iam vero [illa Allobrogum sollicitatio, iam] ab Lentulo ceterisque domesticis hostibus tam dementer tantae res creditae et ignotis et barbaris commissaeque litterae numquam essent profecto, nisi ab dis immortalibus huic tantae audaciae consilium esset ereptum. Quid vero? ut homines Galli ex civitate male pacata, quae gens una restat quae bellum populo Romano facere et posse et non nolle videatur, spem imperii ac rerum maximarum ultro sibi a patriciis hominibus oblatam neglegerent vestramque salutem suis opibus anteponerent, id non divinitus esse factum putatis, praesertim qui nos non pugnando, sed tacendo superare potuerint?*

³¹⁰ CÍCERO. *Catilinárias*, III, 23: *togati me uno togato duce et imperatore vicistis.*

pelo discurso, ou seja, sem derramar sangue, sem pegar em armas. Por fim, fala como quer ser lembrado:

(...) Quero que todos os meus triunfos, meus títulos honoríficos, os monumentos de minha glória, as insígnias de louvor que me enaltecem sejam guardadas em vossas almas. (...) A vossa memória, Quirites, manterá os meus feitos, os vossos discursos os enaltecerão, os monumentos literários perpetuarão a memória³¹¹.

Ou seja, ele quer permanecer vivo na memória dos romanos e que, por seus feitos, se torne matéria das narrativas históricas. Essa obra, redigida três anos depois do fato, já é um monumento, um testemunho de seus feitos.

Ao final, na peroração, reafirma que sua obra é fruto seu e não do destino: “tratarei de sempre ser lembrado pelos meus feitos e cuidarei para que seja mostrado como resultado da virtude dos feitos e não do acaso”³¹². Cícero demonstra que a fortuna – acaso, destino – ou os deuses não tiveram importância na sua glória, mas ele conseguiu salvar a República pelo seu esforço. Pelo percurso observado na obra, ao final ele retira qualquer importância seja do destino, seja da religião romana, seja da ação coletiva. O que possui importância é a sua ação e a memória de seu nome. Coloca sua obra como um testemunho de seus feitos, que os manterá vivos. E para não parecer cético quanto à religião romana e às ações dos senadores, termina o discurso da seguinte forma:

Vós, Quirites, uma vez que já é noite, venerais a Júpiter – guardião vosso e da urbe – e voltais a vossas casas; e, ainda que o perigo já esteja conjurado, defendei-as com sentinelas e turno de guardas, como fizestes na noite anterior. Eu cuidarei, Quirites, de que não tenhais de fazê-lo dioturnamente e de que possais viver em paz perpétua.³¹³

³¹¹ CÍCERO. *Catilinárias*, III, 26: *In animis ego vestris omnes triumphos meos, omnia ornamenta honoris, monumenta gloriae, laudis insignia condi et collocari volo. (...) Memoria vestra, Quirites, nostrae res alentur, sermonibus crescent, litterarum monumentis inveterascent et corroborabuntur*

³¹² CÍCERO. *Catilinárias*, III, 29: *Denique ita me in re publica tractabo, ut meminerim semper, quae gesserim, curemque, ut ea virtute, non casu gesta esse videantur (...)*.

³¹³ CÍCERO. *Catilinárias*, III, 29: (...) *Vos, Quirites, quoniam iam est nox, venerati Iovem illum, custodem huius urbis ac vestrum, in vestra tecta discedite et ea, quamquam iam est periculum*

Na *Quarta Catilinária*³¹⁴, predomina o discurso no gênero judiciário. Cícero argumenta no exórdio que cabe a ele expor o mal e aos ouvintes julgarem os conjurados. Esse discurso, que segundo Lintott³¹⁵ foi o mais elaborado e editado de todos, representa um relato, *relatio*, do consulado, como o próprio autor romano afirma na *Epístola a Ático*, XII, 21, 1, de março de 45 a.C.: “(...) mas por que segui a sentença de Catão? Porque ele tinha exposto a situação mais amplamente e mais eficazmente que os outros. Depois, louva-me porque denunciei a conjuração, não porque a descobri, não pela minha exortação ao senado, nem mesmo por ter dado o meu juízo antes de colher os votos”³¹⁶. Ele busca consultar o senado e a sua aprovação:

Por isso, pais conscritos, apoiái a salvação da República; vede em torno de vós todas as tempestades que nos ameaçam, se não estiverdes alertas. Não há tanto perigo e não está sobreposto à severidade do vosso juízo Tibério Graco, que se submeteu a uma situação extrema por querer ser eleito pela segunda vez tribuno da plebe, nem Caio Graco, porque tentou levantar os partidários da lei agrária, nem Lúcio Saturnino por ter matado a Caio Memio; temos aqui os que ficaram para incendiar a urbe, para matar a todos vós, para preparar o retorno de Catilina a Roma; temos suas cartas, seu selos, sua letra e, enfim, a confissão de cada um deles; conspirarão com os alóbroges, incitarão os escravos e reconduzirão Catilina; esta é a decisão tomada, de modo que, se formos todos aniquilados, ninguém possa lamentar a desapareição do nome do povo romano e a queda de tão vasto império³¹⁷.

depulsum, tamen aequae ac priore nocte custodiis vigiliisque defendite. Id ne vobis diutius faciendum sit, atque ut in perpetua pace esse possitis, providebo, Quirites.

³¹⁴ Exórdio: 1-6; narração: 7-22; peroração: 23-24.

³¹⁵ LINTOTT. *Cicero as Evidence*. p. 17.

³¹⁶ CÍCERO. *Ad. Att. XII, 21, 1*: (...) *cur ego in sententiam Catonis? quia verbis luculentioribus et pluribus rem eandem comprehenderat. me autem hic laudat quod rettulerim, non quod patefecerim, quod <cohortatus> sim, quod denique ante quam consulerem ipse iudicaverim.*

³¹⁷ CÍCERO. *Catilinárias*, IV, 4: *Quare, patres conscripti, incumbite ad salutem rei publicae, circumspicite omnes procillas, quae inpendent, nisi providetis. Non Ti. Gracchus, quod iterum tribunus plebis fieri voluit, non C. Gracchus, quod agrarios concitare conatus est, non L. Saturninus, quod C. Memmium occidit, in discrimen aliquod atque in vestrae severitatis iudicium adducitur. Tenentur ii, qui ad urbis incendium, ad vestram omnium caedem, ad Catilinam accipiendum Romae restiterunt, tenentur litterae, signa, manus, denique unius cuiusque*

Cícero demonstra que quem deve ser temido não são homens que já fizeram suas ações contra a República – e a exemplaridade volta a ser usada –, mas os que estão por fazer essas novas ações, ou seja, os aliados de Catilina que ficaram em Roma e querem o seu retorno. Já vimos que Cícero redige os discursos três anos depois do fato, então ele sabia o que havia acontecido, mas mantém a verossimilhança por meio da ideia de futuro.

Se o senado e todos os concidadãos³¹⁸ estão de acordo com a defesa da República, se o governo tomou as medidas necessárias para isto, então, Cícero discute se a Lei Semprônia, a qual proíbe condenar um cidadão romano, teria validade para quem foi inimigo da pátria. Sobre essa questão, fica subentendida a resposta. Catilina merece ser julgado sem ser considerado um cidadão romano. Cícero elabora seu *ethos* de cônsul, como podemos ler, tendo em vista a ação contra Catilina:

Tendes um chefe que se lembra de vós e se esquece dele mesmo; e isso não acontece sempre; tendes unidas todas as ordens, todos os homens, todo o conjunto do povo romano, algo que vemos hoje pela primeira vez em uma causa civil. Pensai que, em uma noite quase, se foi capaz de destruir um império fundado com trabalho, com a liberdade assentada sobre a virtude e com a prosperidade crescida e aumentada graças à boa ação dos deuses. (...) E sabeis que não falo assim para estimulá-los, vós que quase superastes meu esforço, mas para que se visse que minha voz de cônsul, que deve ser a primeira a ser escutada na república, cumpriu seu dever³¹⁹.

confessio; sollicitantur Allobroges, servitia excitantur, Catilina accersitur; id est initum consilium, ut interfectis omnibus nemo ne ad deplorandum quidem populi Romani nomen atque ad lamentandam tanti imperii calamitatem relinquatur.

³¹⁸ CÍCERO. *Catilinárias*, IV, 18.

³¹⁹ CÍCERO. *Catilinárias*, IV, 19: *Habetis ducem memorem vestri, oblitum sui, quae non semper facultas datur; habetis omnis ordines, omnis homines, universum populum Romanum, id quod in civili causa hodierno die primum videmus, unum atque idem sentientem. Cogitate, quantis laboribus fundatum imperium, quanta virtute stabilitam libertatem, quanta deorum benignitate auctas exaggeratasque fortunas una nox paene delerit. (...) Atque haec, non ut vos, qui mihi studio paene praecurritis, excitarem, locutus sum, sed ut mea vox, quae debet esse in re publica princeps, officio functa consulari videretur.*

E após enaltecer seus feitos, Cícero enaltece os feitos de grandes homens do passado, quase, por assim dizer, comparando-se e igualando-se a eles, demonstrando que tornam-se modelos de imitação e compõem as histórias:

Enalteci ao célebre Cipião, cujo discernimento e virtude obrigaram Aníbal a voltar à África e abandonar a Itália; um exímio louvor ao segundo Africano, que destruiu as cidades de Cartago e Numância, as duas maiores inimigas deste império; tenha por homem o ilustre Paulo, cujo carro de triunfo se viu honrado por levar o rei Perseu, em outro tempo poderosíssimo e nobilíssimo; glória eterna a Mário, que liberou a Itália, por duas vezes, das invasões e do medo da escravidão; anteponha Pompeu antes de todos eles, cujos feitos e virtudes se estendem até as regiões e aos confins e limites do curso do sol; entre as honras de todos eles, sem dúvida, haverá um lugar para a minha, a não ser que se considere um afazer mais árduo conquistar novas províncias para nossa expansão do que cuidar, para os que estão ausentes, para que tenham um lugar para onde voltar depois das vitórias³²⁰.

Por fim, Cícero pede ao povo romano que, como retribuição, faça perdurar sua memória. Nas *Catilinárias*, observamos que a República oscila entre a constante ameaça e a possibilidade de declínio, de um lado, e a atitude de defesa e a salvação da pátria por Cícero, de outro.

³²⁰ CÍCERO. *Catilinárias*, IV, 21: *Sit Scipio clarus ille, cuius consilio atque virtute Hannibal in Africam redire atque [ex] Italia decedere coactus est, ornetur alter eximia laude Africanus, qui duas urbes huic imperio infestissimas, Carthaginem Numantiamque, delevit, habeatur vir egregius Paulus ille, cuius currum rex potentissimus quondam et nobilissimus Perses honestavit, sit aeterna gloria Marius, qui bis Italiam obsidione et metu servitutis liberavit, anteponatur omnibus Pompeius, cuius res gestae atque virtutes isdem quibus solis cursus regionibus ac terminis continentur; erit profecto inter horum laudes aliquid loci nostrae gloriae, nisi forte maius est patefacere nobis provincias, quo exire possimus, quam curare, ut etiam illi, qui absunt, habeant, quo victores revertantur.*

III.III. PHILIPPICAE

As *Filípicas* foram catorze discursos endereçados a Antônio, escritos entre 44 e 43 a.C., e possuem esse nome porque seguem o modelo de Demóstenes, que pronunciou inúmeros discursos contra Filipe da Macedônia. De acordo com Wooten, a situação de Cícero em 43 a.C. era similar a de Demóstenes na metade do quarto século, e ele leu a obra de Demóstenes dois ou três anos antes do seu conflito com Antônio³²¹. Tanto Demóstenes quanto Cícero viveram momentos de fortes mudanças políticas, um na Grécia, o outro em Roma, e participaram da cena política; um não evitou o estabelecimento das monarquias helenísticas, e o outro, do principado de Augusto. A morte de Demóstenes marca o final da pólis independente, e a de Cícero, o fim do governo republicano em Roma³²².

Cícero julgava que Antônio seria um novo Catilina e queria o governo de um só. Os argumentos históricos utilizados recuperam o passado próximo, envolvendo as ações de Verres, Catilina e César. Temos particular interesse na primeira e na segunda *Filípica*, a segunda conhecida como a “divina *Filípica*”. Nelas observamos como Cícero examina as ações de Antônio tanto para acusá-lo quanto para vituperá-lo; com isso, notamos que o autor analisa a singularidade das ações de cada homem também nos discursos. A particularidade da ação, que nos é dada pelas pequenas narrativas, nos faz pensar e analisar as ações desse homem isoladamente e lhe atribuir responsabilidade por aquilo que ele faz e interfere na república.

Nas duas *Filípicas*, observamos a composição de um *éthos* tanto do orador, Cícero, quanto de Antônio; um prefigura a recuperação dos valores republicanos, enquanto o outro, os vícios humanos. Ademais, ao elaborar o *éthos* do orador ele demonstra o que se é esperado da classe senatorial, dos *optimates*, para reforçar a sua importância para a República.

Cícero pronunciou a *Primeira Filípica* em 2 de setembro de 44 a.C., no senado, endereçando-a aos senadores, mas especificamente, a Antônio. É nítido que ele tenta, por meio de muitos vitupérios, de alguns elogios e de alguns conselhos, não apenas trazer Antônio para o caminho de glória de seu avô, mas também mobilizar os ânimos de todos

³²¹ WOOTEN, Cecil W. *Cicero's Philippics and their Demosthenic model*. p.X.

³²² WOOTEN, Cecil W. *Cicero's Philippics and their Demosthenic model*. p. 3.

os opositores para a recuperação da República e manifestar-se contra a atribuição de honras divinas a um homem morto, César.

Querer conduzir Antônio para que este resgatasse a antiga glória e fidelidade ao senado que tinha seu avô é a questão central que conduz a argumentação. Dessa maneira, notamos como o passado é usado para mobilizar os ânimos dos senadores e do próprio Antônio. Mesmo se servindo de uma argumentação baseada no tempo passado para convencer Antônio e motivá-lo a ser como seu avô, não se trata, por conta disso, do gênero judiciário, mas ora do epidítico, ora do deliberativo, pois encontramos elogios, vitupérios e aconselhamentos. Não temos uma pureza dos gêneros do discurso, mas uma coexistência e relação entre eles.

O *éthos* ciceroniano começa a ser delineado quando, no segundo parágrafo, ele inicia a narrativa dos motivos que o levaram a deixar Roma e os que fizeram com que ele voltasse, narrando também o percurso feito. Ele se autoriza a elaborar um discurso que denomina *testem*, ou seja, um testemunho da sua eterna devoção à República³²³. Nesse sentido, reconhece que sua obra ficaria para a posteridade, como lemos:

(...) Então, acelerei [a viagem] para dar o meu apoio àqueles que os presentes não apoiavam; não que eu pudesse fazer algo – pois eu nem esperava isso, nem poderia fazê-lo –, mas, se pode acontecer com a humanidade o que aconteceu a mim (que parece impedir mesmo além do curso da natureza e do destino), então eu poderia deixar minha voz, nesse dia, como testemunha de minha eterna boa vontade para com a república³²⁴.

Aqui Cícero expõe a capacidade da ação humana para impedir ou mudar o curso do destino, pois, como vimos, atribui à ação a capacidade de construir uma história. Ademais, ao afirmar que seu discurso é um testemunho, o trata como uma prova histórica do seu posicionamento. Em outro momento desse discurso, afirma: “(...) Mas a glória é constituída pelo elogio das ações honestas e dos grandes serviços prestados à República,

³²³ CÍCERO. *Philippica*, I, 10.

³²⁴ CÍCERO. *Philippica*, I, 10: (...) *Hunc igitur ut sequerer, properavi, quem praesentes non sunt secuti, non ut proficerem aliquid (nec enim sperabam id nec praestare poteram), sed ut, si quid mihi humanitus accidisset (multa autem impendere videntur praeter naturam etiam praeterque fatum), huius tamen diei vocem testem rei publicae relinquerem meae perpetuae erga se voluntatis.*

que é confirmada pelo testemunho não apenas dos ótimos concidadãos, mas também da multidão”³²⁵. Assim, observamos que a glória de um cidadão existe enquanto houver história para comprová-la.

Cícero defende, por meio de exemplos, que muitas das ações de César se tratavam de leis elaboradas por ele. A forma com que se refere a César é ambígua: ora ele é elogiado por suas leis, ora vituperado por ele mesmo não considerá-las um ato e pela sua ditadura; sobre suas leis, lemos:

E que coisa mais se poderia chamar com tanta propriedade de ação do que um togado, na República, investido tanto da potestade militar quanto da civil, por meio de uma lei? Se perguntar das ações dos Gracos, as leis Semprônias serão trazidas, se perguntar das de Silla, as leis Cornélias. E o terceiro consulado de Pompeu, é constituído por quais atos? Com certeza pelas suas leis. E se perguntasses a César quais eram seus atos na urbe e como magistrado, responderia citando as muitas e ilustres leis; mas, nos seus apontamentos pessoais, na verdade, ou mudou ou não as entregou, ou se as produziu não as reconheceu entre seus atos; mas apenas concedo esses pontos, que em alguns até fui conivente; mas em respeito às coisas mais importantes, isto é, suas leis, julgo ser intolerável que as ações de César devam ser anuladas³²⁶.

Além de considerar a preservação das leis, cita exemplos de leis romanas importantes e que merecem ser lembradas e preservadas. Mas, diante das atitudes de

³²⁵ CÍCERO. *Philippica*, I, 29: (...) *Est autem gloria laus recte factorum magnorumque in rem publicam meritorum, quae cum optimi cuiusque, tum etiam multitudinis testimonio comprobatur.*

³²⁶ CÍCERO. *Philippica*, I, 18: *Ecquid est, quod tam proprie dici possit actum eius, qui togatus in re publica cum potestate imperioque versatus sit, quam lex? Quaere acta Gracchi; leges Semproniae proferentur. Quaere Sullae; Corneliae. Quid? Pompei tertius consulatus in quibus actis constitit? Nempe in legibus. De Caesare ipso si quaereres, quidnam egisset in urbe et in toga, leges multas responderet se et praeclaras tulisse, chirographa vero aut mutaret aut non daret, aut, si dedisset, non istas res in actis suis duceret. Sed haec ipsa concedo; quibusdam etiam in rebus coniveo; in maximis vero rebus, id est in legibus, acta Caesaris dissolvi ferendum non puto.*

Antônio, ele traz o passado para que, com sua capacidade prudencial, vislumbre um futuro:

(...) Que povo? Aquele a quem foi impedido o acesso? A norma de qual lei? Talvez daquela totalmente abolida pela força e pelas armas? E falo do futuro, porque é tarefa dos amigos mostrar com antecedência os males que podem ser evitados; se isso não ocorrer, meu discurso será refutado. Falo apenas das leis promulgadas, que cabe a vós preservar; mostro-lhes os vícios: eliminai-os! Denuncio a violência armada: distanciai-a!³²⁷

Cícero não apenas escreve como um filósofo, orador e político que age na república, mas que observa as ações as registra, e tem a capacidade de prever o futuro por conhecer muito bem tanto os homens quanto suas ações. Ele tenta mostrar a Antônio, nesse primeiro discurso, o que é a verdadeira glória, como conquistá-la e como perpetuá-la. Com isso, retoma o argumento da obra *De Officiis*, em que afirma que é melhor ser amado do que temido. As ações de Antônio não o conduzirão à verdadeira glória, pois acumular riquezas e ser temido conduz ao ódio. Paul³²⁸ argumenta que “os mesmos termos aplicados a Tarquínio, na *Primeira Filípica*, foram aqueles usados quando se dirigiu a Antônio: *nihil enim umquam in te sordidum, nihil humile cognoui*³²⁹”.

Primeiro, compara Antônio a Tarquínio, o Soberbo, um tirano, e em seguida, para captar a benevolência de Antônio, Cícero rememora a figura de seu avô:

(...) Tomara, Marco Antônio, que tenhas recordado de teu avô! E ouviste tantas coisas dele contadas por mim e tantas vezes! Pensas o que ele desejaria mais: a glória imortal ou ser temido pela sua habilidade de manter guarda armado? Eis a verdadeira vida para ele, segundo sua fortuna: ser parecido aos outros quanto à liberdade e o primeiro em dignidade. É por isso que, para omitir

³²⁷ CÍCERO. *Philippica*, I, 26: (...) *Qui populus? isne, qui exclusus est? Quo iure? an eo, quod vi et armis omne sublatum est? Atque dico de futuris, quod est amicorum ante dicere ea, quae vitari possint; quae si facta non erunt, refelletur oratio mea. Loquor de legibus promulgatis, de quibus est integrum vobis; demonstro vitia; tollite: denuntio vim, arma; removete.*

³²⁸ PAUL, M. M. “La manipulation rhétorique de l’Histoire dans les Philippiques de Cicéron”. In: *Dialogues d’histoire ancienne*. p.118.

³²⁹ CÍCERO. *Philippica*, I, 33: “Em ti não reconheci nada nem de sórdido, nem de vil.”

a prosperidade de teu avô, prefiro o último amarguíssimo dia da sua vida, em que Lúcio Cina o matou de modo muito cruel³³⁰.

Cícero, na sequência, exorta Antônio a olhar para seus antepassados e, conseqüentemente, a imitá-los e permitir que os concidadãos se alegrem com ele pelas suas ações na República, pois “sem isso não é absolutamente possível, para qualquer homem, ser ou feliz, ou preclaro, ou estar em segurança”³³¹. O autor atrela três ideias temporais: o olhar para as ações do passado, o agir no presente imitando-as para que se tenha futuro glorioso.

Ao, final, na peroração, o autor demonstra seu caráter e sua estreita relação e preocupação com a República:

E então? Pelos deuses imortais, vós não interpretaís o significado disso? O quê? Pensa que eles não refletem sobre as ações de vossas vidas, quando as vidas que eles esperam que servirão à República são tão caras a eles? Pais conscritos, colhi os frutos do meu retorno ao fazer esse discurso, então, o que quer que possa acontecer, com ele pode sobreviver alguma evidência da minha constância, do meu testemunho, e nisso fui benigna e diligentemente ouvido por vós. Essa oportunidade, se fosse dada sem perigo a mim e a vós, eu usaria; se não fosse, procuraria, o quanto pudesse, conservar-me não tanto por mim mesmo quanto pela República. Para mim já vivi o suficiente, tanto pela minha idade quanto pela glória; se adicionar qualquer coisa à minha vida, não será adicionada tanto por mim, mas por vós e pela República³³².

³³⁰ CÍCERO. *Philippica*, I, 34: *Utinam, M. Antoni, avum tuum meminisses! de quo tamen audisti multa ex me, eaque saepissime. Putasne illum immortalitatem mereri voluisse, ut propter armorum habendorum licentiam metueretur? Illa erat vita, illa secunda fortuna, libertate esse parem ceteris, principem dignitate. Itaque, ut omittam res avi tui prosperas, acerbissimum eius supremum diem malim quam L. Cinnae dominatum, a quo ille crudelissime est interfectus.*

³³¹ CÍCERO. *Philippica*, I, 35: (...) *sine quo nec beatus nec clarus nec tutus quisquam esse omnino potest.*

³³² CÍCERO. *Philippica*, I, 38: *Quid igitur? hoc vos, per deos immortales! quale sit, non interpretamini? Quid? eos de vestra vita cogitare non censetis, quibus eorum, quos sperant rei publicae consulturos, vita tam cara sit? Cepi fructum, patres conscripti, reversionis meae, quoniam et ea dixi, ut, quicumque casus consecutus esset, exstaret constantiae meae testimonium, et sum a vobis benigne ac diligenter auditus. Quae potestas si mihi saepius sine meo vestroque*

O autor, ao final, em um tom de falsa modéstia, argumenta que, se realizar alguma outra ação, e esse discurso contra Antônio é uma dessas ações, não o faz por ele, mas pela República. Ele considera que já agiu o suficiente e já deixou testemunhos suficientes, e esse discurso é um deles.

Wooten aponta que, em 19 de setembro de 44 a.C., Antônio responde com um discurso abusivo e furioso, atacando toda a vida de Cícero e sua carreira. Então Cícero responde com a *Segunda Filípica*, na qual efetivamente remove a possibilidade de reconciliação e polariza o conflito³³³ com Antônio.

A *Segunda Filípica*, com um tom mais violento do que a primeira, é escrita em outubro, mas não é pronunciada; Cícero apenas a publica em novembro, quando já tinha pronunciado a terceira e a quarta *Filípicas*. O autor se defende das acusações feitas por Antônio, após a *Primeira Filípica*, e mostra como foi útil para a República o afastamento de Verres, Catilina, Pisão e Clódio. Ademais, sugere o retrato que Demóstenes fez de Ésquines, no discurso *Sobre a Coroa*, no qual Demóstenes acusa Ésquines de se deixar corromper por Filipe da Macedônia.

Observam-se dois movimentos principais nesse discurso: o primeiro, quando Cícero se defende das acusações de Antônio, e o segundo, quando acusa Antônio, denunciando tanto sua vida privada quanto a pública, e o vitupera. Dessa forma, predomina o gênero do discurso judiciário, mas também há traços do gênero epidítico por conta dos vitupérios. A temporalidade do discurso é predominantemente o passado. E desde o exórdio, há uma exortação aos senadores para que recorram à sua memória, como podemos observar: “Pais conscritos, a quem meu destino deveria atribuir o fato de que nesses últimos vinte anos não houve inimigo da república que não tenha simultaneamente declarado guerra a mim? E não tenho necessidade de dizer nenhum nome, pois vós recordais”³³⁴. Dessa maneira, ao longo de todo o discurso, Cícero recupera os exemplos históricos para mostrar, de um lado, as suas virtudes e, de outro, os vícios de

periculo fiet, utar; si minus, quantum potero, non tam mihi me quam rei publicae reservabo. Mihi fere satis est, quod vixi, vel ad aetatem vel ad gloriam; huc si quid accesserit, non tam mihi quam vobis rei publicae accesserit.

³³³ WOOTEN, Cecil W. *Cicero's Philippics and their Demosthenic model*. p. 14.

³³⁴ CÍCERO. *Philippica*, II, 1: *Quonam meo fato, patres conscripti, fieri dicam, ut nemo his annis viginti rei publicae fuerit hostis, qui non bellum eodem tempore mihi quoque indixerit? Nec vero necesse est quemquam a me nominari; vobiscum ipsi recordamini.*

seus inimigos e de Antônio – que são também os inimigos da República. Antônio não é tratado e reconhecido como um cônsul por Cícero, como lemos:

Pais conscritos, devo dizer algo a meu favor e muito contra Marco Antônio; quanto a mim, peço a vós sua consideração, pois falo para o meu próprio bem; quanto ao outro, eu mesmo tomarei o cuidado de que, enquanto falo contra ele, me ouçais atentamente. Ao mesmo tempo, faço essa solicitação: se reconhecerdes minha moderação em toda a minha vida e, em particular, em todo o meu discurso, não penseis que hoje responderei a ele como me provocou; e que disse eu não me esqueça. Não o tratarei como um cônsul, uma vez que ele não me tratou como um consular. E ele não é de forma alguma um cônsul, seja no que diz respeito à sua vida, seja na gestão da república, seja pela sua nomeação; eu, sem qualquer controvérsia, sou um consular³³⁵.

Antônio não foi eleito cônsul³³⁶; na verdade, quem foi eleito foi César, mas ele assumiu o poder. Então, apenas por isso ele não poderia criticar Cícero, que foi eleito de modo legítimo, em 63 a.C. Ademais, o autor defende que, em seu consulado, as decisões eram fundamentadas nas votações das assembleias do senado e não segundo o seu próprio desejo. Cícero, no discurso, mostrará os vícios de Antônio em sua vida privada, na gestão da república e na forma de sua nomeação.

De modo diverso à forma como Antônio gere a República, o consulado de Cícero agradou a muitos, e sua autoridade sempre estará presente entre os romanos, como Servílio, Cátulo, Luculo, Crasso, Hortênsio, Curião, Pisão, Glabrião, Lépido, Volcácio, Fígulo, Sila, Murena, Catão e Pompeu. E o autor questiona: “Mas por que menciono singulares? Se foi todo o senado que agradei, e não houve um senador que não expressou sua gratidão a mim como a um pai, que não declarasse que devia a sua vida a mim, a sua

³³⁵ CÍCERO. *Philippica*, II, 10: (...) [V] *Sed cum mihi, patres conscripti, et pro me aliquid et in M. Antonium multa dicenda sint, alterum peto a vobis, ut me pro me dicentem benigne, alterum ipse efficiam, ut, contra illum cum dicam, attente audiat. Simul illud oro: si meam cum in omni vita, tum in dicendo moderationem modestiamque cognostis, ne me hodie, cum isti, ut provocavit, respondero, oblitum esse putetis mei. Non tractabo ut consulem; ne ille quidem me ut consularem. Etsi ille nullo modo consul, vel quod ita vivit vel quod ita rem publicam gerit vel quod ita factus est; ego sine ulla controversia consularis.*

³³⁶ Cf. CÍCERO. *Philippica*, II, 79.

fortuna, seus filhos e a República”³³⁷. Nessa citação, ao usar a palavra *singulos*, refere-se a homens específicos, que representam a instituição do senado. Menciona-os nominalmente, pois cada um realizou ações importantes para a República, e no tempo de Antônio ela estava privada deles. O sábio consular Cota, ainda vivo, fez com que aprovassem uma cerimônia de agradecimento pelos feitos de Cícero, a primeira concedida a um togado desde a fundação da urbe³³⁸. O autor valoriza ações singulares, mas que em sua totalidade foram feitas para o proveito de toda a República, e não segundo os interesses próprios, como as ações de Antônio.

Cícero se defende da acusação de Antônio, que afirmava que ele havia causado a quebra da amizade entre César e Pompeu³³⁹, e subentende-se com isso a responsabilidade da guerra civil que derivou desse rompimento, com o seguinte argumento:

Ocorreram dois momentos nos quais dei conselhos a Pompeu contra César – e gostaria que me refutasse, se conseguisses; a primeira vez o aconselhei a não prorrogar a César o seu comando quinquenal; a segunda, a não consentir a votação da lei que permitia a César apresentar-se como candidato, mesmo se fora [de Roma]. Se eu o tivesse convencido sobre esses dois pontos, não teríamos caído na atual miséria. E ainda, quando Pompeu estava abandonado nas mãos de César, todo o recurso, seja o seu, seja aquele do povo romano, começou muito tarde a ser percebido, a partir do momento que eu havia previsto muito antes. Então vendo nossa pátria cair em uma guerra desastrosa, não parei de aconselhar pela paz, a concórdia, a conciliação. (...) e se meu ponto de vista tivesse sido valorizado, a república estaria em pé, enquanto tu estarias flagelado, consumido pela tua infâmia³⁴⁰.

³³⁷ CÍCERO. *Philippica*, II, 12: (...) *Sed quid singulos commemoro? Frequentissimo senatui sic placuit ut esset nemo qui mihi non ut parenti gratias ageret, qui mihi non vitam suam, fortunas, liberos, rem publicam referret acceptam.*

³³⁸ Cf. CÍCERO. *Philippica*, II, 13.

³³⁹ Cf. CÍCERO. *Philippica*, II, 23.

³⁴⁰ CÍCERO. *Philippica*, II, 24: *Duo tamen tempora inciderunt, quibus aliquid contra Caesarem Pompeio suaserim. Ea velim reprehendas, si potes, unum, ne quinquennii imperium Caesari prorogaret, alterum, ne pateretur ferri, ut absentis eius ratio haberetur. Quorum si utrumvis persuasissem, in has misérias numquam incidissemus. Atque idem ego, cum iam opes omnis et suas et populi Romani Pompeius ad Caesarem detulisset seroque ea sentire coepisset, quae multo ante provideram, inferrique patriae bellum viderem nefarium, pacis, concordiae, compositionis auctor esse non destiti, meaque illa vox est nota multis: 'Utinam, Pompei, cum Caesare societatem*

Nesse parágrafo, Cícero interpreta o momento presente da República e atribui a responsabilidade pela sua ruína a Antônio. Ao mesmo tempo, mostra o que poderia ter sido diferente se ele tivesse sido ouvido. Como podemos observar aqui, nas *Catilinárias* e nos diálogos filosóficos, o momento presente sempre é o da decadência, miséria, ruína. Esse argumento é reiterado inúmeras vezes nesse discurso, que culmina atribuindo a responsabilidade da ruína a Antônio.

A vida de Antônio é narrada como uma história de sucessivas ações viciosas. A partir do parágrafo 44 até o 47, Cícero analisa as condutas de Antônio e aponta todos os seus erros, como a falência quando pleiteava a toga pretexta, os escândalos e as dívidas, como se sua vida fosse constituída por uma sucessão de erros. Por fim, aponta:

(...) Escuta, agora, te peço, esse registro não da impureza e intemperança que desonrou a ti mesmo e tua própria família, mas da desonestidade e dos crimes contra nós e nossas fortunas, que são contra todo o corpo da República; pois com seu péssimo comportamento, encontrarás a primeira origem de todos os nossos males. (...) Contra ti, Marco Antônio, o senado – quando ainda estava incólume e não tinha perdido suas luzes – aprovou o decreto que é normalmente feito contra um inimigo civil, segundo o costume dos nossos antepassados ³⁴¹.

Reiteradas vezes é atribuída a Antônio a responsabilidade pelo declínio da República, como verificamos a seguir:

Como a semente constitui a causa das árvores e das plantas, assim, dessa guerra desastrosa a semente foste tu. Podes chorar o fim de três exércitos romanos: foi Antônio que os exterminou.

aut numquam coisses aut numquam diremisses! Fuit alterum gravitatis, alterum prudentiae tuae. 'Haec mea, M. Antoni, semper et de Pompeio et de re publica consilia fuerunt. Quae si valuissent, res publica staret, tu tuis flagitiis, egestate, infamia concidisses.

³⁴¹ CÍCERO. *Philippica*, II, 50: (...) *Accipite nunc, quaeso, non ea, quae ipse in se atque in domesticum dedecus impure et intemperanter, sed quae is nos fortunasque nostras, id est in universam rem publicam, impie ac nefarie fecerit. Ab huius enim scelere omnium malorum principium natum reperietis. (...) In te, M. Antoni, id decrevit senatus, et quidem incolumis nondum tot luminibus extinctis, quod in hostem togatum decerni est solitum more maiorum.*

Podes sentir a falta dos mais ilustres concidadãos: também esses Antônio destruiu. A autoridade dessa nossa assembleia foi abatida: Antônio a abateu. Concluindo, todos os desastres que vimos seguidamente – mas qual desastre não vimos? –, um reto raciocínio o fará atribuir a Antônio. Como Helena foi para os troianos, assim aconteceu para a nossa República, a causa da guerra, a causa da destruição e da ruína. Pelo que diz respeito ao resto do seu tribunado, esse foi conforme o princípio: realizou tudo o que o senado havia feito, quando a República ainda era sã e salva, de modo que não se pode verificar [suas ações]³⁴².

Cícero procura fundamentar, exemplificando com o comportamento e as ações de Antônio, a ruína da República, responsabilizando-o, ou seja, a causa de todo o mal que assola a república são as ações de Antônio. Como exemplo, argumenta que Antônio ofereceu a César o pretexto para fazer guerra contra a pátria e promoveu a destruição das instituições da República³⁴³. O autor, de modo enfático, repreende Antônio ao afirmar que jamais serão esquecidas, pelas gerações futuras, as suas arbitrariedades, como expulsar os consulares de Roma, juntamente com Pompeu, assim como pretores, tribunos, grande parte do senado, a juventude, ou seja, “em uma palavra: a República foi expulsa e exterminada da sua própria sede”³⁴⁴. A instituição República é composta por homens e, sem esses, ela não existe mais. A enumeração dos exemplos das ações de Antônio é longa, pois Cícero relata todos os seus péssimos hábitos, como se fosse um relatório de erros. Um exemplo emblemático em que o autor narra os abusos de Antônio e o compara ao mesmo tempo com outros homens que causaram mal à república merece ser notado:

Além disso, fez constar no calendário, na data da Lupercália essa anotação: “O cônsul Marco Antônio, pela vontade do povo

³⁴² CÍCERO. *Philippica*, II, 55: *Ut igitur in seminibus est causa arborum et stirpium, sic huius luctuosissimi belli semen tu fuisti. Doletis tris exercitus populi Romani interfectos; interfecit Antonius. Desideratis clarissimos civis; eos quoque vobis eripuit Antonius. Auctoritas huius ordinis adflicta est; adflixit Antonius. Omnia denique, quae postea vidimus (quid autem mali non vidimus?), si recte ratiocinabimur, uni accepta referemus Antonio. Ut Helena Troianis, sic iste huic rei publicae [belli] causa pestis atque exitii fuit. Reliquae partes tribunatus principii similes. Omnia perfecit quae senatus salva re publica ne fieri possent providerat.*

³⁴³ Cf. CÍCERO. *Philippica*, II, 53.

³⁴⁴ CÍCERO. *Philippica*, II, 54: *unoque verbo rem publicam expulsam atque exterminatam suis sedibus!*

romano, ofereceu o trono ao ditador vitalício Caio César, que o recusou”. Não há nenhum espanto que tu perturbes a paz pública e que odeies não apenas a urbe, mas também a luz, transcorrendo a tua vida, não apenas de dia, mas até o retorno do dia com perdidíssimos ladrões. De fato, onde podes estar em paz? Qual refúgio poderias encontrar nas leis e nos tribunais que tu, de tua parte, procuraste abater, substituindo-os com dominação régia? A expulsão de Lúcio Tarquínio e a execução capital de Espúrio Cassio, Espúrio Mélio e Marco Mânlio talvez, distante tanto séculos de um Marco Antônio, permitiriam a restauração de um rei em Roma [o que não é permitido]?³⁴⁵

Com esse argumento e essa exemplificação, notamos como é importante os homens terem a história presente em sua memória para que não ocorram novamente os mesmos abusos do passado, e não apenas não retorne a monarquia como também a tirania. A urbe já havia passado por sucessivos momentos de dominação tirânica, com Sula, em 82 a.c. e César, em 49 a.C., dois ditadores³⁴⁶, que não respeitaram os princípios desta instituição romana. E nesse parágrafo, Antônio é tratado como um monarca. Pelo exemplo histórico, Cícero recusa uma questão política fundamental aos romanos, a saber: a extinção da monarquia.

A partir do parágrafo 111, a temporalidade do discurso muda, o discurso voltado para as ações passadas de Antônio³⁴⁷ olha para o presente e para o futuro, ou seja, para o que pode ser feito a partir daquele momento. Surge, então, no discurso um tom um pouco esperançoso, e Cícero passa a exortar o que há de bom em Roma, como lemos:

Ao povo romano não falta a quem confiar o governo da república:
em qualquer ângulo da terra eles se encontram, é tanto cuidado

³⁴⁵ CÍCERO. *Philippica*, II, 87: *At etiam adscribi iussit in fastis ad Lupercalia C. Caesari dictatori perpetuo M. Antonium consulem populi iussu regnum detulisse; Caesarem uti noluisse. Iam iam minime miror te otium perturbare, non modo urbem odisse, sed etiam lucem, cum perditissimis latronibus non solum de die, sed etiam in diem uibere. Ubi enim tu in pace consistes? qui locus tibi in legibus et in iudiciis esse potest, quae tu, quantum in te fuit, dominatu regio sustulisti? Ideone L. Tarquinius exactus, Sp. Cassius, Sp. Maelius, M. Manlius necati, ut multis post saeculis a M. Antonio [quod fas non est] rex Romae constitueretur?*

³⁴⁶ Cf. CÍCERO. *Philippica*, II, 108.

³⁴⁷ CÍCERO. *Philippica*, II, 111: “mas o passado, deixemo-lo de lado”.

com a república ou, melhor dizendo, lá é a própria república, que até hoje é apenas reclamado, mas ainda não foi restaurado. Certamente, mas essa dispõe de jovens nobilíssimos prontos para defendê-la; deixe-os ficarem afastados do seu ócio como quiserem, ainda serão chamados pela república. A palavra paz tem um som doce, e a paz é por si salutar, mas entre a paz e a servidão há uma distância abissal. A paz é a liberdade na tranquilidade, a servidão é o pior de todos os males, para ser repelida não apenas pela guerra como também pela morte³⁴⁸.

Muitos em Roma combateram contra a servidão, como Bruto, que combateu contra Tarquinio, e, após citar esse exemplo, Cícero argumenta:

Um fato que não apenas por si mesmo é preclaro e divino, então deve ser um modelo de imitação, tanto mais do que a glória conquistada, que é evidente que apenas o céu pode contê-la. E enquanto a consciência do belíssimo fato constitui por si mesmo um fruto, um mortal não deve desprezar a imortalidade, segundo a minha modesta opinião³⁴⁹.

Cícero exalta a imortalidade, a busca da glória eterna, que é a verdadeira recompensa, ao mesmo tempo que valoriza a exemplaridade do fato, ou seja, da ação. Isso é introduzido, pois o autor cita a única ação exemplar de Antônio, a saber: a abolição da ditadura³⁵⁰. Antônio deve se lembrar daquele dia para saber separar o lucro da verdadeira honra.

³⁴⁸ CÍCERO. *Philippica*, II, 113: *Habet populus Romanus, ad quos gubernacula rei publicae deferat; qui ubicumque terrarum sunt, ibi omne est rei publicae praesidium vel potius ipsa res publica, quae se adhuc tantum modo ultra est, nondum recipiavit. Habet quidem certe res publica adulescentis nobilissimos paratos defensores. Quam volent illi cedant otio consulentes, tamen a re publica revocabuntur. Et nomen pacis dulce est et ipsa res salutaris, sed inter pacem et servitutem plurimum interest. Pax est tranquilla libertas, servitus postremum malorum omnium non modo bello, sed morte etiam repellendum.*

³⁴⁹ CÍCERO. *Philippica*, II, 114: (...) *Quod cum ipsum factum per se praeclarum est atque divinum, tum eorum ad imitandum est, praesertim cum illi eam gloriam consecuti sint, quae vix caelo capi posse videatur. Etsi enim satis in ipsa conscientia pulcherrimi facti fructus erat, tamen mortali immortalitatem non arbitror esse contemnendam.*

³⁵⁰ Cf. CÍCERO. *Philippica*, II, 115.

Na peroração, Cícero retoma suas ações gloriosas para dizer que não se abaterá com as ações de Antônio, pois ele lutou contra as armas de Catilina. Agora, já velho, declara que deveria desejar a morte pelas glórias que já possui e por tudo que realizou, mas tem dois desejos: “o primeiro, mesmo morrendo, é deixar o povo romano livre – a dádiva maior que os deuses poderiam me dar –, o segundo, é que cada um receba de acordo com as benemerências feitas para a república”³⁵¹.

³⁵¹ CÍCERO. *Philippica*, II, 119: *Duo modo haec opto, unum ut moriens populum Romanum liberum relinquam (hoc mihi maius ad dis immortalibus dari nihil potest), alterum, ut ita cuique eveniat, ut de re publica quisque mereatur.*

IV. O CURSO DA HISTÓRIA: NEM CÍRCULO, NEM LINHA

*Occiderat Tatius, populisque aequata duobus,
Romule, iura dabas: posita cum casside Mavors
talibus adfatur divumque hominumque parentem:
'tempus adest, genitor, quoniam fundamine magno
res Romana valet nec praeside pendet ab uno,
praemia, (sunt promissa mihi dignoque nepoti)
solvere et ablatum terris inponere caelo.*

*Morto Tácio, tu, Rômulo, governas os dois povos
com as mesmas leis, até quando Marte,
recolocando seu elmo, volta-se com estas
palavras ao pai dos deuses e dos homens:
“Pai, já é tempo – uma vez que a grandeza dos
romanos se apoia sobre um fundamento sólido e
não depende de um único – de premiar e cumprir
a promessa feita a mim e a teu digno neto: de
salvá-lo da terra e leva-lo ao céu.”*

(Ovídio, *Metamorfoses*, XIV, 805-811)

Muitos comentadores consideram que Cícero jamais escreveu narrativas históricas; outros consideram que a obra *De Re Publica*, que interpretamos aqui como filosófica e histórica, não é uma coisa nem outra. Schofield aponta que Moses Finley diz o seguinte em *Politics in the Ancient World* sobre *De Re Publica*: “Como Mommsen, considero a ideia central da *República* tanto não filosófica quanto não histórica (...)”³⁵². Por outro lado, Rambaud³⁵³ e Fox³⁵⁴ consideram que *De Re Publica* é uma obra filosófica e histórica³⁵⁵. E *Brutus*, apesar de ser um diálogo, é considerado pelo próprio Cícero uma narrativa histórica³⁵⁶.

Neste capítulo, analisaremos textos dialógicos em que predominam as narrativas históricas para demonstrar que a matéria narrada é política e moral e que, da análise dos fatos, o autor depreende argumentos filosóficos. Este capítulo será dividido de acordo com as duas obras que serão estudadas: *De Re Publica*, II e *Brutus*. Por serem diálogos filosóficos, teríamos um impedimento para interpretá-las como narrativas históricas, mas, do ponto de vista do que é narrado, da temporalidade e da matéria, é indubitável que se tratam de narrativas históricas. Em *De Re Publica*, analisaremos os conceitos de fábula e história, de história cíclica e de progresso – mas não como entendido na modernidade; observamos a construção de uma narrativa de um grande período histórico em que não há

³⁵² SCHOFIELD, M. *Cicero's Definition of Res Publica*.

³⁵³ RAMBAUD. *Cicerón et l'histoire Romaine*.

³⁵⁴ FOX. *Cicero's Philosophy of History*.

³⁵⁵ CÍCERO. *De Re Publica*, II, 33 (...) quando fala sobre Anco Márcio: “– Também esse rei deve ser louvado. Mas é obscura a narrativa histórica romana, pois, embora conheçamos [o nome] da mãe desse rei, desconhecemos [o de] seu pai.” Esse é o único momento da obra em que Cícero usa a palavra *historia*, dentre os trechos que chegaram até nós.

³⁵⁶ CÍCERO. *Brutus*, 292.

uma concepção nem circular nem linear do tempo. *Brutus* é, ao mesmo tempo, um diálogo filosófico, um relato histórico, uma *laudatio funebris* e uma biografia; o passado recente predomina, ao mesmo tempo que predomina uma ideia de decadência.

A narrativa histórica tem duas marcas principais: a temporalidade³⁵⁷ e a matéria; trata da ação de homens, ações políticas feitas tanto na cidade quanto na guerra (raramente retratada na obra ciceroniana) e dos feitos morais realizados em prol da pátria. O que está em questão é o espaço público, sua manutenção, o diálogo inerente à vida republicana, as ações de muitos homens de muitas gerações, a formação de homens educados nos costumes e nas artes e a realização da natureza humana na vida política.

Segundo os antigos, a filosofia teria a sua origem na admiração (*thaumazein*) dos homens perante os mistérios do mundo. Considerada sob este ângulo, a história, não no sentido de *res gestae*, mas de história *rerum gestarum* constitui certamente uma fonte fecunda do pensamento filosófico e – apesar do que pretendem os historiadores de orientação positivista – associa-se estreitamente com a filosofia³⁵⁸.

Ainda segundo Schaff:

É admissível distinguir dois significados para a palavra história: como processo histórico objetivo (*res gestae*) e como descrição desse processo, ou seja, a historiografia (*historia rerum gestarum*)³⁵⁹.

A história, como descrição de um processo, como narrativa, ensina o que os homens têm feito, o que um povo tem feito e, conseqüentemente, o que os homens são e

³⁵⁷ “A matéria fundamental da história é o tempo; portanto, não é de hoje que a cronologia desempenha um papel essencial como fio condutor e ciência auxiliar da história. O instrumento principal da cronologia é o calendário, que vai muito além do âmbito do histórico, sendo antes de mais nada o quadro temporal do funcionamento da sociedade. O calendário revela o esforço realizado pelas sociedades humanas para domesticar o tempo natural (...). Ele manifesta o esforço das sociedades humanas para transformar o tempo cíclico da natureza e dos mitos, do eterno retorno, num tempo linear escandido por grupos de anos: lustro, olimpíadas, séculos, eras etc.” LE GOFF. *História e Memória*. p. 14.

³⁵⁸ SCHAFF, A. *História e Verdade*. p. 65.

³⁵⁹ SCHAFF, A. *História e Verdade*. pp. 133-134.

o que o povo é. As narrativas históricas enaltecem e valorizam a ação humana, as atividades humanas, como a política. E ainda há uma necessidade de ordenar o fluxo dos acontecimentos, por isso, as duas narrativas históricas analisadas aqui despertam nosso interesse, pois, por meio delas, conseguimos perceber como Cícero entendia o curso dos acontecimentos em Roma. Observamos que, ao contrário do que pensa a tradição, não nos parece que Cícero entenda que o percurso dos acontecimentos seja circular. Perceberemos ideias de avanço e decadência, e a segunda está ligada ao declínio da República, ao fim do espaço público e ao momento presente do autor.

O tempo tem seu ponto no presente da palavra do historiador. Ou seja, o discurso histórico está sempre no tempo presente. E o tempo mais almejado é o presente de homens bem formados que agem retamente, pautados pelas ações dos homens do passado. Importa-nos a utilidade do argumento do passado, sua capacidade de instruir e, se necessário, comover. O avanço político ocorreu no tempo passado. Ele está posto em uma época áurea da República, e que Cícero tenta resgatar.

Dizer que a concepção do tempo na obra ciceroniana oscila entre uma visão circular e uma linear, ou que não é apenas uma ou outra, nos conduz a um problema aparentemente maior, pois não podemos afirmar que a tradição grega, indo-europeia, percebe o tempo como um círculo, e a tradição judaica como linear. Momigliano afirma que se alguém quiser entender algo sobre a real diferença entre historiadores gregos e bíblicos, a primeira precaução é tomar cuidado com a concepção circular de tempo³⁶⁰. Seguindo Momigliano e o que ele argumenta sobre os filósofos e historiadores gregos, podemos também afirmar sobre Cícero, primeiramente, considera-se que: “até os filósofos gregos não são unânimes sobre isso [concepção circular do tempo]”³⁶¹. Ademais, ele assevera:

Os filósofos gregos não são forçados pela raça ou pela língua a terem apenas uma visão de tempo. Nem mesmo os historiadores Heródoto, Tucídides e, claro, Políbio foram muitas vezes descritos como historiadores que tiveram uma visão circular do tempo. Eu devo tentar mostrar que não³⁶².

³⁶⁰ MOMIGLIANO. “Time in Ancient Historiography”. p.10.

³⁶¹ MOMIGLIANO. “Time in Ancient Historiography”. p.10.

³⁶² MOMIGLIANO. “Time in Ancient Historiography”. pp.10-11.

E nós, nesse capítulo, mostramos que Cícero também não tinha uma visão circular do tempo e dos acontecimentos.

IV.I. A EXPOSIÇÃO DAS COISAS REQUER UMA ORDEM TEMPORAL

Cícero preceituou sobre a narrativa histórica em *Ad Familiares*, V, 12, 7, *De Oratore* e *De Legibus*. Rambaud³⁶³ assevera que Cícero propõe um método para a escrita da história, uma vez que um discurso historiográfico pressupõe uma investigação norteada por regras. Mas, ainda assim, a historiografia seria um discurso derivado do discurso forense, a figura do orador-advogado-historiador será também revestida com a toga do juiz, uma vez que, ao narrar os fatos ocorridos no passado, pronunciará uma opinião valorativa sobre eles. E, apesar de termos distinções entre a narrativa histórica e o recurso à história em um discurso, muitas das regras serão as mesmas do ponto de vista do julgamento. Em *De Oratore*, II, 15, 62, Cícero afirma a principal regra da história:

Mas volto ao início. Vedes como é uma tarefa trabalhosa até para o orador a escrita da história? Mesmo sabendo [escrever] com orações fluidas e máxima variedade. Porém não considero que a história deva ser tratada separadamente na preceituação retórica, pois suas regras estão sob os olhos de todos. Quem não sabe que a primeira regra da história é não dizer nada de falso? Então, ter coragem de dizer apenas a verdade? De não levantar suspeita [sobre algo] ao escrever? Esses são os fundamentos [da história] conhecidos por todos³⁶⁴.

Quem escreve a narrativa histórica, ou seja, o orador, deve estar preocupado com o critério de verdade. Este argumento também foi retomado em *De Legibus*, I, II, 5. Nesse

³⁶³ RAMBAUD, M. *Cicéron et l'histoire romaine*. Paris, Les Belles Lettres, 1953.

³⁶⁴ CÍCERO. *Sed illuc redeo: videtisne, quantum munus sit oratoris historia? Haud scio an flumine orationis et varietate maximum; neque eam reperio usquam separatim instructam rhetorum praeceptis; sita sunt enim ante oculos. Nam quis nescit primam esse historiae legem, ne quid falsi dicere audeat? Deinde ne quid veri non audeat? Ne quae suspicio gratiae sit in scribendo? Ne quae simultatis?*

excerto, Cícero analisa, por meio do critério de verdade, a separação feita por Aristóteles das diferenças entre história e poesia e enfatiza que o discurso histórico deve estar comprometido com a verdade, ou seja, deve descrever o que realmente aconteceu. Além disso, a história se torna útil ao ensinar por intermédio de um discurso persuasivo e sempre verdadeiro. O critério para a escrita da história é a verdade, e este é um problema filosófico. O que é a verdade para Cícero? Seria uma proposição verdadeira sobre algo que aconteceu e, conseqüentemente, um juízo verdadeiro.

Nos tempos de Cícero, a narrativa histórica ainda fazia falta na literatura romana³⁶⁵. Corroborar com esse argumento a passagem da obra *De Oratore*, II, XIII, 15, em que o autor afirma que os latinos se dedicavam à eloquência nos discursos judiciários e à política, enquanto os gregos à redação da história. Parece que a concepção de uma historiografia romana é uma preocupação ciceroniana.

Devemos notar que a preceituação da narrativa histórica feita por Cícero tem duas abordagens, que podem variar de acordo com a finalidade da obra. Uma é a preceituação da narrativa histórica feita, principalmente, em *De Oratore* e que o autor seguiu para escrever o livro II da obra *De Re Publica*. Essa ficou cristalizada para os autores que o sucederam e para a fortuna da historiografia. Outra preceituação foi a que ele recomendou a Luceio, na epístola, para que escrevesse uma história de seu consulado que o glorificasse. A narrativa pode oferecer um aconselhamento, um julgamento, um elogio ou um vitupério, e formar um juízo valorativo; a narrativa histórica tem uma função persuasiva, uma utilidade exemplar, que apenas cumpre seu papel se seu discurso convencer, for útil, verdadeiro e deleitar.

Em *De Oratore*, ao mesmo tempo que o autor recupera as ideias de dois grandes oradores, Crasso e Antônio, ele pretende se distanciar dos manuais de retórica dos gregos. Além disso, Cícero formula sua figura de orador ideal pautando-se na formação e nas diversas áreas que este deveria dominar e atuar, além da retórica, a saber: o direito, a filosofia, a história e a política; isto é, o *summus orator*³⁶⁶ é o ideal ciceroniano de orador, historiador, advogado, de homem político e sábio. Em *De Oratore*, II, 35-41, Cícero expõe a capacidade e as tarefas do orador. Ele deve aconselhar, incitar os inertes e moderar os desenfreios, usar a eloquência para culpar ou para salvar inocentes, levar às

³⁶⁵ Cf. CÍCERO. Exórdio da obra *De Legibus*.

³⁶⁶ Cícero concentra na figura do orador tudo o que considera importante: ser sábio, conhecer os costumes, os feitos dos antepassados e ser capaz de narrá-los e participar da vida política; ele une *uirtus e sapientia*.

virtudes, destruir os vícios, tecer elogio aos honestos, reprimir com vigor as paixões e consolar docemente. E continua em II, 36: “Qual outra voz, senão aquela do orador, pode levar à imortalidade a história, testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, manifestação do passado?”³⁶⁷ É a *uox oratoris* a mais indicada para a sua escrita, pela capacidade de escolher as palavras e se expressar com variedade, clareza e simplicidade. Cícero, nesta passagem não diz apenas o que é tarefa do orador, mas também o que é a história, ou seja, uma manifestação do passado verdadeira, que dá vida à memória e testemunha o tempo passado e as ações que nele aconteceram. Por ser uma manifestação verdadeira, ela necessariamente rompe com a narrativa mítica. Ao dar vida à memória, traz ao presente as ações que aconteceram no passado, e por ser mestra da vida, ela nos fornece paradigmas de ação, ou seja, aprendemos quais as melhores ações, quais os melhores caminhos que devem ser seguidos. Por sua natureza verdadeira, nunca deve contar nada de falso, pois o que é falso não será instrutivo. A função pedagógica da história, como mestra da vida, pode ser estendida à toda obra ciceroniana. O orador-historiador será como uma testemunha que viu o feito ou aquele que ouviu o feito de fonte fidedigna e o escreverá.

Se o principal critério da história é a verdade, então razão, história e verdade estão intrincadas, compondo o pensamento ciceroniano. A ausência da relação histórica compromete o uso da razão, assim como a ausência da razão comprometeria a relação histórica, o que não é possível conceber no pensamento ciceroniano, dada a historicidade natural do homem. É como se a história fosse indispensável para construir a ação do homem e o conhecimento. O fato histórico em si não tem importância se o historiador não o recuperar em sua obra. Ou seja, é a narrativa que impõe um significado duradouro à ação.

Em *De Oratore*, II, 51-52 Cícero inicia uma narrativa sobre a história, remetendo ao *annales maximi* e aos autores gregos que deveriam ser imitados e aos primeiros historiadores latinos. Ao lembrar Catão, Pictor, Pisão e os Anais Máximos, Cícero trata de fatos públicos. O interlocutor Antônio, pouco adiante, afirma que ninguém em Roma estuda eloquência para se dedicar às narrativas históricas, mas aos processos judiciais; os gregos, ao contrário, queriam se distanciar do judiciário e se dedicaram às outras disciplinas, principalmente à escrita da história, como Heródoto e Tucídides, porém estes

³⁶⁷ CÍCERO. *Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?*

não discutiam as causas. Cícero segue a exposição, enumerando Filisto de Siracusa, Teopompo, Xenofonte, Calístenes e Timeu.

Muitos seguiram uma escrita semelhante, deixando, sem qualquer ornamento, apenas os registros de tempos, homens, lugares e feitos. Desse modo, tal como Ferécides, Helânico, Acusilau e muitos outros entre os gregos, foram os nossos Catão, Píctor e Pisão, que não dominaram as formas com as quais se orna o discurso, pois essas acabam de ser importadas para cá – e basta que se entenda o que dizem, pois julgam que a única virtude do discurso é a brevidade³⁶⁸.

A escrita da história se, primeiramente, era apenas uma forma de registro, depois passou a ser não apenas uma forma de documentar como também foi ornada; com isso, ela se torna capaz de deleitar: “de fato, o próprio Heródoto, o primeiro a ornar este gênero, não se ocupava de modo algum com as causas; mas sua eloquência era tanta, que a mim, ao menos, no quanto sou capaz de compreender as obras escritas em grego, deleita sobremaneira;”³⁶⁹. Colingwood aponta que, como pai da história, Heródoto se contrapôs à tendência anti-histórica do pensamento grego, que argumentava que apenas o que é imutável pode ser conhecido, demonstrando que o transitório pode ser conhecido³⁷⁰. E no que consistiam esses conhecimentos? Exatamente dos mesmos temas registrados nos anais, mas de forma ornada. Justamente por deleitar, o *monumentum* ganhou um aspecto literário, e essa tradição seguiu.

56. E depois dele, Tucídides superou a todos com sua arte do discurso, assim penso; de tal forma é denso pela frequência de temas, quase faz o número de palavras alcançar o número de ideias; então, é hábil e preciso com suas palavras; não se sabe se

³⁶⁸ CÍCERO. *De Oratore*, II, 53: *Hanc similitudinem scribendi multi secuti sunt, qui sine ullis ornamentis monumenta solum temporum, hominum, locorum gestarumque rerum reliquerunt; itaque qualis apud Graecos Pherecydes, Hellanicus, Acusilas fuit aliique permulti, talis noster Cato et Pictor et Piso, qui neque tenent, quibus rebus ornetur oratio - modo enim huc ista sunt importata - et, dum intellegatur quid dicant, unam dicendi laudem putant esse brevitatem.*

³⁶⁹ CÍCERO. *De oratore*, II, 55: *namque et Herodotum illum, qui princeps genus hoc ornavit, in causis nihil omnino versatum esse accepimus; atqui tanta est eloquentia, ut me quidem, quantum ego Graece scripta intellegere possum, magno opere delectet;*

³⁷⁰ Cf. COLLINGWOOD. *A Ideia de História*. p.51.

são os temas que são abrilhantados pelo discurso ou as palavras pelas ideias; e soube que nem mesmo ele, apesar de versado na república, estava no número dos que aceitavam com frequência as causas; e dizem que teria escrito esses livros depois de afastado da república, como era costume acontecer aos ótimos, em Atenas, que eram condenados ao exílio³⁷¹.

Collingwood aponta que Tucídides, influenciado pela medicina hipocrática e pela psicologia patológica, foi o “pai da história psicológica”³⁷²; isso quer dizer que ele não estava apenas interessado nos acontecimentos políticos, mas nas consequências que as guerras, as pestes, poderiam causar nos homens. De certa forma, ele singulariza ainda mais os homens, por meio desse olhar médico-psicológico, e transmite lições implícitas, com o brilhantismo nas palavras e nas ideias, do que os acontecimentos podem acarretar. A influência do aspecto psicológico-moral da obra tucididiana, em Cícero, pode ser observada tanto nos exemplos históricos dos diálogos filosóficos quanto nas narrativas históricas, quando o autor demonstra as relações de causa e consequência, principalmente ao se referir à queda da República, mostrando os vícios humanos que a conduziram à decadência. O autor romano analisa a moralidade de quem governa e, conseqüentemente, suas ações e a forma de governo serão um reflexo disso. A transitoriedade dada por Heródoto à história ganha um aspecto imutável de verdade em Tucídides. Cícero é influenciado por esses dois historiadores gregos. Observamos não apenas o registros de tempos, homens, lugares e feitos como também das ações desses homens, a sua moralidade e as suas consequências para a república.

Políbio, outra grande influência historiográfica de Cícero, escreve sua história de um ponto que se encontra à distância de mais de 150 anos em relação ao momento em que escreve. Collingwood aponta que:

³⁷¹ CÍCERO. *De Oratore*, II, 56: [56] *et post illum Thucydides omnis dicendi artificio mea sententia facile vicit; qui ita creber est rerum frequentia, ut is verborum prope numerum sententiarum numero consequatur, ita porro verbis est aptus et pressus, ut nescias, utrum res oratione an verba sententiis inlustrentur: atqui ne hunc quidem, quamquam est in re publica versatus, ex numero accepimus eorum, qui causas dictitarunt; et hos ipsos libros tum scripsisse dicitur, cum a re publica remotus atque, id quod optimo cuique Athenis accidere solitum est, in exsilium pulsus esset;*

³⁷²Cf. COLLINGWOOD. *A Ideia de História*. p.53.

sua aptidão para isto está ligada ao fato de ele trabalhar em Roma, onde a consciência histórica era completamente diferente da que existia na Grécia. Para os romanos, a história significa continuidade: a herança do passado, de instituições escrupulosamente preservadas na forma em que eram recebidas; a conformação da vida, segundo o modelo do costume ancestral. Os romanos, perfeitamente cômicos da sua continuidade em relação ao passado, tinham o cuidado de preservar os monumentos desse passado³⁷³.

Para o autor grego que escreveu sobre Roma, a história merece ser estudada por se tratar de um campo de instrução para a vida política³⁷⁴.

Cícero continua, nos parágrafos seguintes do *De Oratore*, destacando os historiadores que seguiram Tucídides, demonstrando como muitos historiadores eram, antes, estudiosos da filosofia, como Xenofonte, Calístenes e Timeu; estes não tinham nenhuma experiência nas causas do fórum, mas sabiam ornar o discurso³⁷⁵. Da mesma forma que Cícero se preocupa com o conhecimento da historiografia para a formação do orador, ele também busca as melhores referências filosóficas, tendo em vista o espaço dado à filosofia em Roma, por meio de uma perspectiva histórica, como lemos em *De Oratore*, II, 154-155:

(...) De fato, no tempo em que uma parte da Itália era a famosa Magna Grécia, ela estava repleta de pitagóricos; por isso, para muitos, Numa Pompílio, nosso rei, havia sido um pitagórico, ele que viveu muitos anos antes do próprio Pitágoras. Por isso devemos considerá-lo um homem ainda mais importante, pois conheceu aquela sabedoria para a constituição da *ciuitas* quase dois séculos antes que os gregos percebessem que ela nascera; e certamente esta *ciuitas* não gerou quaisquer homens mais ilustres pela glória ou mais graves pela autoridade ou mais polidos pela humanidade do que Públio Africano, Caio Lélío, Lúcio Fúrio, que

³⁷³ COLLINGWOOD. *A Ideia de História*. p.60.

³⁷⁴ COLLINGWOOD. *A Ideia de História*. p.62.

³⁷⁵ Cf. CÍCERO. *De Oratore*, II, 57-58.

sempre tiveram claramente ao seu lado os eruditíssimos homens da Grécia³⁷⁶.

Compreendemos que, para Cícero, os romanos são superiores aos gregos no governo da *ciuitas*, pois Numa Pompílio colaborou para a constituição de Roma dois séculos antes dos conhecimentos pitagóricos; o conhecimento filosófico não foi fundamental para conduzir Roma ao apogeu, mas os grandes homens romanos do período republicano conheciam os filósofos gregos. A Grécia e o conhecimento proveniente dela sempre são expostos como uma forma de mensurar a qualidade e a idade dos eventos em Roma. Mas Cícero preocupa-se em destacar a superioridade dos romanos em relação aos gregos no governo e na constituição da República. Com isso, o autor demonstra que a fundação de Roma por Rômulo, que foi quem reinou antes de Numa Pompílio, foi anterior ao florescimento da filosofia pitagórica; conseqüentemente, Roma, grandiosa desde sua fundação, se tornou ainda maior sem a contribuição da filosofia. Porém, não era mais possível dizer o mesmo no momento do ápice da República Romana, o tempo de Cipião, Lélío e Fúrio.

Entre os parágrafos 62 e 64, Cícero retoma propriamente a preceituação da narrativa histórica. Ao mesmo tempo que afirma a ausência de preceitos retóricos para a escrita da história, começa a preceituar dizendo que ela não deve ser tratada separadamente da retórica e que as suas regras estão sob os olhos de todos. Ou seja, não dizer nada de falso, ter coragem de dizer a verdade e ser imparcial. Se a história está exposta a todos, então todos, de certa forma, são juízes capazes de avaliar os fatos e tirar suas próprias conclusões. Desse modo, o leitor julga os fatos, as ações que devem ser imitadas ou evitadas, com a ajuda do historiador. Cícero nos explica que a narrativa histórica é composta por fatos e por discursos, mas, ao compor suas narrativas, o autor se serve pouco do recurso de narrar discursos. A relação entre o discernimento – plano ou deliberação –, as ações e os resultados expressa a relação entre causa e consequência das ações. Ou seja, em uma narrativa histórica é preciso que fiquem estabelecidos os motivos

³⁷⁶ CÍCERO. *De Oratore*, II, 154: *nam et referta quondam Italia Pythagoreorum fuit tum, cum erat in hac gente magna illa Graecia; ex quo etiam quidam Numam Pompilium, regem nostrum, fuisse Pythagoreum ferunt, qui annis ante permultis fuit quam ipse Pythagoras; quo etiam maior vir habendus est, quoniam illam sapientiam constituendae civitatis duobus prope saeculis ante cognovit, quam eam Graeci natam esse senserunt; et certe non tulit ullos haec civitas aut gloria clariores aut auctoritate graviores aut humanitate politiores P. Africano, C. Laelio, L. Furio, qui secum eruditissimos homines ex Graecia palam semper habuerunt.*

que geraram determinadas ações e quais foram as suas consequências. Deve-se fazer uma biografia dos grandes homens e não apenas contar quais foram seus feitos e, com isso, tornar visível que eles produzem grandes feitos por possuírem uma natureza grandiosa e virtuosa. Por fim, as palavras devem ser precisas, pensadas e encadeadas em um texto amplo. E afirma em *De Oratore*, II, 63-64:

A construção propriamente dita reside nos fatos e nas palavras. A exposição dos fatos requer uma ordem temporal e uma descrição das regiões. Por se tratar de grandes feitos dignos de memória, exigem-se também, primeiramente, os discernimentos³⁷⁷, depois as ações e, por fim, os resultados; demanda-se a respeito dos projetos que o escritor expresse o que aprova e se declare; sobre os feitos, não apenas o que foi feito e dito, mas de que modo; e, quando tratar do resultado, que todas as causas sejam explicadas, sejam as fortuitas, as de sabedoria, ou as de temeridade; e dos mesmos homens não se deve narrar apenas os feitos, mas também a vida e a natureza daqueles que se destacam pela fama ou pelo nome. Por fim, é necessário buscar uma razão das palavras e um gênero de discurso amplo, solto e com uma fluidez que seja uniforme com certa doçura, sem a aspereza dos discursos judiciários e as farpas forenses³⁷⁸.

Assim, na construção da narrativa histórica uma parte diz respeito à forma e outra, ao conteúdo, que propicia conselhos políticos e morais, julgamentos e defesas, elogios ou vitupérios. A narrativa é estabelecida por meio da relação de causa e consequência. A narrativa histórica não tem um gênero do discurso específico, ora está mais próxima do gênero judiciário, ora do deliberativo e ora do epidítico. Mas o discurso forense é o que mais se serve da narrativa, principalmente porque o seu tempo é o passado. A narrativa

³⁷⁷ *Consilio.*

³⁷⁸ CÍCERO. *Ipsa autem exaedificatio posita est in rebus et verbis: rerum ratio ordinem temporum desiderat, regionum descriptionem; vult etiam, quoniam in rebus magnis memoriaque dignis consilia primum, deinde acta, postea eventus expectentur, et de consiliis significari quid scriptor probet et in rebus gestis declarari non solum quid actum aut dictum sit, sed etiam quo modo? et cum de eventu dicatur, ut causae explicentur omnes vel casus vel sapientiae vel temeritatis hominumque ipsorum non solum res gestae, sed etiam, qui fama ac nomine excellant, de cuiusque vita atque natura; [64] verborum autem ratio et genus orationis fusum atque tractum et cum lenitate quadam aequabiliter profluens sine hac iudiciali asperitate et sine sententiarum forensibus aculeis persequendum est.*

histórica tem características do gênero epidítico ao louvar ou vituperar as ações dos homens, ao mesmo tempo, depois de emitir um juízo valorativo sobre algo; ela também pode aconselhar ou desaconselhar e, assim, opinar sobre as ações futuras, encontrando-se no gênero deliberativo. Dessa forma, carrega em si sempre a função pedagógica e sempre está próxima do judiciário por permitir que a ação narrada seja julgada. A história talvez seja pouco preceituada, pois, por dar vida à memória e esta ser parte do dia a dia romano, ela é natural, comum entre homens que baseiam suas ações nos *mos maiorum*, e por permitir, mediante a interpretação do passado, a compreensão do presente e a percepção do futuro.

Em *De Diuinatione*, Cícero afirma que as fábulas não trazem nem *auctoritas* nem *fides*³⁷⁹. Temos bem marcada a oposição entre os historiadores e os poetas, a realidade e a ficção. Uma tem como função ensinar e buscar a verdade, a outra, deleitar. Mas, de alguma forma, isso se confunde na epístola a Luceio. Chiappetta, em seu artigo “‘Não Diferem o Historiador e o Poeta...’ O Texto histórico como instrumento e Objeto de Trabalho”, coloca a história como discurso que organiza os fatos históricos, estabelecendo a relação de causa e consequência, e, uma vez que esta é bem estabelecida, o texto garante sua verossimilhança. De acordo com a autora:

o critério definitivo da narrativa do historiador são, aparentemente, os eventos e não a construção. No entanto a narrativa tem uma maneira própria de se organizar, e esta é comum à história e à ficção. Como construção acabada, a narrativa sempre aponta para uma certa demonstração cujo princípio formal é a consistência, trabalha a partir da articulação das relações de causa e efeito³⁸⁰.

“Uma coisa é expor os fatos narrando, outra é argumentando, incriminar e absolver de um crime; uma coisa é, ao narrar, entreter o auditório, outra, incitar”³⁸¹. Mas em que medida essas práticas não se confundem, principalmente quando Cícero considera seus discursos como testemunhos? A história, por assumir preceitos da retórica, possui ordem, técnica, utilidade e quer agradar.

³⁷⁹ CÍCERO. *De Diuinatione*, II, 55, 113.

³⁸⁰ CHIAPPETTA. “ ‘Não Diferem o Historiador e o Poeta...’ O Texto histórico como instrumento e Objeto de Trabalho”. In: *Língua e Literatura*. 1996, pp. 15-34. p. 15.

³⁸¹ CÍCERO. *Do melhor estilo de Oradores*, V, 15; VI, 16

Diferentemente da preceituação clássica da narrativa histórica feita em *De Oratore*, Cícero, na epístola *Ad Familiares*, V, 12, 7, instrui Luceio para que ele possa ser um *exornatorem rerum*³⁸² ao narrar a sua história – a história de seu consulado – e não apenas um *narratorem rerum*³⁸³. O discurso ornado deve captar a benevolência do público e levá-lo a compreender a glória do discurso, do homem de ação e da pátria, além de conferir glória a quem o narrou. Por meio do paralelo entre os feitos de grandes homens narrados e os grandes escritores que os narraram, Cícero expõe a Luceio o quão glorioso seria ter a sua história narrada e como seria glorioso a Luceio narrá-la, pois sua figura é reconhecida pelos maiores, e seus feitos e o motivo pelo qual os realizou são os mais importantes da República. Ainda na epístola, o autor oferece mais exemplos de preceitos retóricos para persuadir, contando uma história elogiosa. Chiappetta nos diz o seguinte sobre essa epístola:

Cícero, portanto, propõe alguns procedimentos técnicos para a escrita da história. No parágrafo 4, diz que, ao narrar, Luceio deve usar a *doxa* de seus conhecimentos das mudanças civis, deve explicar as coisas novas, indicar remédios para os males, vituperar e elogiar, mostrando, em cada caso, seus motivos. Ou seja, deve tornar seu discurso verossímil, urdido por relações de causa e efeito, deve propor a *fides* que cai bem ao *ethos* da sua autoridade³⁸⁴.

Assim, depois de reunirmos as principais passagens sobre a preceituação da narrativa histórica ciceroniana, podemos concluir que sua escrita é própria do orador, principalmente aquele que pode se dedicar a ela por mais tempo. Assim, tratamos a *Epístola a Luceio* como uma preceituação pontual e apenas para a narrativa do consulado de Cícero, mesmo porque verificaremos que, em *De Re Publica*, II e em *Brutus*, o autor segue a preceituação feita em *De Oratore*.

A *historia magistra uitae* narrada por um orador-advogado-político-filósofo-sábio deve ter por finalidade a formação de varões aptos a reger a república segundo um saber de todas as coisas e costumes. E, no futuro, este varão será matéria de uma narrativa

³⁸² Aquele que narra os feitos de modo ornado e belo.

³⁸³ Aquele que narra os feitos.

³⁸⁴ CHIAPPETTA. “ ‘Não Diferem o Historiador e o Poeta...’ O Texto histórico como instrumento e Objeto de Trabalho”. In: *Língua e Literatura*. 1996. p.25

histórica. Assim, um dia ele é discípulo, no outro, um homem de ação, e na velhice, um narrador que conta as ações de outros homens de ação ou as suas próprias.

IV.II. *DE RE PUBLICA*, II

Musti, ao introduzir a obra polibiana – obra historiográfica notadamente que mais influenciou Cícero, principalmente em *De Re Publica*, II –, afirma que a reflexão historiográfica de Políbio constitui um retorno, ainda que apenas em parte, a Tucídides³⁸⁵, para o qual o passado ensina a prever o futuro, pela imutabilidade da natureza humana. Políbio também não está imune à influência da historiografia isocrática, com seu caráter retórico e moralista, com o intuito de servir de parâmetro para a ação político-militar. E ainda como Tucídides, Políbio considera a utilidade como fundamental para a ação humana. Heródoto³⁸⁶ está preocupado com a história recente; Tucídides, com as origens³⁸⁷. Além disso, devemos nos lembrar que a história polibiana é pragmática³⁸⁸, ou seja, trata de feitos político-militares em oposição à mítico-genealógica e àquela relativa à fundação da cidade.

Se seguirmos o que Musti aponta sobre os autores que influenciaram Políbio e sabendo que esse influenciou Cícero, podemos observar que Cícero adere à ideia de que, por meio do conhecimento do passado, é possível prever o futuro (não por acreditar na imutabilidade, mas pela exemplaridade), tanto do ponto de vista filosófico quanto

³⁸⁵ Momigliano argumenta sobre Tucídides e a história cíclica: “Prima facie pode ter mais sentido atribuir uma visão cíclica da história a Tucídides, porque ele escreveu com o objetivo de ajudar quem quer que deseje ter uma visão clara dos eventos que aconteceram e daqueles que, algum dia, têm a probabilidade de acontecer novamente, da mesma forma ou de modo similar” (I, 22). Mas aqui, novamente, nenhum retorno eterno está implícito. Tucídides sugere vagamente que haverá nos eventos futuros fatos idênticos ou similares aos que ele vai narrar. Ele não explica, no entanto, se a identidade ou semelhança entre o presente e o futuro se destina a se estender a todo o seu assunto – a Guerra do Peloponeso – ou, em parte, a isso, por exemplo, na maioria das vezes, às alegações individuais”. MOMIGLIANO. “Time in Ancient Historiography”. pp.11-12.

³⁸⁶ Momigliano argumenta sobre Heródoto: “Os ciclos históricos no sentido exato do significado são desconhecidos de Heródoto. Ele acredita que existem forças que operam na história que se tornam visíveis apenas no final de uma longa cadeia de eventos. Essas forças geralmente estão ligadas à intervenção dos deuses na vida humana. O homem deve contar com eles, embora não seja certo se o homem pode realmente evitar o que é ordenado”. MOMIGLIANO. “Time in Ancient Historiography”. p.11.

³⁸⁷ MUSTI. In: POLÍBIO. *Storie*. A cura di Domenico Musti. Nota biografica di Domenico Musti. Traduzione di Manuela Mari. Note di John Thornton. Volume primo (libri I-II). pp.19-20.

³⁸⁸ POLÍBIO. *Storie*, I, 2.

histórico; há um forte caráter retórico e moralista nas narrativas históricas, e a história, por ser mestra da vida, fornece os paradigmas de imitação. O autor romano quase não retrata feitos militares, batalhas, pois está mais preocupado com as questões políticas da cidade, com a vida civil. A ação retratada na narrativa histórica deve ser sempre útil e o critério de utilidade é filosófico-político: o que é útil a um deve ser útil a todos. Cícero se serve do mito, apesar de não autorizá-lo como histórico e narra a fundação da cidade, mas não atribui ao ato fundador toda a importância para a grandeza da *ciuitas*. Rawson afirma que *De Re Publica* é um microcosmo de todos os interesses históricos de Cícero³⁸⁹. Podemos extrair do segundo livro, por meio da narrativa histórica, toda a teoria do governo misto e a negação da circularidade do curso da história.

Durante a narrativa em *De Re Publica*, II, Cipião é interrompido por Lélío e questionado sobre o método que está empregando:

21 (...) Nós realmente vemos que até mesmo tu começaste a discutir com um método novo, que [não se encontra] em nenhuma parte nos livros dos gregos. Pois aquele príncipe, com seus escritos, foi mais insigne que todos, e ele próprio escolheu uma área na qual construir, de acordo com seu arbítrio, uma *ciuitas* – talvez excelente, mas incompatível com a vida e os costumes dos homens³⁹⁰.

Lélío se refere ao método da narrativa histórica, algo novo, pois Platão (aquele príncipe) construiu sua filosofia política baseando-se em uma *politeia* que não era real, e os peripatéticos citaram diversas constituições, mas não detalharam o desenvolvimento histórico de nenhuma. Aqui podemos observar que Cícero quer comprovar historicamente o desenvolvimento de Roma. E continua:

22. Os outros dissertaram sobre os gêneros e razões das *ciuitates* sem nenhum exemplo e forma definida de república. A mim me

³⁸⁹ RAWSON, E. “Cicero the Historian and Cicero the Antiquarian”. p.36.

³⁹⁰ CÍCERO. *De Re Publica*, II, 21: *nos uero uidemus, et te quidem ingressum ratione ad disputandum noua, quae nusquam est in Graecorum libris. nam princeps ille, quo nemo in scribendo praestantior fuit, aream sibi sumpsit, in qua ciuitatem exstrueret arbitrato suo, praeclaram ille quidem fortasse, sed a uita hominum abhorrentem et a moribus.*

parece que farás as duas coisas: de fato, começaste de tal forma que preferes atribuir a outros as coisas que tu mesmo encontras do que forjar, como faz Sócrates em Platão. E sobre a localização da urbe, atribui à razão aquelas coisas que foram feitas por Rômulo por acaso ou por necessidade. E disputas não com um discurso vago, mas definido, sobre a república; assim, continuas como começaste, pois já pareço perceber, na medida em que descreves os demais reis, uma república, por assim dizer, perfeita³⁹¹.

Fox aponta que os interlocutores fizeram uma “transição bem sucedida de uma discussão sobre a república ideal com base na teoria constitucional para uma baseada na história de Roma³⁹²”, entre o livro I e II; ou seja, filosofia e história podem estar entrelaçadas. O autor observa que a história tem sido usada para garantir a aplicabilidade de ideias teóricas e torná-las diretamente relevantes para a fundamentação. “Esta é uma passagem emblemática para a produção filosófica inteira de Cícero, uma vez que estabelece a luta entre teoria e prática como a [luta] entre Platão e Cícero, entre uma maneira de fazer filosofia que é historicamente fundamentada e uma fundamentalmente idealista”³⁹³. A história implica em uma maior autoridade para a obra ciceroniana. Por meio dela, Cícero sugere uma maneira de compreender a relação do homem com o mundo, Roma, que vai além do tempo presente, ou seja, há uma relação entre passado e presente. Observamos, assim, qual o tempo que a narrativa histórica retrata e qual o ritmo.

Em *De Re Publica*, II, são utilizadas algumas unidades de medida do tempo, como as olimpíadas e os acontecimentos naturais. Interessa-nos o aspecto humano do tempo, ou seja, como o homem inserido em uma comunidade política o percebia, e como a história, entendida como narrativa de feitos políticos memoráveis, refletia isso. A filosofia política ciceroniana sugere uma forma de compreender a ação do homem em Roma em

³⁹¹ CÍCERO. *De Re Publica*, II, 22: *reliqui disseruerunt sine ullo certo exemplari formaque rei publicae de generibus et de rationibus ciuitatum. tu mihi uideris utrumque factururus: es enim ita ingressus ut quae ipse reperias tribuere aliis malis quam, ut facit apud Platonem Socrates, ipse fingere, et illa de urbis situ reuoces ad rationem quae a Romulo casu aut necessitate facta sunt, et disputes non uaganti oratione sed defixa in una re publica. quare perge ut instituisti; prospicere enim iam uideor te reliquos reges persequente quasi perfectam rem publicam.*

³⁹² FOX. *Cicero's Philosophy of History*. p.62.

³⁹³ FOX. *Cicero's Philosophy of History*. pp.62-63.

um determinado tempo, e a narrativa histórica descreve este percurso. A república romana chegou a um ótimo estado por um curso natural, o povo se consolidou pelo discernimento e pela disciplina³⁹⁴. Desde o início do livro II, do *De Re Publica*, ao enunciar que Roma foi constituída pelo acúmulo de experiências, o autor afirma que sua narrativa histórica mostra como ocorreu esse acúmulo. Portanto, a narrativa que reconstitui a história de Roma trata do que lhe foi proporcionado na fundação e do acúmulo de experiências por muitas gerações.

2. Sobre esse assunto ele costumava dizer que nosso estado de *ciuitas* era superior às demais *ciuitas*, pois naquelas havia, costumeiramente, alguns poucos dentre eles para constituir a república, [fazendo] leis e instituições, tal como Minos dos cretenses, Licurgo³⁹⁵ dos lacedemônios, Teseu, Drácon, Sólon, Clístenes e muitos outros dentre os atenienses; por fim, até o douto varão Demétrio³⁹⁶ de Faleros conservando a já enfraquecida e derrubada [república]. Porém, nossa república não foi constituída pelo engenho de um, mas de muitos, nem durante a vida de um homem, mas em alguns séculos e gerações. Pois [Catão] dizia jamais ter existido um engenho tão grande – alguém a quem nada escapasse – e que nem todos os engenhos reunidos em um só poderiam prever tanto, [a ponto de] abarcar em apenas um momento tudo, sem a experiência das coisas e sem amadurecimento³⁹⁷.

Dessa forma, a República romana foi construída: trata-se de um somatório de tempos, de gerações, de ações. Em Roma, não apenas o ato fundador foi grandioso, mas

³⁹⁴ Cf. CÍCERO. *De Re Publica*, II, 30.

³⁹⁵ Cícero se refere a legisladores exemplares. A constituição feita por Licurgo foi considerada a melhor constituição grega por Políbio, que compara também a de Cartago com a dos romanos. Cf. VI, 48-52. Cf. *De Rep.* II, 42-43, quando Cícero retoma a comparação entre a constituição de Licurgo e a romana.

³⁹⁶ Governou Atenas no final do século IV a.C.

³⁹⁷ CÍCERO. *De Re Publica*, II, 2. *nostra autem res publica non unius esset ingenio sed multorum, nec una hominis vita sed aliquot constituta saeculis et aetatibus. nam neque ullum ingenium tantum extitisse dicebat, ut quem res nulla fugeret quisquam aliquando fuisset, neque cuncta ingenia conlata in unum tantum posse uno tempore providere, ut omnia complecterentur sine rerum usu ac vetustate.*

também as ações que se seguiram. E esse acúmulo de ações levou Roma ao apogeu. Com isso, podemos perceber ao longo da narrativa que a coletividade das ações ocorre mais pelo acúmulo de ações durante séculos e gerações do que uma grande ação coletiva como a guerra.

O ponto de partida da fundação de Roma é uma fábula³⁹⁸ e não uma narrativa histórica. Por que Cícero deu voz a uma narrativa que não se baseava no critério de verdade, lemos em *De Re Publica*, II, II, 4:

– Por que temos um começo da instituição da república tão ilustre e tão conhecido por todos, como é o início desta urbe fundada por Rômulo? Nascido do pai Marte (pois concedamos [isso] à voz corrente dos homens, não apenas porque [este mito] está particularmente enraizado, mas também porque foi sabiamente transmitido pelos predecessores o pensamento de que os beneméritos das coisas que são comuns não são só de estirpe como também de engenho divino)³⁹⁹;

Apesar de Cícero preceituar um método para a escrita da história em que não há espaço para as narrativas míticas, temos que considerar que os mitos faziam parte da cultura greco-romana. Collingwood aponta que há

tais elementos até no sisudo Tucídides. (...) Aliás, elementos lendários semelhantes são manifestamente frequentes em Heródoto. Mas o que é notável por parte dos gregos não é o fato de o seu pensamento histórico conter certos resíduos de elementos que temos de considerar como não-históricos, e sim o fato de,

³⁹⁸ Dumézil afirma que, nas antigas sociedades itálicas, as lendas sobre as origens, a fundação, serviam para justificar todo tipo de pretensão e de orientação política ou nacional. DUMÉZIL. *Mito e epopeya*, III. p.196

³⁹⁹ CÍCERO. *De Re Publica*, II, 4: *quod habemus' inquit 'institutae rei publicae tam clarum ac tam omnibus notum exordium quam huius urbis condendae principium profectum a Romulo? qui patre Marte natus (concedamus enim famae hominum, praesertim non inueteratae solum sed etiam sapienter a maioribus proditae, bene meriti de rebus communibus ut genere etiam putarentur, non solum ingenio esse diuino).*

lado a lado com estes, conter elementos daquilo que chamamos história⁴⁰⁰.

A fundação é elaborada pela ação humana, que apenas é possível porque os homens são dotados de razão, possuem linguagem e agem racionalmente, como vimos no primeiro capítulo. O ato fundador é um momento de afirmação da coletividade, e a partir dele temos a aceitação de um conjunto de princípios. Se esses já estavam presentes desde o nascimento da urbe e da república, então não poderiam mais ser abandonados, e, se fossem, o corpo político poderia perder sua identidade⁴⁰¹. As ações de Rômulo deixaram um legado a Roma que permaneceram na constituição da república. Na narrativa ciceroniana, em *De Re Publica*, II, recorre-se a Rômulo, filho do deus Marte, e o autor continua:

Neste lugar, foi nutrido pelos úberes de um animal selvagem, e pastores o acolheram e o criaram no costume e no trabalho do campo. Relata-se que se desenvolveu e que era tão melhor que os outros com seu corpo varonil e sua ferocidade no ânimo, que todos que cultivavam o campo, onde hoje é esta urbe, obedeciam-no de ânimo tranquilo e de livre vontade. Apresentando-se como chefe das tropas, para já passarmos da fábula aos fatos, subjuguou Alba Longa, cidade forte e poderosa daqueles tempos, e matou o rei Amúlio⁴⁰².

Observamos que se servir do mito ou da fábula juntamente com a história não é um problema, desde que se separe um do outro, como o autor faz: “para já passarmos da fábula aos fatos”⁴⁰³. Um dos elementos de originalidade do livro II está em contar a

⁴⁰⁰ COLLINGWOOD. *A Ideia de História*. p. 15.

⁴⁰¹ Cf. Bignotto. *Problemas atuais da teoria republicana*. p. 33.

⁴⁰² CÍCERO. *De Re Publica*, II, 4 (...) *quo in loco cum esset siluestris beluae sustentatus uberibus, pastoresque eum sustulissent et in agresti cultu laboreque aluissent, perhibetur ut adoleuerit et corporis uiribus et animi ferocitate tantum ceteris praestitisse ut omnes qui tum eos agros ubi hodie est haec urbs incolebant, aequo animo illi libenterque parerent. quorum copiis cum se ducem praebuisset, ut [et] iam a fabulis ad facta ueniamus, oppressisse Longam Albam, ualidam urbem et potentem temporibus illis, Amuliumque regem interemisse fertur.*

⁴⁰³ CÍCERO. *De Re Publica*, II, 4: (...) *ut [et] iam a fabulis ad facta ueniamus, oppressisse Longam Albam, ualidam urbem et potentem temporibus illis, Amuliumque regem interemisse fertur.*

história de Roma desde as suas origens, mesmo que a tratando de modo fabuloso⁴⁰⁴. É a partir deste ponto, em que separa a fábula dos fatos, que continua a narrar a fundação de Roma.

A ferocidade do animal que nutriu Rômulo parece ter sido transmitida ao seu ânimo, e sua força física foi propagada à cidade. A obediência, a disciplina, cara aos povos conquistadores, esteve presente desde a época em que ali havia apenas camponeses. Pouco depois, Rômulo e o rei dos sabinos instituíram, para que seu governo fosse, de algum modo, temperado, o conselho régio delegado aos principais, que chamaram de “pais”, e dividiram o povo em três tribos e trinta cúrias. Mas, depois da morte de Tito Tácio, Rômulo reinou muito mais de acordo com a autoridade e discernimento dos pais⁴⁰⁵. Quando Rômulo morreu, o povo romano já era vigoroso⁴⁰⁶.

O autor retira um pouco a importância da fundação e da engenhosidade de apenas um homem e mostra que a experiência romana é diferente das demais, pois ao longo de sua história houve, de acordo com as necessidades, um acúmulo de experiências. Cícero tem a visão de um curso dos acontecimentos no qual, ao mesmo tempo que fundar é consolidar em instituições um conjunto de princípios que estavam presentes desde o ato inaugural, o fundador deve sair de cena para que outros homens contribuam para a construção da pátria. É como se o ato heroico não se fizesse presente apenas na fundação, mas também em derrubar Cartago, como Cipião o fez, e em governar a república. No momento da fundação, a natureza dá ao homem o que é necessário para que ele construa a república, mas não oferece a república pronta; são as ações humanas, ou seja, a liberdade das ações humanas que permite a sua constante formação e o seu aperfeiçoamento. A construção é o que permite aos homens realizarem a sua natureza e buscarem a utilidade comum. Assim, os homens não terão a postura passiva diante da república como queriam os epicuristas. A valorização da construção, que ocorreu pela experiência das coisas e pelo amadurecimento dos homens e de seus feitos, permite que haja uma solidificação de princípios, como os do governo misto, e esses conduzem Roma ao seu apogeu.

Roma nasce monárquica, mas a potestade é tripartida entre dois reis, os patres e o povo dividido em tribos e cúrias, segundo Cícero:

⁴⁰⁴ Collingwood aponta que o primeiro a fazer isso foi Tito Lívio em *Ab Vrbe Condita*, mas vemos que Cícero o fez antes de Tito Lívio.

⁴⁰⁵ Cf. CÍCERO. *De Re Publica*, II, 14.

⁴⁰⁶ Cf. CÍCERO. *De Re Publica*, II, 21.

14. Porém, depois da morte de Tácio, uma vez que recaía sobre [Rômulo] todo o domínio, ainda que Tácio houvesse delegado o conselho régio aos principais [concidadãos] (que, por afeto, foram chamados de pais [*patres*]) e dividido o povo em três tribos – às quais [Rômulo] deu o seu nome, o de Tácio e o de Lucumão, companheiro de Rômulo, que morrera no combate contra os sabinos – e em trinta cúrias, as quais nomeou com os nomes daquelas virgens sabinas raptadas que, posteriormente, foram suplicantes da paz e do tratado. Essa distribuição tinha sido feita quando Tácio ainda vivia, entretanto, depois de sua morte, Rômulo reinou muito mais de acordo com a autoridade e a deliberação dos pais [*patres*]. [IX] 15. Rômulo, primeiramente, observou e julgou o mesmo que, pouco antes, Licurgo havia observado em Esparta: que as *ciuitates* seriam melhor governadas e regidas sob o comando de um só e da potestade régia, se a essa dominação se unir a autoridade dos *optimates*. Assim, sustentado e apoiado por este conselho e, por assim dizer, pelo senado,(...) ⁴⁰⁷.

Nós nos questionamos, então, qual o sentido da tripartição? Podemos nos servir do que Dumézil argumenta em sua obra *Mito e Epopeya* sobre o mecanismo das três funções herdado dos indo-europeus:

(...) várias cenas ou grupos de cenas cuja intenção é trifuncional se apresentam imediatamente para oferecer seu testemunho de que os autores dos Anais ou seus antecessores dos séculos IV e III a.C. usaram este esquema antigo com consciência plena, mesmo que, segundo outros indícios, isso se prolongou além da

⁴⁰⁷ CÍCERO. *De Re Publica*, II 14: *'Post interitum autem Tatii cum ad eum dominatus omnis reccidisset, quamquam cum Tatio in regium consilium delegerat principes (qui appellati sunt propter caritatem patres) populumque et suo et Tati nomine et Lucumonis, qui Romuli socius in Sabino proelio occiderat, in tribus tres curiasque triginta discripserat (quas curias earum nominibus nuncupauit quae ex Sabinis uirgines raptae postea fuerant oratrices pacis et foederis) – sed quamquam ea Tatio sic erant discripta uiuo, tamen eo interfecto multo etiam magis Romulus patrum auctoritate consilioque regnauit. [IX] 15. 'Quo facto primum uidit iudicauitque idem quod Sparta Lycurgus paulo ante uiderat, singulari imperio et potestate regia tum melius gubernari et regi ciuitates, si esset optimi cuiusque ad illam uim dominationis adiuncta auctoritas. itaque hoc consilio et quasi senatu fultus et munitus, et bella cum finitimis felicissime multa gessit et, cum ipse nihil ex praeda domum suam reportaret, locupletare ciuis non destitit.*

empresa restauradora de Augusto. Por conseguinte, tentar desenvolver um repertório preciso e exaustivo desses vestígios ou contribuições é legítimo. No entanto, é preciso distinguir com muito cuidado dois tipos de dados, duas modalidades de expressão do mecanismo das três funções, a saber: o teológico e o ideológico. O primeiro se encontra cabalmente integrado pelos deuses da tríade capitolina, Júpiter, Marte e Quirino, enquanto em segundo lugar, ele pode adotar, e de fato faz, múltiplas formas, rejuvenescendo-se e constantemente diversificando-se tanto na história como nas demais produções do espírito romano⁴⁰⁸.

Podemos dizer que Cícero faz um uso “ideológico” das três funções⁴⁰⁹ com o governo tripartido, seja ele do período monárquico, seja do período republicano.

A tríade no governo, desde a monarquia, é importante na obra histórica ciceroniana, pois mostra o horror dos romanos pela tirania e pelo governo de um só e, ao mesmo tempo, demonstra que o governo de Roma nasceu, de alguma forma, misto. Ademais, observamos que desse fato histórico Cícero depreende um argumento teórico: Roma já nasce com características do governo misto. Cícero, em outros trechos, compara o governo romano com o espartano e o cartaginês, como lemos:

24. Certamente, neste tempo, aquele povo ainda novo viu aquilo que escapou ao lacedemônio Licurgo, que estabeleceu que um rei não deveria ser eleito – se é que isso poderia estar na potestade de Licurgo –, mas acolhido, quem quer que ele fosse, desde que houvesse nascido da estirpe de Hércules. Os nossos [romanos], então ainda rudes, observaram que era oportuno buscar a virtude e a sapiência régia, não a progênie⁴¹⁰.

⁴⁰⁸ DUMÉZIL. *Mito e Epopeya*. p.195.

⁴⁰⁹ O sagrado, a força e a fecundidade. Cf. DUMÉZIL. *Mito e Epopeya*.p. 321.

⁴¹⁰ CÍCERO. *De Re Publica*, II 24: *quo quidem tempore nouus ille populus uidit tamen id quod fugit Lacedaemonium Lycurgum, qui regem non deligendum duxit, si modo hoc in Lycurgi potestate potuit esse, sed habendum, qualiscumque is foret, qui modo esset Herculi stirpe generatus; nostri illi etiam tum agrestes uiderunt uirtutem et sapientiam regalem, non progeniem, quaeri oportere.*

Cícero destaca que os reis em Roma eram eleitos, diferentemente do que acontecia em povos mais antigos, como entre os espartanos. Esse argumento é introduzido para que o autor continue narrando a sucessão de Rômulo por Numa, que foi eleito, assim como os outros reis que o sucederam. Ainda comparando Roma com povos mais antigos, o autor narra:

42. – * [Cartago] havia sido fundada trinta e nove anos antes da primeira olimpíada, portanto era sessenta e cinco anos mais antiga [do que Roma]. E aquele antiquíssimo Licurgo observou quase o mesmo [em Esparta]. Então parece-me que esta igualdade e este tríplice tipo de república tiveram algo em comum com esses povos. Mas o que foi particular em nossa república, e mais ilustre que esta nenhuma pode ser, investigarei a fundo e, se puder, mais sutilmente, pois nada igual ao nosso modo poderia ser encontrado em nenhuma outra república. De fato, essas [constituições] que até agora expus existiram nesta *ciuitas*, na dos lacedemônios e na dos cartagineses, por um lado mescladas, mas, por outro, não eram temperadas. 43. Pois em uma república que tenha apenas um [homem] com potestade perpétua, sobretudo régia, ainda que nela haja um senado, como houve, então, em Roma quando existiam reis, ou em Esparta com as leis de Licurgo, ou ainda quando havia algum direito do povo, como houve [no tempo] de nossos reis, entretanto, ainda que prevalecesse o nome régio, uma república [como essa] não poderia ser e se chamar reino⁴¹¹.

⁴¹¹ CÍCERO. *De Re Publica*, II, 42: *' <quinque et> sexaginta annis antiquior, quod erat XXXVIII ante primam olympiadem condita, et antiquissimus ille Lycurgus eadem uidit fere. itaque ista aequabilitas atque hoc triplex rerum publicarum genus uidetur mihi commune nobis cum illis populis fuisse. sed quod proprium est in nostra re publica, quo nihil possit esse praeclarius, id persequar si potero subtilius; quod erit eius modi, nihil ut tale ulla in re publica reperiat. haec enim quae adhuc exposui ita mixta fuerunt et in hac ciuitate et in Lacedaemoniorum et in Carthaginiensium ut temperata nullo fuerint modo.

43. nam in qua re publica est unus aliquis perpetua potestate, praesertim regia, quamuis in ea sit et senatus, ut tum fuit Romae cum erant reges, ut Sparta Lycurgi legibus, et ut sit aliquod etiam populi ius, ut fuit apud nostros reges, tamen illud excellit regium nomen, neque potest eius modi res publica non regnum et esse et uocari. ea autem forma ciuitatis mutabilis maxime est hanc ob causam, quod unius uitio praecipitata in perniciosissimam partem facillime decidit. nam ipsum regale genus ciuitatis non modo non est reprehendendum, sed haud scio an reliquis simplicibus longe anteposendum (si ullum probarem simplex rei publicae genus), sed ita quoad statum suum retineat. is est autem status, ut unius perpetua potestate et iustitia uniusque sapientia regatur

Aqui Cícero expõe que a diferença entre Roma e Esparta e Cartago era que Roma tinha um governo temperado, enquanto as outras apenas eram mescladas. Esse tempero traz um equilíbrio para a constituição romana, e isso pode ser observado desde o início. O povo romano, como lemos, já nasce grande: “21. Vede, portanto, que pela deliberação de um só varão não apenas nasceu um povo novo, mas já vigoroso e quase púbere, e que não foi deixado chorando no berço?”⁴¹² Mas se na obra ciceroniana não houvesse espaço para a contínua construção da república, então de nada adiantaria discutir sobre a formação e a ação do homem nessa. A divisão da potestade nos tempos de Rômulo e de Tito Tácio foi aperfeiçoada no período republicano. Assim, a grandeza não é alcançada de imediato. A ideia de amadurecimento, aperfeiçoamento, de construção durante séculos e gerações nos remete à ideia de progresso, avanço. Não seria um progresso de técnicas ou da moralidade, mas das experiências políticas. Vejamos as seguintes passagens:

Africano disse: – Pois muito facilmente reconhecerás isto se observares nossa república progredir⁴¹³ e chegar a um ótimo estado por um caminho e um curso naturais. Mais ainda, concluirás que a sapiência de nossos ancestrais deve ser louvada, porque entenderás, inclusive, que muitas coisas acolhidas de outros por nós tornaram-se muito melhores do que haviam sido lá, de onde foram trazidas até aqui e onde surgiram pela primeira vez; e entenderás que o povo romano se consolidou, não por acaso, mas mediante o discernimento e a disciplina; todavia, nem a fortuna foi adversa.⁴¹⁴

*salus et aequabilitas et otium ciuium. desunt omnino ei populo multa qui sub rege est, in primisque libertas, quae non in eo est ut iusto utamur domino, sed ut nul<lo>**

⁴¹²CÍCERO. *De Re Publica*, II, 21: *Vidētisne igitur unius uiri consilio non solum ortum nouum populum, neque ut in cunabulis uagientem relictum, sed adultum iam et paene puberem?*

⁴¹³ *Progredientem* enfatiza um avanço natural da república mediante processos que fazem com que ela avance. Cícero, por meio dos processos históricos, tem uma visão do curso dos acontecimentos.

⁴¹⁴ CÍCERO. *De Re Publica*, II, 30: *'atqui multo id facilius cognosces,' inquit Africanus, 'si progredientem rem publicam atque in optimum statum naturali quodam itinere et cursu venientem videris; quin hoc ipso sapientiam maiorum statues esse laudandam, quod multa intelleges etiam aliunde sumpta meliora apud nos multo esse facta, quam ibi fuissent unde huc translata essent atque ubi primum extitissent, intellegesque non fortuito populum Romanum sed consilio et disciplina confirmatum esse, nec tamen adversante fortuna.*

Notamos o uso da palavra *progredientem* que foi traduzida por “progredir”. Parece que o progresso político é natural e reforçado pelo discernimento do povo. Mas, ao observar a história de Roma desde o período monárquico até o republicano, constatamos que há fracassos e progressos inerentes à prática política. Cícero escreveu quando a república estava em crise, parecia buscar uma solução e talvez a buscava por meio de uma narrativa histórica que recuperasse a glória e mostrasse os exemplos que deveriam ser seguidos e os que deveriam ser evitados. Essa ideia de progresso não nos leva a pensar que Cícero tem uma visão linear do curso dos acontecimentos. Ao contrário, não observamos nem uma concepção do curso dos acontecimentos circular nem uma linear. Talvez a ideia de avanço predomine nesse livro. Ao observarmos a narrativa do período régio de Roma, os reis se sucedem somando⁴¹⁵ suas ações às ações dos antecessores. Depois da morte de Rômulo, o povo exigiu um rei e nomeou Numa Pompílio nos comícios curiados⁴¹⁶. As maiores contribuições desse rei foram a religião e a clemência⁴¹⁷. O rei que sucedeu Numa Pompílio, Tulo Hostílio, foi eleito pelo povo nos comícios curiados. De acordo com Cícero, “os nossos reis já sabiamente observaram que certas coisas devem ser atribuídas ao povo (pois muitas coisas devem ser ditas acerca desse assunto). Tulo nem sequer ousou usar as insígnias régias se não fosse por ordem do povo”⁴¹⁸. Depois dele, Anco Márcio elegeu-se rei pelo povo e, em seguida, Tarquínio, o Antigo. O rei seguinte, Sérvio Túlio, foi o primeiro a reinar sem a ordem do povo, mas pela vontade e consentimento dos concidadãos⁴¹⁹, quando Tarquínio ainda vivia, mas depois da morte desse, o povo ordenou-lhe que reinasse. Por fim, o rei, ou melhor, o tirano Tarquínio, o Soberbo assassinou Sérvio Túlio para chegar ao poder. Com Tarquínio o governo régio se degenerou em tirania:

45. Aqui já orbitará aquele ciclo⁴²⁰, cujo movimento natural e em círculos deveis aprender a reconhecer desde o princípio. De fato, o essencial da prudência civil, sobre a qual versa todo este nosso

⁴¹⁵ CÍCERO. *De Re Publica*, II, 37: – Agora se torna mais certo aquele [dito] de Catão: a constituição de nossa república não é de um só tempo nem de um só homem. Pois, é evidente o quão grande se torna o acréscimo de coisas boas e úteis por meio de cada rei.

⁴¹⁶ Cf. CÍCERO. *De Re Publica*, II, 25.

⁴¹⁷ Cf. CÍCERO. *De Re Publica*, II, 27.

⁴¹⁸ Cf. CÍCERO. *De Re Publica*, II, 31.

⁴¹⁹ Cf. CÍCERO. *De Re Publica*, II, 38

⁴²⁰ Cícero começará a demonstrar um ciclo de degeneração e regeneração das formas de governo em Roma, a partir do governo tirânico de Tarquínio, o Soberbo.

discurso, [consiste] em observar os caminhos e os desvios das repúblicas; quando soubéreis para onde a coisa se inclinará, podereis detê-la ou socorrê-la com antecedência⁴²¹. Pois, o rei de quem falo [Tarquínio], inicialmente, manchado pelo assassinato de um ótimo rei [Sérvio Túlio] não estava com sua mente tranquila e, como ele mesmo temia um grande castigo pelo seu crime, queria ser temido; depois, baseando-se em suas vitórias e riquezas, exultava insolentemente e não podia reger seus costumes nem os desejos dos seus⁴²². 46. E assim, como seu filho mais velho violentou Lucrecia, filha de Tricipitino e esposa de Colatino, esta pudica e nobre mulher castigou a si mesma com a morte, por causa dessa injúria; então, um varão ilustre em engenho e virtude, Lúcio Bruto, repeliu de seus concidadãos aquela sujeição injusta a uma árdua servidão. E, ainda que fosse um concidadão privado, sustentou toda a república e ensinou, que, antes de tudo, nessa *ciuitas* ninguém é um [concidadão] privado quando se trata de preservar a liberdade dos concidadãos⁴²³. Sendo Lúcio Bruto autoridade e [concidadão] principal, estando a *ciuitas* agitada e com uma nova queixa do pai e dos parentes de Lucrecia, pela recordação da soberba de Tarquínio e das suas muitas injúrias como as de seus filhos, ordenou exilar tanto o próprio rei como seus filhos e a estirpe dos Tarquínios⁴²⁴.

⁴²¹ É um exemplo da função pedagógica da história, como *magistrae vita*. A natureza humana parece ser tal que as repúblicas assim como os homens parecem ter caminhos e desvios, logo, observar e aprender para onde a república se inclinará e socorrê-la faz parte da ação do sábio na vida política.

⁴²² Descrição de um tirano.

⁴²³ Cf. CÍCERO. *De Re Publica*, I, 9-10, quando se atrela a ação política à figura do homem sábio que participa dela.

⁴²⁴ CÍCERO. *De Re Publica*, II, 45: *Hic ille iam uertetur orbis, cuius naturalem motum atque circuitum a primo discite agnoscere. id enim est caput ciuilis prudentiae, in qua omnis haec nostra uersatur oratio, uidere itinera flexusque rerum publicarum, ut cum sciatis quo quaeque res inclinet, retinere aut ante possitis occurrere. nam rex ille de quo loquor, primum optimi regis caede maculatus integra mente non erat, et cum metueret ipse poenam sceleris sui summam, metui se uolebat; deinde uictoriis diuitiisque subnixus exultabat insolentia, neque suos mores regere poterat neque suorum libidines. 46. itaque cum maior eius filius Lucretiae Tricipitini filiae Collatini uxori uim attulisset, mulierque pudens et nobilis ob illam iniuriam sese ipsa morte multauisset, tum uir ingenio et uirtute praestans L. Brutus depulit a ciuibus suis iniustum illud*

Cícero, apesar de falar em ciclo e círculos, demonstrará que não houve um círculo, uma vez que, da tirania, Roma se regenera em uma República, forma de governo que é um misto das três formas puras, e o governo misto não é uma forma que se encontra passível de pertencer ao ciclo de degeneração e regeneração. Historicamente, Roma jamais completou um círculo. Para Cícero, Roma não cumpriu um círculo conhecido, como a anaciclose polibiana, mas estava, desde sua fundação, marcada para ser uma República. Se no governo misto saímos do círculo, é porque nesse os vícios estão contidos. A mentalidade cíclica nos ajuda a compreender os momentos em que não há progresso; como o governo misto não está inserido no círculo, quando se sai deste entra-se em tempos de progresso. Ou seja, a República é a forma em que há o acúmulo das experiências, o avanço; por outro lado, no tempo circular pensa-se a destruição e o recomeço; em ambos, há nexos de causalidade; a Roma fundada por Rômulo é refundada no período republicano, e se Cipião tivesse tido tempo, também teria sido refundada por ele, como ditador, como é apontado no *Sonho*. Em *De Re Publica*, II também Cícero nos traz a imagem de que a República não segue caminhos sinuosos, ou seja, circulares, mas chega diretamente em um ótimo estado, como podemos observar em *De Re Publica*, II, 33. “*e, de fato, de acordo com o início de tua exposição, a República não serpenteia, mas voa para um ótimo estado”.⁴²⁵ Ou seja, a República não serpenteia dentro dos ciclos de degeneração e regeneração, mas a República romana conhece mais o avanço; ela não faz caminhos sinuosos e lentos, mas voa; a imagem da serpente demonstra algo difícil de sair do lugar em oposição ao que voa; aqui, por meio da narrativa histórica, Cícero se afasta do fatalismo do ciclo dos primeiros estoicos, dos ciclos de degeneração e regeneração e da anaciclose polibiana, como vimos nos capítulos anteriores. Afirmar que ela não serpenteia nos transmite duas ideias: tanto de um tipo de percurso que não é sinuoso quanto da velocidade desse percurso; isto é, não há idas e vindas. Assim, Roma foi conduzida rapidamente à melhor forma. Momigliano, no artigo “Time in Ancient

durae seruitutis iugum. qui cum priuatus esset, totam rem publicam sustinuit, primusque in hac ciuitate docuit in conseruanda ciuium libertate esse priuatum neminem. quo auctore et principe concitata ciuitas et hac recenti querela Lucretiae patris ac propinquorum, et recordatione superbiae Tarquinii multarumque iniuriarum et ipsius et filiorum, exulem et regem ipsum et liberos eius et gentem Tarquiniorum esse iussit.

⁴²⁵ CÍCERO. *De Re Publica*, II, 33: (*Laelius?*) ‘<neque) enim serpit sed volat in optimum statum instituto tuo sermone res publica.’

Historiography”, argumenta sobre a obra polibiana, e podemos aplicar o mesmo raciocínio à ciceroniana:

Os defensores da visão cíclica da historiografia grega realmente se apoiam em Políbio. No livro VI, ele afirma que homens emergiram de algum tipo de cataclismo de primeira linha para a monarquia; então passam de um tipo de constituição para outro apenas para terminar onde começaram: “até que degenerem novamente em selvagens perfeitos e encontrem mais uma vez um mestre e um monarca”. O ciclo está lá para qualquer um ver, e Políbio argumenta em detalhes as etapas únicas do processo. No entanto, não devemos esquecer que esta seção do Livro VI sobre as constituições é uma grande digressão. A relação entre essa digressão e o resto do trabalho de Políbio não é fácil de entender, e me arrisco a acreditar que o próprio Políbio teria ficado envergonhado de explicá-lo. Para começar, não está claro qual é a relação exata entre essa teoria geral, a teoria das constituições e a descrição subsequente das constituições de Roma e Cartago. A teoria geral diz respeito à humanidade e parece implicar que todos os homens se encontrem em um determinado momento no mesmo estágio do mesmo ciclo. Por outro lado, é certo que, de acordo com Políbio, os estados individuais passam de um estágio constitucional para outro em momentos diferentes. Por exemplo: “tanto quanto o poder e a prosperidade de Cartago tinham sido anteriores ao de Roma, tanto Cartago já começou a declinar enquanto Roma estava exatamente no auge, pelo menos no que diz respeito a seu sistema de governo preocupado” (VI, 51). Além disso, temos que contar com as complicações provocadas pela constituição mista, que prende a corrupção por um longo tempo, se não for para sempre. Mas a principal consideração é que, fora dos capítulos constitucionais, no resto de sua história, Políbio opera como se ele não tivesse nenhuma visão cíclica da história. A primeira e a segunda Guerras Púnicas não são tratadas como repetições de eventos que ocorreram no passado remoto e

acontecerão novamente em um futuro distante. Os eventos individuais são julgados de acordo com noções vagas, como fortuna, ou de acordo com critérios mais precisos de sabedoria e competência humanas. A supremacia romana no Mediterrâneo proporciona ao historiador uma nova perspectiva histórica. Só porque a fortuna fez quase todos os assuntos do mundo inclinar-se em uma direção, é tarefa do historiador colocar diante de seus leitores uma visão compendiosa das maneiras pelas quais a fortuna realizou seus propósitos. O Império Romano torna possível escrever a história universal⁴²⁶.

Da mesma forma que Momigliano mostra que não é possível afirmar uma visão cíclica – no sentido de circular – do tempo na obra polibiana, mesmo havendo a digressão para explicar a teoria da anaclose, também afirmamos que a percepção do curso dos acontecimentos em Roma na obra ciceroniana não está inserida na tradição do pensamento circular. Da tirania surgiu a República, como vemos:

56. Portanto, naqueles tempos o senado manteve a república⁴²⁷ na seguinte situação: um povo livre em que poucos [assuntos] eram geridos por ele, enquanto a maioria era gerida pela autoridade, instituição e costumes do senado, de modo que os cônsules tinham potestade que em tempo durava apenas um ano, mas em gênero e direito era régia⁴²⁸.

Dumézil afirma que a fundação da República, uma espécie de segundo nascimento de Roma, representa para os historiadores a oportunidade de evocar, mediante paralelismos, as lendas tripartidas das origens de Roma⁴²⁹.

⁴²⁶ MOMIGLIANO. “Time in Ancient Historiography”. p.12.

⁴²⁷ A partir do parágrafo 56, a palavra *res publica* refere-se à República romana.

⁴²⁸ CÍCERO. *De Re Publica*, II, 56: *‘Tenuit igitur hoc in statu senatus rem publicam temporibus illis, ut in populo libero pauca per populum, pleraque senatus auctoritate et instituto ac more gererentur, atque uti consules potestatem haberent tempore dumtaxat annum, genere ipso ac iure regiam, quodque erat ad obtinendam potentiam nobilium uel maximum, uehementer id retinebatur, populi comitia ne essent rata nisi ea patrum approbauisset auctoritas.*

⁴²⁹ DUMÉZIL. *Mito e Epopeya*, III. p.205.

Por fim, o livro se fragmenta, e temos a narrativa até o momento do governo dos decênviros virtuosos e depois dos viciosos. Se a história é a arena em que os dilemas do presente são elaborados usando o material extraído do passado, como afirma Fox⁴³⁰. Cícero de forma alguma conceberia um tempo fechado, no momento de decadência em que vivia, mas consideraria, ainda, o que tinha por vir e o que ele almejava a salvação da república por meio de um novo equilíbrio das potestades:

57 (...) Desse modo, vós haveis de prestar atenção naquilo que disse no início: se em uma *ciuitas* não há uma equilibrada compensação de direitos, deveres e funções – de tal forma que haja potestade suficiente nos magistrados, autoridade no conselho dos principais⁴³¹ e liberdade no povo –, não se pode conservar imutável esse estado da República⁴³².

Cícero espera buscar soluções para o seu tempo de declínio e acredita nas experiências exemplares do passado para ajudar a resolver os problemas de seu presente, da República. O passado parece ser o tempo das experiências perfeitas que foram acumuladas, do progresso – dos processos de avanço – que pode reconduzir os homens e a República novamente ao caminho da natureza. No futuro não haverá avanço, se o passado não for recuperado. Talvez seja este o motivo de Cícero fazer o interlocutor Cipião resgatar a história de Roma no livro II, da obra *De Re Publica*.

⁴³⁰ FOX. *Cicero's Philosophy of History*. p.109.

⁴³¹ *Consilio principium*.

⁴³² CÍCERO. *De Re Publica*, II, 57: *id enim tenetote quod initio dixi, nisi aequabilis haec in ciuitate compensatio sit et iuris et officii et muneris, ut et potestatis satis in magistratibus et auctoritatis in principum consilio et libertatis in populo sit, non posse hunc incommutabilem rei publicae conseruari statum*.

IV.III. *BRUTUS*

Brutus, escrita em 46 a.C., é uma obra sobre a história da eloquência romana e expõe a memória da cidade ao descrever as gerações de oradores, uma vez que a oratória é inerente à urbe. Primeiramente, devemos considerar que dentro do gênero dialógico há uma narrativa histórica, e Cícero afirma no parágrafo 292 que está desenvolvendo uma. O diálogo filosófico, que se inicia com um elogio fúnebre e passa a ser uma recuperação na memória, por conseguinte, um relato histórico da vida dos oradores, termina com um autoelogio de Cícero. Notamos, de acordo com as marcas temporais na narrativa histórica, que há uma decadência da retórica e do espaço público, e que estes são apenas recuperados com Cícero, ao vencer Hortênsio. É como se Hortênsio estivesse no auge; após sua morte, a curva é decrescente, e com Cícero há uma linha imediatamente ascendente. Ou seja, não há um movimento circular, há um processo de decadência e de avanço.

A história da oratória romana segue uma ordem cronológica e trata de oradores e magistrados; Fox afirma que “o trabalho é um estranho relato do lugar da retórica em Roma, e trata-se mais de uma deliberação pessoal sobre a questão central: qual estilo de homem é mais adequado para exercer o controle político em Roma?⁴³³” Ou seja, Cícero historiciza também a política romana por tratar as ações desses homens. Rosa Marchese aponta que o estímulo para a sistematização da matéria vem da leitura do *Liber annalis*, de Ático, um manual da cronologia que o amigo havia lhe dedicado, no qual, por meio de um duplo critério ordenador, a sucessão dos oradores e magistrados e a genealogia das famílias nobres encontrou uma forma de organizar a história de Roma até aqueles tempos⁴³⁴. Na obra, lemos o seguinte argumento do autor sobre o livro de Ático: “O livro não apenas me apresentou muita coisa nova como também me foi de grande utilidade no que eu procurava: perceber de uma só vez todos os fatos expostos em uma ordem cronológica⁴³⁵. Ao fim, Cícero transmite a memória da cidade por meio do elenco das gerações de oradores. Segundo Marchese: “a evidência com a qual o passado recente parece trazer os valores perdidos no presente, e é por essa razão que ocorre ao menos

⁴³³ FOX. *Cicero's Philosophy of History*. p.177.

⁴³⁴ MARCHESE, pp.10-11. In: CICERONE. *Bruto*. Introduzione, traduzione e commento di Rosa Rita Marchese. Roma, Carocci editore, 2011.

⁴³⁵ CÍCERO. *Brutus*, 15: *Ille vero et nova, inquam, mihi quidem multa et eam utilitatem quam requirebam, ut explicatis ordinibus temporum uno in conspectu omnia viderem.*

experimental construir a memória da cidade, para transmitir um filtro específico da oratória”⁴³⁶.

Em *Brutus*, a perda dos oradores, a perda do espaço público para falar está relacionada ao declínio da República. Parece, de certa forma, que uma causa do declínio é a falta de oradores e de sua capacidade de convencimento. Ao mesmo tempo, parece que o declínio da República levou à morte o espaço público do debate. Fox argumenta que há uma imagem ambígua dos oradores em Roma, pois apresenta um indicador de desespero tanto no decurso da história passada de Roma quanto de seu futuro potencial.

É razoável ver na reflexão do próprio Cícero um sentimento pessoal de falência e da singularidade de seu próprio lugar na história de Roma; um argumento ligeiramente mais forte é que o sofrimento de Cícero se manifesta de maneira particularmente irônica numa atitude em relação às instituições e à história romana. (...) A questão central, no entanto, é esta: como conscientemente Cícero produziu uma visão tão negativa de Roma?⁴³⁷

Cícero retira do esquecimento os oradores mais importantes que viveram entre 149 a.C. (ano da morte de Catão) e 63 a.C. (ano de seu consulado)⁴³⁸. A partir de Catão é como se a oratória latina passasse por um período de refinamento, porém, ao mesmo tempo, há a perda do espaço público. De acordo com Stroup,⁴³⁹ a *eloquentia* tem três tempos: no presente, parágrafo 22, ela está emudecida; no passado, ela viajou do Pireu para a Ásia; e, no futuro, ela é uma senhora adulta confinada no lar. O diálogo entre Bruto, Ático e Cícero, a princípio, é elaborado para que o interlocutor Cícero fale apenas dos oradores que já morreram, e fica a Ático a missão de falar sobre o estilo de César⁴⁴⁰. A cena do diálogo é composta de modo similar às outras obras – que analisamos no segundo capítulo –, mas, diferentemente dessas, não há o distanciamento temporal de gerações,

⁴³⁶ MARCHESE. p.18. In: CICERONE. *Bruto*. Introduzione, traduzione e commento di Rosa Rita Marchese. Roma, Carocci editore, 2011.

⁴³⁷ FOX. *Cicero's Philosophy of History*. pp.42-43.

⁴³⁸ CÍCERO. *Brutus*, 60.

⁴³⁹ STROUP. “Adulta uirgo: the personification of textual eloquence in Cicero's *Brutus*”. In: *MD*, 2003. p.128.

⁴⁴⁰ CÍCERO. *Brutus*, 251.

tratando-se apenas de “uma conversa que há pouco tempo você iniciou comigo em Túsculo sobre os oradores: quando surgiram, quem eram e também quais eram as suas qualidades”⁴⁴¹. Descrito dessa forma, parece-nos que o livro é uma reunião de biografias elaboradas por um método histórico. Mas, o contexto em que esses oradores viveram nos fornece a visão negativa da República.

Cícero faz um autoelogio ao elogiar Hortênsio, que era excelente, mas fora vencido por ele. A obra, em parte, também pode ser entendida como uma *laudatio funebris*, e não apenas pelo elogio a Hortênsio, mas a todos os oradores que haviam morrido e foram retratados. A *laudatio funebris* necessariamente refere-se às ações, aos feitos passados dos homens elogiados, ou seja, ela carrega em si um caráter histórico de preservação na memória das ações dignas de elogios desses homens. Ainda restaria Cícero como orador em Roma, mas o espaço público republicano estaria comprometido desde a ditadura de César. Ou seja, há a simultaneidade da queda da *ciuitas* e do fim da eloquência, como podemos observar: “em nossa *ciuitas*, enquanto muitas instituições sucumbiram, também a própria eloquência, sobre a qual começamos a discutir, emudeceu.”⁴⁴². Como vimos anteriormente, as instituições se degeneram por causa dos vícios dos homens que as dirigem; uma das causas é a opção pelo vício em vez de se optar pela razão; ademais, a ação racional, virtuosa, prudencial leva à sabedoria, que obviamente é ausente nos homens viciosos. Sobre a prudência, o autor afirma: “De fato, ninguém pode discursar bem, a não ser quem pensa com prudência; assim, quem se dedica à verdadeira eloquência, se dedica à prudência, da qual mesmo nas maiores guerras ninguém pode prescindir com ânimo equânime”⁴⁴³. Com isso, observamos que a queda das instituições é por causa da moralidade, tanto as instituições quanto a eloquência sucumbiram, pois não havia mais prudência.

A narrativa, inicialmente, remonta à Grécia, particularmente a Atenas, “urbe onde pela primeira vez surgiu um orador e também pela primeira vez a oratória passou a ser confiada aos registros históricos e aos escritos.”⁴⁴⁴ Com isso, Cícero começa a falar dos

⁴⁴¹ CÍCERO. *Brutus* 20: *Quod mihi nuper in Tusculano inchoavisti de oratoribus: quando esse coepissent, qui etiam et quales fuissent.*

⁴⁴² CÍCERO. *Brutus*, 22: *subito in civitate cum alia ceciderunt tum etiam ea ipsa, de qua disputare ordimur, eloquentia obmutuit.*

⁴⁴³ CÍCERO. *Brutus*, 23: *dicere enim bene nemo potest nisi qui prudenter intellegit; quare qui eloquentiae verae dat operam, dat prudentiae, qua ne maxumis quidem in bellis aequo animo carere quisquam potest.*

⁴⁴⁴ CÍCERO. *Brutus*, 26: *qua in urbe primum se orator extulit primumque etiam monumentis et litteris oratio est coepta mandari.*

oradores gregos, enumerando um a um, a oposição de Sócrates, depois o trabalho de Isócrates, na mesma época Lísias, Demóstenes, Hipérides, Ésquines, Licurgo, Dinarco, Demades, Demétrio, Êupolis. Então, marca:

Percebes, então, que até mesmo naquela urbe, em que a eloquência nasceu e foi nutrida, quão tarde ela veio à luz? (...) Com efeito, embora tivessem florescido no reinado de Sêrvio Túlio, Atenas já existia há muito mais tempo do que Roma até os dias de hoje.⁴⁴⁵

A forma de marcar temporalmente o apogeu da retórica na Grécia é por meio da comparação com o que acontecia em Roma e a idade dessas duas urbes. Assinala-se a velhice de Atenas e a jovialidade de Roma, esta, porém, já muito madura do ponto de vista político. E continua afirmando que “a *ciuitas* de Atenas, antes de se deleitar com a glória oratória, já havia conseguido muitos feitos memoráveis tanto domésticos como na guerra. Mas esse esforço não era comum a toda Grécia, mas próprio de Atenas⁴⁴⁶”. Com isso, podemos entender que a oratória é inerente à urbe e ao modo de falar da urbe.

Continua a narrativa descrevendo que a oratória foi exportada do Pireu à Ásia, quando se contaminou com hábitos estrangeiros e perdeu sua pureza⁴⁴⁷. Em Roma, Cícero registra que, depois da expulsão dos reis, o ditador Marco Valério “apacou as discórdias com a palavra, e a ele, por isso, foram distribuídas as maiores honras e, pelo mesmo hábito, ele foi o primeiro a ser chamado de Máximo”⁴⁴⁸. Ou seja, ele chegou à concórdia por meio da palavra e não por meio de guerra; Cícero como um filósofo que defende a concórdia, acredita que, para amenizar os conflitos, o único elemento concorde que há são as palavras.

O autor segue a narrativa, tomando como exemplo outros oradores e expondo premissas retóricas; “Não pensei que com esta conversa eu chegaria à nossa época, mas

⁴⁴⁵ CÍCERO. *Brutus*, 39: *Videsne igitur vel in ea ipsa urbe, in qua et nata et alta sit eloquentia, quam ea sero prodierit in lucem? (...). nam etsi Servio Tullio regnante vigerunt, tamen multo diutius Athenae iam erant, quam est Roma ad hodiernum diem.*

⁴⁴⁶ CÍCERO. *Brutus*, 49: *(...) nam ante quam delectata est Atheniensium civitas hac laude dicendi, multa iam memorabilia et in domesticis et in bellicis rebus effecerat. hoc autem studium non erat commune Graeciae, sed proprium Athenarum*

⁴⁴⁷ CÍCERO. *Brutus*, 51.

⁴⁴⁸ CÍCERO. *Brutus*, 54: *M. Valerium dictatorem dicendo sedavisse discordias, eique ob eam rem honores amplissimos habitos et eum primum ob eam ipsam causam Maximum esse appellatum.*

a ordenação dos tempos levou nosso discurso até que chegássemos também aos mais jovens. (...) porque espero conhecer seus graus e, por assim dizer, o processo de seu esforço na oratória⁴⁴⁹. Fazer uma *ordo aetatum*, ou seja, a ordenação dos tempos é a forma de elaborar uma narrativa histórica. E *processus* aqui aparece como sinônimo de progressão, uma série de processos, de avanços de um particular na disciplina oratória. Ao chegar em seu tempo, argumenta que o valor do orador é percebido pela eficácia do discurso e que um bom orador supera um pequeno general⁴⁵⁰, introduzindo, em seguida, o discurso sobre César:

Mas, Bruto, disse Ático, a respeito de César, tanto penso como ouço muito frequentemente de quem é profundo conhecedor do assunto que entre quase todos os oradores ele fala o latim mais elegante, e não só por um hábito familiar, como há pouco ouvimos das famílias dos Lélios e dos Múcios, embora eu acreditasse que fosse por isso também, como fosse completa a sua glória oratória; no entanto, ele conseguiu, por meio de muitos estudos, tanto os mais profundos como os mais refinados, e com sumo esforço e diligência. 253. E, mesmo em meio a importantes ocupações, a ti, disse, olhando para mim, com muito rigor escreveu sobre o método oratório do bom latim e afirmou no início do livro que a boa escolha das palavras era a origem da eloquência; e, meu Bruto, conferiu ao nosso amigo, que preferiu que eu e não ele falasse sobre aquele, um elogio singular. De fato, depois de haver mencionado teu nome, escreveu nos seguintes termos: “e se alguns são capazes de expressar claramente seus pensamentos, que se empenharam no estudo e na prática, de cuja copiosidade devemos considerar-lhe quase o primeiro inventor, digno do nome e do prestígio diante do povo romano; conhecer

⁴⁴⁹ CÍCERO. *Brutus*, 232: (...) *non me existimavi in hoc sermone usque ad hanc aetatem esse venturum; sed ita traxit ordo aetatum orationem, ut iam ad minoris etiam pervenerim. (...) quam quod gradus tuos et quasi processus dicendi studeo cognoscere.*

⁴⁵⁰ Cf. CÍCERO. *Brutus*, 256.

essa linguagem fácil e cotidiana é algo que agora deve se deixar de lado?”⁴⁵¹

César elogia Cícero em sua obra, e, ao mesmo tempo, na obra de Cícero há um elogio às habilidades oratórias de César. O bom latim falado por ele trata-se de um esforço pessoal e não uma questão que era predominante na época. Nos tempos de Lélcio e Cipião, o bom latim, assim como a moral, era um costume mais difundido. “Mas, agora, quase todos que não viveram fora da urbe falam corretamente, nem o deteriorou em um barbarismo doméstico. Mas, sem dúvida, tanto em Roma quanto na Grécia essa situação se deteriora pelo tempo”⁴⁵². Ou seja, Roma já está velha e tanto a retórica quanto a moral já se deterioraram. Cícero parece mostrar uma degeneração da língua que acontece pela idade da urbe e pela influência estrangeira, pois, ao sair para guerrear e conviver com costumes bárbaros, a língua pode se degenerar. Do ponto de vista da língua:

261. César, porém, recorrendo à razão, corrige o vicioso e deteriorado uso com o uso puro e íntegro. Por isso, por um lado, a essa diligência dos termos latinos – que, no entanto, é necessária, embora orador não seja, mas seja um livre cidadão romano – acrescenta os ornamentos da linguagem oratória; por outro lado, é como se colocasse as telas bem pintadas em boa luz. Enquanto obtém esse mérito notável entre as qualidades comuns, não vejo a quem deva ceder. Possuiu um método oratório esplêndido e que não se resume à experiência, e também de certo modo magnífico e nobre na voz, no movimento, na forma. 262.

⁴⁵¹ CÍCERO. *Brutus*, 252: *Sed tamen, Brute, inquit Atticus, de Caesare et ipse ita iudico et de hoc huius generis acerrimo existimatore saepissime audio, illum omnium fere oratorum Latine loqui elegantissime; nec id solum domestica consuetudine ut dudum de Laeliorum et Muciorum familiis audiebamus, sed quamquam id quoque credo fuisse, tamen, ut esset perfecta illa bene loquendi laus, multis litteris et iis quidem reconditis et exquisitis summoque studio et diligentia est consecutus:[253] Qui[n] etiam in maxumis occupationibus ad te ipsum, inquit in me intuens, de ratione Latine loquendi accuratissime scripserit primoque in libro dixerit verborum dilectum originem esse eloquentiae tribueritque, mi Brute, huic nostro, qui me de illo maluit quam se dicere, laudem singularem; nam scripsit his verbis, cum hunc nomine esset adfatus: ac si, cogitata praeclare eloqui <ut> possent, nonnulli studio et usu elaboraverunt, cuius te paene principem copiae atque inventorem bene de nomine ac dignitate populi Romani meritum esse existumare debemus: hunc facilem et cotidianum novisse sermonem nunc pro relicto est habendum?*

⁴⁵² CÍCERO. *Brutus*, 258: (...) *sed omnes tum fere, qui nec extra urbem hanc vixerant neque eos aliqua barbaries domestica infuscaverat, recte loquebantur. sed hanc certe rem deteriore[m] vetustas fecit et Romae et in Graecia.*

Bruto, então, disse: sim, seus discursos me agradaram muito. Li, porém, só alguns; e ele também escreveu alguns comentários sobre os seus feitos. – São realmente louváveis, acrescentei. Com efeito, são desnudos, simples e elegantes, como se fosse retirada a veste de todo ornamento do discurso. Mas, ao desejar que estivesse à disposição de outros os elementos donde possam se apropriar os que quiserem escrever história, fez talvez um bem aos ineptos, que desejarão frisá-los com calamístros; é verdade que dissuadiu homens sensatos de escrever; com efeito, nada é mais agradável na história que a pura e clara brevidade. Mas, se lhe apraz, voltemos àqueles que deixaram a vida⁴⁵³.

Observamos que do ponto de vista moral não há elogio a César. O que ele faz apenas é louvável do ponto de vista da oratória. Após falar de César, que é o mesmo que falar do presente, voltam a falar do passado: “(...) De fato, tanto a recordação do passado é amarga como ainda mais amargo é o futuro. Por isso, deixemos de lamentar e tão somente exaltemos a qualidade que cada um possuía, já que investigamos isso”⁴⁵⁴. Podemos inferir que o futuro seria amargo, pois o presente estava sendo. Dessa forma, a narrativa volta a Hortênsio:

301. Hortênsio, então, depois de começar a discursar no fórum ainda jovem, rapidamente passou a defender as causas mais importantes. E embora tivesse vivido na época de Cota e Sulpício,

⁴⁵³ CÍCERO. *Brutus*, 261: *Caesar autem rationem adhibens consuetudinem vitiosam et corruptam pura et incorrupta consuetudine emendat. itaque cum ad hanc elegantiam verborum Latinorum— quae, etiam si orator non sis et sis ingenuus civis Romanus, tamen necessaria est—adiungit illa oratoria ornamenta dicendi, tum videtur tamquam tabulas bene pictas conlocare in bono lumine. hanc cum habeat praecipuam laudem in communibus, non video cui debeat cedere. splendidam quandam minimeque veteratorem rationem dicendi tenet, voce motu forma etiam magnificam et generosam quodam modo.[262] Tum Brutus: orationes quidem eius mihi vehementer probantur. compluris autem legi; atque etiam commentarios quosdam scripsit rerum suarum.*

Valde quidem, inquam, probandos; nudi enim sunt, recti et venusti, omni ornatu orationis tamquam veste detracta. sed dum voluit alios habere parata, unde sumerent qui vellent scribere historiam, ineptis gratum fortasse fecit, qui volent illa calamistris inurere: sanos quidem homines a scribendo deterruit; nihil est enim in historia pura et inlustri brevitatem dulcius. sed ad eos, si placet, qui vita excesserunt, revertamur.

⁴⁵⁴ CÍCERO. *Brutus*, 266: (...) *nam et praeteritorum recordatio est acerba et acerbior expectatio reliquorum. itaque omittamus lugere et tantum quid quisque dicendo potuerit, quoniam id quaerimus, praedicemus.*

que eram dez anos mais velhos que ele, sendo os melhores Crasso e Antônio, em seguida Filipo, depois Júlio, com eles era comparado na glória oratória. (...)303. Era brilhante na escolha das palavras, elegante na disposição, pleno de expressividade e havia conseguido isso não apenas pelo excelente engenho mas também com muitíssimos exercícios oratórios. Abarcava toda a matéria na memória, dividia com agudeza e não deixava de lado nada inerente à causa que pudesse fornecer ou à confirmação ou à refutação. Possuía uma voz harmoniosa e suave, movimento e gesto com mais arte do que era necessário a um orador. Então, quando sua eloquência florescia, Crasso morreu, Cota foi exilado, os tribunais suspensos pela guerra, e eu cheguei ao fórum. 304. Hortênsio era soldado no primeiro ano da guerra, no seguinte, tribuno militar, e Sulpício era legado⁴⁵⁵.

A guerra fez com que o espaço público do debate desaparecesse, pois os homens tiveram que sair do fórum para irem às batalhas. Cícero, nessa época, chegou ao fórum, ou seja, já chegou ao espaço público do debate em uma época em que este estava esvaziado. O autor, então, introduz um argumento de falsa modéstia, dizendo que não falará de si, mas dos outros, porém, faz um longo autoelogio, falando de sua formação filosófica e moral, do direito civil, necessário às causas privadas, da história romana e da sua capacidade argumentativa⁴⁵⁶. Em seguida, volta a Hortênsio:

Por isso, quando Hortênsio já havia quase desvanecido, e eu, na idade prevista, seis anos depois de seu consulado, havia sido eleito cônsul, ele começou a retomar sua atividade, para que eu

⁴⁵⁵ CÍCERO. *Brutus*, 301: *Hortensius igitur cum admodum adulescens orsus esset in foro dicere, celeriter ad maiores causas adhiberi coeptus est; <et> quamquam inciderat in Cottae et Sulpici aetatem, qui annis decem maiores <erant>, excelente tum Crasso et Antonio, dein Philippo, post Iulio, cum his ipsis dicendi gloria comparabatur. (...) [303] Erat in verborum splendore elegans, com positione aptus, facultate copiosus; eaque erat cum summo ingenio tum exercitationibus maxumis consecutus. rem complectebatur memoriter, dividebat acute, nec praetermittebat fere quicquam, quod esset in causa aut ad confirmandum aut ad refellendum. vox canora et suavis, motus et gestus etiam plus artis habebat quam erat oratori satis. hoc igitur florescente Crassus est mortuus, Cotta pulsus, iudicia intermissa bello, nos in forum venimus. [304] Erat Hortensius in bello primo anno miles, altero tribunus militum, Sulpicius legatus;*

⁴⁵⁶ Cf. CÍCERO. *Brutus*, 321-322.

não lhe parecesse superior em alguma coisa, já que nos igualávamos na honra consular⁴⁵⁷.

Hortênsio é o grande paradigma de Cícero na obra e o modelo com o qual Cícero se compara, mas as épocas em que viveram influenciaram os trabalhos oratórios de cada um. A eloquência de Hortênsio floresceu mais durante sua juventude do que na velhice, e sua voz foi silenciada pela morte, já a de Cícero pela República⁴⁵⁸:

(...) De fato, muitas vezes, lastimamos entre nós as desgraças iminentes, quando víamos as motivações da guerra civil presentes em ambições privadas, e estava excluída a esperança de paz pela deliberação pública. Mas sua boa sorte, da qual sempre gozou, parece tê-lo livrado com a morte das desventuras que se sucederam. 330. Nós, porém, Bruto, já que depois da morte do ilustríssimo orador Hortênsio, permanecemos, por assim dizer, como tutores da eloquência órfã, guardemo-la no âmbito da casa, protegida por um confinamento digno de uma pessoa livre, repudiemos esses pretendentes desonrados e impudentes, cuidemos de sua castidade de mulher adulta e a afastemos o quanto pudermos da avidez de seus amantes. Quanto a mim, lamento que, depois de iniciado um pouco tarde como que o caminho da vida, antes que o itinerário fosse completado, eu tenha caído nessa noite da república, todavia me sustenta aquela consolação, Bruto, que você me proporcionou em suas agradabilíssimas cartas, em que me aconselhava ser preciso manter o ânimo forte, pois aquilo que eu havia feito, mesmo que me calasse, por si só falariam por mim e sobreviveriam à minha morte, feitos que, se se tomasse o reto caminho da salvação da

⁴⁵⁷ CÍCERO. *Brutus*, 323. *Itaque cum iam paene evanisset Hortensius et ego anno meo, sexto autem post illum consulem, consul factus essem, revocare se ad industriam coepit, ne, cum pares honore essemus, aliqua re superiores videremur.*

⁴⁵⁸ CÍCERO. *Brutus*, 328.

república, se, do contrário, da sua própria ruína, testemunhariam meus desígnios para a república⁴⁵⁹.

A paz deve ser conquistada por meio da eloquência no espaço público e não em guerras, pois além de não trazerem a paz à urbe, as guerras esvaziam o espaço em que há o debate. A eloquência, agora confinada no ambiente privado, tinha na elaboração de cartas e de obras filosóficas o propósito de consolar Cícero. Tanto a eloquência quanto os homens apenas estão livres no ambiente privado. Ademais, os feitos dignos de memória realizados por Cícero para a salvação da República sobreviverão em obras, e apenas esses, uma vez que a república pode ser arruinada pelas ações humanas. Dessa forma, há uma relação direta entre o fim do espaço público e o aumento das guerras e da postura belicosa dos generais, que fazem com que o espaço público se esvazie.

Enquanto em *De Re Publica*, II, observamos por meio da narrativa histórica uma ideia de avanço e até de otimismo em relação à República, em *Brutus*, o que predomina é a ideia do declínio da República, um temor em relação ao seu futuro, ou seja, uma visão, por assim dizer, pessimista de Roma. O que é comum às duas narrativas históricas é que não observamos uma concepção circular do curso dos acontecimentos. Não é possível descrever em formas geométricas o que as narrativas retratam do ponto de vista temporal, mas é possível afirmar uma não aderência de Cícero às formas circular e linear de interpretação do tempo. Não há constância, não há repetição, não há intervalos iguais, há

⁴⁵⁹ CÍCERO. *Brutus*, 329: (...). *saepe enim inter nos impendentis casus deflevimus, cum belli civilis causas in privatorum cupiditatibus inclusas, pacis spem a publico consilio esse exclusam videremus. sed illum videtur felicitas ipsius, qua semper est usus, ab eis miseriis, quae consecutae sunt, morte vindicavisse. [330] Nos autem, Brute, quoniam post Hortensi clarissimi oratoris mortem orbae eloquentiae quasi tutores relictis sumus, domi teneamus eam saeptam liberali custodia, et hos ignotos atque impudentes procos repudiemus tueamurque ut adultam virginem caste et ab amatorum impetu quantum possumus prohibeamus. equidem etsi doleo me in vitam paulo serius tamquam in viam ingressum, priusquam confectum iter sit, in hanc rei publicae noctem incidisse, tamen ea consolatione sustentor quam tu mihi, Brute, adhibuisti tuis suavissimis litteris, quibus me forti animo esse oportere censebas, quod ea gessissem, quae de me etiam me tacente ipsa loquerentur viverentque mortuo; quae, si recte esset, salute rei publicae, sin secus, interitu ipso testimonium meorum de re publica consiliorum darent.*

uma sucessão de acontecimentos, de ações humanas, segundo o juízo de cada homem, o que pode conduzir a República ao avanço ou à decadência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra ciceroniana não parece, em nenhum momento, preocupada em se filiar a autores ou a escolas para pensar a filosofia e a história – talvez essa seja uma necessidade apenas nossa. Cícero se serve do vasto conhecimento recebido para pensar seu tempo, sua República, Roma.

Com a retórica presente em toda a sua obra, seja nos diálogos filosóficos, nos discursos e nas narrativas históricas, Cícero traz complexidade à obra ao colocar as discussões dos diálogos filosóficos no passado, ao fazer discursos para serem testemunhos e ao elaborar narrativas históricas no interior de obras dialógicas. Talvez ele faça algo incomum, do ponto de vista da forma, pois particulariza a filosofia com os exemplos históricos e universaliza a narrativa histórica com argumentos políticos e morais, principalmente quando se refere à natureza humana.

É o homem de ação, o sábio, que é o político e, por conseguinte, o paradigma de ação mais retratado nos exemplos e narrativas históricas. Ele tem liberdade para agir e por isso pode salvar a República romana do declínio. Justamente por atribuir liberdade à ação humana, Cícero nega as visões circulares, seja da filosofia, seja da história, do curso dos acontecimentos em Roma. Assim, as ações não são predeterminadas nem obedecem a uma ordem necessária. Por meio de um sujeito capaz de agir segundo sua própria consciência, por assim dizer, sua singularidade, observamos suas ações políticas, sua relação com o tempo, com a *ciuitas* e a República. A narrativa dos acontecimentos deixa transparecer a consciência do curso dos acontecimentos.

Quando falamos de política, falamos de algo que é parte da natureza humana, assim como a história, mas a ação política é anterior à narrativa. A história retratada tanto nos exemplos quanto nas narrativas, na obra ciceroniana, é tão filosófica quanto a política. Não se trata de ter o domínio dos acontecimentos exteriores aos homens, mas das ações humanas, centradas na liberdade da vontade, que tornam os homens capazes de enfrentar as questões da vida pública.

Cícero rompe com a suposta tradição de pensamento circular atribuída a autores antigos. Do ponto de vista da teoria da ação, faz essa ruptura ao negar o destino estoico, a pré-determinação fatalista, a conflagração e ao dar espaço para a liberdade da vontade na ação humana. Políticamente, ele nega a teoria da anaclicose, podendo o processo de

degeneração e regeneração das formas de governo ser aleatório e segundo as ações e a moral de quem governa. Historicamente, em *De Re Publica*, II, ele demonstra que não há uma circularidade no curso dos acontecimentos, ao contrário, há um declínio e depois a ascensão para uma forma de governo que não faz parte do ciclo, isto é, em Roma houve monarcas, um tirano e depois a forma republicana. Em *Brutus*, também não observamos circularidade, mas a decadência da retórica como o fim do espaço público para o debate. Assim, a obra ciceroniana está aberta para pensar a situação política romana, do final do século I a.C., em um período de declínio. Cícero queria salvá-la por meio da fundamentação ético-política-histórica. Se a política do passado fosse resgatada, Roma se salvaria. Com o resgate da moral e da política, haveria uma repetição, mas não a circularidade.

Ao tratar da política seja nos diálogos filosóficos, seja nos discursos, seja retratando-a em narrativas históricas, manifesta também sua concepção do tempo, do curso dos acontecimentos em Roma: o passado, a época de Cipião como um período glorioso e o seu tempo, o presente, como algo decadente, sem o espaço público para o debate, o diálogo.

Os diálogos filosóficos nos ensinam principalmente sobre o curso da vida dos homens e como eles se relacionam com a política; as narrativas históricas descrevem tanto o curso da vida dos homens quanto sobre o curso da República; e, os discursos analisados aqui são como testemunhos, *monumenta*, que Cícero deixa como prova de seu tempo e de seus feitos para a posteridade.

Se a narrativa histórica, a recuperação de diálogos na memória e a sua transmissão são questões importantes e que perpassam todas as obras analisadas, estamos diante da importância da memória como faculdade da alma e da recuperação de eventos passados para a vida de seus contemporâneos. Por serem narrativas históricas basicamente da vida civil, Cícero destaca a singularidade das ações humanas. As ações coletivas ficam mais restritas aos feitos militares e às ações do senado; e apesar das ações do senado fazerem parte da vida civil, o autor geralmente rememora as ações de senadores específicos e não do corpo colegiado.

A transitoriedade da história, do curso dos acontecimentos foi tanta que Cícero não pôde salvá-la com sua capacidade prudencial. Os homens possuem um tempo de vida pequeno se comparados à República, então devem agir com alguma rapidez para que as instituições sejam sólidas e permaneçam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de Cícero:

CICERO. *Brutus. Orator*. With a English translation by G. L. Hendrickson & H. M. Hubbell. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.

_____. *De Inventione. De optimo genere oratorum. Topica*. With a English translation by H. M. Hubbell. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976.

_____. *De re publica. De legibus*. (with an English translation by Clinton Walker Keyes). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.

_____. *De re publica*. (with an English translation by James E. G. Zetzel). Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

_____. *De re publica: edited by James E.G. Zetzel*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

_____. Ziegler, K. M. *Tullius Cicero: De Re Publica – Librorum sex quae manserunt sextum recognouit*. Leipzig, Teubner, 1969.

_____. *On The Commonwealth*. Translated, with an Introduction by George Holland Sabine and Stanley Barney Smith. Indianapolis, A Liberal arts press book.

_____. *Das Leis*. Tradução, introdução e notas por Otávio T. de Brito. São Paulo: Editora Cultrix.

_____. *De natura deorum. Academica*. (with an English translation by H. Rackham). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

_____. *Da natureza dos deuses*. Introdução, tradução e notas de Pedro Braga Falcão. Lisboa, Nova Veja, 2004.

_____. *De officiis* (with an English translation by Walter Miller). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

_____. *Dos deveres*. Tradução, introdução, notas, índice e glossário de Carlos Humberto Gomes. Lisboa, Edições 70, 2000.

_____. *De oratore*. Books I and II (with an English translation by E. W. Sutton. Completed with an introduction by H. Rackham). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1942.

_____. *De oratore*. Book III. *De fato. Paradox astoicorum. De partitione oratoria* (with an English translation by H. Rackham). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

_____. *Cicero - On Academic Scepticism* (with an English translation by Charles Brittain). Indianapolis/Cambridge, Hackett Publishing Company, Inc, 2006.

_____. *Pro Sestio*. (with an English translation by R. Gardner). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1958.

_____. *De finibus bonorum et malorum* (with an English translation by H. Rackham). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.

_____. *Do sumo bem e do sumo mal*. Tradução Carlos Ancêde Nogueú. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

_____. *De senectute. De amicitia. De diuinatione*. (with an English translation by William Armistead Falconer). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

_____. *Letters to Atticus*. (with an English translation by E. O. Winstedt). Vol. I. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1950.

_____. *Letters to Atticus* (with an English translation by E. O. Winstedt). Vol. II. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984.

_____. *Letters to Atticus* (with an English translation by E. O. Winstedt). Vol. III. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987.

_____. *Letters to his friends* (with an English translation by W. Glynn Williams). Vol. I. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

_____. *Tusculan disputations* (with an English translation by J. E. King). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

[CICERO]. *Ad C. Herennium de ratione dicendi*. With an English translation by Harry Caplan. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1954.

CICERÓN. *Correspondence Tome IV*. Paris, Belles Lettres, 1967. (Texte établi et traduit par Henri Bornecque). Paris, Les Belles Lettres, 1924.

_____. *Correspondence Tome V*. (Texte établi et traduit par Henri Bornecque). Paris, Les Belles Lettres, 1924.

_____. *Divisions de l'art oratoire. Topiques*. (Texte établi et traduit par Henri Bornecque). Paris, Les Belles Lettres, 1924.

CICERONE. *De re publica*. Trad. de A. R. Barrile. Bologna, Zanichelli Editore, 1992.

_____. *La Vecchiezza*. Con un saggio introduttivo, premessa al testo e note di Emanuele Narducci. Traduzione di Carlo Saggio. Milano: BUR, 1983.

_____. *Il Fato*. Introduzione, traduzione e note di Francesca Antonini. Milano: BUR, 1994.

_____. *Le Filippiche*. A cura di Giovanni Bellardi. Milano: BUR, 2003.

_____. *Le Catilinarie*. Introduzione, traduzione e note di Lidia Storoni Mazzolani. Premessa al testo di Salvatore Rizzo. Milano: BUR, 1979.

_____. *I Doveri*. Saggio introduttivo e note di Emanuele Narducci. Traduzione di Anna Resta Barrile. Milano: BUR, 1987.

_____. *L'Amicizia*. Saggio introduttivo, premessa al testo e note di Emanuele Narducci. Traduzione di Carlo Saggio. Milano: BUR, 1958.

_____. *Dell'Oratore*. Con un saggio introduttivo di Emanuele Narducci. Milano: BUR, 1994.

_____. *Bruto*. Introduzione, traduzione e commento di Rosa Rita Marchese. Roma: Carocci Editore, 2011.

_____. *Della Divinazione*. Introduzione, traduzione e note di Sebastiano Timpanaro. Milano: Garzanti, 1988.

Outras fontes:

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Sousa. Porto Alegre, Globo, 1966.

_____. *Retórica*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

- _____. *Política*. (trad. Ferreira, R. L.). São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- _____. *Ethica Nicomachea*. São Paulo, Odysseus, 2008.
- _____. *Ethica Nicomachea*. Ed. I. Bywater. Oxford, Oxford University Press, 1894 (Reimp.1962).
- HORÁCIO, *Obras completas: odes, epodos, sátiras e epistolae*. São Paulo, Edições Cultura, 1941.
- LAERTIUS, D. *Vidas e doutrinas dos Filósofos ilustres*. (Traduzido por Mário da Gama Kury). Brasília, Unb, 1987.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo, Martins Fontes, 2006.
- PLATO. *Laws*. (with an English translation by R.G. Bury). Cambridge, Mass; Londres, Harvard University Press: W. Heinemann, 1952.
- _____. *Timée*.(traduction inédite, introduction et notes par Luc Brisson; avec la collaboration de Michel Patillon pour la traduction). Paris, Flammarion, 1992.
- _____. *Protágoras, Górgias, Fedão*. (tradução de Carlos Alberto Nunes). Belém, EDUFPA, 1973.
- _____. *Teeteto*. Tradução de Adriana Manuela Nogueira e Marcelo Boeri. Prefácio de José Trindade Santos. Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- POLIBIO. *Storie*. A cura di Domenico Musti. Nota biografica di Domenico Musti. Traduzione di Manuela Mari. Note di John Thornton. Volume primo (libri I-II). Milano: BUR, 2001.
- _____. *Storie*. A cura di Domenico Musti. Nota biografica di Domenico Musti. Traduzione di Manuela Mari. Note di John Thornton. Volume secondo (libri III-IV). Milano: BUR, 2001.
- _____. *Storie*. A cura di Domenico Musti. Nota biografica di Domenico Musti. Traduzione di Manuela Mari. Note di John Thornton. Volume terzo (libri V-VI). Milano: BUR, 2001.
- POLYBIUS. *The histories*.(with an English translation by W. R. Paton). vol 1. Londres, William Heinemann Ltd., 1960.
- _____. *The histories*.(with an English translation by W. R. Paton). vol 2. Londres, William Heinemann Ltd., 1960.
- _____. *The histories*.(with an English translation by W. R. Paton). vol 3. Londres, William Heinemann Ltd., 1960.
- _____. *The histories*.(with an English translation by W. R. Paton). vol 4. Londres, William Heinemann Ltd., 1960.
- _____. *The histories*.(with an English translation by W. R. Paton). vol 5. Londres, William Heinemann Ltd., 1960.
- _____. *The histories*.(with an English translation by W. R. Paton). vol 6. Londres, William Heinemann Ltd., 1960.
- PLINY. *Natural History*. (with an English translation by Eichholz, D. E.). Cambridge, Harvard University Press, 1989.
- QUINTILIANO. *La formazione dell'oratore*. Milano, Biblioteca Universale Rizzoli, 1997.

VON ARNIM. *Stoicorum Veterum Fragmenta*. SVF. Stoici antichi, tutti i frammenti raccolti da Hans von Arnim. Introduzione, traduzione, note e apparati a cura di Roberto Radice; presentazione di Giovanni Reale. Milano: Bompiani, 2006.

TITO LIVIO. *Storia di Roma dalla sua fondazione*. Testo latino a fronte. (consaggio di Ronald Syme; introduzione e note di Claudio Moreschini; traduzione di Mario Scándola, Bianca Ceva. Milano, Rizzoli, 1987.

Bibliografia crítica:

ALGRA, K; BARNES, J; MANSFELD, J; SCHOFIELD, M. *The Cambridge History of Hellenistic Philosophy*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

ARANOVICH, P. F. *História e Política em Maquiavel*. São Paulo, Discurso Editorial, 2007.

BOARDMAN, J; GRIFFIN, J; MURRAY, O. *The Oxford History of Greek and the Hellenistic World*. Oxford, Oxford University Press, 2001.

BOBZIEN, S. *Determinism and Freedom in Stoic Philosophy*. New York, Oxford University Press, 1998.

BOYANCÉ, P. *Les methods de l'histoire littéraire. Cicéron et son oeuvre philosophique*. Revue des Études Latines, XIV, 1936.p p. 288-319.

_____. *Cicéron et l'histoire*. Mélanges G. Radet. Revue des Études Anciennes, XLII, 1940, p.388.

BRÉHIER, E. *Du sage antique au citoyen moderne. Etudes sur la culture morale*. Paris, 1921.

_____. *Histoire de la Philosophie. Tome I. L'Antiquité et le Moyen Âge*. Paris, Librarie Felix Acan, 1928.

_____. Sur Cicéron et l'histoire (Brutus, 41-43). In: *Revue des Études Anciennes*. Tome 42, 1940, n°1-4. Mélanges d'études anciennes offerts à Georges Radet. pp. 388-392.

BRUNT, P. A. *The Fall of the Roman Republic and related essays*. New York, Oxford University Press, 1988.

CERRI, G; GENTILI, B. *La teorie del discorso storico nel pensiero Greco e la storiografia romana arcaica*. Roma: Edizioni dell'Ateneo, 1975.

CHAUI, M. S. *Introdução à história da filosofia: as escolas helenísticas*, volume II. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CHIAPPETTA, A. “Não diferem o historiador e o poeta...”: o texto histórico como instrumento e objeto de trabalho’. *Língua e Literatura Latina*, v.22, pp. 15-34, 1996.

CIZEK, E. “La poétique cicéronienne de l’histoire”. *BAGB*.1998. pp.16-25.

COLLINGWOOD. *A Ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

DAVID, J-M. “Maiorum exempla sequi : l'exemplum historique dans les discours judiciaires de Cicéron”. In: *Mélanges de l'Ecole française de Rome*. Moyen-Age, Temps modernes, tome 92, n°1. 1980. pp. 67-86.

DUMÉZIL. *La religion romaine archaïque*. Paris: Payot, 1974.

_____. *Mito y epopeya, I. La ideología de las tres funciones en las epopeyas de los pueblos indoeuropeos*; trad. de Eugenio Trías. México: Fce, 2016.

_____. *Mito y epopeya, II. Tipos épicos indoeuropeos: un héroe, un brujo, un rey*. trad. de Sergio René Madero Báez. 2ª ed. México: Fce, 2016.

_____. *Mito y epopeya, III. Historias romanas*; trad. de Sergio René Madero Báez. 2ª ed. México: Fce, 2016.

FERRERO, L. *Rerum scriptor. Saggi sulla storiografia romana*. Trieste, 1962.

FOX, M. *Cicero's Philosophy of History*. Oxford University Press, 2007.

FUNARI, P. P. A.; SILVA, G. J. *Teoria da História*. São Paulo, Brasiliense, 2008.

GOLDSCHMIDT, V. *Le système stoïcien et l'idée de temps*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1953.

GRANT, M. *Greek and Roman Historian. Information and Misinformation*. Londres, Routledge, 1995.

GRIMAL, P. *La Langue latine: la langue de la philosophie*. Roma, École Française de Rome, 1992.

_____. *Cicéron*. Librairie Arthème Fayard, France, 1986.

_____. La philosophie romaine de l'histoire face à l'angoisse de notre temps. In: *Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 59, fasc. 1, 1981. Antiquité. pp. 5-16.

GUARD, T. "La parole historique mise en scène dans les discours de Cicéron. Éloquence et idéologie politique. In: *Dialogues d'histoire ancienne*. Supplément n°8, 2013. Discours politique et Histoire dans l'Antiquité. pp. 81-92

_____. "Morale théorique et morale pratique: nature et signification des exempla dans le De officiis de Cicéron". In: *Vita Latina*, N°176, 2007. pp. 50-62.

HALLWARD, B. L. "Cicero Historicus". In: *Journal*, Vol. 3, No. 3 (1931), pp. 221-237.

HARTOG, F. *A História – de Homero a santo Agostinho*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2001.

_____. "A Fábrica Da História: Do "Acontecimento" À Escrita Da História As - Primeiras Escolhas Gregas". In: *História em Revista*, Pelotas, v. 6, dezembro/2000. pp.7-20.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.] 5ª. Edição. Campinas, Editora da Unicamp, 2003.

LEEMAN, A. D. "L'historiographie dans le De Oratore de Cicéron". In: *Bulletin Budé*, n.3, pp. 280-288. Paris, 1985.

LÉVY, C. *Cicero academicus: Recherches sur les Académiques et sur la philosophie cicéronienne*. Paris: Collection de l'École française de Rome, 1992.

_____. *Devenir dieux: désir de puissance et rêve d'éternité chez les Anciens*. Paris, Les Belles Lettres, 2010.

LINTOTT, A. *The Constitution of the Roman Republic*. Oxford University Press, 1999.

_____. *The Roman Republic*. Sutton, 2000.

_____. *Cicero as Evidence: A Historian's Companion*. Oxford University Press, 2008.

- LLOYD. *Les Cultures et le temps*. Introd. de Paul Ricoeur. Paris: Payot, 1975
- LONG, A; SEDLEY, D. *The Hellenistic Philosophers*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- LUCIANI, S. “Tempora et philosophie dans le De officiis de Cicéron”. In: *Vita Latina*, N°187-188, 2013. pp. 39-59.
- MANDEL, J. “L’historiographie hellénistique et son influence sur Cicéron”. *E VP HR OSYNE*, X: 1980, pp.7-25.
- MARCHAL, L. “L’histoire pour Cicéron”. In: *Les Études Classiques*, LV: 41-64, 1987.
- MARACHE, R. *Cicéron, l’homme et l’homme politique*. Information historique, 1957, pp.1-7.
- MICHEL, A. *Les rapports de la rhétorique et de la philosophie dans l’oeuvre de Cicéron*. Leuven, Peeters, 2003.
- _____. *La philosophie et l’action dans le De Oratore*. Information Littéraire, XI, 5, nov-déc. pp. 201-207.
- _____. *L’eloquenza romana in Introduzione allo studio della cultura classica*. Milano, 1969.
- _____. *Originalité de l’idéoratoire de Cicéron in Les Études classiques*, n°. 39, III, 1971, pp. 311-328.
- _____. “La théorie de la rhétorique chez Cicéron: éloquence et philosophie”. In: *Révue des Études Latines*, 73, pp.231-243. Paris, 1995.
- _____. *Rhétorique, philosophie, oralité: Cicéron et les genres littéraires*. Colloque Univ. Paris-Sorbonne, éd. J. Dangelet Cl. Moussy, PUPS, 1996.
- MOMIGLIANO, A. *Os limites da helenização*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda., 1990.
- _____. “Time in Ancient Historiography”. In: *History and Theory*, vol. 6, pp. 1-23, 1996.
- _____. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru, Edusc. 2004.
- MONTEFUSCO, L. C. Cicero, *De Oratore*: la doppia funzione dell’ethos dell’oratore. In: *Rhetorica*, Vol. 10, No. 3, 1992, pp.245-259.
- MULLER, R. *Les Stoiciens: la liberté et l’ordre du monde*. Paris, VRIN, 2006.
- NARDUCCI, E. *Cicerone e l’eloquenza romana: retórica e progetto culturale*. Roma, Laterza, 1997.
- _____. *Introduzione a Cicerone*. Roma, Laterza, 2005.
- NICOLET, C.; MICHEL, A. *Cicéron*. Éditions du Seuil, France, s/d.
- OJEA, G. P. *Ideologia e historia. El fenómeno estoico en la sociedad Antigua*. Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, sa., 1995.
- PAUL, M. M. “La manipulation rhétorique de l’Histoire dans les Philippiques de Cicéron”. In: *Dialogues d’histoire ancienne*. Supplément n°8, 2013. Discours politique et Histoire dans l’Antiquité. pp. 109-142.
- PIRES, F. M. *Mythistória*. São Paulo, Humanitas, 2006.

- PEREIRA FILHO, G. *Uma Filosofia da História em Platão: O percurso histórico da cidade platônica de As Leis*. 2009.
- POWELL, J. G. F. *Cicero the Philosopher*. Oxford, Clarendon Press, 1995.
- _____.; PATERSON, J. *Cicero the Advocate*. Oxford, Oxford University Press, 2004.
- RADFORD, R. T. *Cicero: a Study in the origins of republican philosophy*. Amsterdam, Editions Rodopi B.V., 2002.
- RADICE, R. *Oikeiosis: Ricerche sul fondamento del pensiero stoico sulla sua genesi*. Milano, Vita e Pensiero.
- _____. *Estoicismo*. [Tradução Alessandra Siedschlag]. São Paulo, Ideias e Letras, 2016.
- RAMBAUD, M. *Cicéron et l'histoire romaine*. Paris, Les Belles Lettres, 1953.
- RAWSON, E. "Cicero the Historian and Cicero the Antiquarian". In: *The Journal of Roman Studies*, Vol. 62 (1972), pp. 33-45.
- _____. *Intellectual Life in the Late Roman Republic*. Londres, Phoenix, 1985.
- ROWE, C.; SCHOFIELD, M. ; HARRISON, S. ; LANE, M. *The Cambridge History of Greek and Roman Political Thought*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- ROSENSTEINS; MARX. *A Companion to the Roman Republic*. Wiley-Blackwell, 2006.
- SALLES, R. *Los estoicos y el problema de la libertad*. Mexico, UNAM, 2006.
- SCHAFF, A. *História e Verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- SCHOFIELD, M. *Saving the City*. Routledge, 2012.
- SCHMIDT, P. "Cicero's Place in Roman Philosophy: A Study of His Prefaces". In: *The Classical Journal*, Vol. 74, No. 2 (Dec., 1978 - Jan., 1979), pp. 115-127.
- SHIMRON, B. "Ciceronian Historiography". In: *Latomus* 33, p. 232-244.
- STEEL, C.E. Cicero's Brutus: the end of oratory and the beginning of history? In: *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, 46, pp. 195-211.
- STROUP, S. C. "Adulta uirgo: the personification of textual eloquence in Cicero's Brutus". In: *MD*, 2003. pp. 115-140.
- TAROZZI, G. *La romanità del pensiero filosofico di Cicerone*. Archivio della Storia della Filosofia Italiana. Rome, 1933, pp. 132-151.
- TARN, W.; GRIFFITH, G. T.; *La Civilización helenística*. Mexico, Fondo De Cultura Economica, 1982.
- VALENTE, M. *A ética estoica em Cícero*. Caxias do Sul, Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.
- VERNANT, J-P. *Entre mito e política*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- _____. *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. São Paulo, Paz e Terra, 2008.
- VEYNE, P. *L'empire Gréco-romain*. Paris, Éditions du Seuil, 2005.
- VILLA, E. *Il De Republica come fonte per la conoscenza delle idee politiche di Catone il Censore*. Turin, Il mondo Classico, 1949.

VOGT, K. M. *Law, Reason and the Cosmic City: political philosophy in the early Stoa*. New York, Oxford University Press, 2008.

YATES, F. A. *A arte da memória*. Trad. de Flávia Bancher. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

WENLEY, R.M. *Stoicism and its influence*. New York, Cooper Square Publishers, 1963.

WHEELER, M. *Cicero's political idea*. Cambridge University Press.

WIRSZUBSKI, Ch. *Libertas as a political idea at Rome during the late Republic and early Principate*. Cambridge, 1950.

WOODMAN, A. J. *Rhetoric in classical historiography*. Portland, Areopagitica, 1988.

WOOTEN, Cecil W. *Cicero's Philippics and their Demosthenic model*. The University of North Carolina Press, 1983.